

*Tempos de Luta e de Glória:*

*A História  
do Sindicato dos  
Padeiros de São Paulo  
1930 – 2010*



*Tempos de Luta e de Glória:*

*A História  
do Sindicato dos  
Padeiros de São Paulo*

*1930-2010*

**Claudio Blanc e Chiquinho Pereira**



**Sindicato dos Padeiros  
de São Paulo**

Presidente do Sindicato dos Padeiros de São Paulo:  
Francisco Pereira de Sousa Filho (Chiquinho Pereira)

### **Conselho Editorial**

Francisco Pereira de Sousa Filho (Chiquinho Pereira)  
Aparecido Alves Tenório (Cidão)  
Manuelito Antonio dos Santos

Pedro Pereira de Sousa  
Izilda Alves Álvares  
Alberto A. dos Santos

### **Diretoria**

Mandato 2009 – 2013

Francisco Pereira de Sousa Filho (presidente)

Pedro Pereira de Souza - Vice-presidente

Fernando Antonio da Silva – Secr. Geral

Ângelo Gabriel Victonte – Secr. Adjunto

Benedito Pedro Gomes - Secr. Finanças

Geraldo Pereira de Sousa – Secr. Adj. Finanças

José Alves de Santana – Secr. As. Jurídicos

Valter da Silva Rocha (Alemão) -Secr. Cultura

José Francisco Simões – Secr. Comunicação

**Conselho Fiscal** - Manuelito Antonio dos Santos, Manoel Ambrosio do Nascimento e Francisco de Assis Vicente.

**Suplentes da Diretoria** - Antonio Pereira de Sousa, Edenilza Moreira Lúदानo, Antonio Gonçalves, Joselito dos Santos Souza, Izael Martins de Oliveira, Maria Salvelina de Jesus Santos, Helio Vicente de Sousa, Luis Fernando Severino, João Amorim dos Santos, Ana Paula Ferreira da Silva, Wagner Soares da Silva, José dos Santos Raimundo, Alex Sandro V. Ferreira, Marcio Wilton Gomes Lustosa,

**Conselho Fiscal** - Rozimar Sipriano da Silva Neves, Flavio Alves Rodrigues, Marcos Alves Vicente, Edinaldo Góes da Silva, José Pedro dos Santos e Jorge Alaim Martins Pereira.

**Delegados Junto à Federação** - Antonia Silva Monteiro, Elciney Rodrigues Siqueira, Marcelo Maio Ramos e Giovana Paula Valentim

**Representante Sindical** - José Francisco de Sales Neto

**Imagens:** acervo do Sindicato dos Padeiros de São Paulo / Paulo Rogério “Neguita”

**Capa** – Claudio Blanc/Euler Silveira



**Sindicato dos Padeiros  
de São Paulo**

## Sumário

### Apresentação e Prefácio

Apresentação	13
Prefácio	17

### Preâmbulo

Breve História do Trabalho no Brasil: Das Origens ao Século XIX	23
---	----

### Primeira Parte – Origens, Fundação e Ações Iniciais

1. Trabalhadores na Panificação: Primeiras Ações	45
2. A Fundação do Sindicato dos Padeiros	89
3. Os Trabalhadores na Panificação na Era JK e o Golpe Militar	124
4. A Aurora de um Novo Sindicalismo	163

### Segunda Parte – Uma Nova Era

5. O Sindicalismo no Brasil Democrático	197
6. Trabalhadores na Panificação: Uma Liderança na Vanguarda	225
7. Batalhas Memoráveis	262
8. A Conquista do Espaço Social	297
9. O Futuro	332



Claudio Blanc e Chiquinho Pereira

*Tempos de Luta e de Glória:*

A História  
do Sindicato dos  
Padeiros de São Paulo  
*1930 - 2010*



Sindicato dos Padeiros  
de São Paulo





*Aos trabalhadores de todos os tempos e lugares que, de sol a sol,  
constroem com seu suor a civilização*



# **Apresentação**

**e**

# **Prefácio**



**Sindicato dos Padeiros  
de São Paulo**



## Apresentação

**A**o completar 80 anos de fundação, o Sindicato dos Padeiros de São Paulo tem a honra de lançar este livro como forma de resgatar e perpetuar a história de vida dos nossos heróis do passado, que iniciaram as primeiras lutas no movimento operário e sindical, em defesa dos demais companheiros de trabalho. Além disso, a publicação visa preservar as ações mais recentes da diretoria de nossa entidade e sua determinação em criar um futuro melhor aos nossos representados e seus familiares.

Em suas páginas, o livro traz um breve relato histórico do Brasil, com detalhes precisos de cada época, desde a chegada dos portugueses, o início das primeiras relações trabalhistas entre a colônia portuguesa e os índios, além de escravos, tropeiros, roceiros, fazendeiros e outros personagens. Informa ainda a transição do fim da escravidão para o processo de industrialização no século XIX, com a chegada em massa de imigrantes – época em que surgiram as primeiras padarias em São Paulo: Santa Tereza (1872), Ayrosa (1888) e Popular (1890).

A história dos padeiros se confunde com a história do crescimento econômico do país, numa época em que os primeiros maquinários artesanais eram utilizados nas padarias para a confecção de pães e de outros produtos. Hoje, mesmo com toda a evolução tecnológica, o Sindicato dos Padeiros de São Paulo é obrigado a lutar contra o pensamento arcaico e a atitude de alguns patrões que insistem em explorar seus funcionários e descumprir as leis trabalhistas.

O escritor Claudio Blanc conta também nesta publicação, como o Sindicato dos Padeiros de São Paulo – a partir de 1930 (ano de sua fundação) – se transformou num organismo forte, dinâmico, cada vez mais presente no dia a dia da categoria dos profissionais das Indústrias de

Panificação e Confeitaria, além de sua atuação nos diversos movimentos sociais. Podemos listar aqui alguns exemplos, como a influência significativa da então diretoria do Sindicato dos Padeiros quando da realização da Conclat (Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras), nos anos 80, o primeiro grande evento unificado do sindicalismo brasileiro depois de 1964, quando o Brasil sofreu um Golpe Militar. Mais recentemente, em 2007, destaca-se a fundação da UGT (União Geral dos Trabalhadores), da qual somos fundadores, pois acreditamos que esta central sindical tem um perfil qualificado e reúne condições de fazer algo novo, arrojado, transformador.

No livro, há outros importantes momentos lembrados, em paralelo ao início das atividades sindicais dos padeiros de São Paulo, as quais remetem aos primeiros atos do movimento sindical brasileiro, na época em que o país estava sob a gestão do governo de Getúlio Vargas. O Sindicato e seus diretores vivenciaram a era Vargas, os sucessivos presidentes, os anos de chumbo da Ditadura Militar, o processo de redemocratização na década de 80, a eleição de Tancredo Neves para presidente através do Colégio Eleitoral, a volta das eleições diretas com a escolha dos presidentes Fernando Collor de Melo, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Em 80 anos de Sindicato, aconteceram a soma de vários confrontos, crises econômicas, greves, e conquistas.

Sobre o enfrentamento com as políticas de arrocho salarial dos governos, somado ao enfrentamento com os patrões na defesa dos trabalhadores, nossa entidade sindical sempre atuou com ética, honestidade e determinação. Isto contribuiu para o Sindicato dos Padeiros de São Paulo ganhar o respeito não só de seus pares, mas também de outros organismos, e até de adversários.

O que permeou a luta em toda nossa existência foi a defesa intransigente dos interesses dos trabalhadores, nossa posição inequívoca con-

tra a subserviência do movimento sindical aos “governos de plantão”, contra o sindicalismo de cúpula e inoperante, ou de “gaveta”. Lutamos insistentemente contra a corrupção na política.

Ao lançarmos este livro, neste ano de 2011, sabemos que isso nos responsabiliza ainda mais em continuar o caminho da luta política e sindical. Nesse sentido, vamos reforçar as ações pela melhoria das condições de vida, trabalho e cultura, para nossos representados e para a sociedade, buscando influenciar nos assuntos políticos no Congresso Nacional. Só assim, poderemos contribuir decisivamente para a elaboração de leis que garantam as transformações sociais. Nossos compromissos vão além da luta por melhores salários e condições de trabalho, é preciso fazer avançar a democracia, com o propósito de construir uma civilização humana, com justiça social e com direitos e oportunidades iguais para todos.

Hoje, a “sociedade do conhecimento” exige cada vez mais o aperfeiçoamento dos trabalhadores. O Sindicato dos Padeiros, atento às consequências da Revolução Tecnológica, num mundo onde o cidadão é reconhecido pelo que consome, e não pelo que significa, tem como prioridade a Educação como forma de conscientizar os trabalhadores para que reconheçam a sua importância no mundo do trabalho. Só a força de trabalho produz a riqueza do país.

Por fim, agradeço imensamente a todos os que ajudaram a viabilizar o conteúdo deste rico material: funcionários, assessores e diretores do Sindicato. Agradecimento especial ao escritor Claudio Blanc, por sua sensibilidade, dedicação à elaboração deste material e, mais ainda, por ter sabido traduzir em texto esses tempos de luta e de glória, tornando-se alguém que passa a fazer parte de nossa história. Agradeço aos meus companheiros do movimento sindical, que me motivam todos os dias a não desistir nunca. E, em especial, aos meus pais. Francisco Pereira de Sousa e Cosma Domitila de Sousa, à minha esposa Gislene Aparecida de Souza, e meus filhos, Lucas e Maria Eduarda Pereira de Sousa, pelo

apoio, compreensão com relação ao tempo reduzido de convívio familiar para que eu possa me dedicar à luta.

*Francisco Pereira de Sousa Filho (Chiquinho Pereira) - Presidente do Sindicato dos Padeiros de São Paulo*



## Prefácio

**E**m 2009, tive oportunidade de conhecer o presidente do Sindicato dos Padeiros de São Paulo, Francisco Pereira de Sousa Filho, mais conhecido como Chiquinho Pereira, nas conversações iniciais entre as diretorias da União Geral dos Trabalhadores (UGT) e da Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP) com vistas à realização do Seminário Nacional *O Movimento Sindical Brasileiro: balanço histórico e desafios futuros*.

No texto que escrevi para o referido evento, posteriormente incluído no livro que reúne as contribuições de todos os painelistas do Seminário e que se constitui num dos mais ricos documentos sobre a história do movimento sindical brasileiro, chamei atenção para as diferentes razões pelas quais o convite para dele participar era para mim motivo de grande satisfação. Entre elas, duas mereciam especial destaque: a primeira residia no próprio fato de ser o seminário realizado nas dependências da FAAP, oferecendo à comunidade de seus alunos e professores a possibilidade – não muito comum – de um contato mais direto com temas e personagens de fundamental importância para o dia a dia de qualquer sociedade democrática; a segunda, de caráter eminentemente pessoal, consistia na oportunidade de me permitir retomar um contato que já havia sido muito mais intenso durante os mais de dez anos em que pude colaborar com o movimento sindical, ministrando aulas nos cursos promovidos pelo Instituto Cultural do Trabalho (ICT). Naquelas aulas, num módulo que analisava os fundamentos da liberdade e da democracia em plena vigência dos governos militares, o que mais chamava a atenção dos participantes era um documentário sobre o livro *1984*, de George Orwell. Aquele documentário, produzido no ano do título do referido livro, realçava, entre outras questões, a

rapidez das mudanças, uma vez que diversas previsões que o autor apontava como remotas e longínquas em 1948 – ano em que o livro foi escrito – já haviam se transformado em realidade no ano de 1984. De lá para cá a rapidez com que as coisas se transformam tornou-se muito mais intensa, exigindo das pessoas, das empresas e das organizações atualização e reciclagem constantes, única forma de neutralizar, pelo menos em parte, o risco de cair em obsolescência intelectual.

Esse contato com o movimento sindical retomado por ocasião do Seminário se estreitou mais e mais, permitindo que eu conhecesse mais de perto dois protagonistas, cujas histórias se confundem. Um desses protagonistas é a própria UGT, uma central sindical com propostas absolutamente coerentes com o nosso tempo, definido por muitos como “a era do conhecimento”. O outro é o seu secretário de Organização e Políticas Sindicais, Chiquinho Pereira, atual presidente do Sindicato dos Padeiros de São Paulo, um dos principais idealizadores daquele Seminário e incansável defensor da ênfase que o movimento sindical deve dar à causa da educação.

Essa profunda consciência da importância da educação faz do Chiquinho Pereira uma figura diferenciada e os beneficiários disso são todos aqueles que, de uma forma ou de outra, são atingidos pelas ações realizadas com o objetivo de tornar cada vez mais elevado o nível de formação dos trabalhadores.

É precisamente por esse prisma que vejo mais essa brilhante iniciativa do Chiquinho Pereira. O livro *Tempos de Luta e de Glória: A História do Sindicato dos Padeiros de São Paulo (1930 – 2010)* representa excelente oportunidade de aprendizado sobre a trajetória dessa importante categoria profissional e, por extensão, da própria história do Brasil, tão bem descrita na narrativa de Claudio Blanc.

Sinto-me, uma vez mais, duplamente satisfeito pelo convite para prefaciar este livro: pela honra que o referido convite significa, tendo partido de um dos mais importantes dirigentes do nosso movimento sindical; e pela incomparável experiência de poder continuar aprendendo, não apenas por meio da leitura deste instigante texto, mas, sobretudo, graças à oportunidade de conviver com pessoas que participam dia após dia da construção de um país melhor e mais justo!

*Luiz Alberto de Souza Aranha Machado, economista, vice-diretor da Faculdade de Economia da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP)*



# Preâmbulo



**Sindicato dos Padeiros  
de São Paulo**



## Breve História do Trabalho no Brasil: das Origens ao Século XIX

O trabalho é uma característica humana, uma capacidade que, para muitos estudiosos, define o próprio ser do Homem. Embora todas as espécies, tanto animais como vegetais, exerçam esforço para sobreviver – inclusive animais, como o João de Barro, que constroem casas, ou como os chimpanzés, que usam galhos e pedras como ferramentas –, tal ato não pode ser considerado trabalho, pois trabalho é a transformação de insumos em produtos finais, adicionando valor às matérias-primas, criando assim riqueza. Trabalho é, portanto, o ato de transformar a natureza, gerando riqueza no processo. Um ato humano.

O pensador grego Hesíodo (século VIII a.C.) foi um dos primeiros a ponderar sobre o trabalho. Para ele, o trabalho agrada aos deuses e torna os homens independentes e famosos. De fato, é inegável que “o trabalho dignifica o Homem”, sendo, portanto, matéria do desenvolvimento pessoal. No entanto, modernamente, define-se trabalho como um processo cujo objetivo é lucrar produzindo-se ou vendendo-se algo.

O trabalho também determina as relações entre os membros de uma determinada sociedade, bem como a organização dessa sociedade. A história da sociedade brasileira foi, como outras, moldada através das relações de trabalho mantidas entre os diversos povos que formaram este país. Os indígenas, primeiros habitantes do Brasil, trabalhavam apenas para seu sustento, não se preocupando em gerar excedentes

que pudessem ser trocados. Foram os europeus, logo após a tomada de posse das Américas, que estabeleceram essa necessidade, oferecendo aos índios objetos como facas e espelhos em troca da extração de produtos locais.

No primeiro século de nosso país, todo navio que aqui aportava deixava uma leva de europeus. Esses colonos se casavam com índias e adotavam o modo de vida nativo, vivendo nas comunidades indígenas. Eles se tornaram peças-chave em um esquema de escambo que abrangia, além do pau-brasil, o abastecimento das naus. Para os índios, os objetos de metal que recebiam na troca faziam com que saltasse da Idade da Pedra à Idade do Ferro – um avanço de milhares de anos em termos históricos.

Esses europeus integrados às tribos comandavam os nativos no corte e no transporte da madeira. Além disso, faziam as transações e reforçavam o poderio do grupo, fornecendo-lhe instrumentos de ferro. Por possibilitarem aos índios uma vida muito melhor, os novos membros tinham posição privilegiada. Como os índios aceitavam a poligamia, os europeus não se furtaram em adotá-la. Até mesmo porque cada nova união os vinculava a outros parentes dispostos a ajudar no corte da madeira e a partilhar os benefícios do escambo.

Esse primeiro encontro entre europeus e nativos através do trabalho possibilitou que os brancos se fixassem no país, abrindo caminho para os que viriam depois. A ocupação do território dependia, portanto, do bom relacionamento como os nativos.

Mas como a exploração do pau-brasil era monopólio régio e a madeira já começava a rarear ao litoral, os colonos tentaram a cultura da cana e a produção de açúcar. A decisão era compreensível: em meados do século XVI o açúcar era uma mercadoria de grande valor e a técnica de sua produção, um segredo dos portugueses, que a tinham aperfei-



çoado nos Açores. A nova atividade econômica implicaria em uma alteração das relações trabalhistas – e também sociais – entre os europeus e os nativos.

### **Os índios e o engenho**

De acordo com o escritor Eduardo Bueno, “a cana-de-açúcar deu luz ao Brasil, colocando-o no mapa do comércio planetário”. Tornou-se “o principal nervo e substância da riqueza da terra”, segundo um antigo cronista. Em 1628 havia já em torno de 235 engenhos instalados no Nordeste brasileiro. Em 1637, época do Brasil holandês, a produção de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande do Norte ultrapassou 1 milhão de arrobas anuais.

Mas não foi fácil começar a produzir açúcar no Brasil. O problema não era o desmatamento para o plantio da cana, pois os colonos contavam com os índios numa tarefa a que estes estavam acostumados. Porém, na hora de cultivar a cana, a situação mudava: trabalhar no mesmo lugar, em tarefas repetitivas cujo objetivo pouco entendiam, não fazia sentido para os índios. Também era impossível usá-los para operar os engenhos: unidades de produção complexas, eles usavam a mais avançada tecnologia da época e exigiam mão-de-obra especializada.

Os colonizadores tentaram superar o problema por meio do cativeiro dos índios, passando a escravizar todos os que podiam, inclusive os das nações amigas. Além disso, o número de índios era insuficiente. A maioria, conhecendo a região, fugia. Por isso, já na época de Tomé de Sousa, que foi governador-geral do Brasil de 1549 a 1553, os portugueses começaram a importar escravos da África. Conhecidos como “negros da Guiné”, essa solução dominaria as relações trabalhistas no Brasil pelos quase 300 anos seguintes.

De fato, desde a chegada dos primeiros colonos, o Brasil foi uma sociedade escravista. Para sobreviver nas novas terras, os europeus dependiam de escravos, os quais caçando e pescando lhes garantiam o sustento. Mas quando a atividade econômica passou da extração para o cultivo, aumentou ainda mais a necessidade de escravos. Nenhum português enfrentaria os riscos e as tribulações da perigosa travessia oceânica e da vida áspera na Colônia para ser um mero lavrador. Alguém tinha de realizar as tarefas agrícolas. E dessa lógica dos mais poderosos as primeiras vítimas foram os índios, os chamados de “negros da terra”.

A única maneira de obter escravos era “saltar” os índios inimigos, colocar o poder bélico dos europeus a serviço dos aliados, atacar aldeias inimigas e capturar seus moradores, vendidos a quem se interessasse. Esses massacres abriam novos territórios para exploração agrícola e proporcionavam mão-de-obra para gerar a riqueza açucareira.

### **Caçadores de homens**

Como os índios não se adaptavam ao trabalho nos engenhos de açúcar, os escravos africanos passaram a ser trazidos em quantidade – apesar do alto preço. Diferentemente dos nativos, já estavam acostumados às tarefas artesanais e ao cultivo de lavouras. Além disso, trazidos para uma terra desconhecida, tinham mais dificuldade para fugir. No entanto, apenas os senhores de engenho dispunham de recursos para adquirir “mercadoria” tão preciosa. Por isso, a maior parte dos africanos seguiu para o nordeste. São Paulo, segundo centro mais importante de ocupação, distante das rotas da África e com poucas terras litorâneas, continuou dependendo dos índios.

As tarefas dos escravos eram definidas segundo as necessidades da produção. Na época da moagem da cana, trabalhavam dia e noite no engenho, em turnos como hoje nas grandes fábricas.

Para os proprietários de engenhos, o negócio era excelente: a produtividade era altíssima se comparada à da Europa e os lucros, imensos. Para os escravos, contudo, manter esse ritmo de trabalho era massacrante. Em média, não suportavam mais de oito anos de trabalho em um engenho sob esse regime, ficando incapacitados ou morrendo. Só restava a eles tentar reduzir o ritmo de trabalho ou então fugir. O primeiro método diminuía o esgotamento, mas era combatido pelos feitores como o chicote. A fuga, no início mais usada pelos índios, bons conhecedores do território, passou depois a atrair também os negros do Nordeste na medida em que aprendiam a sobreviver no sertão. Para minimizar isso, os senhores recorriam aos capitães-domato, em geral mestiços que caçavam escravos fugidos em troca de recompensa.

Com o domínio holandês no nordeste, os portugueses perderam a região mais rica da colônia, bem como suas fontes de escravos. Foi então que muitos mamelucos (mestiços de índios e portugueses) de São Paulo assumiram o papel dos fornecedores de mão-de-obra cativa. Em 1640, os paulistas expulsaram os jesuítas da cidade, criando as condições para uma atividade que obteria o apoio de todos os donos de escravos, da Bahia ao Sul da colônia.

Dessa forma, os paulistas tornaram-se caçadores de índios. Começaram então as incessantes partidas de bandeiras, que retornavam com tribos inteiras. Sem respeitar fronteiras, os paulistas avançaram até mesmo pelo território espanhol, a oeste do continente.

Eduardo Bueno descreve os bandeirantes como “piratas do sertão”. Eram “grupos paramilitares rasgando a mata e caçando homens – para além da lei e das fronteiras; para aquém da ética. À sua passagem, restava apenas um rastro de aldeias e vilas devastadas; velhos, mulheres e crianças passadas a fio de espada; altares profanados, san-

gue, lágrimas e chamas”. Celebrado pela História oficial, são tidos como os principais responsáveis pela expansão territorial do Brasil.

Nas três primeiras décadas do século XVII, os bandeirantes mataram ou escravizaram cerca de 500 mil índios, destruindo mais de cinquenta reduções jesuíticas nas regiões do Guaíra, do Itatim e do Tape.

As incursões de caça aos índios atraíram a atenção dos bandeirantes para outra riqueza: os minérios preciosos. Em suas expedições pelo sertão, os bandeirantes começaram a fazer descobertas. Por volta de 1670, já se explorava uma mina de ouro em Cananeia. Ninguém falava sobre o assunto, pois a informação implicaria a perda das minas para a Coroa, detentora do monopólio dos metais. No entanto, em 1694, a coroa alterou sua política, publicando um decreto que dava o direito de posse aos descobridores. Logo, notícias sobre o descobrimento de novas jazidas ecoavam por toda a colônia, especialmente na região das Minas Gerais.

### **Surge o tropeiro**

O abastecimento das minas evoluiu bastante ao longo da primeira metade do século XVIII. No início, tudo – das ferramentas à comida – chegava à região nas costas de escravos índios e africanos. A viagem de São Paulo às Minas Gerais durava quatro meses, e era tão penosa que muitos morriam de fome e cansaço. Com o aumento da população que trabalhava nas minas, fazia-se necessário um abastecimento mais eficiente. Isso foi conseguido através das tropas de mulas.

Para tanto, os paulistas abriram um caminho entre Sorocaba, em São Paulo, e Viamão, no Rio Grande do Sul. Assim, a região dos pampas, onde os espanhóis criavam gados, cavalos e mulas, integrou-se ao núcleo mais dinâmico da economia brasileira. Foi nessa época que surgiu a figura do tropeiro. Unindo províncias, levando histórias e

traficando bens, o tropeiro foi uma figura essencial na formação do país.

Desde a descoberta do ouro os mineiros de algumas regiões extraíam também pequenas pedras transparentes, que costumavam usar como peças no jogo de gamão. Quando descobriram que se tratava de diamantes, passaram a revirar a terra já escavada, em busca da fortuna perdida. A produção foi tanta que a Coroa portuguesa precisou intervir no negócio, para evitar que a grande oferta derrubasse o preço, o que veio a acontecer em 1734.

Essa atividade econômica serviu para afirmar ainda mais a necessidade de escravos e esse tipo de relação social do trabalho no Brasil. De fato, no início do século XVIII, o perfil da população brasileira refletia o fundamento da sua sociedade, isto é, a escravidão de negros e índios. Mesmo com o esgotamento das minas de ouro no fim daquele século, a riqueza do país continuava a crescer impulsionada, principalmente, pelo comércio de escravos.

O centro nervoso da economia eram os traficantes e a sociedade girava em torno da posse de escravos. Na época da Independência, essa atividade estava em franca expansão: a cada ano, até 40 mil escravos africanos eram introduzidos no Brasil – além dos índios que continuavam a ser capturados. Essa tendência reforçava o caráter escravista da sociedade.

A posse de um único escravo já indicava a posição social de seu proprietário. Na sociedade escravista, essa passagem à condição social de “senhor” se definia pela “liberdade” que este conquistava ao adquirir um escravo, que o isentava da necessidade de trabalhar.

Essa verdade não valia apenas para os grandes fazendeiros. A posse de escravos era generalizada no Brasil. Uma viúva, por exemplo, podia comprar ou um cativo a crédito e obrigá-lo a caçar e vender o

produto pelas ruas da cidade, ficando com a parte dos lucros para amortizar o investimento e ainda ter alguma renda. Possuir escravos era o grande objetivo de todos os membros da sociedade. Tinham prestígio aqueles que não precisava trabalhar.

Além de organizar o trabalho, a escravidão era a forma básica de poupança e investimento. Numa economia em que, mesmo com o ouro, circulava pouco dinheiro, o escravo era um dos raros bens que tinham liquidez. Era, igualmente, a principal garantia dos empréstimos: um produtor rural tinha muita dificuldade para empenhar suas terras, mas quase nenhuma para penhorar seus escravos.

Os muitos privilégios proporcionados pela posse de escravos terminaram por gerar um clima social de condenação ao trabalho. O ócio era um ideal almejado. Em vez do esforço, o caminho do enriquecimento mais aceito era não trabalhar – pois a verdadeira fonte de riqueza da sociedade era o aproveitamento do trabalho alheio.

Após a independência do país, quase todos os brasileiros consideravam o modelo escravista natural. Era um estilo de vida tão influente que determinava a economia, a sociedade, a cultura e o comportamento. No início da ocupação europeia, o sistema escravista era muito produtivo, mas no século XIX, com a Revolução Industrial, um modelo novo de produção, o capitalismo, apresentava produtividade muito maior. A escravidão deixava de ser um bom negócio – e a história do trabalho no país começou, lentamente, a mudar.

## **O capitalismo**

“O capitalismo é um sistema de ordenamento social no qual as relações entre os homens organizam-se em função do dinheiro investido na produção de mercadorias, o capital”, define o historiador Jorge Caldeira. Para funcionar plenamente, o capitalismo determina que os trabalhadores não tenham outra opção a não ser a venda da sua força

de trabalho por um salário. Dessa forma, o novo sistema econômico promoveu o fim das relações de trabalho até então em vigor.

Foi uma transformação radical. Na Europa, os trabalhadores foram expropriados de seus meios de trabalho – terras comunais e ferramentas, no caso da agricultura; monopólio das corporações, no caso do artesanato –, até que ficassem disponíveis para serem contratados, em troca de salários, por empresários que lhes forneciam os meios de trabalho. Com isso, aumentou muito a produtividade. Na Inglaterra, que estava na linha de frente dessas mudanças, a produção de tecidos saltou de 2 mil toneladas em 1800 para 110 mil em 1830.

Esta nova realidade inverteu os pesos da equação econômica vigente. Os operários se viram em condições muito piores do que enfrentavam antes. Na época da Independência do Brasil, a imensa maioria dos operários ingleses vivia em condições tão precárias quanto os mais explorados escravos da América. Mas sua situação era ainda pior, pois, nas fábricas inglesas, os operários trabalhavam de catorze a dezesseis horas por dia – mais até do que muitos cativos. Entretanto, ao contrário dos donos de escravos, os capitalistas não precisavam alimentar nem cuidar dos inválidos e podiam demiti-los quando quisessem. Essa possibilidade era outra vantagem do sistema: enquanto uma plantação escravista precisava manter, o tempo todo, gente suficiente para tocar a produção na época de pico, nas fábricas contratava-se ou demitia-se conforme a necessidade. Desse modo, nos momentos de baixa produção, não se gastava além do necessário.

Desde a virada do século XIX, a Inglaterra adotou esse sistema. Depois de dois séculos como os maiores traficantes do planeta, os ingleses proibiram o tráfico em 1807 e lutaram para suprimi-lo no resto do mundo – o que viria a afetar o Brasil.

Com a abdicação de Dom Pedro I, em 7 de abril de 1831, os liberais, liderados pelo ministro da Justiça de Dom Pedro, Diogo Antônio Feijó, assumiram o governo, saneando a economia do recém-independente país, acertando a vida institucional e, fiéis à cartilha inglesa, contendo o tráfico de escravos. Os liberais, porém, não realizaram seu grande objetivo: mudar a sociedade da dependência do escravismo.

Como resposta às crescentes revoltas provinciais que explodiam por todo o país depois da independência, os conservadores concluíram que a única saída para o Brasil era ignorar a lei internacional – no caso do tráfico dos escravos – e centralizar o poder. Assim, os conservadores se organizaram em torno de um movimento conhecido como Regresso, o qual logo angariou forte apoio de fazendeiros e traficantes. Feijó, liberal convicto, recusou-se a reconhecer a nova força e formar um Gabinete regressista. Em pouco tempo, seu isolamento era total. Sem ter como governar, pois dependia da maioria parlamentar, Feijó renunciou em setembro de 1837. E, perdendo essa chance histórica, o Brasil mergulhou no retrocesso.

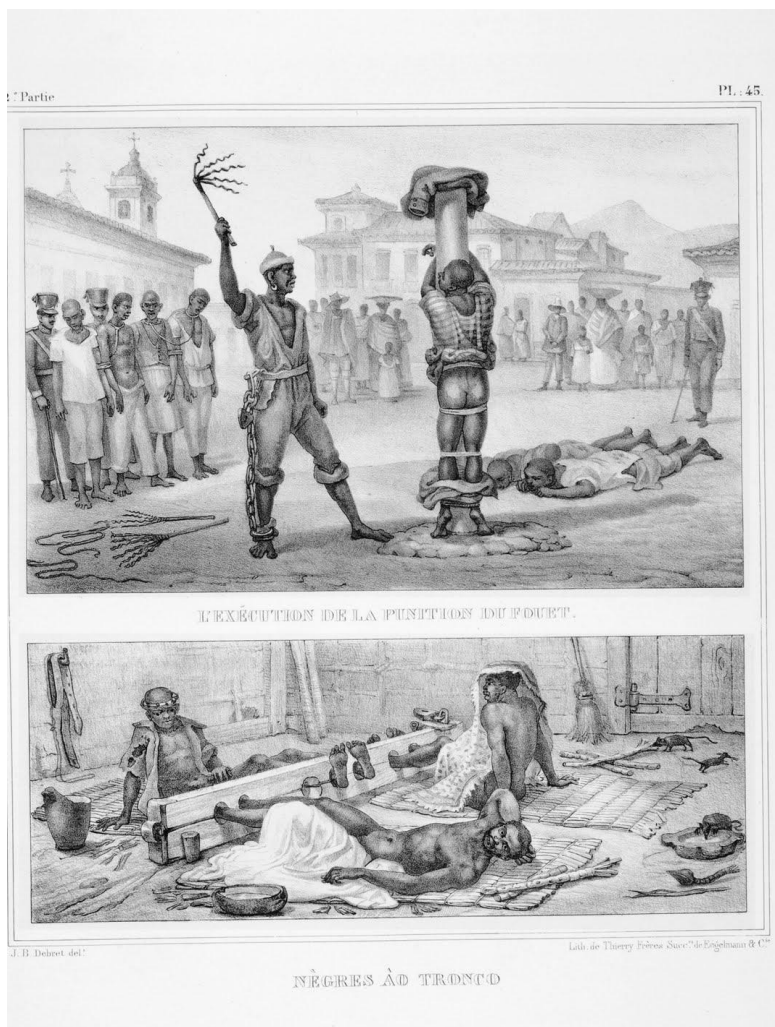
### **Pró-escravismo**

Uma vez no poder, e com maioria no Parlamento, os regressistas passaram a anular as diretrizes liberais. A maioria das revoltas provinciais foi sufocada com violência. Essa repressão, aliada a uma permissividade com relação ao tráfico, garantiu o controle da situação política. Não demorou para que a administração pública se adaptasse à realidade de um país novo movido a navios negreiros e mercadores de escravos, enquanto as ideias de mudança eram abandonadas.

A ascensão dos regressistas ao poder possibilitou o retorno aos tempos anteriores à proibição do tráfico. De 1836 a 1837, o número de escravos desembarcados subiu de 5 mil para 35 mil – e desde então se



manteve elevado. Embora o negócio fosse ilegal, a polícia não tomava nenhuma providencia, e os traficantes atuavam até mesmo nos principais portos do país.



Tipos de punição aplicados nos escravos (Jean-Baptiste Debret – c. 1820)

O motivo da impunidade era o eficiente esquema de corrupção montado pelos traficantes e que abrangia juízes, autoridades e militares. Aqueles que, no período liberal, haviam resistido ao suborno e combatido o tráfico foram demitidos ou transferidos.

Com o recuo dos liberais, a maior oposição ao tráfico passou a vir dos cônsules e embaixadores ingleses. A Inglaterra tinha um projeto próprio para a África, que deveria ser um continente livre para ser explorado comercialmente e não uma região subordinada a um negócio controlado por traficante de escravos. Por isso, os ingleses começaram a pressionar o governo brasileiro: por conta do poder concedido pelo tratado de 1825, firmado entre as duas coroas, os ingleses passaram a apreender navios negreiros brasileiros ao norte do Equador, além de criarem um sistema para reunir dados sobre traficantes e de fazer protestos sistemáticos junto às autoridades.

A única reação do Gabinete conservador foi amenizar os aspectos mais evidentes da atividade, reprimindo o desembarque em portos grandes como o Rio de Janeiro, enviando patrulhas que nunca produziam qualquer prisão ou promulgando decretos que não eram cumpridos. Eram medidas “para inglês ver”, destinadas a satisfazer apenas formalmente as reclamações.

Cada escravo era comprado na África por cerca de seis libras e vendido no Brasil por até setenta libras esterlinas. Com lucros tão altos, os traficantes lotavam os navios negreiros, mesmo que para isso precisassem reduzir a comida e aumentar a mortalidade durante a travessia. Com essa margem de ganho, a viagem só daria prejuízo se morressem nove em cada dez escravos. Com isso, os negreiros tornaram-se depósitos de carga humana, com quinhentos ou seiscentos escravos empilhados em barcos de cerca de vinte metros.

## **Expansão do café**

Com o final da guerra que eclodiu entre Brasil e Portugal pela independência da colônia, revoltas provinciais eclodiram em vários estados. Foi preciso vencer a guerra com as forças ainda leais a Portugal no país e reprimir as revoltas provinciais, o que só ocorreu na década de 40 do século XIX, para que Brasil recuperasse a estabilidade perdida por ocasião da independência.

Essa estabilidade política e econômica coincidiu com a expansão do café. Já no século XVIII, o produto era cultivado no Pará, mas sua expansão em torno do Rio de Janeiro deu-se nas primeiras décadas do século XIX. Era uma cultura ideal para os escravistas, pois as exportações e os lucros crescentes animavam a manutenção do sistema.

Em 1845, porém, a Inglaterra reagiu, aprovando uma lei que autorizava sua marinha a atacar, em águas internacionais, os navios brasileiros que se dedicavam ao tráfico. No início, a lei teve um efeito contrário ao esperado, pois tanto o volume de tráfico quanto os preços de escravos subiram: todos queriam comprar a preciosa mercadoria antes que fosse impossível. Além disso, os ataques serviram para que os traficantes associassem a defesa de seu negócio à soberania nacional, obtendo simpatias políticas.

A ação dos ingleses devastou a marinha mercante brasileira. Ao mesmo tempo, uma intensa campanha em toda a Europa desgastava a imagem do Brasil. Até mesmo os conservadores percebiam que não haveria como manter a situação por muito tempo mais. Em 1848, aceitaram uma proposta do imperador: eles voltariam ao ministério a fim de preparar o fim do tráfico de escravos no país. No entanto, tinham de agir com toda cautela. Afinal, toda a economia do país dependia do tráfico e da escravidão.

Nesse ínterim, os liberais de São Paulo, os quais desde os tempos de José Bonifácio eram contrários à escravidão, aprovaram na Assembleia Provincial uma lei que financiava a vinda de imigrantes. Mas enquanto os liberais paulistas buscavam parceiros temporários, que seriam futuros proprietários, a maioria conservadora do Parlamento começou a preparar outra estrutura de imigração, criando leis que vedavam o acesso à terra, tentando obrigar os futuros imigrantes a trabalhar no lugar dos escravos. Ao mesmo tempo, adaptou as leis comerciais a uma realidade sem o tráfico. O governo aprovou, finalmente, uma lei que extinguiu o tráfico. Dessa vez, não era para inglês ver: após mais de três séculos, chegava ao fim o negócio que movia a economia do país.

O fim do tráfico começava a mudar as relações de trabalho existentes no Brasil. Era toda uma cultura que se transformava. A nova situação trouxe de volta a questão de como produzir com trabalhadores assalariados. O surgimento de empresas voltadas para o lucro e a inovação tecnológica também foi uma surpresa para a elite escravista. Uma das dificuldades dos pioneiros da industrialização foi encontrar gente disposta a viver de salário.

Numa sociedade onde aqueles que de fato trabalhavam nada recebiam por seu esforço, ao passo que os donos de escravos ficavam com todo o resultado do trabalho alheio, só enriquecia quem não trabalhava. Toda riqueza era vista como resultado da esperteza, e nunca da dedicação. O único tipo de trabalho livre aceitável pela sociedade – e mesmo assim com reservas – era a atividade comercial.

No final dos anos 50 do século XIX, o viajante britânico Thomas Ewbank, registrou que, no Brasil, a escravidão tornara “o trabalho desonroso – resultado superlativamente mau, pois inverte a ordem natural e destrói a harmonia da civilização”. Apesar do impacto inegável,

a extinção do tráfico não significou o fim das crenças profundas que permeavam a ideia de trabalho neste país.

### **Tráfico Interno**

As novas indústrias começavam a ser instaladas, mas pouco representavam em relação ao principal setor da economia: as grandes fazendas de café, que cresciam animadas pela procura internacional. Seus donos eram os maiores defensores do trabalho escravo e, não estavam dispostos a mudar os métodos que lhes garantiam tanta riqueza e prestígio. Passaram a comprar escravos de quem os tinha, pagando o que pedissem, dando origem a outro negócio: buscar escravos nas cidades e no Nordeste, para vendê-los aos cafeicultores. Em pouco tempo, organizou-se um lucrativo tráfico interno.

O novo modo de obter mão-de-obra cativa animou os escravagistas. Com muito dinheiro e influencia no governo, substituíram o pessimismo inicial após o fim do tráfico por um grande projeto: fazer o governo intervir na economia em seu benefício. Poucos meses depois haviam conseguido: os maiores bancos privados foram estatizados, dificultando o acesso dos novos empreendedores ao dinheiro: monopolizando o mercado, o banco impôs uma política de juros altos, que favorecia os investidores e punia os que precisavam dos recursos.

Mal se ouviram os protestos dos prejudicadores e a ordem cafeeira implantou-se. Todo o país continuou subordinado ao velho modelo escravagista, como se nada tivesse acontecido. Na prática, a política de imigração foi suspensa e substituída pelo tráfico interno.

Dessa forma, o Brasil e os Estados Unidos continuaram a ser as últimas grandes nações do mundo ocidental a tolerar a escravidão. Com a abolição nos Estados Unidos, em 1865, apenas o Brasil e a colônia espanhola de Cuba ainda mantinham o sistema.

O isolamento brasileiro acentuou-se em contraste com as mudanças por que passava o capitalismo, aceleradas pelo fim da guerra civil americana. A eficiência do sistema produtivo aumentou ainda mais com a criação de grandes empresas de capital aberto, capazes de produzir em escala antes impossível de se imaginar.

Em contraste, o império se mostrava cada vez mais incapaz de gerenciar uma mudança inevitável das relações de trabalho e convivência de uma sociedade que, em sua base, já estava pronta para mudar as formas de trabalho e relacionamento.

Tanto o imperador como os líderes conservadores sabiam que era imprescindível solucionar o problema da escravidão. Para resolver de fato a questão, o imperador entregou o governo a um conservador moderado – o visconde de Rio Branco, chefe do Gabinete ministerial a partir de 1871.

Em 28 de setembro de 1871, vinha a medida cautelosa dos conservadores: a Lei do Ventre Livre, que declarava livres, quando completassem 21 anos de idade, os escravos nascidos daquela data em diante, desde que fossem registrados, prestassem serviços a seus senhores para compensá-los pelas despesas com sua manutenção – e que nem eles nem seus familiares tentassem fugir. Se tudo desse certo, a escravidão terminaria em 1896. Mesmo assim, houve quem achasse o prazo curto demais. Para o marquês de Muritiba, por exemplo, deveria haver uma dilação progressiva na libertação, com a extinção total só ocorrendo em 1930.

Nesse ínterim, a política de imigração do governo provincial paulista vinha sendo aperfeiçoado desde a década de 40. Por volta de 1870, os fracassos iniciais já haviam sido absorvidos. A entrada dos imigrantes continuou ocorrendo pelo sistema de parceria, embora modificado. Além da renda dos cafezais de que cuidavam, os colonos recebiam

também um pedaço de terra que podiam cultivar para si mesmos. Isso deu novo impulso à imigração para São Paulo. O fluxo de mão-de-obra, tímido no início – 13 mil durante a década de 70 –, começou a aumentar. Na década seguinte, vieram os resultados: 184 mil imigrantes entraram na província, criando uma nova opção para o trabalho escravo. O terreno para a mudança nas relações sociais do trabalho começava a ser semeado.

Gilberto Freire descreve os primeiros estratos da sociedade brasileira de meados do século XIX: “os roceiros formavam a classe dos pequenos fazendeiros, entre os quais muitos eram escravos de cor alforriados. Grande parte da pequena burguesia era composta de marinheiros ou portugueses recém-chegados da Europa. ‘Marinheiros pés de chumbo’, chamava-os o vulgo. Destes, alguns, desde a época colonial, se vinham mostrando capazes de ascender, pela sua perseverança, da condição de donos de pequenas casas de especiarias e até da de mascates (...), à abastada classe dos comerciantes – pais e avós de futuros estadistas”.

O fechamento e a imobilidade do sistema político que insistia no escravismo não refletiam, portanto, o que passava na sociedade brasileira, que avançava sem parar. Crescia a imigração, multiplicavam-se as fábricas e as oportunidades de negócios. A escravidão tornava-se mais e mais dispensável – menos para uma elite que, ocupando cargos no governo, ainda lucrava com ela. A tendência fez nascer, sem autor, um projeto para acabar com a escravidão pela via civil: o movimento abolicionista.

O governo buscou ignorar o movimento abolicionista, mas ele viera para ficar. Em 1885, o Ceará aboliu a escravidão por conta própria – foi o primeiro estado brasileiro a fazer isso. Como reação, para não perder completamente o apoio popular, o governo aprovou a Lei Saraiva-Cotegipe, que tornava livres os escravos com mais de sessenta

anos. A medida, porém, era tremendamente oportunista. Na verdade, ela beneficiava apenas os senhores, que ficavam livres da responsabilidade de alimentar escravos pouco produtivos. Era costume enforcar os escravos improdutivos, para poupar despesas. Na prática, a lei apenas evitava que este fosse o fim dos raros escravos sexagenários, uma vez que a expectativa média de vida para essa parcela da população mal chegava aos quarenta anos de idade.

Por conta da diabetes, o imperador Dom Pedro II, então com 62 anos, se afastou, sendo substituído temporariamente pela princesa Isabel. A princesa resolveu agir, tomando partido da abolição. Trocou o Ministério e mostrou que o governo podia agir quando queria. Assim, no dia 13 de maio de 1888, foi assinada a Lei Áurea, pondo fim a mais de 350 anos de escravidão.

As relações trabalhistas mudavam completamente. Se já havia um embrião de uma classe trabalhadora, que começava a ser formada pelos imigrantes, agora se fazia necessário desenvolver o trabalho assalariado. E nesse sentido os trabalhadores estrangeiros, vindo em número cada vez maior, promoveram uma nova cultura trabalhista, alterando definitivamente o aspecto social do trabalho, ajudando a consolidar a industrialização e o capitalismo no Brasil.

No final do século XIX, o Brasil apresentava uma sociedade em transição. O país passava da ordem escravista para a capitalista, com o amento da urbanização e o foco da economia transferindo-se da agricultura para a indústria. Nesse novo Brasil, imigrantes adaptavam-se aos modos locais, fazendeiros habituavam-se ao trabalho assalariado e ex-escravos tentavam sobreviver.

## **Imigração**

A imigração maciça para o Brasil a partir da década de 1870 concentrou-se principalmente em São Paulo, onde o governo provincial sub-



sidiava passagens e abrigava os estrangeiros em trânsito. Para atrair imigrante, o governo federal criou colônias. No entanto, estas funcionaram melhor no Sul do país, cujo clima é mais próximo ao do europeu. O maior contingente de imigrantes, esses “povos transplantados”, na expressão de Darcy Ribeiro, era de italianos. Desde 1880, o país recebeu uma média de 50 mil italianos por ano, e quase todos seguiram para São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em seguida, vinham os portugueses, cerca de 20 mil por ano, que preferiam se estabelecer no Rio de Janeiro, onde era forte a influência dos membros da colônia no comércio. Além desses grupos, também se destacam os espanhóis e os alemães. Na virada do século, começaram a chegar sírio-libaneses e judeus. No final da primeira década do século XX teve início a imigração japonesa, sobretudo para São Paulo.

Em 1908 foi criado o serviço de Povoamento do Solo Nacional, uma autarquia com poder de reforçar os sistemas de imigração estaduais que visava ocupar áreas desertas do território com imigrantes. A partir de então, o fluxo migratório se acelerou em outros estados. São Paulo dividiu a liderança com Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde a abertura de ferrovias permitia criar povoados.

No ano de 1913, entraram no Brasil 192.683 imigrantes, o maior número em toda história do país. Mas no ano seguinte, com o início da Primeira Guerra Mundial, o fluxo migratório começou a cair.

Em 500 anos de história, o Brasil teve três séculos e meio de regime escravocrata contra apenas um de trabalho livre. Os imigrantes assumiram um papel fundamental nessa fase da História do Brasil – uma fase que ainda não terminou.

Os “povos transplantados” fizeram do Brasil uma das três nações do mundo que mais se abriam para o fluxo migratório – EUA e Canadá são as outras duas. O caldeirão de raças forjou uma nova nação. Mas

não foi um processo tranquilo. Conforme colocou Sérgio Buarque de Holanda na abertura de seu *Raízes do Brasil*, “a tentativa de implantação da cultura europeia em extenso território, dotado de condições naturais, senão adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em consequências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias e timbrando em manter tudo isso em ambiente desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra. (...) O certo é que todo fruto de nosso trabalho ou de nossa preguiça parece participar de um sistema de evolução próprio de outro clima e de outra paisagem”.

# Parte 1

## Origens, Fundação e Ações Iniciais do Sindicato



**Sindicato dos Padeiros  
de São Paulo**



## Capítulo 1

# Trabalhadores na Panificação: Primeiras Ações

**N**o final do século XIX, com a abolição da escravidão e a chegada dos imigrantes, o Brasil iniciou seu processo de industrialização. Milhares de pequenas indústrias foram surgindo por todo o país. Mais da metade delas estava concentrada no eixo Rio – São Paulo. Em 1907, o Brasil contava 149.018 trabalhadores industriais. Treze anos depois, em 1920, esse número havia saltado para 275.514.

Os imigrantes não apenas forneceram mão de obra e capital para o processo de industrialização, mas também novos hábitos e *know how* – “saber como (fazer)”, isto é conhecimento e tecnologia. Entre os novos hábitos introduzidos pelos imigrantes estavam os alimentares, o que levou a um aumento e diversificação dos produtos oferecidos. Com isso, ampliaram-se as oportunidades para o comércio de gêneros alimentícios.

Muitos imigrantes se tornaram vendedores ambulantes, oferecendo gêneros de abastecimento fundamentais à rotina doméstica. Com suas

carroças comercializavam verduras, frutas, flores, ovos, aves, carnes, peixes, leite e também pão.

Em São Paulo, até a segunda metade do século XIX, eram as mulheres que faziam pão, usando farinha de milho ou de mandioca. Elas mesmas faziam a farinha. Depois, a peneiravam, preparavam a massa e assavam os pães. Algumas trabalhavam para outras mulheres, donas dos fornos e da matéria-prima e vendiam nas ruas ou entregavam nas casas dos clientes.

A partir da segunda metade do século XIX, os imigrantes gradualmente transformaram essa panificação doméstica, transformando-a em atividade industrial. Trazendo uma tradição de centenas de anos, introduziram grande diversidade de produtos de padaria e de confeitaria e também novas matérias primas. Difundiram o uso da farinha de trigo, estabeleceram padarias que permitiam produção em escala, sistematizada e diária, mais conveniente ao crescimento da demanda. Assim, de uma atividade feita esporadicamente por mulheres para complementar a renda doméstica, a panificação passou a ser um processo fabril executado por operários especializados (era preciso ser conhecedor do processo de fabricação dos diversos tipos de pão), do sexo masculino, particularmente solteiros.

Os responsáveis iniciais pela expansão da panificação na cidade foram os imigrantes italianos. As padarias, na maioria dos casos, eram empresas familiares (como ainda o são). No século XIX, as maiores na cidade de São Paulo eram a Santa Tereza (1872), Ayrosa (1888), Popular (1890). Elas produziam os chamados "pães caseiros" com fermentação natural, o que os tornava mais saborosos nos dias seguintes, sendo assim, a maioria dos clientes compravam produto para dois ou três dias.

“A partir de 1860, nos jornais da capital paulista o número de anúncios de padarias e de procura de padeiros cresceu, permitindo avaliar como a panificação ganhara um incremento inusitado. Os anúncios ocupavam várias páginas, revelando as mudanças de hábitos, o desenvolvimento comercial da cidade e o aumento de um contingente de imigrantes que se envolveram na atividade de preparo e venda do pão”, escreve a historiadora Maria Izilda Matos em seu artigo *Portugueses e experiências políticas: a luta e o pão. São Paulo 1870-1945*, publicado no volume 28 (2009) da Revista História, da Faculdade de História, Direito e Serviço Social do Campus de Franca da Pontifícia Universidade Católica (PUC).

“Os anúncios na imprensa permitem observar toda a variedade de pães que era oferecida, com destaque para o pão francês, mas também para a bisnaga, o pão de família, o de Paris, o pão-de-rala (feito com centeio e milho), o pão de leite (com ovos e açúcar), o meleças, o saloio (um pão típico dos subúrbios de Lisboa feito com uma variedade especial de trigo e com uma forma especial de preparo), o quartado (mistura de farinhas de trigo, centeio, cevada e milho) e outras qualidades. Somava-se um grande sortimento de roscas, tranças, biscoitos, sequilhos e bolachas. As padarias (misto de mercearias) também ofereciam café moído e leite puro”, informa a historiadora.

Contudo, o processo de industrialização – inclusive a de produtos alimentícios, onde se incluem a fabricação de pães, doces e confeitos – se deu em condições bastante desfavoráveis para os trabalhadores: a remuneração do trabalho era reduzida sempre que as empresas enfrentavam alguma crise ou sempre que havia muita oferta de mão-de-obra; as condições de trabalho eram extremamente precárias e as jornadas muito longas; não havia nenhum tipo de previdência social; e os salários eram baixos.

Um informe ao Congresso Operário de 1913 comentava: “Imaginem-se em um lugar onde trabalhem centenas de operários sem sequer uma janela para abrir. Pois isto é o que há em quase todas as fábricas. As que têm janelas não as abrem por não quererem que seus escravos percam tempo olhando a rua”.



Vendedor de pães cartão postal português do final do século XIX



As oligarquias buscavam reduzir o problema. O Brasil, dizia o jornal carioca *O País*, em maio de 1906, era “um país novo, sem predisposições, livre e orgulhoso de suas liberdades, onde ainda não existem organizações capitalistas poderosas (...) A classe operária é auto-organizada, procura defender-se (...), livre e calmamente, sem a intervenção das autoridades”. Apesar do otimismo retratado pelo jornal, havia protestos e manifestações de descontentamento popular.

Não existia legislação trabalhista nem indenização por acidentes de trabalho. Ao envelhecer, o trabalhador não contava com aposentadoria. Além disso, grande parte da força de trabalho era constituída por crianças, muitas com cinco anos de idade ou até menos. Na verdade, o trabalho infantil era normal e até estimulado.

### **O Boom das Padarias**

No início do século XX, um desenvolvimento na indústria da panificação promoveu um verdadeiro boom na produção e comercialização do pão. Em 1920 apareceram as primeiras padarias mecanizadas.

A expansão do setor de panificação acabou moldando as relações entre os donos das panificadoras e seus empregados, uma vez que os primeiros passaram a exercer grande pressão sobre os segundos para controlá-los.

A introdução do fermento biológico tornou mais ágil a forma de fabricar o pão, permitindo a produção de várias fornadas diárias, dando origem à necessidade de “pão quente a toda hora”. A demanda e a oferta de pães, bolos e confeitos aumentavam. O setor crescia. Algumas padarias ofereciam pão quente desde as 5 até 9 horas da manhã, de tarde entre as 3 e 5 horas e, à noite, das 7 até 9 horas, além de se proporem a aprontar "encomendas para fora com toda a brevidade", para festas, casamentos, batizados, etc.

Com a expansão do setor da panificação, o modelo de negócio das padarias também sofreu inovações – principalmente entre as de propriedade de imigrantes portugueses. Estas eram constituídas por vários sócios que se revezavam em diferentes turnos, garantindo o funcionamento dos estabelecimentos sete dias por semana, cerca de vinte horas diárias.

Consequência natural da expansão do ramo, os proprietários se organizaram. Em 1915, os proprietários de padarias fundaram a União dos Proprietários de Padarias de São Paulo. Visando exercer controle sobre os empregados, a União providenciou um cadastro de trabalhadores visando excluir do setor os insubmissos e insubordinados. “A organização do cadastro de empregados pretendia organizar informações quanto ao caráter, assiduidade e engajamento político, buscando direcionar os patrões na hora das contratações, identificando os ‘inde-sejáveis’, inclusive levando à demissão, suspensão, multas e ridicularização”, constata Maria Izilda Matos.

Dessa forma, o primeiro momento em que o setor panificador começa a crescer é marcado pela busca de controle sobre os operários, oprimindo-os de forma que vendessem sua força de trabalho ao menor preço possível. Através do cadastro, o setor patronal buscava produzir inteligência que permitisse banir os trabalhadores que procuravam se organizar. “O cadastro de empregados foi uma das primeiras disposições e buscava o registro de todos os demitidos das padarias, os proprietários comunicavam os nomes dos trabalhadores e os motivos de sua demissão, que eram divulgados pelas padarias, impedindo que ele encontrasse novo emprego. Os motivos mais citados eram falta de assiduidade e roubo, todavia a acusação de roubo poderia ser utilizada para encobrir demissões relacionadas às atividades políticas, apesar de se encontram nas listas alguns operários declarados como ‘agitadores’, ‘insubordinados’ e ‘subversivos’”, registra Maria Izilda Matos.

O trabalho infantil era usado nas padarias não só como forma de conseguir mão de obra praticamente gratuita, mas também como instrumento de manipulação da formação do trabalhador. Quase sempre, os trabalhadores infantis eram filhos e parentes ou amigos do próprio padeiro ou do dono da padaria. Começavam a trabalhar a partir dos oito anos, ajudando os padeiros mais velhos e observando o processo de preparação do pão. O aprendiz tinha de realizar diversas tarefas, muitas das quais eram árduas para uma criança. No ambiente insalubre das padarias de então, peneiravam carvão, rachavam lenha, carregavam sacos de farinha, alimentavam o forno, limpavam o forno e o estabelecimento, ajudavam a fazer a massa, atendiam no balcão e faziam entregas. Com o tempo e dependendo das habilidades e dedicação, o aprendiz tornava-se amassador, padeiro e forneiro. Entretanto, não trabalhavam por dinheiro. Em troca de seu trabalho, os aprendizes, padeirinhos e caixeirinhos recebiam apenas casa e comida.

Além do serviço pesado que faziam, essas crianças e pré-adolescentes eram submetidos a maus tratos por parte dos patrões. A intenção era formar trabalhadores obedientes e produtivos e o meio para tanto era a imposição de práticas austeras e disciplinas que incluíam castigos físicos – medidas brutais que visavam inculcar nas crianças hábitos de trabalho e respeito hierárquico. Entre os castigos, os ajudantes eram obrigados dormir debaixo dos balcões ou no ladrilho da padaria. Isso quando não sofriam violência física.

A edição de 6 de dezembro de 1886 do Diário de São Paulo traz um exemplo dos abusos que esses menores sofriam. A notícia dá conta de Alfredo Júlio Machado, português de 11 anos de idade que foi se queixar ao delegado de polícia por ter sido espancado pelo seu "amo" José Rodrigues Tavares, também português. Nesse regime de quase escravidão, os padeirinhos frequentemente fugiam das padarias.

Luis Jamberg, padeiro aposentado e filho de um dos fundadores do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação e Confeitaria de São Paulo, falecido em 2010, pouco depois de dar depoimentos para este livro, foi um desses padeirinhos. Ele contou que “aos oito anos eu já estava trabalhando. Com 12 anos, já era cilindreiro, com 16, era mestre padeiro, e com 18 eu já era mestre masseiro. Me criei dentro da padaria”. Conforme lembra Jamberg, que começou a trabalhar em 1931, “os aprendizes não tinham salário; a gente trabalhava em troca de comida”. Jamberg recorda que “a gente ganhava livre”. E explica: “livre quer dizer: que a gente comia e dormia no emprego, morava na padaria. E tinha aquela padaria que era a seco; a seco era que a gente não tinha direito nem a comida e nem a dormir no estabelecimento. Tínhamos de ir para casa. Eu ganhava livre, mas todo dia era arroz, feijão, arroz, feijão, feijão e arroz”.

Muitos se revoltavam com o tratamento abusivo. Luis Jamberg lembra-se de um antigo companheiro, apelidado “Mingau”, que, a respeito de só receber refeições de arroz e feijão, costumava comentar: “até parece que virei tico-tico, é todo dia comendo alpiste”. Jamberg conta que “certo domingo, o Mingau foi na padaria e o Armando Rosa (que era patrão) estava comendo macarronada. O Mingau foi lá e pegou a travessa de macarronada do dono, trouxe para a mesa dos padeiros e disse: ‘Se os donos comem macarronada, nós também temos que comer macarronada’”.

De fato, as condições de vida não só dos trabalhadores nas panificadoras, mas também dos de todas as demais categorias, eram incrivelmente precárias. Na esfera política, o único direito dos operários era votar, por ocasião de eleições, em candidatos que representassem os interesses das oligarquias.

Em 1917, ano da primeira grande paralisação geral da indústria e comércio em todo o país, o jornal *Correio da Manhã* reconhecia que

“por mais que obtusamente o neguem os conservadores, é lamentável a situação do nosso proletariado. (...) Os tecelões percebem 4\$000 [quatro mil réis] por dia de dez horas. Nas fábricas que melhor pagam, as crianças recebem o salário de 840 réis por dia de sete horas, ou seja, (...) o filho de um operário ganha num mês aquilo que o filho de seu patrão gasta em duas horas de passeio de automóvel”.

Por conta da situação insustentável dos trabalhadores, a questão social explodiu, com toda sua força, nas ruas e locais de trabalho.

### **João de Mattos**

As primeiras mobilizações dos trabalhadores em padarias, as quais ocorreram ainda no século XIX, foram registradas pelo professor da Universidade Federal Fluminense Marcelo Badaró Mattos em seu artigo, *Trajelórias Entre Fronteiras: O Fim da Escravidão e o Fazer-se da Classe Trabalhadora no Rio de Janeiro*, publicado na Revista *Mundos do Trabalho*, vol.1, n. 1, janeiro-junho de 2009. No artigo, Marcelo Badaró resgata as histórias postas em papel entre 1876 e 1912 por um dos primeiros líderes da categoria, João de Mattos, citando um importante manuscrito produzido por esse sindicalista apreendido pela polícia política carioca na década de 30 do século passado.

No final do século XIX, muitos dos trabalhadores em panificadoras eram escravos, e João de Mattos lutava para libertá-los – mesmo que para tanto colocasse em risco a própria liberdade. Com efeito, ele foi preso mais de uma vez. Afinal, como ele mesmo escreveu, “era um crime terrível guerrear [isto é, “combater”] a propriedade escrava”. Mesmo assim, não abriu mão de sua luta. Depois da abolição da escravidão, Mattos continuou a lutar pelos direitos dos trabalhadores.



Cicatrices de flagelo em escravo: os escravos das padarias recebiam punição semelhante

João de Mattos inicia seu texto em Santos, em 1876, quando trabalhava em padarias da cidade e organizou um “levante”, que ele explicou como sendo “as mesmas greves de hoje”. A paralisação das padarias da cidade organizada por João de Mattos promoveu, por meio de cartas de alforria falsificadas, a fuga dos trabalhadores escravizados daqueles estabelecimentos. Como resultado do “levante”, João de Mattos foi preso, mas por falta de provas foi liberado em seguida. A descrição feita por João de Matos é um precioso relato de uma das primeiras greves realizadas pelos trabalhadores na panificação no Brasil, ainda no final do século XIX:

*Em Santos existiam 5 padarias. E nós com os convenientes preparos, e com toda a cautela conseguimos o primeiro levante geral, devido aos patrões serem muito maus e malvados – com castigos – e mais castigos sem a mínima razão. Às horas combinadas [as padarias] foram todas abandonadas. Eu já tinha todas as cartas precisas, porém falsificadas, para cada, de liberdade. Seguimos. E, além deles já estarem bem compenetrados, mais fomos no caminho insinuando-os. E tão bem dispersos foram que não apareceram mais. Passados dois meses fui preso em São Bernardo e me conduziram para a cidade de Santos. Estive preso uns três meses e como não apareceu um só que fosse para provar, fui posto em liberdade, condicional de não voltar mais àquela cidade<sup>1</sup>.*

A prisão não esmoreceu os ânimos de João Mattos. Logo que saiu da cadeia, foi a São Paulo, onde, em 1877, organizou outro “levante” bem sucedido, reunindo 11 ou 12 padarias da cidade. Mattos repetiu o mesmo esquema de Santos: paralisação, fuga, cartas de alforria falsifi-

---

<sup>1</sup> Citado no artigo supramencionado de Marcelo Badaró Mattos

cadás. Com o sucesso da greve, João de Mattos foi ao Rio de Janeiro, em 1878, acompanhado dos trabalhadores escravizados das padarias paulistas que ele ajudou a fugir. O objetivo de Mattos naquela cidade, a qual, na época, era a capital do Brasil, era repetir as paralisações que promovera em Santos e em São Paulo. Contudo, como o Rio de Janeiro tinha um número muito maior de padarias do que Santos e São Paulo, João de Mattos e seus companheiros precisaram criar uma organização para preparar um levante igual aos que tinha promovido. Assim nasceu o *Bloco de Combate dos Empregados em Padarias*. “O Bloco tinha sede, estatuto e um lema – *Pelo Pão e Pela Liberdade* – mas precisava funcionar clandestinamente, escondido sob a fachada de um ‘curso de dança’”, escreve Marcelo Badaró. “O Bloco de Defesa chegou a reunir mais de 100 associados, organizou-se em quatro comissões, fez alguns levantes parciais e, em 1880, um novo levante geral, como o chamou João de Mattos”, relata Badaró.

A paralisação foi bem sucedida e os escravos das padarias fugiram com suas cartas de alforria forjadas. Contudo, João de Mattos foi delatado e preso. Defendido pelo célebre abolicionista e republicano Joaquim Saldanha Marinho (1816 – 1895), que havia sido presidente das províncias de Minas Gerais (de 1865 a 1867) e de São Paulo (de 1867 a 1868) e um dos autores do anteprojeto da Constituição de 1891, o líder os operários na panificação foi absolvido.

A abolição de escravatura, promulgada em 13 de maio de 1888, coroou os esforços de João de Mattos. Conforme registrado no manuscrito apreendido pela polícia carioca, “em 1888 nós realizamos a maior vitória da nossa intransigente luta, ficando o caminho livre para os escravizados de fato e nós, os escravizados livres, até o presente entremos a lutar”.

Com a vitória conquistada com a abolição, João de Mattos iniciou uma nova fase nas lutas dos trabalhadores em panificadoras. Em 1890,



Mattos e outros operários da panificação fundaram uma associação cujo principal objetivo era, conforme rezava o lema, “*trabalhar para nós mesmos*”. Para tanto, Mattos e seus companheiros planejavam angariar fundos para comprar padarias para os próprios trabalhadores. A Sociedade Cooperativa dos Empregados em Padarias no Brasil, como a organização veio a se chamar, chegou a reunir cerca de 400 sócios. No entanto, os planos de Mattos não vingaram porque o tesoureiro da cooperativa fugiu com o dinheiro da entidade.

Longe de se deixar abalar, oito anos depois, o combativo João Mattos voltou a fundar uma organização para avançar os interesses da categoria dos trabalhadores nas panificadoras. Como em suas outras iniciativas, a Sociedade Cosmopolita Protetora dos Empregados em Padarias – cujo lema era *Trabalho, justiça e liberdade: sem distinção de cor, crença ou nacionalidade* – se baseava no auxílio mútuo. “Esta Sociedade reuniu mais de mil associados, publicou o jornal *O Panificador*, organizou uma biblioteca, um centro de educação e acabou adquirindo finalidades de sindicato. Travou, assim, uma luta pelo descanso aos domingos e pela jornada de oito horas de trabalho, recorrendo a abaixo-assinados às autoridades”, escreve o pesquisador Marcelo Badaró Mattos.

Como resultado de sua liderança, no início do século XX, João de Mattos foi posto pelos donos de padaria em uma “lista negra” e não conseguiu mais se empregar nesse setor. Depois de neutralizar seu principal líder, os patrões buscaram dividir o movimento. Para tanto, criaram a Liga Federal dos Empregados em Padarias – uma liga pelega, com o objetivo de cercear os trabalhadores.

Contudo, o feitiço virou contra o feiticeiro. Se os patrões buscavam controlar os trabalhadores por meio da Liga, não contavam com um revés. De fato, a Liga foi conquistada por militantes combativos, que unificaram a organização da categoria e filiaram mais de 4 mil traba-

lhadores. Em 1912, realizaram a primeira greve geral dos trabalhadores em padarias na cidade do Rio de Janeiro.

### **Os Primeiros Sindicatos e Ligas Trabalhistas**

Com a industrialização e a exploração da mão de obra de forma abusiva, o movimento operário foi crescendo. Em 1870 foi fundada no Rio de Janeiro a Liga Operária, associação mutua com perfil multiprofissional, que chegou a reunir 1500 associados. Otaviano Hudson, um de seus fundadores, resumiu os objetivos da Liga: “A igualdade e a fraternidade reinará nesta associação, composta de nacionais e estrangeiros, a divisa será um por todos e todos por um. Proteção mútua, união, amor ao trabalho e instrução”. A Liga não aceitava sócios que não fossem trabalhadores (artesão, ou “artistas”, ou operários).

Já em 1880, em outra iniciativa semelhante, foi criado o Corpo Coletivo União Operária. Organizado em moldes bastante parecidos com os da Liga e com a participação de alguns militantes em comum, como o próprio Otaviano Hudson. O Corpo Coletivo apresentava maior abertura para a participação de elementos que não fossem “operário, artista ou ter um trabalho material definido”, pois permitia a possibilidade de associação de membros auxiliares, consultores, honorários e correspondentes.

Os trabalhadores já haviam marcado sua presença política em movimentos como a greve geral de São Paulo, em 1907. No plano sindical, a atividade era intensa. Em 1912, a Confederação Operária Brasileira (COB), organização de inspiração anarcossindicalista fundada em 1906 com posição oposta às centrais sindicais existentes, contava com 22.500 associados em Santos (SP), 15 mil em Porto Alegre e Rio Grande (RS), dez mil em São Paulo e cinco mil no Rio de Janeiro.

Em maio de 1917, o *Correio da Manhã* calculava que a Federação Operária do Rio de Janeiro reunia 30.000 membros. No Recife e em Sal-

vador, onde já existiam uniões operárias e sindicatos desde o fim do século XIX, foram criadas federações de trabalhadores, respectivamente, em 1914 e 1920.

A agitação era intensa e permanente, e os trabalhadores na panificação estavam entre as primeiras classes trabalhistas a se organizar. São conhecidas pelo menos três organizações que reuniam os trabalhadores na panificação em torno de sua luta no início do século passado.

Já em 24 de agosto de 1902 esses operários fundavam a Liga Federal dos Empregados em Padaria, com sede no Rio de Janeiro, então capital federal. Era uma organização de orientação anarquista, a principal corrente ideológica entre os sindicalistas da época. A Liga relacionava-se com a Confederação Operária Brasileira.

O jornal *A Voz do Trabalhador* veiculou, em 1 de setembro de 1913, um debate que teve lugar por ocasião da comemoração do 11º aniversário da fundação da liga. O artigo registra igualmente as estratégias dos trabalhadores na panificação, suas divergências com membros da imprensa, os quais buscavam influenciar os trabalhadores, bem como retrata os problemas e as reivindicações dos trabalhadores na panificação na década de 10 do século XX:

### ***Liga Federal dos Empregados em Padaria***

#### ***11º ANIVERSARIO***

*Como nos anos anteriores, comemorou esta associação, no dia 24 do mês findo, o seu 11º ano de lutas na defesa dos interesses da numerosa classe que tão dignamente representa.*

*Às 9 e meia da noite foi aberta a sessão pelo atual presidente, Manuel Amoedo, o qual cedeu a presidência ao Sr. Cazimiro Santa Maria que, por sua*

*vez, convidou para seus secretários o Sr. Mariano Garcia e o nosso camarada Antonio Moreira.*

*O presidente definiu a sua posição no movimento operário, declarando estar sempre ao lado de seus companheiros, tanto nas horas de amargura como nas de vitória, e afirmando que os operários só se podiam emancipar folheando livros, instruindo-se.*

*Em seguida deu a palavra ao orador oficial da Liga, o companheiro Lyrio Rezende, que fez um resumo da atividade da sua associação desde a sua fundação. Referindo-se aos métodos de luta adotados, disse que na campanha pelo descanso aos domingos depois do meio dia foram experimentados todos os meios legais, tais como apelos aos poderes constituídos, etc., sem nada conseguirem. Acabou declarando que esta e outras melhorias a que têm direito os empregados em padaria só poderão ser conquistadas, uma vez unida a classe, pelo seu próprio esforço, sem a intervenção de elementos estranhos.*

*Falou depois o Sr. Ulisses Martins, que representava a Gazeta de Noticias e a Liga Operária do Distrito Federal, o qual aproveitou a ocasião, que era de festa e não própria de cavações políticas, para impingir aos presentes as suas novas e disparadas ideias interesseiras, tentando negar o valor da ação sindicalista e dizendo que o operariado só pode melhorar de situação por meio do sufrágio universal, valendo-se [do filósofo Friedrich] Nietzsche para aconselhar aos operários a não se deixar levar pela leitura dos livros dos grandes sociólogos ou pelos discursos dos “revolucionários inflamados e irresponsáveis”.*

*Em nome da Confederação Operaria Brasileira falou o companheiro Antonio Moreira que, depois de saudar a Liga pelo seu aniversario (...), [fez] um apelo aos membros da Liga para, ao contrario do que lhes havia aconselhado o representante da Gazeta, procurarem ler e estudar o mais possível.*

*Coube depois a palavra ao Sr. Mariano Garcia, representante da CBT [Confederação Brasileira de Trabalhadores] que, indignado com o bom efeito produzido pelo discurso do camarada Moreira, endossou tudo quanto havia dito Ulisses Martins, fazendo a apologia do voto, e referindo-se ao Segundo Congresso e sua promotora, a Confederação Operaria Brasileira, entre soluços e lagrimas... de crocodilo.*

(...)

O mesmo *A Voz do Trabalhador* dá conta dos nomes dos dirigentes da Liga Federal dos Empregados em Padaria, eleita em 10 de julho de 1913, e da fundação no mesmo ano, no Rio de Janeiro, do Sindicato dos Empregados em Padaria:

*No dia 10 reuniram-se em assembleia geral, presidindo os trabalhos o companheiro Manuel Amoedo, servindo de secretários os camaradas Luiz A. Lourenço e Luiz Colasso. Foi lida a ata anterior, sendo aprovada. Foi lido também um ofício do Sindicato dos Empregados em Padaria, participando a sua fundação nesta capital.*

*Passando-se á ordem do dia e procedendo-se á eleição de novos membros para os cargos vagos esta recaiu nos seguintes companheiros:*

*Manuel Amoedo, presidente; José Fraga Soares, 1º procurador; José da Silva Neves, Luiz Colasso, Manuel Marques Dias, Francisco da Silva Tavares, Alfredo Rodrigues Lapa.*

Mais de uma década depois da fundação da Liga Federal dos Empregados em Padaria, os trabalhadores na panificação fundaram, em 24

de abril de 1913, o Sindicato dos Operários Panificadores, também membro da Confederação Operária Brasileira, sediado no Rio de Janeiro. Em sua edição de 15 de maio de 1914, o periódico *A Voz do Trabalhador* registra a celebração do primeiro aniversário de fundação da organização. A nota é interessante não só por documentar a data da fundação, mas também por se referir às atividades culturais promovidas pelo sindicato. Naquela época, os membros do sindicato levavam suas famílias para as reuniões, onde os trabalhadores, além de discutirem as questões prementes da classe, realizavam bailes, recitais de poesia e saraus. O artigo revela também a participação das mulheres no movimento:

### ***SINDICATO DOS OPERARIOS PANIFICADORES***

*Este sindicato realizou no dia 24 [de abril] passado, no salão do Centro Galego, a festa comemorativa do 1º aniversário de sua fundação. O programa, que foi variadíssimo agradou a todos os presentes.*

*Em um dos intervalos falou a camarada Juana Buela, que dissertou sobre a organização operária, sendo muito aplaudida pela numerosa assistência.*

*Falou também o companheiro Constantino Machado, concitando os trabalhadores a unirem-se em seu sindicato de resistência, o único meio de conseguirem a sua emancipação.*

*E assim terminou às 17 horas, com um baile familiar, esta matinê de propaganda.*

### **Anarquistas, socialistas e trabalhistas**

Grande parte dos trabalhadores que se organizavam em sindicatos e ligas para reivindicar seus direitos era formada por imigrantes euro-

peus. “Quem iniciou o sindicalismo no Brasil foram os imigrantes”, informa o padeiro aposentado Ananias Pereira de Sousa. Outro padeiro veterano, Luis Jamberg, confirma: “nas padarias daqui, os donos eram alemães, italianos, portugueses. Então a maior parte dos padeiros era [formada por] lituanos, poloneses, portugueses e espanhóis. Já havia também muitos do Mato Grosso e daqui de São Paulo, mas havia muitos padeiros europeus”.

Como a maioria dos operários que lutavam por melhores condições de vida e de trabalho havia vindo da Europa, essa circunstância deu origem ao mito do “agitador estrangeiro” que, desde fins do século XIX, tirava o sono das elites. Por conta disso, um poderoso instrumento das oligarquias foi aprovado, em 1907, no Congresso: a Lei Adolfo Gordo, que autorizava a expulsão de todo estrangeiro suspeito de colocar em perigo a “ordem pública”. Um dos fundadores do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação e Confeitaria de São Paulo, então chamado de Sindicato dos Manipuladores de Pão, Confeiteiros e Similares de São Paulo, Waldemar Jamberg, foi ameaçado de extradição. Só não foi extraditado porque havia se casado com uma brasileira.

O grande número de imigrantes que atuava nas organizações trabalhistas introduziu aqui ideais comuns aos da classe trabalhadora europeia. Contudo, o movimento trabalhista brasileiro no início do século XX não era homogêneo e sim constituído por três concorrentes principais: o anarquismo, socialismo e o chamado “trabalhismo reformista”.

Desde 1906, quando foi organizado o congresso operário que deu origem à COB, Confederação Operária Brasileira, de orientação anarcossindicalista, o movimento político e sindical dos trabalhadores foi liderado pelos anarcossindicalistas, uma tendência que continuaria até 1920 – e no Sindicato dos Padeiros de São Paulo até meados dos anos

40. Essa tendência era forte na Espanha e na Itália, países de origem de um grande número de imigrantes.

De acordo com George Woodcock, autor de *Histórias das Ideias e Movimentos Anarquistas*, “o grande apelo do anarquismo era a negação radical do Estado e o recurso à ação direta. Rejeitando qualquer forma de organização política para a conquista da igualdade e da liberdade, os anarquistas enfatizavam a atitude libertária individual e a espontaneidade absoluta do movimento operário. Para eles, a modificação fundamental a fazer na estrutura da sociedade seria a destruição do Estado, que deveria ser substituídos por uma federação comunas livres, onde não existiria a propriedade privada. O anarcossindicalismo era uma de suas variantes”.

Luigi Molinari, operário e agitador anarquista, traduziu da seguinte forma a visão dessa corrente política com relação às instituições estabelecidas:

*“A pátria, velha superstição que serve tão bem para manter os exércitos sanguinários e as polpudas negociatas; a religião, secular mentira que faz do homem um instrumento servil dos padres e dos ricos; a propriedade, instituição baseada na violência, na astúcia e que se faz passar por originariamente divina e eterna, enquanto não passa de um mero fruto do roubo”.*

Entre as vertentes anarquistas, o anarcossindicalismo destacava o sindicato como meio e fim da ação libertária e a greve geral revolucionária como arma decisiva para a criação de uma nova sociedade. O sindicato não seria apenas um órgão de luta, mas também o núcleo básico da sociedade do futuro.



O principal instrumento de organização das várias correntes anarquistas eram os jornais. Em quase todas as grandes cidades existia pelo menos um órgão da imprensa libertária. Os periódicos continham, além de notícias da classe trabalhadora que representavam, conclamações ideológicas, avisos de reuniões, balanço financeiro das organizações sindicais e até recomendações de livros. Tais jornais revelam o alto nível de politização dos trabalhadores de então. No entanto, a manutenção desses veículos era árdua. Além das dificuldades financeiras para veicular esses jornais, frequentemente eram empastelados pela polícia.

Na década de 10 do século passado, os trabalhadores na panificação, os quais foram muito influenciados pelos anarquistas, mantiveram o periódico *A Voz do Padeiro*. A publicação era mantida por meio das contribuições dos membros dos sindicatos e ligas dos profissionais da panificação. Entretanto, o jornal precisou ser suspenso por problemas financeiros, conforme o jornal *A Voz do Trabalhador*, um dos mais importantes veículos do movimento trabalhista, atesta em 8 de junho 1915:

#### *SUSPENSÃO D' "A VOZ DO PADEIRO".*

*Fizemos o quanto nos fora possível para que ela continuasse a espalhar luz tão necessária aos que trabalham na nossa classe, mas a sua situação financeira tornou-se tal que nos vimos na contingência de interromper a sua publicação temporariamente, prometendo voltar quando a maioria dos nossos companheiros sentir a sua falta e se resolver a mantê-la, porque é preciso que se saiba, o benefício é geral, e razoável é que os mesmos cooperem na medida de suas forças.*

*Para que atingisse a 16 números muito nos ajudaram vários camaradas (...)*

*O grupo, no entanto, continua na propaganda e no cumprimento do seu dever continuará a enviar aos assinantes da agora suspensa A Voz do Padeiro, A Voz do Trabalhador, na qual iniciamos a nossa luta, e para ela solicitamos todo o apoio moral e material.*

Ao contrário dos anarquistas, os grupos socialistas eram compostos por intelectuais de classe média, e propunham uma ação mais moderada. Fizeram várias tentativas infrutíferas, ao longo dos anos, para reunir-se em um só partido. Em 1892 e 1902 realizaram-se congressos e fundaram o Partido Socialista Brasileiro. Mas essa entidade não chegou a ter vida real. Sem nunca ter alcançado maior penetração na classe trabalhadora, os grupos socialistas rejeitavam a ação direta dos libertários, dando ênfase à educação das massas como via de acesso ao poder político. Sua influência diminuiu consideravelmente a partir de 1914, quando a social-democracia europeia, à qual estavam ligados, resolveu apoiar a burguesia local durante a Primeira Guerra Mundial.

O terceiro grupo a constituir o movimento trabalhista brasileiro era formado pelos “trabalhistas reformistas”, como eram chamados os líderes sindicais mais moderados. O cientista político Bóris Fausto foi dos primeiros a usar, para caracterizar esse grupo, a expressão “trabalhismo”. Situados à direita dos socialistas, os trabalhistas não questionavam a ordem social, restringindo-se a reivindicações para a melhoria da condição operária. O precursor dessa tendência (que sempre esteve circunscrita ao Rio de Janeiro) foi o tenente Augusto Vinhaes – deputado ligado aos ferroviários fluminenses – que, em 1893, procurou atrair a simpatia dos operários para o governo do marechal Floriano Peixoto.

A corrente trabalhista veio a protagonizar o Quarto Congresso Operário de 1912. Esse congresso, patrocinado pelo marechal Hermes da

Fonseca, recebeu tal nome por causa de três reuniões operárias anteriores, as de 1892, 1902 e 1906. Mas os anarquistas e os socialistas, sobretudo os primeiros – para quem o Primeiro Congresso era o de 1906 – jamais reconheceram a validade da reunião de 1912. O trabalhismo representou, na verdade, a primeira tentativa de aproximação entre o Estado e setores sindicais. Mas as duras condições a que se submetiam os trabalhadores não permitiam que essa tentativa tivesse relevo em seu movimento, e o trabalhismo terminou por fenececer, renascendo somente muitos anos depois.

### **Ações e Greves**

Embora a maioria dos sindicatos fosse realmente liderada por militantes estrangeiros, isso acontecia principalmente em São Paulo e no sul do país. A ocorrência de greves em cidades como Recife e Salvador, onde a presença imigrante era insignificante, parece indicar que as lutas operárias não brotavam da “nefasta influência” dos “indesejáveis” imigrantes, conforme os rotulavam os jornais da situação. As greves e manifestações eram, antes, o resultado das péssimas condições de vida do proletariado e da indiferença dos empregadores.

Desde 1889, ocorreram vários movimentos parciais, restritos a determinadas fábricas e oficinas, em geral motivados por reivindicações econômicas. Ainda que esparsas, essas tentativas contribuíram para a organização do movimento trabalhista.

De acordo com o historiador Jorge Caldeira, “durante a Primeira República, as lutas operárias cumpriram, em grandes traços, as seguintes fases de ascensão e depressão: de 1905 a 1908, avanço; entre 1909 e 1912, intensa depressão; nos anos de 1912 e 1913, uma breve e relativa retomada das lutas; descenso, de 1914 a 1916; maré montante e apogeu entre 1917 e 1920; de 1921 a 1929, lutas esparsas e desorganização sindical”. É nessa última fase que o anarquismo entra em de-

clínio, enfrentando a concorrência do recém-nascido Partido Comunista do Brasil (PCB), fundado em 1922 e mais tarde chamado de Partido Comunista Brasileiro, distinto do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). O Partido Comunista Brasileiro teve uma orientação preponderante sobre o sindicalismo brasileiro.

Essas “fases de ascensão e depressão” não significam ausência de lutas nos períodos de depressão nem apenas vitórias nas fases de crescimento. “Em agosto de 1911, por exemplo, os operários da construção civil de São Paulo fizeram uma importante greve que durou vinte dias. No interior paulista, explodiram várias lutas, como a dos tecelões de Jundiaí e a dos operários da construção civil de Campinas”, atesta Caldeira. Os anos seguintes foram marcados de greves e mobilizações importantes. Em 1913, a Confederação Operária Brasileira organizou o Segundo Congresso Operário (sua liderança recusava-se a conhecer o chamado Quarto Congresso de 1912), que reafirmou as metas anarco-sindicalistas de 1906.

Nos primeiros dez anos do século XX, entre 1900 e 1910, portanto, não se passou um mês sem que os trabalhadores se rebelassem na defesa de seus direitos. A cronologia a seguir detalha ano a ano as principais ações do movimento trabalhista nesse período:

## **1900**

*Janeiro*: os cocheiros dos bondes (puxados por animais) protestam durante três dias no Rio contra as “disposições vexatórias” de um novo regulamento. Bondes são paralisados e tomados, e há choques entre grevistas e soldados da Força Pública.

*Outubro*: nasce o jornal socialista *Avanti!*.

Nesse ano, os carroceiros de Santos paralisam a cidade e o comércio fecha.

### **1901**

Ferrovários da Estrada de Ferro Sorocabana, de São Paulo, fazem greve em protesto contra um atraso de três meses no pagamento.

8 de *novembro*: greve dos tecelões da Fábrica Industrial, em Vila Isabel, no Rio de Janeiro, pela redução da jornada de trabalho em protesto contra maus tratos. A greve termina no dia 12, com a promessa dos patrões de atender às reivindicações. Mas a falta de cumprimento da palavra empenhada desencadeia nova greve, que só termina com a demissão do contra-mestre mais odiado pelos operários. Ainda no Rio, ocorrem protestos populares contra o aumento das tarifas dos bondes. Há manifestações de rua e alguns veículos são queimados. A repressão deixa em saldo de vários mortos.

### **1902**

28 de *maio*: em São Paulo, realiza-se o II Congresso Socialista (o I é de 1892), que funda o Partido Socialista do Brasil.

Seu porta-voz é o jornal *Avanti!*.

*Junho*: Violentos protestos populares explodem no Rio por causa da má distribuição da carne e do aumento de seu preço. Ocorrem várias mortes.

### **1903**

16 de *agosto*: greve de várias categorias profissionais no Rio de Janeiro, envolvendo cerca de 25.000 operários, por aumento

de salários e redução de jornada de trabalho. No Recife, os ferroviários da Great Western param o trabalho, enquanto, no Distrito Federal (na época, o Rio de Janeiro), oitocentos trabalhadores das oficinas do Lloyd Brasileiro começam uma greve de oito dias. Nesse mesmo mês aparece o jornal anarquista *La Battaglia*, em São Paulo.

*Dezembro:* portuários do Recife conseguem aumento salarial, depois de impedir um desembarque de carvão.

#### **1904**

No Estado do Rio, funcionários públicos, depois de sete meses de atraso nos pagamentos, entram em greve.

*Janeiro:* greve da Marinha Mercante, no Ceará. Os marinheiros presos são deportados para os seringais do Acre.

Nova greve dos cocheiros cariocas. Há depredação e queima de bondes. Os grevistas dinamitaram uma ponte, seguindo a orientação anarquista.

*Novembro:* Revolta da Vacina obrigatória, no Rio. Centenas de mortes e desterros.

#### **1905**

Nasce a Federação Operária de São Paulo.

É criado o jornal anarquista *A Terra Livre*.

*Junho:* Greve conjunta dos portuários do Rio e Santos, pela diminuição das horas de trabalho. A polícia dissolve comícios e a greve aumenta de proporções.

**1906**

*Março:* greve na Fábrica de Tecidos Ipiranga.

*Abril:* realiza-se, no Rio, o I Congresso Operário Brasileiro, de tendência anarcossindicalista, que aprova a criação da Confederação Operária Brasileira (COB).

*Mai:* greve geral na Companhia Paulista de Estradas de Ferro, envolvendo Jundiaí, Campinas e Rio Claro. Em São Paulo e no Rio, irrompem greves de solidariedade aos ferroviários, e a Estrada de Ferro Mojiana é paralisada. Em São Paulo, a polícia dissolve comícios de apoio e os estudantes da Faculdade de Direito aderem às manifestações. O governo termina por fechar a Faculdade. Grandes tumultos eclodem no Rio e em São Paulo, com prisões e mortes.

*Outubro:* No Rio Grande do Sul, greve de tecelões, pedreiros e trabalhadores da indústria de calçados por uma jornada de trabalho de 8 horas.

*12 de novembro:* greve no Recife envolve estivadores, cocheiros, carvoeiros, padeiros e outras categorias.

**1907**

*5 de janeiro:* é promulgada a Lei Adolpho Gordo que autoriza a expulsão do país de líderes sindicais estrangeiros e reafirma a prática de deportação para o Acre de grevistas brasileiros (em vigor desde 1891). Nesse ano são extraditados 132 estrangeiros.

*1º de maio:* greve geral em São Paulo. Distribuem-se manifestos, como o das costureiras que denuncia os “salários de fome” e a falta de tempo para lazer e instrução. Os operários reivin-

dicam oito horas diárias de trabalho e o descanso dominical. A Liga Operária de Campinas boicota produtos Matarazzo, Operários de Ribeirão Preto, São Roque, Salto e Itu, várias categorias do Rio e ferroviários da Paulista e de São Paulo Railway aderem à greve. A polícia paulista, sob as ordens do secretário da Justiça, Washington Luiz, fecha a Federação Operária e efetua muitas prisões. Após quase um mês de paralisação, a greve termina.

Ferrovários da Cia. Paulista, pedreiros, marmoristas e outros setores conseguem as oito horas. Mas, passados os dias de agitação, essa conquista é negada pelas empresas, que demitem muitos grevistas.

## **1908**

A confederação Operária Brasileira reage organizando uma manifestação de 10.000 pessoas contra a ameaça de guerra entre o Brasil e Argentina, decorrente da “Questão Zeballos”. O ministro das Relações Externas da Argentina, Zeballos, acusa o Barão do Rio Branco de promover conspiração contra seu país. Desmentido, Zeballos renuncia ao cargo.

Greve de cinco dias na companhia de gás do Rio. A cidade fica sem luz; ocorrem prisões.

Greves nas docas de Santos.

## **1909**

*Janeiro:* greve dos ferroviários em Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte paralisa as comunicações.

*Junho:* greve do pessoal da Light, no Rio.



*Agosto:* greve no Lloyd Brasileiro.

*22 de setembro:* “primavera de sangue” no Rio de Janeiro. A polícia dispersa uma manifestação pública de estudantes que saúdam a entrada da primavera. Como protesto, os acadêmicos fazem uma passeata com o enterro simbólico do chefe da brigada. A polícia reage com violência, matando dois estudantes a facadas: José de Araújo Guimarães e Francisco Pedro Ribeiro Junqueira. Muitos outros ficam feridos. O fato dá ensejo a várias campanhas jornalísticas, em todo o país, contra as arbitriedades da polícia.

## 1910

Greve da Marinha Mercante no Rio.

Greve em Santos é reprimida pela polícia.

*Novembro:* Revolta da Chibata, quando um marinheiro foi punido, como de costume, com chibatadas. Mas em vez de aplicar as 25 chibatadas prescritas, os encarregados da punição administraram cerca de cem chibatadas. O marinheiro não resistiu e morreu, deflagrando uma revolta entre as patentes mais baixas da Marinha.

*Dezembro:* novo levante de marinheiros desta vez na ilha das Cobras, é utilizado como pretexto para sangrenta repressão contra os revoltosos de novembro.

O Governo responde a todas as manifestações dos trabalhadores com mão de ferro. Prisões, empastelamento de jornais, expulsão de estrangeiros e até mesmo assassinatos, em geral praticados pela polícia, a qual tinha ordem de atirar durante as manifestações. Em 1 de julho

1913, um jornal operário lamenta a morte de um companheiro nessas circunstâncias:

*Recebemos vaga e laconicamente a notícia do assassinato, em Vitoria, do camarada João Maranhão que, naquela cidade, se dedicava com outros companheiros com o carinho e o entusiasmo de trabalhador revoltado contra o regime carcasso e tirano atual à propagação de novas ideias (...) À família da vítima da víbora social que corrompe a humanidade, nossos pêsames.*

A luta dos trabalhadores na panificação centrou-se principalmente em torno da reivindicação pelo descanso dominical e pelo fim do tratamento “a seco”, isto é, a falta de refeições oferecidas pelos empregadores.

Além da extenuante jornada de trabalho de 14 horas diárias, os trabalhadores na panificação não tinham nenhum dia de descanso. A venda em balcão e, principalmente, a entrega em domicílio, a qual representava uma polpuda fatia do negócio das padarias, exigia que a produção fosse contínua, e os empregados tinham de se submeter a esse ritmo. E como muitos operários panificadores “ganhavam livre”, isto é, comiam – bem ou mal – e até mesmo dormiam nas padarias por conta dos patrões – o que garantia “algum dinheiro no bolso”, conforme colocou um padeiro veterano –, a maior reivindicação era ter o domingo para folgar. Não só o descanso era necessário, mas igualmente a possibilidade de convívio familiar e social. Os jornais mantidos pelos trabalhadores na panificação revelam que essa reivindicação se estendeu por anos. A edição de 1 de fevereiro de 1914 do jornal *A Voz do Trabalhador*, um periódico anarquista publicado no Rio de Janeiro cuja temática principal era a relação do anarquismo com o sindicalismo, veicula uma nota do Sindicato dos Operários Panificadores sobre o principal objetivo da classe. A nota informa igualmente o endereço da organização:

## **SINDICATO DOS OPERARIOS PANIFICADORES**

*A atividade que se nota nesta novel agremiação tem feito despertar a classe dos padeiros. O principal objetivo tem se relacionado com o regulamento do descanso dominical.*

*A fim de melhor ventilar esta antiga aspiração da classe, realiza amanhã, ao meio dia, na sede social, à Rua dos Andradas 87 [Rio de Janeiro], uma reunião, para a qual são convidados todos os associados ou não.*

Para exercer pressão sobre os patrões, os operários da panificação também promoviam paralisações nas padarias. As greves dos trabalhadores na panificação buscavam fechar não só os estabelecimentos, mas também impedir a venda de pães. No início do século XX, além das vendas realizadas no balcão, as padarias mantinham vendedores ambulantes. Algumas, conta Luis Jamberg, “tinham dez, quinze vendedores de pão, que saíam nas ruas, nos bares, com carroças, triciclos para entregarem os pães. Às 4 horas da manhã já começavam a fazer a entrega dos pães. Vários donos de padaria foram vendedores de pão. Vinham de Portugal e quando chegavam aqui se encostavam a seus patrícios. Logo arrumavam algum dinheiro e o patrício vendia sua freguesia de pão para ele”.

Esses vendedores eram abordados pelos padeiros no seu esforço de greve. “Quando havia greve”, prossegue Jamberg, “os padeiros iam atrás dos vendedores de pães das ruas, para não os deixar entregar os pães. Eles tiravam os burros das carroças e diziam, ‘se vocês quiserem entregar os pães, vão ter que carregar nas costas, porque os burros já foram’”.

*História do Sindicato dos Padeiros de São Paulo*



Vendedor de pães, início do século XX



Entregadores de pão - início do século XX

Apesar do estímulo à mobilização pelos trabalhadores da panificação, a oligarquia, além de promover a repressão, procurava infiltrar elementos dentro das organizações dos padeiros com o intuito de desorganizar e enfraquecer o movimento. A estratégia teve sucesso nos primeiros anos da década de 10, quando o movimento trabalhista passou por uma fase de estagnação. Os trabalhadores na panificação respondiam, aumentando o esforço de mobilização. Em 1 de abril de 1913 um padeiro veterano, identificado apenas como Zambujo, conchama em um artigo os companheiros a prosseguirem com sua luta e evitar dar ouvido aos “elementos timoratos”, isto é, aos medrosos e sem compromisso com a causa:

*Após a última greve da classe, a cuja frente se postou a Liga Federal dos Empregados em Padarias, e que tanto a nobilitou nesse movimento justo e reivindicador, sucedeu-se-lhe um período de estagnação e de desorganização, motivado por elementos timoratos que entendem que uma sociedade, não deve sair do caminho dos paliativos.*

*Para que ela desperte dessa apatia indigna, urge reentrar na luta, firme e disposta para tornar um fato a emancipação da classe e gritar bem alto que os interesses legítimos e justos dos que tudo produzem e nada gozam, não podem continuar a mercê dum capitalismo retrógado e de um governo insapiente e autoritário que dissolve comícios e demais regalias sociais garantidas pelo art. 72 da Constituição.*

*O verdadeiro caminho a trilhar pelas organizações operárias de resistência é cuidar assiduamente do bem estar das classes, procurando harmonizar os interesses de todas, e nunca perder de vista o preparo para que as nossas reclamações quando não atendidas sejam seguidas da greve geral.*

*As organizações operárias só conseguirão certas melhorias quando compreenderem que só à custa do seu próprio esforço é que assentarão o princípio do bem social. Desvencilhar-se dos dogmas políticos e patrioteiros é fortalecer a sua causa, facho luminoso que espregueita a hora precisa para levantar o grito de terra e liberdade!*

*Zambujo*

Os antigos jornais da classe trabalhadora revelam igualmente que, em alguns momentos, as organizações sindicais dos padeiros se uniram em ações conjuntas. Em outubro de 1913 a Liga Federal dos Empregados em Padaria e o Sindicato dos Operários Panificadores, ambos sediados no Rio de Janeiro e de orientação anarquista, se uniram para pressionar a classe patronal. O documento a seguir, dirigido aos trabalhadores na panificação dando conta da exigência colocada pelas direções sindicais aos patrões, registra a ação das duas organizações. O texto tem valor especial, uma vez que detalha as reivindicações dos trabalhadores na panificação na década de 10 do século passado:

### ***O GESTO DOS PADEIROS***

*“A ação é o sal da vida”*

*Estão numa ativa agitação os empregados em padaria desta capital, agitação que tem sido mantida com o maior entusiasmo, para alcançar o seu objetivo.*

*Contra fatos não há argumentos. Somente os trabalhadores conseguirão melhorar a sua situação, conseguirão, por fim, emanciparem-se, por si sós, cuidando eles próprios das questões que lhes dizem respeito e nunca entregando-*

*lhes a terceiros para que desta ou daquela forma hajam em seu lugar. As experiências recebidas pelos trabalhadores na sua já longa história de reivindicações, as desilusões, todos, enfim, que têm sofrido pela confiança depositada nos salvadores, muito têm servido.*

*As desilusões têm sido amargas porque assim o quiseram os trabalhadores: foram amargas, porém foram necessárias. Hoje, salvadores não salvam nem emancipam os trabalhadores, e isto porque estes compreenderam que se não de salvar e emancipar por si sós. Ainda bem.*

*Assim o compreenderam a Liga Federal dos Empregados em Padaria e o Sindicato dos Operários Panificadores: agitaram a classe, com método, orientação, que prevemos desde já a vitória completa da causa defendida que é a mais justa: além de outras melhorias, o descanso dominical para os empregados em padaria.*

*Unidas, as duas associações dirigiram aos patrões a seguinte circular:*

*“Secretaria da Liga Federal dos Empregados em Padaria no Rio de Janeiro – Ilmo. Senhor. – Como sabeis, desde ha muito é-vos pedido o descanso dominical para os que labutam no afanoso trabalho da nossa classe.*

*Entretanto até agora, apesar de termos empregado meios conciliatórios, não foi possível obter de vossa parte esta medida tão necessária ao nosso descanso e que em nada prejudicaria os vossos interesses.*

*Foi, pois, diante desta emergência e atendendo ao que gozam outras classes, que esta Liga e o Sindicato dos Operários Panificadores resolveram em assembleias que realizaram enviar-vos a nota do regulamento, certos de que seremos atendidos.*

*1º A entrega do pão aos domingos será feita até às 10 horas da manhã.*

*2º A entrega da segunda-feira começará às 10 horas da manhã.*

*3º O pessoal do serviço interno, terminado o serviço de sábado para domingo, só recomeçará de novo o trabalho na segunda-feira, com espaço de tempo suficiente para dar pão cozinhado às 10 horas da manhã.*

*Como vê v. s., não é exagerado o nosso pedido, razão porque esperamos a sua fiel execução.*

*Afim de melhor regularizar o trabalho marcamos o dia 19 de outubro, às 10 horas da manhã, para começar a vigorar este regulamento.*

*Expirado este prazo e caso não sejamos atendidos, agiremos pelos meios mais práticos até a conquista completa das nossas reclamações.*

*As comissões*

Não se localizou um documento que registre a conclusão das reivindicações feitas no texto acima, mas sabe-se que os trabalhadores da panificação não conquistaram a folga dominical e que essa luta prosseguiu até o momento em que a economia se expandiu a ponto de ser normal os estabelecimentos comerciais abrirem aos domingos e feriados.

## **A Crise econômica de 1912-16**

Se as condições de vida da classe trabalhadora eram difíceis nos primeiros dez anos do século XX, a década de 10 assistiu a uma piora ainda maior na já precária sobrevivência dos operários. Os problemas econômicos surgidos durante o governo do marechal Hermes da Fonseca, o qual se estendeu de 1910 a 1914, vinham provocando, desde 1912, um constante aumento no custo de vida. A Primeira Guerra Mundial na Europa e o conseqüente bloqueio da Alemanha e da Áustria pelos navios britânicos levaram à diminuição das nossas exportações de café. Para culminar, os preços internacionais do café começaram a cair.



A crise econômica provocou um aumento vertiginoso do custo de vida. Segundo o sociólogo Bóris Fausto, fixando-se o número de 100 para os preços e salários dos operários industriais em 1913, teríamos, em 1915: salários, 75; preços, 123. Em 1917, esses índices eram, respectivamente, 86 e 139. Ou seja, enquanto os salários baixavam, os preços davam saltos para cima. “Em 1913”, afirma o historiador Sheldes Maram, “o relatório da indústria têxtil do Rio apontava que, numa família de cinco pessoas, no qual o pai, a mãe e os três filhos tinham empregos fixos, ainda faltariam 12\$000 para cobrir as necessidades mínimas mensais. (...) Nos anos seguintes, as condições pioraram. (...) de acordo com o estudo feito pelo industrial Roberto Simonson (...) o custo de vida em 1916 era 16% mais alto que em 1914, e os salários haviam aumentado apenas 1%. (...) Em julho de 1916, o preço de atacado do feijão era de 220 réis o quilo. Em abril de 1918, cerca de 583 réis”.

Os operários tentaram enfrentar a crise. Em 1912, começaram a surgir, por todo o país, movimentos de protesto contra a carestia. Os trabalhadores na panificação, cujo movimento havia enfraquecido no início do governo Hermes, buscavam se reorganizar. No início da década de 10, novas organizações sindicais foram fundadas pelos trabalhadores na panificação, conclamando seus membros a voltar à luta. A nota a seguir, publicada em 1 de julho de 1913 por um autor desconhecido, ilustra esse esforço:

### ***Aos empregados em padaria***

*Tendo-me encontrado com diversos companheiros de trabalho, mostraram-me eles o órgão da Confederação Operária Brasileira, que faz a propaganda e a defesa dos direitos das classes trabalhadoras.*

*Em vista disto eu não podia quedar-me inerte sem naturalmente pôr à disposição [do jornal] A Voz do Trabalhador a minha modesta pena.*

*Companheiros!...*

*Em vista de a classe dos padeiros estar completamente desunida, é preciso por todos os meios organizá-la afim de que saíamos da apatia que há 11 anos vimos trilhando, sem nada fazer a favor da classe, e tudo porque os companheiros alheios a tudo são como, vulgarmente de diz, carneiros. E é por assim considerar que eu venho por intermédio deste baluarte do povo trabalhador, juntar o meu ao vosso esforço, para que reunidos em comunismo, preparemos a luta contra o patronato.*

*Estando eu em caminho para os 24 anos, neste serviço, creio ser conhecedor da arte, e também dos mesquinhos tratos dos patrões; e vós, companheiros, por muito jovens que sois na arte, não será preciso que vos fale mais.*

Em São Paulo, foi criado o Comitê de Agitação Contra a Carestia da Vida. Durante esse e os anos seguintes, o Comitê promoveu comícios em todos os bairros operários da cidade, agitando a Mooca, o Brás, o Bexiga, o Cambuci, a Barra Funda, contra o aumento do custo de vida. “No Rio”, registrou na época o jornalista Astrojildo Pereira, “cerca de quinze comícios de bairro foram efetuados, em preparação ao comício central no largo de São Francisco, a 16 de março de 1913, do qual participou uma multidão superior a 10.000 pessoas”.

Com o declínio do comércio internacional provocado pela guerra, a indústria brasileira se expandiu para substituir os produtos até então importados. Era o impulso que faltava para uma retomada do crescimento industrial. Entre 1915 e 1919 surgiram 5.940 novas empresas. Por volta de 1916, o desemprego começou a diminuir. Naquele ano, com a reanimação da produção industrial, a crise econômica foi revertida.

No entanto, apesar do gradual fortalecimento econômico, a carestia continuou. Por conta disso, a insatisfação operária se aprofundou e se alastrou por todo o país encarnada em protestos e paralisações, gerando conturbação social.

A reanimação do movimento operário em 1916 iniciou a fase áurea das lutas trabalhistas na República Velha. Outro forte impulso veio com as notícias das revoluções russas de março e novembro de 1917. Naquele ano emblemático, o movimento trabalhista conseguiu realizar a primeira grande greve de abrangência nacional. Os trabalhadores fizeram o país parar.

### **Os Trabalhadores na Panificação e a Greve de 1917**

Em 1917, o *Correio da Manhã* reconhecia que “nenhuma outra classe recebeu tão pouca atenção dos poderes públicos como essa grande multidão a cujo trabalho paciente e infatigável devemos em grande parte a riqueza que agora acumulamos”.

Com efeito, depois de pelo menos duas décadas de lutas por melhorias nas precárias condições de trabalho e de sobrevivência, a classe trabalhadora sentia-se – e de fato estava – mais aviltada do que nunca. A situação levou a uma mobilização em escala nacional. Uma ação que surpreendeu a oligarquia.

Em 1917, eclodiu no Brasil a primeira manifestação operária de impacto nacional, orientada por organizações sindicais e partidos operários. O movimento não tinha caráter apenas reivindicatório – visava igualmente implantar um novo sistema de governo. A Greve Geral de 1917, como veio a ser conhecida, conseguiu paralisar São Paulo, o Rio de Janeiro e outros estados e conquistou o atendimento de grande parte das reivindicações.

A greve começou em São Paulo, em julho, entre os operários de uma fábrica têxtil que reivindicavam aumento de 20% nos salários. A partir daí foi ganhando a adesão de outros trabalhadores, já que pela primeira vez reivindicações foram unificadas. Um mês depois já eram 20 mil os grevistas, combatidos com violência pela polícia, o que só fez aumentar a solidariedade de outros trabalhadores. Bondes, iluminação, os padeiros – os quais, enquanto distribuidores de um gênero alimentício básico, detinham forte influência –, comércio em geral, todos esses setores aderiram, e a burguesia paulistana foi tomada pelo pânico.

O historiador Everardo Dias descreve, em seu livro *História das Lutas Sociais no Brasil*, a atmosfera em São Paulo durante a greve:

*Operários e anarquistas marcham portando bandeiras negras pela cidade de São Paulo na greve de 1917.*

*São Paulo é uma cidade morta: sua população está alarmada, os rostos denotam apreensão e pânico, porque tudo está fechado, sem o menor movimento. Pelas ruas, afora alguns transeuntes apressados, só circulavam veículos militares, requisitados pela Cia. Antártica e demais indústrias, com tropas armadas de fuzis e metralhadoras. Há ordem de atirar para quem fique parado na rua. Nos bairros fabris do Brás, Mooca, Barra Funda, Lapa, sucederam-se tiroteios com grupos de populares; em certas ruas já começaram fazer barricadas com pedras, madeiras velhas, carroças viradas. A polícia não se atreve a passar por lá, porque dos telhados e cantos partem tiros certos. Os jornais saem cheios de notícias sem comentários quase, mas o que se sabe é sumamente grave, prenunciando dramáticos acontecimentos.*



Cenas da Greve Geral de 1917, na qual os padeiros se destacaram

A radicalização aumentou de parte a parte e a greve só foi suspensa no dia 15 de julho, depois que uma comissão de jornalistas resolveu servir de intermediária, promovendo um acordo em que os operários conseguiram seus intentos.

No entanto, muitos patrões não cumpriram o acordo. Como resultado, quatro dias depois recomeçou a agitação. Dessa vez, as paralisações não se limitaram a São Paulo e estouraram no Rio de Janeiro, em Curitiba e muitas outras cidades. Em agosto havia cerca de 70 mil grevistas em todo o país, cifra muito alta ao se considerar o número pouco representativo de operários industriais no Brasil de então.

Em agosto, em Minas, os ferroviários da Rede Sul-Mineira paralisaram o trabalho. No Rio, onde o movimento abrangeu um período maior, entre maio e dezembro, realizaram-se vários movimentos grevistas, envolvendo operários da indústria de calçados, têxteis e de outras categorias. Na Bahia, houve greves, comícios, conflitos de rua e incontáveis prisões. Mas foi em Pernambuco e no Rio Grande do Sul que a mobilização operária assumiu maiores proporções. No Rio Grande do Sul, os trabalhadores na panificação tiveram participação proeminente.

Em 31 de julho, os ferroviários gaúchos paralisaram as estações de Porto Alegre, Santa Maria, Pelotas, Rio Grande, Bajé, Gravataí e de outras cidades. Nesse mesmo dia, a Federação Operária do Rio Grande do Sul promoveu uma concentração na Praça da Alfândega (Porto Alegre), na qual foi criada a Liga de Defesa Popular, dirigida por Luís Derivi. À noite, a Liga lançou um manifesto convocando à greve geral. No dia seguinte, Porto Alegre estava paralisada.

Os padeiros se destacaram na greve. Conforme o relato de Miguel Bodea, “as primeiras categorias a entrarem em greve foram os tipográficos, pedreiros, carpinteiros, *padeiros* e tecelões. Sucedem-se vá-

rios comícios e passeatas pelas ruas da capital; na Praça Garibaldi [em Porto Alegre] *grupos de padeiros chegaram a distribuir pão de graça aos ‘miseráveis’*”.

Em 2 de agosto, o presidente do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros, acabou cedendo às reivindicações e fez concessões parciais. No dia 5 de agosto, a greve terminou em Porto Alegre, mas começa em cidades do interior, como Pelotas e Bajé.

A Greve Geral de 1917 mostrou a força da classe trabalhadora. O episódio animou grupos anarquistas a prosseguir com seu intento de derrubar o poder constituído. Estimulado pelo exemplo da Revolução Russa e pelo crescimento das lutas operárias, os anarquistas cariocas se mobilizam em uma ousada tentativa de conquistar o poder. O conselho diretor da insurreição – liderada por José Oiticica, Agripino Nazaré e pelo jornalista Astrojildo Pereira – marcou a data do levante para 18 de novembro de 1918. Para chefiar as operações militares do golpe foi escolhido o tenente do Exército Jorge Elias Ajus. O movimento chegou a envolver mais de quatro mil trabalhadores, para quem foram distribuídas cerca de mil e seiscentas bombas.

Mas Ajus era um agente infiltrado. O tenente era, na verdade, um *agente provocador*, isto é, um elemento que procura destruir um determinado grupo de dentro do próprio grupo. Ajus informou as autoridades sobre o plano, e na tarde do dia 18, muitos membros do conselho revolucionário foram presos. Os operários da indústria têxtil entraram em greve e alguns insurretos conseguiram reunir-se no Campo de São Cristóvão, no Rio, tomando a delegacia do 10º Distrito Policial. Mas foram logo desalojados por tropas do Governo. Um grande número de detenções pôs um fim no episódio.

Nos dois anos seguintes, isto é, em 1919 e 1920, as greves foram ainda uma constante, mas pouco a pouco a luta foi perdendo o ímpeto e

terminou por fenecer na década de 20. Na esteira do naufrágio do primeiro momento do movimento trabalhista brasileiro, as organizações sindicais dos trabalhadores na panificação se dissolveram ou se enfraqueceram. Em São Paulo, foi apenas em 1930 que os trabalhadores na panificação voltaram a se organizar.



## Capítulo 2

# A Fundação do Sindicato dos Padeiros

**O**s anos 20 foram marcados por alterações profundas nos contornos do Brasil. Embora a estratificação social e política permanecesse a mesma desde o tempo do Império, a burguesia se fortaleceu graças à conquista de poder econômico ou institucional, como aconteceu com os militares. Ao mesmo tempo, outras classes sociais, como os imigrantes e a classe trabalhadora, faziam valer suas reivindicações, pressionando com greves e manifestações. Cada qual buscava concretizar seus interesses nos estratos da Velha República.

De um lado desse cabo de guerra do poder, a situação. Desde o governo do presidente Campos Salles (1898-1902), grandes cafeicultores de São Paulo e de Minas, os estados mais ricos da União, alternavam-se na presidência da República, uma constante que acabou sendo chamada de “política café com leite”. Nessa política, a vice-presidência ficava ora com os gaúchos, ora com os baianos e ora com os pernambucanos. Aos outros estados, a quem um escritor chamou “Bagageiros da Federação”, raramente era dada a presidência – apenas quando a divergência entre paulistas e mineiros era insustentável. O partido da situação, o Partido Republicano (PR), escolhia os parlamentares e governantes que lhe eram convenientes. Além disso, as eleições eram fraudadas descaradamente. E como os postos importantes eram ocu-

pados por pessoas ligadas ao PR, quase não havia oposição. O governo tinha meios de impedir a formação de grupos que pudessem ofuscar os interesses dos grandes cafeicultores. Mas a grande ironia era que, mesmo assim, o Brasil passava ao mundo a imagem de ser uma democracia pluripartidária.

Do outro lado, o crescimento industrial fomentou o fortalecimento de uma burguesia atuante – que já estampava sua marca na revolução que promovia nas artes – e desejosa de ver seus interesses representados no quadro político nacional. A baixa oficialidade do exército, oriunda da pequena burguesia, também buscava meios de concretizar seus ideais revolucionários, reunindo-se no movimento tenentista. Ao mesmo tempo, o operariado se erguia, reivindicando melhores condições. Em São Paulo, no Rio de Janeiro e em outras cidades que se industrializavam, fermentavam ideias, manifestações, realizava-se encontros, escrevia-se jornais. Falava-se de jornada de trabalho de oito horas, quando eram de doze; em férias remuneradas quando se trabalhava no domingo até o meio dia; em proteção ao trabalho feminino e infantil quando eles representavam 70% e 20% do operariado, respectivamente.

Com a crise econômica que vinha desde os anos dez, a situação dos trabalhadores era lastimável. O custo de vida aumentava muito, e os salários não aumentavam nada. A família operária ganhava menos (mesmo com todos os seus membros trabalhando) do que era necessário para a subsistência. Em 1918, por exemplo, o salário máximo de um trabalhador era 120 mil réis, mas a manutenção da casa nunca, calcula-se, era inferior a 207\$000. Nos bairros operários não havia nem água encanada nem esgotos; em 10% dos cortiços onde esses trabalhadores moravam, segundo sanitaristas da época, entre cem e duzentas pessoas compartilhavam o mesmo banheiro. Nesse Brasil dos anos 20, 65% da população maior de 15 anos de idade eram analfabetos. Em 1924, em Niterói e no Rio, oitocentos operários foram

presos acusados de simpatizarem com o tenentismo e levado a Clevelandia. Menos de cem voltaram. Os outros foram massacrados.

Essa convulsão social era espelhada, no plano econômico, pelo conflito entre a lavoura, a indústria, o comércio, as finanças em torno da política cambial e da valorização do café. Todos esses fatores acabaram se voltando contra o Partido Republicano, o café e, conseqüentemente, contra o Estado de São Paulo.

Nesse cenário político e econômico, na cidade de São Paulo, os trabalhadores na panificação voltavam a se organizar em reuniões informais. Com a desmobilização do movimento dos trabalhadores, os operários panificadores passaram, em um primeiro momento, a se mobilizar. Luiz Jamberg, nascido em 1929 e falecido em 2010, quando ainda dava depoimentos para este livro, testemunhou a história do Sindicato “desde 1937”. Jamberg conta que “em 1937 eu já participava, porque meu pai trazia a mim, meus irmãos e minha mãe nas Assembleias, onde nós recitávamos poesia e fazíamos outros tipos de apresentação”.

Waldemar Jamberg, o pai de Luís, também era padeiro, vindo da Estônia, no norte da Europa. Waldemar chegou ao Brasil em 1914. Nessa época, os donos das padarias eram alemães, italianos, portugueses, e a maior parte dos padeiros eram lituanos, poloneses, bem como “muitos do Mato Grosso e daqui de São Paulo”, recorda Luís Jamberg. Esses padeiros se reuniam em um bilhar, o Taco de Ouro, e no Bar do João Gordo, na Rua Santa Ifigênia, que também funcionava como pensão. Nessas reuniões informais, os padeiros discutiam “as políticas do trabalhador”, conforme Jamberg. Em tais encontros se fermentou a massa do que, em 1930, viria a ser o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação, Confeitarias de São Paulo.

## **O Movimento Tenentista**

Enquanto os trabalhadores na panificação organizavam sua luta em encontros informais promovidos nos bares e pensões do centro de São Paulo, o movimento pela extensão dos direitos sociais a todas as classes brasileiras tomou outro rumo. Se nas duas primeiras décadas do século XX a causa social foi defendida principalmente pelos trabalhadores, a partir dos anos 20, outros atores assumiram a liderança do movimento: a baixa oficialidade do Exército.

No começo da década de 20 a situação no Exército era desalentadora. Faltava de tudo: armamento, cavalos, medicamentos, instrução para a tropa. Os soldos permaneciam baixos e o governo não fazia menção de aumentá-los. Essa situação afetava particularmente a baixa oficialidade. Havia um grande número de tenentes, e as promoções eram muito lentas. Um segundo-tenente, por exemplo, podia demorar dez anos para alcançar a patente de capitão. Isso tudo foi enfatizado com a vinda da Missão Militar Francesa para melhorar a formação dos oficiais brasileiros – uma das medidas que o governo tomou para modernizar o exército, depois da Primeira Guerra Mundial –, que, ao mostrar a face de uma instituição moderna e eficiente, acabou impulsionando as reivindicações dos tenentes. Mas a gota d'água que fez transbordar a taça de descontentamento dos oficiais foi a nomeação do civil Pandiá Calógeras para o Ministério da Guerra pelo presidente Epitácio Pessoa. A partir de então, diversos levantes militares eclodiram. E como a participação dos tenentes nessas ações era significativa, o movimento foi logo batizado de "tenentismo".

Incrédulos de que conseguiriam mudanças pela via eleitoral, os tenentes elegeram como seu principal objetivo derrubar o governo. No entanto, não tinham ideia do regime que queriam implantar no país. Não havia um programa claro, apenas algumas ideias gerais. Suas propostas políticas se vinculavam ao clima do pós-Primeira Guerra Mundial,

marcado pelo avanço do nacionalismo e da centralização política. Nesse ponto, eles se alinhavam com as oligarquias regionais que se opunham à política do café com leite. Entre outras reformas, defendiam o voto secreto, a independência do Poder Judiciário e um Estado mais forte.

Embora o Exército como um todo estivesse descontente com o governo, muitos oficiais achavam que os métodos dos tenentes dividiam e enfraqueciam a instituição. Essas correntes defendiam a legalidade e a profissionalização. Entre meados da década de 1920 e o início dos anos 30, foi tomando corpo uma proposta que concebia a intervenção na vida política do país como algo que deveria ser feito pelo próprio Exército. Seus principais formuladores foram Bertholdo Klinger e o tenente-coronel Góis Monteiro. De acordo com esse conceito, as Forças Armadas tinham o dever de intervir na vida política brasileira em caso de grave ameaça à organização nacional.

Por conta do Movimento Tenentista, os anos 20 foram pontuados por levantes militares que buscavam derrubar o governo. Em 1922, primeiro ano do governo de Artur Bernardes, o Rio de Janeiro assistiu à tomada do Forte de Copacabana, em um episódio que passou a ser conhecido como os Dezoito do Forte. Em 1924, São Paulo também foi varrido pela revolta militar. Os tenentes acabariam encontrando aliados nos políticos descontentes com a política Café com Leite em busca de realizar a revolução social que almejavam. Em 1930, chegaram ao poder.

Para piorar ainda mais a difícil situação política, a economia sofreu um dos piores reveses da história recente. O ano de 1929 assistiu a uma tremenda crise mundial, a qual desmontou a estrutura sobre a qual se assentava a economia brasileira desde a proclamação da República. O país conquistava o progresso urbano devido à exportação de produtos agrícolas, e a crise provocou uma enorme queda nas exportações, cujo

valor, segundo Jorge Caldeira, “passou de 97,4 milhões de libras esterlinas em 1928 para 49,5 milhões em 1931”. Essa redução de 50% na renda disponível para compras no exterior teria de ser disputada pelos atores.

A indústria, porém, foi um dos setores menos afetados. Isso fez com que uma das consequências da crise de 1929 fosse o aumento da participação das atividades urbanas na receita do Estado. Assim, o governo passou a dar mais atenção à atividade industrial do que o fizera durante a Primeira República. Até então, o desenvolvimento industrial era pensado como uma necessidade, subordinada, porém, à orientação da política agrária. Na esteira da preocupação com o desenvolvimento da indústria, o governo concebeu uma política trabalhista, realizando consultas junto aos industriais, que também estavam interessados na regulamentação.

### **A Fundação do Sindicato**

Foi nesse clima de instabilidade política e de crise econômica que o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação e Confeitaria de São Paulo foi fundado.

O padeiro aposentado Ananias Pereira de Souza relembra histórias sobre a fundação que ouviu de companheiros mais velhos, quando se iniciou na profissão, em 1963. “Os padeiros antigos contavam que o Sindicato nasceu no Largo General Osório, e um bar e pensão frequentado (e habitado) por padeiros. Era, COMO VIMOS, o bar e pensão do João Gordo. Como se pode esperar, as conversas dos padeiros giravam em torno das reivindicações da classe”, afirmou Ananias. Com a sedimentação desse movimento espontâneo, os trabalhadores na panificação se organizaram em torno do Sindicato dos Manipuladores de Pão, Confeiteiros e Similares de São Paulo, o primeiro nome do atual Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação e

Confeitaria de São Paulo, fundado em 16 de novembro de 1930. Este é o nome que consta nas fichas do DEOPS da década de 30, confirmado na edição comemorativa de 50 anos do Sindicato do jornal *A Massa*. De acordo com a Carta Sindical emitida em 15 de maio de 1941, a organização passou a se chamar Sindicato dos Padeiros e Confeiteiros de São Paulo.

O primeiro presidente foi José Augusto. Além do presidente, alguns nomes dos fundadores do Sindicato foram preservados na memória dos antigos padeiros, entre ele, Luiz Pinheiro, Serafim dos Anjos e Waldemar Jamberg. Permanece também o nome do primeiro grande líder do Sindicato, um anarquista convicto e aguerrido que não temia enfrentar as autoridades, mesmo armadas: Natalino Rodrigues. Natalino estabeleceu uma tradição de luta e enfrentamento que foi seguida por foi exemplo para uma liderança que produziu nomes que estão entre os maiores do sindicalismo brasileiro, nomes como Adolpho Schiaverin, Geraldo Camilo Antunes, Gentil Neves Correa, Reginaldo Dias do Nascimento, Berlim de Paula Cavalcanti, Raimundo Rosa de Lima, Afonso Santos Souza e Chiquinho Pereira.

O sindicato começou funcionando em uma pequena sala do edifício Santa Helena, na Praça da Sé. De lá, a sede passou para a Rua Quintino Bocaiúva, nº 80 (e para a Rua José Bonifácio, em seguida para a rua São Bento 405, no Edifício Martinelli, posteriormente para a rua Japurá e finalmente para a atual sede atual, o edifício Primeiro de Maio, na Rua Major Diogo, 126).

De acordo com Ananias de Souza, esses primeiros padeiros – em sua maioria imigrantes – eram “pinta brava”. Não era para menos: as condições de trabalho eram duras. O salário insuficiente, longas jornadas e sem folga.



O padeiro estoniano Waldemar Jamberg, um dos fundadores do Sindicato dos Padeiros de São Paulo



Normalmente, naquela época, os padeiros começavam seus turnos às 18 horas. O preparo da massa estendia-se por toda a noite, pois às 4h30 o pão deveria estar pronto para a venda e para as entregas à freguesia. Enquanto o pão estava sendo assado, os utensílios para a fabricação do pão e o local eram limpos e, às sete horas, começavam-se os preparativos para o pão da tarde. O descanso era das 12 horas às 18 horas, quando os trabalhadores dormiam. No entanto, esse horário de descanso era ou não usufruído, conforme determinação dos patrões.

Os padeiros também ajudavam no balcão e às vezes realizavam as entregas. Quase sempre, as entregas a armazéns, bares e domicílios eram feitas pelos entregadores, que usavam carroças puxadas por burro ou cavalo – o que lhes permitia atender clientes mais distantes.

As atividades dos trabalhadores em padaria eram pesadas. A historiadora Maria Izilda Matos escreve:

*“Todas as etapas do processo de preparação do pão eram árduas e pesadas, com dispêndio de força para a preparação da massa, além das altas temperaturas do local de trabalho. A esta situação, somava-se a insalubridade da função que causava mal aos pulmões e aos olhos, doenças cardíacas e pulmonares, como tuberculose, asma e pneumonia, além de reumatismo, queimaduras e varizes”.*

Além do trabalho pesado, a fabricação do pão exigia conhecimento e habilidade. Em seu livro *O Pão Nosso de Cada Dia*, Eliza Fontes descreve como era o processo até meados do século passado. Primeiro, a farinha de trigo era peneirada dentro de uma masseira de madeira; separadamente, fazia-se o fermento. Apesar de as masseiras elétricas começarem a ser usadas em meados dos anos 20, sua difusão foi lenta e parcial e acabou sendo mas utilizada a partir da década de 40. Por isso, os ingredientes deveriam ser amassados "a muque", como se di-

zia então, isto é, utilizando-se a força física. O ponto ideal da massa era obtido através da experiência do mestre padeiro – pelo toque.

A massa já pronta descansava. Então, era cortada, pesada, sovada, para depois se modelarem os pães, que eram colocados em tábuas aprontando-os para serem levados ao forno. Quando eram colocados no forno, os cortes dos pães eram feitos.

O forno redondo de barro e tijolos não possuía termômetros. Por isso ficava sob a responsabilidade do padeiro. Nas padarias maiores havia o forneiro, que preparava o forno: limpava, alimentava com lenha e acendia o fogo. Valendo-se apenas da experiência, sabia a temperatura em que devia colocar e retirar o pão do forno. Com a pá de fornear, o forneiro coloca os pães no forno com cuidado e habilidade, posicionando-os de um lado e retirando-os prontos de outro. Eram atividades que exigiam atenção e prontidão para evitar que os pães ficassem crus ou queimados.

Apesar do grande trabalho, os ganhos eram pequenos. Pior: muitos padeiros trabalhavam durante anos sem receber nada a não ser a hospedagem e um prato de comida. Mesmo os padeiros e confeitheiros com maior qualificação recebiam pagamentos instáveis e acabavam recorrendo à venda do pão em domicílio como forma de aumentar seus ganhos.

Na época da fundação do Sindicato, os trabalhadores das padarias eram sempre homens solteiros. A maioria morava no local de trabalho, uma espécie de alojamento fornecido pelo proprietário, que também fornecia as refeições, o que facilitava aos imigrantes e outros trabalhadores de diversas partes do Brasil que vinham buscar emprego na cidade, pois os livrava das despesas com acomodações, transporte e alimentação. Contudo, os cômodos eram precários, sujos, mal arejados e a comida não podia ser considerada de boa qualidade. Eram estraté-

gias patronais de controle sobre o cotidiano e o horário de trabalho dos trabalhadores, garantindo assiduidade e pontualidade e possibilitando a extensão da jornada – características que, em certas regiões e estabelecimentos, persistem até hoje.

Também se controlava a produção através da vigilância do processo de trabalho, chegando-se a trancar a sala da padaria, restringindo a saída dos padeiros. Pelo que constatamos nas entrevistas com padeiros e confeitheiros veteranos, essas condições perduraram até os anos 70 e, em alguns casos radicais, continuam ainda hoje – oitenta anos depois da fundação do Sindicato.

Para auxiliar na busca por emprego, uma das primeiras medidas organizadas pelo Sindicato foi o centro de colocação. De fato, essa foi a primeira estrutura sindical. “O centro de colocação foi o pontapé inicial do Sindicato” diz Ananias de Souza. Mas as reuniões dos trabalhadores na panificação e sua organização em busca de colocação profissional eram, igualmente, vias de debate, de transmissão de ideias, conceitos e reivindicações. A partir do centro de colocação, a fundação do Sindicato foi um passo natural. E nasceu, conforme colocou a historiadora Maria Izilda Matos, sob o signo da “organização e combatividade”.

Desde os primórdios da expansão das padarias na cidade de São Paulo, as questões em torno das condições de trabalho e da entrega dos pães geravam embates entre patrões e trabalhadores. E tais problemas constituíram o combustível que moveu as primeiras ações do Sindicato, produzindo ações de resistência e luta que continuaram ao longo de todo o século XX – e que permanecem até hoje.

Logo de início, o Sindicato também promovia atividades familiares. Nos primeiros anos do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação e Confeitaria de São Paulo, os trabalhadores na panifica-

ção levavam as famílias às reuniões. As crianças recitavam poemas aprendidos na escola e havia apresentações musicais e teatrais. “As famílias participavam das assembleias, inclusive as mulheres. A gente recitava, fazia discurso”, recorda Luis Jamberg. “Em 1937, além de mim, meu pai levava minha mãe e minha irmã às reuniões sindicais”. Isso, porém, mudou. Com o passar do tempo, as mulheres não frequentaram mais o Sindicato. “O pessoal do centro de colocação tumultuava as reuniões, as assembleias. Eles bebiam muito, andavam armados, falavam palavrões. Então os associados tinham medo, receio de levarem suas mulheres, pois elas recebiam cantadas mesmo acompanhadas dos maridos. Aí, as mulheres não iam. No tempo do Martinelli [que foi sede do Sindicato a partir de 1963] não podia ir mulheres. No início do Sindicato as pessoas eram mais respeitadas. A partir de 1959, já não eram mais”, conta Luis Jamberg.

### **A Revolução de 1930**

No ano da fundação do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação e Confeitaria de São Paulo, o Brasil enfrentou uma revolução que colocou fim ao governo oligárquico e à política do café com leite. As consequências da Revolução de 1930 foram muitas no sentido de modernizar o país e de buscar a inclusão das classes sociais menos favorecidas. A importância do movimento é tal que um historiador afirmou que o Brasil só entrou no século XX após a Revolução de 1930.

Apesar das dificuldades enfrentadas em seu governo, em 1926 o mineiro Artur Bernardes passou o bastão da presidência ao paulista Washington Luís, dando continuidade à política café com leite. O que não se esperava, porém, era que Washington Luís fosse quebrar a aliança na qual São Paulo e Minas, os Estados mais ricos da União, alternavam-se no poder. Mas foi o que aconteceu. Ao nomear o paulista Júlio Prestes como seu sucessor, Washington Luís preteriu a vez de Minas

Gerais no jogo da sucessão presidencial. Essa atitude repercutiu tremendamente mal, e Minas acabou rompendo com São Paulo. A bancada mineira no Congresso formou uma aliança com os gaúchos, prometendo apoio a Getúlio Vargas, se este concorresse à presidência. E assim, em setembro de 1929, Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba formaram a Aliança Liberal, lançando Vargas à presidência e João Pessoa, da Paraíba, à vice. O partido era também apoiado pela classe média e pelos tenentes, ansiosos por promover reformas sociais e econômicas que melhorassem as condições de vida dos brasileiros. Mas Júlio Prestes venceu nas urnas, em março de 1930. A eleição, como todas as da República Velha, foi fraudada. Com o pleito perdido, à Aliança Liberal só restava a revolução. O estopim do movimento foi o assassinato de João Pessoa.

Em julho de 1930, aproveitando uma visita de Pessoa ao Recife, João Dantas – um inimigo político que tinha sido perseguido por Pessoa – matou-o a tiros, consumando não um crime político, mas passional. O evento, amplificado pela comunicação precária, pela imprensa facciosa e pela agitação política da época, ganhou outro contorno. Para todo o país, a morte de João Pessoa foi apresentada como prova do autoritarismo do governo. A revolução já tinha um motivo.

Em 3 de outubro de 1930, em manobra articulada entre o Rio Grande do Sul, Minas e Paraíba e apoiada por grande parte do povo brasileiro, estourou a insurreição. Os rebeldes tomaram os três estados de onde a revolução se irradiou sem dificuldades e rumam para a capital federal, então o Rio de Janeiro. Do Rio Grande do Sul, subiram forças conquistando Santa Catarina e Paraná. Do norte, desceram colunas paraibanas conquistando todos os estados do Nordeste. A revolução foi vencida sem muita dificuldade e praticamente sem luta. Por exigência do gaúcho Góis Monteiro, chefe militar da operação, Vargas foi nomeado chefe do governo provisório.

Getúlio tomou posse, promovendo a anistia dos rebeldes das revoluções de 1922 e 24, modificando o sistema eleitoral e incentivando a policultura. Além disso, para demonstrar que não encarava a questão social como simples caso de polícia, o governo provisório de Vargas criou em 26 de novembro de 1930 o Ministério do Trabalho. Segundo Marcondes Filho, que viria a ser ministro do Trabalho em 1941, “o erro cometido até 1930, quando já era inegável o desenvolvimento do nosso parque industrial e as agitações operárias começam a proliferar, encontra-se no fato de o Estado, como aconteceu na Europa, negar-se a reconhecer a existência do grande problema contemporâneo. Sofríamos, a respeito, de uma (...) insensibilidade jurídico-social”.

A partir da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Getúlio Vargas promulgou uma série de leis trabalhistas. Parte delas visava ampliar direitos e garantias do trabalhador: lei de férias, regulamentação do trabalho de mulheres e crianças, jornada de trabalho de oito horas, previdência social etc.

As classes trabalhadoras receberam o triunfo da revolução com esperança. As medidas sociais do novo governo alimentaram essa expectativa, mas, nas fábricas – e padarias –, poucos patrões dispunham-se a cumpri-las. Uma vez mais, a esperança dos trabalhadores se esfacelava frente à realidade patronal. A crise internacional de 1929 provocara o fechamento de muitas indústrias. Demissões em massa eram comuns e os salários sofreram uma redução generalizada que, em alguns casos, chegou a 40%. Greves começaram a surgir por toda a parte. Reivindicava-se o aumento dos salários, o fim do desemprego (massas de desocupados perambulavam pelos grandes centros; só em São Paulo calculava-se que houvesse cem mil desocupados, parte dos quais foi encaminhada para o trabalho nas fazendas) e do subemprego (muitos trabalhavam apenas três ou quatro dias por semana). Já em novembro de 1930, 8.400 operários paulistas entram em greve em 31 fábricas. No ano seguinte, a Confederação Brasileira do Trabalho organiza em

janeiro a *Marcha da Fome*, no Rio. Mas a polícia iria reprimir a manifestação à bala. Os comícios de 1º de Maio foram proibidos em 1931 e em maio do ano seguinte, a cidade de São Paulo se viu paralisada por uma greve geral de cerca de duzentos mil operários. O governo do interventor Pedro de Toledo sufocou o movimento e prendeu a liderança. Em 1933, a reativação da atividade industrial provocou o arrefecimento das greves. Mesmo assim, elas retornam em 1934: os bancários do Distrito Federal obtêm, após dois dias de greve, o direito à aposentadoria e a pensões.

Os trabalhadores em panificadoras também voltaram a entrar em greve em 1934. A paralisação foi duramente reprimida. Na ocasião, o padeiro Eleutério do Nascimento, foi preso arbitrariamente e identificado pela polícia, conforme consta em seu prontuário no DEOPS, como "perigoso ladrão". Contudo, o jornal anarco-sindicalista *A Plebe*, em sua edição de 29 de setembro de 1934 esclarece que a prisão – não só de Eleutério, mas também de diversos trabalhadores e sindicalistas – foi arbitrária, uma vez que teve lugar justamente durante a greve dos padeiros de 1934, organizada pelo Sindicato dos Padeiros e da qual Eleutério era um dos líderes. “Conhecido como é esse companheiro entre os trabalhadores de sua classe, de cujo Sindicato vem sendo, de há muito, honesto colaborador, essa notícia provocou a mais justa repulsa... não é ladrão, mas honesto trabalhador padeiro”, denuncia o jornal.

Com efeito, os operários da panificação participaram ativamente, através de seu Sindicato recém-fundado em São Paulo, do movimento trabalhista ao longo da era Vargas, organizando-se em assembleias e promovendo greves, conforme veremos mais adiante.

Apesar das dificuldades, a regulamentação das relações de trabalho estava entre as inovações mais importantes do regime instaurado em 1930. Foi estabelecida a política do “pacto social”, ou seja, da colabo-

ração entre capital e trabalho através da mediação do Estado. “A complexidade dos problemas morais e materiais inerentes à vida moderna alargou o poder de ação do Estado, obrigando-o a intervir mais diretamente como órgão de coordenação e direção nos setores da atividade econômica e social”, afirmava Getúlio Vargas.

Com a criação do Ministério do Trabalho, os órgãos de representação operária, que até 1930 tiveram vida e organização autônomas, passam a ser regulamentados pela nova legislação sindical. Em dezembro de 1930, pela Lei de Nacionalização do Trabalho, toda empresa devia ter pelo menos 65% de empregados brasileiros. Em 1932, foi instituída a carteira profissional como documento obrigatório para registro dos contratos de trabalho. Foram também as Juntas de Conciliação e Julgamento para arbitrar conflitos trabalhistas. E em 1939, já no Estado Novo – isto é, o nome pelo qual o período abrangido pela ditadura Vargas, que vai de 1937 a 1945, ficou conhecido –, seria instituída a Justiça do Trabalho.

O núcleo da nova legislação, porém, dizia respeito aos sindicatos. O decreto 19 770, de 19 de março de 1931, definia o sindicato como órgão consultivo e de colaboração com o poder público. É o início da tutela dos sindicatos pelo Estado. Esta lei estabelecia, por exemplo, que “terá o Ministério (...) junto aos sindicatos, às federações e confederações, delegados com a finalidade de assistir às assembleias gerais e a obrigação de (...) examinarem a situação financeira dessas organizações”. Criava-se o embrião da futura burocracia sindical com sua legião de “pelegos”, isto é, dirigentes sindicais ligados ao Ministério do Trabalho.

O reconhecimento dos sindicatos pelo Ministério era indispensável para que pudesse usufruir da legislação social. Estabeleceu-se apenas um sindicato para cada categoria de uma mesma região, que deveria reunir pelo menos 30 trabalhadores.



Dessa forma, para funcionar, o sindicato dependia de autorização do Ministério do Trabalho e era por ele fiscalizado: funcionários do governo tinham o direito de assistir às assembleias e intervir em suas deliberações. O exercício de qualquer atividade política no interior do sindicato foi proibido e estabeleceu-se que os cargos de direção só poderiam ser ocupados por brasileiros natos, afastando as antigas lideranças operárias de imigrantes.

Uma estrutura piramidal facilitava o controle das organizações sindicais. Na base, havia um sindicato por categoria profissional, abrangendo trabalhadores de um ou mais municípios. No nível estadual, foram formadas federações, também por categoria. No nacional, criou-se a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria. Outras categorias, tais como bancários e comerciários, formariam confederações à parte. Essa estrutura apoiava-se no imposto sindical, instituído em 1941 e equivalente a um dia de salário, pago por todos os empregados do país, sindicalizados ou não. Recolhido pelo governo, o imposto era repassado aos sindicatos, constituindo um poderoso instrumento de controle. Os “pelegos” completavam o quadro de falta de autonomia sindical. Por conta da nova legislação, as organizações sindicais autônomas, sob controle das correntes de esquerda, acabaram minguando.

A sindicalização era – e continua sendo – facultativa. Mas os resultados iniciais do Decreto 19 770 foram medíocres: em 1931 são reconhecidos apenas 39 sindicatos em todo o país. Em 1932 já surgem 116 oficialmente reconhecidos. A Lei de Férias, votada em 1925, levaria vinte anos para ser cumprida na íntegra. Lindolfo Collor, primeiro ministro do Trabalho, empenhou-se sobremaneira na estruturação da legislação trabalhista. Durante sua gestão, contudo, havia ainda grande identificação entre o poder público e os interesses dos industriais. Com sua saída, em março de 1932, o novo ministro, Pedro Salgado Filho, assumiu com maior ênfase o papel de verdadeiro árbitro entre

as partes: regulamentou o trabalho da mulher e do menor e fixou o limite de 8 horas para a jornada de trabalho.

A política de governo dirigida aos trabalhadores urbanos tinha como objetivo, de um lado, atrair o apoio dessa classe, antecipando-se às suas reivindicações, e, de outro, atrelar à influência estatal o esforço de organização operária, afastando a possibilidade de surgirem sindicatos independentes. No fim do Estado Novo, a política trabalhista de Getúlio Vargas atingia seus objetivos: em 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), inspirada na Carta del Lavoro italiana, ampliava as medidas adotadas desde 1930. Vargas consagrou assim o modelo que avançava na proteção individual aos trabalhadores enquanto cerceava a possibilidade de organização coletiva autônoma.

Em 1933, depois da Revolução de 1932, foi promulgada uma nova Constituição, a qual mudou as feições do Brasil. Em 1937, a Constituição foi editada, impondo um controle às atividades industriais semelhantes ao dos sindicatos. Para se relacionar com o governo, as indústrias deveriam organizar sindicatos patronais e federações estaduais. Esse modelo propiciava uma visão das relações como um conjunto de troca de favores: os industriais pediam auxílio ao governo e este, por sua vez, impunha condições para prestar o “socorro” pedido pelos empresários.

Esse esquema deu origem a um forte amálgama entre a política econômica de governo e o controle político das reivindicações industriais. Uma consequência inevitável desse sistema foi o fechamento progressivo da economia brasileira. A associação entre Estado e empresários nacionais logo se tornou uma frente contra investimentos estrangeiros. De 1938 a 1942, a participação desses investimentos caiu de 43,6% do capital total das sociedades anônimas para 21,9%. Essa rápida redução deveu-se a uma série de medidas do governo: nacionalização de empresas, proibição de firmas estrangeiras em vários setores

e atos legais, como a Lei de Nacionalização do Trabalho e a Lei dos Atos Contrários à Economia Nacional.

Assim, as principais decisões relativas a investimentos deixavam de ser tomadas apenas no setor privado. Dessa forma, o futuro de qualquer empresa maior passou a depender diretamente do governo.

### **Os Trabalhadores na Panificação na Era Vargas**

Apesar do esforço de Vargas para regulamentar os direitos dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que buscava assumir o controle sindical por meio de “pelegos”, essas conquistas demoraram a ser assimiladas pela classe patronal. E os trabalhadores na panificação continuaram a reivindicar seus direitos. Por conta disso, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação e Confeitaria de São Paulo cresceu demasiadamente, ainda na primeira década de sua fundação. Mas o início foi difícil. Havia época em que os trabalhadores não tinham dinheiro para pagar o aluguel da sede do Sindicato. Quando isso acontecia, era comum se reunirem para coletar contribuições. Isso não impediu, porém, que, na medida em que a Era Vargas se desenvolvia, o Sindicato atuasse de forma mais efetiva e organizada na luta por seus direitos.

As principais reivindicações dos primeiros anos do Sindicato continuaram a ser, como nas décadas anteriores, o descanso dominical e o tratamento “a seco”, isto é, com salários refeições. O Sindicato pressionou para que fossem implementadas leis de regulamentação das horas do trabalho, e essa luta continuou ao longo de décadas. Como as padarias não podiam parar – nem aos domingos – era mantido um funcionário que conhecia todas as funções da ocupação: o tornante. Esse profissional garantia que – em um estabelecimento com quatro funcionários, isto é, o mestre, o forneiro, o ajudante de forno e o tornante – cada funcionário pudesse folgar um domingo por mês. O tor-

nante também garantia a produção mesmo quando alguns dos funcionários faltavam – o que não era incomum. Além disso, para poder garantir a folga de um funcionário, as padarias dobravam a produção na noite do sábado.

Além do descanso dominical e do tratamento “a seco”, de forma geral, nas décadas seguintes à fundação do sindicato as reivindicações giravam na exigência do cumprimento dos direitos dos empregados. Por exemplo, muitos donos de padaria não pagavam as muitas horas extras e folgas trabalhadas pelos trabalhadores na panificação. De acordo com Luis Jamberg, essa situação continua, em muitos casos, até hoje. “Até hoje, tem um ou outro (dono de padaria) que ainda faz isso”, afirma Jamberg. “Isso acontece em padarias pequenas, onde só trabalha um padeiro. Como é que vai se dar folga a esse padeiro?”, questiona o padeiro veterano. “Em muitas ocasiões, os donos de padaria não pagavam as horas a mais e folgas que tínhamos trabalhado. Nós precisávamos do emprego, e os patrões se aproveitavam de nós”.

Uma das primeiras vitórias do Sindicato foi a diminuição das horas de trabalho noturno de 9 (“ou 12 ou 14 horas até quando acabasse o serviço”, comenta Ananias de Souza) para 7 horas. Para isso, foram necessárias muitas ações. Luis Jamberg recorda as histórias que seu pai, Waldemar, contava sobre as primeiras greves promovidas pelo Sindicato. “Lembro que eles iam às padarias para fazer o pessoal parar. Para respeitarem a greve. Meu pai contava que o sindicato dava um valezinho para eles almoçarem no bar do João Gordo, acho que era uns 400 réis o valor. O sindicato pagava esse almoço para eles”.

Para se “parar” a padaria, normalmente, os sindicalistas chegavam no balcão e perguntavam: “o senhor é o dono da padaria, porque estamos em greve e viemos parar [o trabalho d]os funcionários”. Alguns proprietários reagiam, despedindo, por vezes, funcionários que aderiam à greve. No entanto, segundo Luis Jamberg, “naquela época o pessoal

era mais companheiro e eles saíam [aderiam à greve]. E saíam na hora”.

Contudo, havia os que buscavam se mostrar fiéis à categoria e, ao mesmo tempo, garantir o emprego. Esses, depois de saírem da padaria, sinalizando que aderiam ao movimento, “pulavam o muro [entrando de volta no estabelecimento] e iam trabalhar novamente. Com isso tinha nossa turma que ficava revoltada e dizia: ‘fulano falou, falou e furou a greve’ Tinham muitos que se escondiam na padaria, atrás da caixa d’água. Esses recebiam o apelido de ‘Camelo’”, recorda Jamberg.

“O camelo trabalhava muito e não exigia; e aí se eu fosse trabalhar naquela padaria que o camelo trabalhava, tinha que trabalhar muito também, se não o patrão não ia me queria lá. Eu não sou camelo, eu me revolto”, conta o padeiro aposentado Manuelito Antônio dos Santos. “A gente gostava de trabalhar em padarias que tinham mais ou menos uma base de produção, onde o padeiro não se matava”, completa Jamberg.

A maioria das greves tinha como objetivo principal o aumento de salário. Quase sempre, a classe patronal concordava com as exigências salariais dos trabalhadores na panificação, uma vez que repassavam o aumento para seus clientes. “A gente geralmente sempre ganhava a greve, mas quem pagava era o povo. E essas greves eram boas também para os donos de padarias, que aumentavam o valor do pão em vinte centavos mais ou menos, e acabavam ganhando mais no final do mês. Pois este aumento de vinte centavos era mais do que o aumento que eles pagavam para o funcionário por mês”, explica Luis Jamberg.

Na primeira década da sua fundação, os padeiros se reuniam em assembleia na pequena sala que servia de sede, na Praça da Sé. Então, saíam em manifestação pelas ruas, reivindicando seus direitos. “Eu acompanhava os padeiros quando saíam aquelas greves. Não cabiam

todos lá em cima na sala, não era que nem aqui [na sede da Rua Major Diogo, edifício Primeiro de Maio] que cabe várias pessoas, lá cabia pouca gente. Então, eram conduzidos para a Praça da Sé, do lado esquerdo da Catedral, e lá saía confusão, tinha polícia”, diz Luis Jamborg.

A primeira grande greve da categoria ocorreu em 1931. Naquele ano, o Sindicato, então afiliado à Federação Operária de São Paulo (FOSP), promoveu uma mobilização em defesa do descanso dominical. De acordo com a historiadora Maira Izilda Matos, que pesquisou os arquivos do Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS), militantes anarquistas associados ao Sindicato, como Francisco Cianci, Herminio Marcos e Natalino Rodrigues, foram registrados como indivíduos sempre presentes nas assembleias e conferências da categoria.

No ano seguinte, 1932, a greve promovida pelo Sindicato foi ainda maior. Durou um mês e atingiu diretamente o abastecimento da cidade. Nesta ocasião, as reivindicações da categoria diziam respeito ao aumento salarial, à jornada de trabalho, ao trabalho noturno e às folgas semanais. Apesar dos inconvenientes da falta de pão, o Sindicato procurou o apoio da população. Valendo-se da imprensa, divulgou na imprensa que os operários das padarias defendiam a fiscalização sanitária e higiene nos locais de trabalho – além das exigências da classe.

Durante a paralisação, a liderança do Sindicato sofreu forte repressão policial, principalmente depois dos embates nos piquetes, entre os mais engajados e os padeiros que não aderiram à paralisação. Por conta disso, foram enviados policiais para garantir o funcionamento de padarias. Vários padeiros foram presos, entre eles, o líder anarquista Natalino Rodrigues.



Natalino Rodrigues, líder do Sindicato, em fotos de identificação do DEOPS (1932)

Com efeito, nesses primeiros anos do Sindicato, Natalino Rodrigues despontou como um dos maiores líderes da categoria. Em seu fichário no DEOPS lê-se que Natalino era considerado pelas autoridades "um de seus principais dirigentes (do Sindicato dos Padeiros de São Paulo) e organizadores da greve, agitador e provocador de distúrbios".

De fato, Natalino não temia as autoridades. Em depoimento ao jornal *A Massa* de dezembro de 1980, o padeiro veterano Ramiro Martins de Carvalho contou que certa vez, no início dos anos 30, a polícia havia cercado o Sindicato – cuja sede na época era na Rua Brigadeiro Tobias –, onde estavam reunidos mais de trezentos trabalhadores. O delegado deu voz de prisão a todos, ameaçando atirar. Ao ouvir a ameaça, Natalino saiu à janela, abriu a camisa e, apontando para o peito, desafiou: “andem, atirem, podem atirar que estarão atirando num homem”. O delegado atirou, mas não acertou Natalino. Aproveitando a confusão, o líder sindical fugiu, porém, foi preso pouco depois.

Outros dirigentes do Sindicato dos Padeiros de São Paulo que se destacaram na década de 30 – e por isso chamaram a atenção da polícia – foram José Rocca Orozco e José Soares de Azevedo. Orozco, que era redator do jornal *O Trabalhador Padeiro*, foi preso em 19 de fevereiro de 1937, acusado de anarquismo. De acordo com as autoridades, o padeiro recebia jornais de sindicatos e associações de classe da Espanha.

Como o então Sindicato dos Manipuladores de Pão, Confeiteiros de São Paulo era ativo e combatente, apesar da repressão, seus líderes estavam sob constante vigilância policial. Com efeito, a instituição era vigiada de perto pela polícia social. Isso ficou claro para os trabalhadores nas panificadoras quando, em 1937, o DEOPS dissolveu uma assembleia por falta de autorização necessária para a sua realização. A partir de então, todas as pautas de reuniões passaram a ser entregues ao DEOPS com antecedência.

Novas medidas decretadas pelo Ministério do Trabalho, que determinava o registro e identificação via carteira de trabalho, moveram o Sindicato a promover paralisações da categoria em 1934 e 1935. A instituição trabalhista era contrária ao registro, pois o entendia como um novo mecanismo de controle dos trabalhadores. A instituição acusava o Departamento Estadual do Trabalho de forçar a identificação, fazendo com que os patrões exigissem dos empregados fotografias e fichas. O objetivo, segundo a pesquisadora Lucia Silva Parra, autora do livro *Combates pela liberdade: o movimento anarquista sob a vigilância do DEOPS 1924-45*, era identificar os trabalhadores mais ativos no movimento sindical. As ações contrárias ao registro promovidas pelo Sindicato levaram a polícia a prender vários de seus dirigentes e a suspender temporariamente a circulação do jornal *O Trabalhador Padeiro*, porta-voz da categoria.



Depois de mais de um ano sem paralisações, uma nova greve foi deflagrada em 1937. Foi um movimento significativo, com repercussão social. Entre os motivos da greve estavam o cumprimento da lei das oito horas de trabalho, salário mínimo e férias, pagamento em dinheiro dos que recebiam em comida e alojamento – o tratamento “a seco” –, direito ao café e a um quilo de pão para cada operário.

A greve articulada pelo Sindicato teve início em 21 de agosto, um sábado, paralisando várias padarias. Novas adesões garantiram que, no dia seguinte, a maior parte das padarias não funcionasse. No domingo, a população começou a ser afetada pela falta de pão.

Os proprietários, porém, não cederam às demandas da categoria. Os patrões viam as reivindicações como descabidas e os trabalhadores em panificadoras como agitadores. Em resposta, fecharam eles mesmos as padarias e demitiram um total de quatrocentos empregados de 41 padarias. Os sindicalistas, por sua vez, responderam com a denúncia de que donos de padaria estavam criando pretextos para aumentar o preço do pão.

Poucos estabelecimentos aceitaram as reivindicações do Sindicato e fecharam acordo com seus empregados. Na maioria das padarias, não foi possível um entendimento. Apesar do acirramento das ações do Sindicato, os patrões endureceram ainda mais. As negociações foram abandonadas e os poderes públicos aumentaram a vigilância policial, o que culminou com a prisão de membros da liderança do Sindicato dos Padeiros de São Paulo.

Na madrugada da quinta-feira, 26 de agosto de 1937, em vários bairros da cidade, ocorreram brigas e detenções de grevistas, em geral motivadas pelo confronto de piqueteiros com entregadores que insistiam em sair com suas carroças para o trabalho. Em seu artigo *Portugueses e experiências políticas: a luta e o pão. São Paulo 1870-1945*, a his-

toriadora Maria Izilda Matos reproduz o relatório de Miranda Amaral, delegado de plantão na madrugada, no qual dá conta dos distúrbios e prisões de trabalhadores em panificadoras:

*Ilmo Sr. Dr. Superintendente da ordem política e social da capital (DE-OPS)*

*Comunico-vos que durante o meu plantão das 12 horas de ontem às 12 horas de hoje, nesta superintendência verificamos.*

*Às 4 horas recebi uma comunicação do guarda de serviço na R. Barão de Campinas esquina com a Alameda Glete, avisando que um grupo de entregadores de pão (em greve) se encontrava de frente da Padaria e confeitaria Inglesa, situada na mesma rua, a espera da saída das carrocinhas de pão, a fim de atacarem os entregadores. Transportei-me ao local e fiz remover os agressores para esta superintendência. Apreendi um revolver em poder de Mauricio Gambá e uma pistola em poder de Manoel Gonçalves de Oliveira, empregados da padaria em questão que utilizavam as referidas armas em defesa própria.*

*Às 5 horas no Alto da Lapa os grevista Manoel Carvalho, Manoel de Sá Pinto, Jalmires Pinho Ribeiro e Antonio Sá Pinto tentaram agredir os entregadores de pão Joaquim Fernandes e Manoel Antonio Quintas, depois de se apoderar de todo o pão que traziam, os mesmos declararam que iam entregá-lo a Gazeta para distribuição aos pobres. Fiz recolhe-los ao xadrez desta superintendência.*

*Às 6 horas, na Rua do Glicério, foram detidos e recolhidos ao xadrez os indivíduos Alpheu de Souza e Manoel de Almeida Cardoso por terem sido encontrados distribuindo boletins cujos exemplares passo às suas mãos. Junto a comunicação do senhor comandante da guarnição desta superintendência.*

*Miranda Amaral*

*Delegado de plantão 26/8/1937*

Diante da situação insustentável – o que incluía a pressão dos clientes – o Sindicato dos Proprietários divulgou uma proposta: aumento para 870 réis como teto da categoria, alguns estabelecimentos acataram a sugestão e fizeram acordo com seus empregados, voltando às atividades normais. Outras padarias, porém, recusaram a indicação e, por temor a represálias, suspenderam o serviço de distribuição e mantiveram suas portas fechadas.

Na segunda semana da greve, o Sindicato dos Padeiros perdeu o apoio da Liga dos Entregadores de Pão. Diante do impasse criado pela greve e pela intransigência de grande parte dos patrões, os entregadores buscaram uma posição de neutralidade, oferecendo-se, inclusive, para intermediar o conflito. Apesar dessa posição dos entregadores, ainda havia aqueles que se mantinham favoráveis ao movimento, gerando novos enfrentamentos.

Aos poucos, a distribuição do pão começou a ser normalizada, e os grevistas foram ficando isolados. Gradativamente, o movimento foi se esvaziando e os padeiros buscaram se acertar com os patrões.

Esta greve dos trabalhadores nas panificadoras durou 12 dias. Nos meses seguintes Getúlio Vargas instaurou o Estado Novo. Como resultado do novo regime, as ações de repressão do DEOPS se efetivaram na capital paulista. Nesse processo, novamente os padeiros e entregadores de pão estiveram envolvidos.

Em 1939, as autoridades policiais alegaram que o Sindicato dos Manipuladores de Pão era ilegal, por não ter sido ainda registrado pelo

Ministério do Trabalho. Para que o sindicato fosse legalizado, deveria comprovar boa conduta de seus membros. Nessa época, o Sindicato dos Padeiros de São Paulo funcionava no número 39 da praça da Sé. E entidade, porém, não poderia se chamar “sindicato”. Assim, em 1940 a instituição passou a ser a Associação dos Manipuladores de Pão, Confeiteiros e Similares de São Paulo. Dessa forma, o Sindicato foi obrigado a retirar da porta de sua sede a placa de “Sindicato” e a substituí-la pela de “Associação”. Na carta sindical de 15 de maio de 1941, a instituição assume seu nome atual: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação e Confeitaria de São Paulo.

O governo, então, criou outro sindicato de padeiros, que funcionava no número 12 da rua Wenceslau Brás. Durante quatro anos, o “pessoal da 12” rivalizava com o “pessoal da 39”. Os primeiros eram chamados de “amarelos” ou “carneiros”, por cederem à vontade do governo, e os segundos de “vermelhos”, por conta da sua inclinação ao comunismo.

Com dois mil associados, a Associação era bem mais forte do que o sindicato pelego. Contudo, apesar de ter mais sócios, a Associação não tinha poderes legais para sequer convocar uma assembleia. Assim, a fusão entre as duas instituições, em 1944, foi inevitável. Houve, então, dois presidentes: José Araújo e João Resende. Ambos renunciaram.

Durante o Estado Novo, o combate ao comunismo resultou em desconfiança aos movimentos sindicais independentes, isto é, os não patronais. De acordo com Luis Jamberg, a repressão era tão grande que bastava uma denúncia para se deter um trabalhador. Próprio Jamberg foi detido pelo DEOPS quando tinha 18 anos, acusado de ser comunista. Segundo Jamberg, algum desafeto teria passado a informação falsa à polícia para prejudicá-lo. Como resultado, o padeiro ficou preso quatro dias para averiguação. Ele não chegou a ser torturado, mas temeu pelo pior.

De fato, a direção do Sindicato tinha forte orientação comunista. No final dos anos 40, ao longo da década de 50 e mesmo através da ditadura militar e depois, o PCB, ou Partidão, formou os dirigentes do Sindicato dos trabalhadores nas Indústrias de Panificação, Confeitaria de São Paulo. Durante o regime militar, esses dirigentes puseram em ação o plano de oposição traçado pelo PCB para reconquistar a democracia para o país por meio da mobilização pacífica da sociedade.

O ex-tesoureiro do Sindicato, Olimpio Antônio da Silva, que se associou à instituição em 1963 e participou de sua diretoria durante as décadas de 70 e 80, afirmou na edição de dezembro de 1979 do jornal *A Massa* que “durante o Estado Novo, e mesmo depois da queda da ditadura de Vargas, o Sindicato foi profundamente atingido pela política governamental, que transformou as entidades em centros assistenciais atrelados ao Estado”.

No final dos anos 30, a sede do Sindicato foi transferida do edifício Santa Helena para a Rua José Bonifácio, e a secretaria para a Rua Quintino Bocaiuva. Naquela época, o salário mínimo ainda não era prática. No Brasil, esse mecanismo foi instituído em 1936, mas passou a vigorar, de fato, apenas em 1940. No entanto, os reajustes feitos pelo governo levavam muito tempo, e o salário se corroía. O primeiro reajuste do salário mínimo no Brasil ocorreu em 1943 e o seguinte só foi feito oito anos depois. Antes disso, porém, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação e Confeitaria de São Paulo já havia estabelecido uma “tabela do trabalhador” a fim de regulamentar o salário de seus associados independentemente do salário mínimo estabelecido pelo governo. Isso aconteceu no final dos anos 30. “No ano de 38, 39 meu irmão (falecido) já ganhava a tabela. [A tabela] deve ter começado em torno de 37”, calcula o padeiro aposentado Davi Mazzucato, que começou a trabalhar como operário da panificação no final dos anos 40, em São Paulo.

Mesmo com a instituição do salário mínimo, a tabela estabelecida pelo Sindicato continuou a vigorar. A tabela se baseava em uma hierarquia, onde valores eram atribuídos conforme as posições: ajudante de padeiro, mestre de padeiro, confeitiro, ajudante de forno, cada um tinha uma tabela de salário e os donos de padaria seguiam essa tabela. Esse mecanismo regulatório também figura entre os primeiros benefícios conquistados pelo Sindicato. “Antes da tabela, era tudo da cabeça do patrão e variava de padaria para padaria. Os auxiliares todos tinham tabela, quando aumentava a tabela dos auxiliares, aumentava também a dos mestres”, recorda Luis Jamberg.



Padeiros nos anos 40 (David Mazzucato é o menino ao centro e Luis Jamberg é o primeiro à direita)

Contudo, a tabela para mestre só foi conquistada, segundo Jamberg, em 1954, vinte e quatro anos depois da fundação. Mesmo assim, não havia garantia de que a tabela fosse respeitada. “O Sindicato não podia fazer nada, porque cada um deles [os patrões] fazia como achava melhor. O Sindicato queria que respeitassem a tabela, mas os funcioná-

rios tinham que exigir; se não exigiam, o Sindicato iria lá brigar (pelo pagamento dos valores estipulados na tabela)”, afirma Luis Jamberg.

Outro benefício proporcionado pelo Sindicato nas primeiras décadas a partir de sua fundação continuou a ser a colocação profissional. Quando o padeiro ficava desempregado, ia ao Sindicato e se inscrevia em uma das várias listas para emprego. Luis Jamberg recorda como funcionava o sistema de colocação nas primeiras décadas da organização: “Tinha lista [para se candidatar] para ajudante de mesa, ajudante de forno, etc. Quando uma padaria precisasse de um funcionário, (porque o da padaria faltou), o dono da padaria telefonava no Sindicato e um trabalhador atendia. Ele ia com uma guia do Sindicato, apresentava a guia, executava o serviço, e o dono da padaria pagava o funcionário do Sindicato, assinava a guia e o funcionário voltava novamente para o Sindicato, até surgir outra vaga para ele. Muitas vezes, o padeiro ia duas, três vezes na semana; outras vezes passava vinte dias sem vaga, porque tinha o outro na frente dele. Quando o funcionário ia fazer um serviço e voltava, o nome dele ia para o último lugar da fila”.

“Muitos donos de padaria também contratavam pelo sistema de colocação. Em diversas ocasiões, o padeiro provisório ia e o dono da padaria gostava do serviço dele, aí dizia ao trabalhador: ‘olha, eu tenho uma vaga em aberto, você não quer essa vaga?’ – Então o provisório virava efetivo”.

O Centro de Colocação abria às 12h00 e fechava às 23h00. Os padeiros que buscavam colocação provisória ou efetiva, muitos dos quais não eram membros do Sindicato, lá ficavam à espera de serem chamados. “Então [para passar o tempo] tinha no Sindicato jogo de dominó, jogo de dama, o café que nunca faltou, e que ainda hoje é tradição aqui. Tinha o barbeiro que ia lá para cortar o cabelo. Os padeiros gostavam do Sindicato, pois, quando estavam desempregados, se distraíam, passavam o dia tranquilo e iam embora satisfeitos”. Dessa forma,

além de servir aos interesses da Classe, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação e Confeitaria de São Paulo também funcionava como uma agremiação que unia a classe por meio de outros interesses – sociais e recreativos.

No entanto, alguns donos de padaria não contratavam funcionários sindicalizados. Temiam que estes incutissem ideias trabalhistas que influenciassem seus funcionários e os fizessem reivindicar melhores condições de trabalhos e maiores salários. Quando os patrões descobriam, frequentemente despediam os trabalhadores na panificação associados sindicalizados. Por isso, além do Sindicato, havia outros centros de colocação organizados espontaneamente.

Conhece-se pelo menos três desses centros de colocação. Um deles era organizado pelos padeiros no bar, bilhar e restaurante Taco de Ouro; outro ficava na Rua Santa Efigênia; e um terceiro na Praça Marechal Deodoro. A maioria dos padeiros que os frequentavam não era sindicalizados. “Muitos patrões que precisava de funcionários passavam por lá. Ele não queria ir ao Sindicato então passava lá para ver se ninguém estava precisando de trabalho”, afirmou Luis Jamberg. Vários padeiros sindicalizados também frequentavam os centros de colocação informais. A partir das 23h00, quando O Sindicato fechava, os padeiros se dirigiam ao Taco de Ouro, que continuava a funcionar como um centro de colocação. Lá, permaneciam aguardando ofertas de trabalho temporário: esperavam por uma “chamada”.

O centro de colocação permitiu que muitos padeiros trabalhassem exclusivamente como provisórios. Nesse regime, o padeiro trabalhava apenas uma noite, substituindo um colega que faltou ao serviço. Alguns preferiam trabalhar nesse sistema porque o salário era consideravelmente maior do que se tivessem trabalhado mensalmente. “Era quase o dobro”, garantiu Jamberg. Era, porém, uma faca de dois gumes. “Isso atrapalhou porque vários idosos não conseguiram compro-



var o tempo necessário para a aposentadoria, pois não tiveram registro. Eles foram conseguir aposentadoria por idade, e não por tempo de trabalho. Muitos companheiros não se aposentavam devido a não terem o tempo na carteira, apesar de terem trabalhado”, conta a sindicalista Izilda Alves Álvares, funcionária do Sindicato dos Padeiros desde 1967, onde foi levada pelo pai, José Batista dos Santos, padeiro sindicalista e diretor suplente na gestão de Reginaldo Dias do Nascimento, cassado em 1964, quando do golpe militar.

Um bom padeiro dificilmente ficava desempregado. “Eu não parava muito numa firma. Ficava seis meses numa, um ano noutra. Eu achava que se parasse um ano já mostrava que era trabalhador e dava lugar para outro. Eu ia arrumar um lugar que ganhasse mais. Eu não ficava desempregado. Trabalhei em muitas padarias”, conta Luis Jamberg.

### **O Fim da Era Vargas**

A entrada do Brasil na Segunda Guerra exacerbou a oposição interna ao Estado Novo. Argumentava-se que não fazia sentido o país entrar em uma guerra em favor da democracia se o governo daqui era ditatorial. À medida que se aproximava o fim do conflito mundial, aumentava as manifestações contra o regime. O presidente ainda tentou manobrar para se manter no poder, mas não teve êxito. Renunciou em outubro de 1945, após quinze anos no poder.

Contudo, toda a estrutura que permitia o controle das relações trabalhistas, criada no Estado Novo, foi mantida intacta na fase democrática. A subordinação de toda a estrutura sindical ao Ministério do Trabalho continuou intacta. O governo podia intervir em qualquer sindicato, com base na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), editada em 1943.

Para compensar a dependência, havia outro fator que valorizava a carreira sindical. Desde 1939, todos os sindicatos oficiais recebiam uma contribuição compulsória. Os dirigentes sindicais tinham acesso a uma massa de recursos que podia ser manobrada segundo os interesses da categoria.

A estrutura sindical transformou-se em arma de manipulação política. Esse relacionamento político permitia que os líderes que detinham maior prestígio político tivessem mais possibilidades de conquistar benefícios, o que os fortalecia junto às bases que os mantinham no cargo.

Apesar dos desvios e do totalitarismo da Era Vargas, a estrutura montada a partir da década de 1930 deu bons resultados econômicos. Desde a final da Segunda Guerra, a economia brasileira cresceu a uma média de 6% anuais. Esse êxito alimentava um projeto social: o Brasil agrário e antigo fornecia as matérias primas que, exportadas, pagavam as máquinas e indústrias que construíam o país urbano e industrializado.

Para os cidadãos mais pobres, passar de um mundo para outro significava inclusão social, fomentando a migração do Brasil rural para o urbano. A afirmação do novo modelo se fazia em contraposição ao passado. As conquistas da vida urbana, os novos produtos da indústria, as diferenças da vida social, o maior acesso à educação e à cultura de massa eram valorizados. E desvalorizava-se o isolamento, o analfabetismo, o artesanato, a dependência da natureza, a lentidão do meio rural, a antiga ordenação social.

Para a categoria, o Estado Novo foi um período que assistiu à fundação e à consolidação do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação e Confeitaria de São Paulo. Foi um período de lutas e vitórias, as quais continuariam – e continuam ainda – através de outros

períodos conturbados da história nacional recente. Essas conquistas são ilustradas pela comparação feita pelos padeiros aposentados entre o regime de trabalho das padarias do início e de meados do século passado e as atuais condições trabalhistas.

As atuações e conquistas das primeiras décadas de atuação do Sindicato se refletem no pensamento de Luis Jamberg: “hoje contamos com um Sindicato onde temos tudo, até remédio. Nunca ouvi falar de um corrupto no Sindicato. Nosso Sindicato é limpo. A nossa maior conquista foi este prédio aqui [a sede atual, à Rua Major Diogo, 126], esta organização que nós temos. Isso é um orgulho para a gente. Também iremos construir uma colônia de férias em Praia Grande. Nosso Sindicato tem uma política limpa, cada um tem sua religião, seu partido. Aqui, nós nos encontramos, discutimos, debatemos e crescemos, inclusive os veteranos. Todos os presidentes da nossa categoria foram lutadores, por isso que até hoje a gente se orgulha do nosso Sindicato”.

## Capítulo 3

# Os Trabalhadores na Panificação na Era JK e o Golpe Militar

**E**mbora tenha renunciado em outubro de 1945, Getúlio Vargas retornou à cena política, reeleito presidente da república em 1950. De volta ao comando da nação, Vargas se esforçou para reforçar o papel do Estado na economia, criando empresas estatais e monopolistas que atuavam na área de infraestrutura. Contudo, o aumento da proeminência do Estado na economia provocou forte reação, que culminou com os opositores do projeto econômico de Vargas se aliando aos militares.

Em 1954, um atentado ao líder da oposição Carlos Lacerda encurralou o presidente. Um inquérito militar vinculou o atentado a Vargas. A oposição exigiu a renúncia, mas Vargas, preferindo sair da vida e entrar para a História, escolheu se suicidar.

Com a morte de Getúlio Vargas, em agosto de 1954, o Brasil mergulhou em uma grave crise política. O governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, foi eleito em 1955, enfrentando ameaça de golpe para tomar posse. JK, como foi apelidado o novo presidente, implantou um novo modelo de desenvolvimento sobre a base industrial estatal. A meta de KJ era fazer o Brasil avançar “50 anos em 5”. De fato, JK instalou a indústria automobilística e construiu estradas pavimen-

tadas em todo o país. A nação caminhava a passos largos rumo à modernidade, e uma onda de otimismo se espalhou pelo Brasil, refletindo-se na música, nas artes cênicas e no comportamento.

No entanto, os investimentos trouxeram problemas econômicos em sua esteira. O entusiasmo provocado pela modernização trazida pela administração JK não impediu a retomada e expansão dos movimentos sociais, fossem urbanos ou rurais, que faziam frente à crescente crise. Em 1956, a taxa de inflação foi de 19,2%, mas em 1960 ela atinge 30,9%. No primeiro semestre de 1958, o custo de vida subiu 10% no Rio de Janeiro, quase o dobro do índice para o mesmo período do ano anterior.

A situação econômica fez com que greves se alastrassem por todo o país – mesmo não existindo direito legal às mesmas. O ano de 1958 se inicia com a greve nacional dos marítimos e termina com a paralisação dos empregados da construção civil, em São Paulo. O movimento sindical se fortalece com os “pactos de ação conjunta”, por meio dos quais as diversas categorias apoiam-se mutuamente. Em 1959 houve 65 greves em todo o país. O número é significativo, ainda mais se for considerado que no ano anterior, 1958, ocorreram 29 greves. Metade dessas paralisações tinha por principal reivindicação o aumento dos salários.

Ao longo desse período, o movimento sindical passou por uma série de transformações que culminaram em uma cisão que polarizou os trabalhadores em duas correntes – janistas versus janguistas. Em São Paulo, essa separação ficou explícita com o surgimento do Movimento de Renovação Sindical e da Frente Nacional do Trabalho. As novas e antagonicas instituições dos trabalhadores refletiam, de fato, as tendências políticas do país no final dos anos 50: enquanto a primeira se opunha à instituição do imposto sindical e ao peleguismo, herança dos tempos de Getúlio, a segunda tinha inspiração e orientação católica.

No Nordeste, como resultado da grande seca de 1958, as Ligas Camponesas e os sindicatos rurais intensificaram suas atividades. O presidente JK, em viagem à cidade de Souza, na Paraíba, se viu diante de vinte mil flagelados. JK voltou ao Rio impressionado. A partir das preocupações do presidente – e para acalmar os ânimos do movimento social nordestino – foi criada, em dezembro de 1959, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

Apesar da meta de desenvolver a região, a criação da superintendência também cumpria objetivos políticos. De acordo com a socióloga Amélia Cohn, a SUDENE representaria “uma centralização do poder, para retomar o controle político de uma região que, além de apresentar graves tensões sociais e políticas, no nível da representação parlamentar [isto é, nas eleições de 1958] havia escapado das mãos do governo”.

Outro ingrediente proeminente a compor a massa das tendências políticas das diferentes classes brasileiras ao longo do governo JK foi a conquista pelo Partido Comunista (PC) de uma projeção que nunca tivera antes. Apesar de ilegal, o partido dispunha de uma liberdade de ação como jamais possuía. Desfrutando da democracia recém-recuperada, militantes conhecidos podiam comparecer às assembleias e não havia prisões políticas. Mas as agitações não eram permitidas. Em junho de 1956, o governo fecha a Liga da Emancipação Nacional e o Sindicato dos Estivadores no Rio – ambos sob o controle dos comunistas. Mas o PC avança, defendendo uma política de conciliação e legalidade, em aliança com a classe burguesa brasileira. Assim, o partido procurou minimizar os conflitos trabalhistas e não se envolver em ações consideradas subversivas.

Em um processo natural, os comunistas se aliaram às lideranças sindicais ligadas ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – o partido que empunhava a bandeira política fundada por Getúlio Vargas. Isso con-

solidou a postura dominante na política sindical, sobretudo no setor ferroviário e no portuário da Baixada Santista, em São Paulo.

Nessa época, entrava na direção do Sindicato um novo presidente, o qual veio a ser responsável por uma importante renovação na entidade, patrocinada pela liderança de Adolpho Schiaverin. De acordo com o ex-tesoureiro do Sindicato dos Padeiros de São Paulo Olímpio Antônio da Silva, em depoimento ao jornal *A Massa*, em 1980, foi “a partir de 1954, sob a direção de Adolpho Schiaverin (que) o Sindicato começou a evoluir mais, vivendo em função do trabalhador e tendo como objetivo maior a crescente ampliação de suas bases”. Certamente o mesmo aconteceu com líderes anteriores, como, por exemplo, Natalino Rodrigues e Geraldo Camilo Antunes. Contudo, sob Schiaverin, o Sindicato começou a se envolver com questões outras que o universo trabalhista, questões sociais que também afetavam diretamente os operários da panificação.

A partir de 1954, as grandes reivindicações dos trabalhadores nas padarias e indústrias de panificação foram as campanhas por abono de natal, o salário família, os aumentos salariais. A categoria também inaugurou, como dissemos, uma posição política mais participativa com relação a questões que estavam fora da alçada trabalhista. Os operários da panificação “também opinavam sobre os grandes problemas nacionais”, declarou Olímpio. “Sempre se manifestaram contra a remessa de lucros para o exterior – e fizeram, inclusive, muitas greves (por conta disso)”, registrou o sindicalista.

Nesse período, o movimento sindical brasileiro fundou um importante órgão estatístico, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), uma instituição de pesquisa, assessoria e educação exclusiva do movimento sindical brasileiro. A fundação do DIEESE ocorreu em 22 de dezembro de 1955, quando 20 dirigentes sindicais de São Paulo decidiram criar um órgão para assessoria

técnica aos trabalhadores, além de desenvolver atividades de pesquisa e educação nos temas relacionados ao mundo do trabalho. Entre esses dirigentes, estava Gentil Neves Corrêa, do Sindicato dos Padeiros de São Paulo. Quando da eleição da primeira diretoria do DIEESE, realizada em 23 de janeiro de 1956, João Vieira de Góes, do Sindicato dos Padeiros, foi quem apurou os votos. Entre os eleitos, como suplente da diretoria, estava Sebastião Alves de Aguiar, do Sindicato dos Padeiros. O papel do DIEESE é preponderante como produtor de estatísticas que orientam o movimento sindical em sua busca por justiça social. Entre as pesquisas realizadas pela instituição, estão a Cesta Básica Nacional, ICV-DIEESE - Índice do Custo de Vida, PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego, Salário Mínimo Necessário, Balanço dos Reajustes Salariais, Balanço dos Pisos Salariais, Balanço das Greves.

Outra renovação ocorrida nos anos 50 no Sindicato dos Padeiros de São Paulo foi a orientação determinante da tendência esquerdista que se instilava no movimento sindical brasileiro. Em 1947, com a eleição de Geraldo Camilo Antunes, que se opunha aos anarquistas, esse viés político desapareceu por completo do Sindicato dos Padeiros de São Paulo, dando lugar ao viés comunista.

Nessa época, houve uma greve decretada pelos trabalhadores nas indústrias de panificação, sem a direção do Sindicato. Foi uma greve política que resultou no afastamento temporário de alguns dos seus principais líderes. Em 1951, Geraldo Camilo Antunes foi eleito novamente para a presidência da organização.

Em 1953, o Sindicato sofreu a primeira das três intervenções que enfrentou ao longo de sua história. Na ocasião, a oposição ganhou as eleições e a situação impetrou um recurso na Delegacia Regional do Trabalho (DRT) anulando o pleito. Nessa época, o Sindicato tinha sua sede na rua José Bonifácio. Sem direção, a DRT nomeou uma junta



governativa para preparar novas eleições. Assim, em 1956, Gentil Neves Correia tomou posse como novo presidente do Sindicato dos Padeiros de São Paulo. Marxista convicto até na aparência que cultivava – suas fotografias do final da vida retratam um ancião de barbas e cabelos semelhantes aos de Karl Marx –, Correia era um lutador aguerrido. Em 1980, nas comemorações dos cinquenta anos da fundação, declarou orgulhar-se de, certa vez, ter sido “preso com a bandeira do Sindicato enrolada no corpo”.

Ao longo dos anos 50 e início da década seguinte, a orientação comunista atingiu seu ápice, principalmente sob Reginaldo Dias do Nascimento. Esse presidente, eleito em 1962 em sucessão a Adolpho Schiaverin, “politizou o sindicato”, nas palavras do padeiro Ananias Pereira, que conheceu Nascimento. Exageros à parte, pois a liderança do Sindicato sempre foi politizada, Reginaldo Nascimento difundiu, de fato, o ideal comunista na instituição de forma mais aberta. Em uma época na qual a efervescência política dividia e mobilizava todo o país, Nascimento inaugurou as discussões políticas no Sindicato dos Padeiros.

De acordo com o depoimento de diversos veteranos do Sindicato, até os anos 50, início dos 60, os trabalhadores na panificação se interessavam apenas pelas questões que os afetavam diretamente, como aumento salarial e os descansos semanais. Contudo, frente ao fortalecimento do movimento sindical durante o governo JK e a tendência comunista entre muitos operários, vários trabalhadores na panificação começaram a se conscientizar da força social que representavam e se politizaram – mesmo que muitos não fossem partidários do marxismo.



Reginaldo Dias do Nascimento (presidente de 1962 a 1964)

O marxismo oferecia, porém, uma promessa de justiça social, e a ideologia soviética propunha uma sociedade baseada não mais nos moldes estabelecidos pela burguesia, mas sim pela classe trabalhadora. Elaborado por Vladimir Lênin em seu livro *Estado e Revolução*, esse tipo de governo estabelecia uma nova forma de governo baseado em conselhos de trabalhadores, os *soviets*, eleitos e destituídos a qualquer momento pelos operários. A ideia atraiu trabalhadores de todo o mundo ao longo de um período que se estendeu de 1917, com a Revolução Soviética, até a década de 80, com a queda dos regimes comunistas dos leste europeu.

Reginaldo Dias do Nascimento foi um dos muitos líderes trabalhistas a se entusiasmar com a possibilidade de fundar um governo baseado nos moldes soviéticos. Assim, o presidente se esforçou para promover o conceito no Sindicato dos Padeiros de São Paulo e a conscientizar os trabalhadores a esse respeito. Nascimento passava ideias de esquerda por meio de artigos publicados no jornal do Sindicato, *A Massa*, fazia palestras e discutia o tema em reuniões e assembleias.

A abertura que possibilitou esse esforço por parte da direção do Sindicato dos Padeiros é resultado da articulação e mobilização que os trabalhadores na panificação já haviam estabelecido anos antes, principalmente durante o recrudescimento do movimento sindical, no governo Dutra e no início da Era JK. Em outubro de 1959, Cosme Marinelli, então diretor do Sindicato dos Padeiros de São Paulo, registra que, já no governo de Eurico Gaspar Dutra, presidente da República de 1946 a 1951, “na campanha de aumento de salários e contra o aumento do preço do pão, o movimento da classe revolucionava de tal maneira [que era] comum assembleias com 800 companheiros, [além de] inúmeras comissões que funcionavam. Dessa maneira, nós, os padeiros, confeitheiros e outros trabalhadores na panificação, éramos a vanguarda esclarecida dos trabalhadores em São Paulo”.

Como havia acontecido no início do século, os trabalhadores na panificação continuaram a estabelecer um padrão sindical que, com o tempo, foi angariando cada vez mais força e peso político. “Naquela época os trabalhadores tinham mais consciência”, recorda Izilda Alves Álvares. “Hoje, de fato, há uma acomodação por parte dos trabalhadores. Muita coisa já foi garantida. Os trabalhadores sabem que vai haver uma negociação e sabem que é fácil ficar em casa e ser beneficiado pelo acordo”, observa Izilda. “Antes não era assim. Os trabalhadores tinham de lutar. O nosso Sindicato foi marcado por muitas lutas. Os trabalhadores na panificação estavam entre os que mais lutavam. Apesar do número inferior com relação ao sindicato dos metalúrgicos, o nosso, em termos de luta e mobilização era considerável. Comparava-se não, compara-se até hoje, tanto em termo de organização como também de luta, ao dos metalúrgicos”, completa Izilda.

De fato, já na segunda metade dos anos 50 pode-se constatar o elevado nível de mobilização promovido pelo Sindicato dos Padeiros. Na época do dissídio, então em novembro, a categoria já começava a se organizar. A partir de setembro, os trabalhadores na panificação iniciavam preparativos para promover greves. Enquanto o Sindicato elaborava o elenco de reivindicações, “a categoria toda já estava acompanhando e participando”, conta Izilda Álvares.

O comprometimento da classe era muito grande. “Quando a gente ia para a negociação com os patrões, um monte de companheiros ia junto apoiar”, recorda Ananias Pereira. “As assembleias eram muito numerosas, bem mais do que são hoje”, compara. É que, vale dizer, hoje se faz assembleias por empresa. Pereira prossegue: “tinha muito piquete. Às vezes saíam nove ou dez piquetes das assembleias”. Os piquetes se dirigiam às padarias e exigiam dos donos que seus funcionários fossem liberados para aderir à greve. Não raro, havia tumultos. “Certa vez um colega quase colocou o dono de uma padaria na mas-

seira”, conta Ananias Pereira. “Outras vezes jogavam creolina na padaria para que todos os padeiros e fregueses saíssem”. Para tanto, alguns manifestantes usavam casca de ovo, da qual haviam retirado o conteúdo e enchido de creolina. As cascas assim cheias eram, então, jogadas contra as paredes internas das padarias. O cheiro insuportável provocava a evasão do ambiente.

Apesar do avanço do movimento sindical a partir de meados dos anos 50, as greves eram reprimidas duramente – mesmo sob Jango, ainda mais liberal que JK com relação às reivindicações trabalhistas. Em 1962, um padeiro foi morto pela polícia por participar de um piquete. O manifestante foi espancado até a morte pelos agentes repressores.

O nível de união da categoria e de organização proporcionado pelo Sindicato se espelha no fato de as correntes divergentes dentro da entidade de classe acabavam abrindo mão das diferenças e se uniam no objetivo comum.

Ao longo da administração Juscelino Kubitschek, a mobilização dos trabalhadores na panificação era fomentada, principalmente, pelas más condições de trabalho na grande maioria das padarias. “Na década de 50, os donos de padaria não cumpriam as leis trabalhistas. O sistema de trabalho era bem diferente do que é hoje. Acender o fogo com a lenha, às vezes era difícil, pois a lenha ficava molhada. Não havia benefícios como saúde ou cesta básica. Havia alimentação, mas os patrões serviam que queriam”, recorda Manuelito do Santos, que trabalhou 47 anos como padeiro – “sempre à noite”, como faz questão de afirmar – e, à época da redação deste livro, ocupava a posição de diretor da Associação dos Aposentados. Manuelito também é filiado ao Sindicato dos Padeiros desde 1955, tendo atuado junto à diretoria nos anos 80.

As más condições de trabalho nas padarias nos anos 50 são atestadas em um artigo de Luiz Correia do Nascimento publicada no jornal da categoria, *A Massa*, em fevereiro de 1961:

*Nosso setor é o setor mais castigado que existe no movimento operário. Não há proteção de ninguém, a Higiene e a Fiscalização do Trabalho não vêm nada e, se vêm, não ligam importância, nossa situação é das mais calamitosas que já pude constatar. É falta de registro, falta de higiene sanitária, falta de proteção à nossa saúde. Há meses trabalhei em uma padaria bem no centro da cidade que nem banheiro para nós nos servimos não há. Para melhor dizer, nem pia para lavarmos as mãos existe. Se os padeiros quiserem ir ao banheiro, têm que passar pelo balcão e ir ao banheiro público... [Em certas padarias] nenhum empregado é registrado e, além disso, trabalham 10 a 12 horas por dia sem receber horas extras... Há padarias que fecham suas portas às 21 horas e os empregados ficam presos, incomunicáveis, até as cinco horas da manhã do dia seguinte... Em caso de acidente, eles têm de aguentar o sofrimento até o dia amanhecer...*

Um dos poucos benefícios conquistados pelos trabalhadores na panificação com o apoio do seu Sindicato era o recebimento de um litro de leite, três bengalas e um quilo de farinha de pão todos os dias.

Essas condições difíceis eram, porém, estímulo para o trabalhador se associar ao Sindicato. Com efeito, lentamente os operários na panificação foram tomando consciência da necessidade de se associar ao sindicato para fortalecer a defesa dos interesses da classe. O maior atrativo para se filiar ao Sindicato era a garantia de aumentos periódicos de salário. “Foi isso que me levou a me associar, em 1955”, afir-

mou Manuelito dos Santos. “Um colega que trabalhava na mesma padaria já era associado ao Sindicato e me convenceu de que quanto mais forte fosse o Sindicato, mais facilidade a classe teria nas negociações”, disse Santos.

Com acontece até hoje, o Sindicato também procurava ir até o padeiro, conscientizando-o sobre seus direitos e quanto à necessidade de participar do movimento sindical. Um dos mecanismos explorados era o trabalho do delegado sindical. Tratava-se de um articulador, cuja tarefa maior era a divulgação e esclarecimento sobre as atividades do Sindicato, buscando aumentar o número de filiações. Muitos líderes trabalhistas começaram suas carreiras como delegados sindicais. O próprio Chiquinho Pereira, atual presidente do Sindicato dos Padeiros de São Paulo e diretor da União Geral dos Trabalhadores – UGT –, foi delegado sindical.

### **A Greve dos 400 Mil**

A Greve dos 400 mil, que aconteceu entre 15 e 25 de outubro de 1957, em São Paulo, é um exemplo da comoção política e social pela qual o país passava no período JK, bem como uma mostra da força do movimento dos trabalhadores. A greve congregou seis categorias reivindicando aumento salarial de 25%. A greve marcou também a expansão janista entre os trabalhadores: do Comando Intersindical da Greve participavam quatro janistas, três comunistas e três petebistas. A paralisação mobilizou o apoio de estudantes e políticos de todos os partidos, exceto do Partido Social Democrático (PSD). A mobilização determinou a vitória dos trabalhadores, quando o Tribunal Superior do Trabalho (TST) estabeleceu aumento salarial de 25%. No entanto, as entidades patronais recorreram junto ao TST. Para o julgamento, os trabalhadores contaram com o apoio do presidente Juscelino Kubitschek. O presidente perguntou ao líder sindical Dante Pellacani (1923 – 1981), um dos maiores articuladores do movimento dos tra-

balhadores desse período, o que poderia fazer para ajudar os trabalhadores. Pellacani pediu ao presidente que solicitasse ao procurador geral da república um parecer favorável à causa dos trabalhadores. Kubitschek cumpriu o prometido, mas maioria dos juízes votou contra os operários, e as organizações patronais conseguiram firmar o acordo em 18%.

Depois da decisão, Pellacani, que estava no Rio de Janeiro em campanha de esclarecimento para a opinião pública, foi chamado por Kubitschek, o qual queria saber o que os trabalhadores iriam fazer. Pellacani explicou que estava voltando a São Paulo para fazer nova greve. O presidente respondeu que não existia greve contra a Justiça e acrescentou que o que existia era revolução. Então, segundo depoimento do próprio Pellacani, Kubitschek aconselhou o líder sindical nesses termos: “se você e seus companheiros tiverem condições de fazer uma revolução, de derrubar o governo, façam-na, se não tiverem essa condição, não façam nada, porque o pau vai cantar”. De fato, o movimento acabou aceitando o julgamento do TST.

Acompanhando o momento, também em 1957, os trabalhadores nas indústrias de panificação fizeram uma greve. A paralisação durou apenas 24 horas, pois o movimento foi tão forte que em um dia Tribunal Regional do Trabalho julgou e deu ganho de causa aos trabalhadores. Assim, a categoria conquistou uma vitória significativa: o estabelecimento do salário mínimo profissional por função. De acordo com o jornal *A Massa* de dezembro de 1980, “antes os patrões não tinham interesse de fazer acordo, uma vez que, enquanto esperavam o julgamento do dissídio, não pagavam aumento”.

Apesar da liberdade política e do crescimento do movimento sindical, a repressão nesse período era dura, conforme bem ilustra a orientação dada por Kubitschek a Pellacani. Em 1958, um membro do Sindicato



dos Padeiros foi assassinado pela polícia, quando participava de um piquete. O sindicalista foi espancado até a morte.

Mesmo com a violência policial, as greves continuariam a ser uma constante até o golpe militar de 1964. Nessa época, os trabalhadores nas indústrias de panificação fizeram diversas greves importantes. Em novembro de 1961, o Sindicato dos Padeiros de São Paulo liderou uma greve de durou três dias com enorme repercussão. O movimento foi para garantir o mínimo por função, pois os patrões já se articulavam para tirá-lo. O presidente do Sindicato, na época Gentil Neves Correia, foi preso com a bandeira da instituição enrolada no corpo, mas foi solto depois que o Tribunal Regional do Trabalho se recusou a julgar sem sua presença. A categoria conseguiu um bom aumento. Contudo, a tabela caiu.



Greve do Sindicato dos Padeiros de São Paulo no início dos anos 60

Entre 1962 e 1964, o Sindicato dos Padeiros de São Paulo liderou diversas greves da categoria. Algumas foram reivindicatórias, mas os trabalhadores nas indústrias de panificação também acompanharam outras categorias em greves políticas. Quase em todos os dissídios, os operários das panificadoras faziam greves que duravam um ou dois dias. Algumas vezes, as paralisações eram feitas antes do dissídio, como advertência.

O Quadro abaixo ilustra a escalada do descontentamento dos trabalhadores nos últimos anos da década de 50. A cada ano, aumentava o número de paralisações. Entre os objetivos, o aumento de salário – visando manter o padrão de vida frente à carestia galopante – se destaca como a principal meta dos trabalhadores. A retomada do movimento dos trabalhadores é patente.

## QUADRO

### AS PRINCIPAIS GREVES DO PERÍODO 1956 – 1960

ANO	DATA	LOCAL	CATEGORIAS	OBJETIVOS
1956	27 a 29.04	Interior – RS	Ferrovíários	Pag. Atrasos
	10 a 15.05	SP – SP	Transp. Coletivos	aumento salarial
	18 a 24.07	Nacional	Aeroviários	aumento salarial
	16 a 18.10	RJ – RJ	Transp. Coletivos	Pag. Atrasos
TOTAL DE GREVES: 15				
1957	26 A 27.06	Porto Alegre	Têxteis	aumento salarial
	29.06 a 06.07	Várias cidades – RS	Ferrovíários	rel. trabalhistas
	22 a 30.07	RJ – RJ	Metalúrgicos	aumento salarial
	15 a 25.10	SP, ABC e interior	têxteis/metal.	aumento salarial
	11 a 14.11	Nacional	Aeroviários	aumento salarial
TOTAL DE GREVES: 28				

*História do Sindicato dos Padeiros de São Paulo*

1958	21.01 a 13.03	Recife	Têxteis	aumento salarial
	31.01 a 21.02	Belém e Manaus	Marítimos	aumento salarial
	15 a 26.05	Nacional	Telegr./Radiotel.	aumento salarial
	18 a 21.10	São Bernardo e São Caetano – SP	Transp. Colet.	aumento salarial
	23 a 25.12	São Paulo	Transp. Colet.	abono de natal
TOTAL DE GREVES: 29				

1959	11 a 16.03	Rio, SP, BH, Salvador, Santos e Campinas	Professores Secundários	readmissão e aumento salarial
	27 a 30.03	SP – SP	Metalúrgicos	aumento salarial
	Setembro	Estado de SP	Geral	aumento salarial
	8 a 10.09	Estado de MG	Metalúrgicos	aumento salarial
	11.10 a 14.11	SP – SP	Transp. Colet.	aumento salarial
	2 a 3.12	SP – SP	Geral	aumento salarial
	9 a 11.09	Rio, SP e Porto Alegre	Aeroviários	aumento salarial
TOTAL DE GREVES: 65				

1960	28.04 a 03.05	Niterói – RJ	Transp. Colet.	aumento salarial
	1 a 13.06	São Caetano –	Têxteis	aumento salarial

## História do Sindicato dos Padeiros de São Paulo

SP			
24 a 28.06	SP – SP	Metalúrgicos	aumento salarial
1 e 2.07	Santos – SP	Geral	solidariedade
16 a 22.08	Estado do RS	Ferroviários	aumento salarial
23 a 28.12	Estado de Sta. Catarina	Ferroviários	pag. atrasados
27 a 30.12	Osasco – SP	Químicos	abono

TOTAL DE GREVES: 68

### A Massa

Ainda nos anos 50, em agosto de 1959, surgiu um importante instrumento de mobilização dos trabalhadores na panificação paulistas com a publicação do jornal da categoria. *A Massa* foi fundada na gestão de Adolpho Schiaverin, tendo como diretor o próprio Adolpho Schiaverin, que era igualmente um dos maiores – senão o maior – colaboradores do veículo informativo. Era o primeiro jornal da categoria desde a extinção do periódico *O Trabalhador Padeiro*, que iniciou sua publicação em 1936 e teve apenas poucos números editados.

Os artigos do novo jornal, escritos quase todos por membros da diretoria do Sindicato, buscavam esclarecer os trabalhadores sobre seus direitos e também da necessidade de união da classe para se conseguir força. Mas os primeiros números do *A Massa* também traziam poesia, contos e dicas sobre como se aprimorar na profissão. Buscava conscientizar o padeiro da necessidade de fazer cursos de aperfeiçoamento – os quais o Sindicato promovia – tanto quanto da importância de reivindicar seus direitos diretamente com o patrão. Havia também, como

não podia deixar de ser, uma seção e Humor, onde se faziam piadas dos associados ou da situação dos trabalhadores:

*COISAS DIFÍCEIS DE ACONTECER*

*Donos de padaria darem aumento de salário sem luta...*

*Evaristo dar um cigarro sem comentário...*

*Durval não dormir nas reuniões da diretoria...*

*Josias falar em assembleias sem combater a diretoria por não ter ainda mandado fazer a bandeira do Sindicato. Isso mesmo Josias! Água mole em pedra dura...*

*“Veneno do Mês”, A Massa, fevereiro de 1960*

A publicação era mantida com doações e patrocínio de empresas fabricantes de produtos de panificação. As edições semanais de *A Massa* constituem um registro significativo das ações, reivindicações, opiniões e preocupações dos trabalhadores na panificação no início da segunda metade do século XX. O jornal foi suspenso em fevereiro de 1964, com o Golpe Militar, depois de 55 edições. Naquela última edição, Olímpio Antônio da Silva chamava a atenção para a importância do registro na carteira profissional. O jornal também informava sobre o salário mínimo, “que tanto demorou a chegar”. Depois de 8 anos, em 1970, o Sindicato lançou um novo informativo, *A Tribuna de Padeiros e Confeiteiros*, um boletim anual que buscava mostrar o desapontamento e a insatisfação da categoria com relação ao salário e trazia novas e

antigas bandeiras de luta. As principais eram o fechamento das padarias aos domingos, a liberdade sindical, o adicional de insalubridade.

Em setembro de 1979, na época da Abertura Política, no governo de João Batista Figueiredo, *A Massa* voltou a ser publicada com o objetivo de ser “uma tribuna do padeiro e do confeitiro, para renúncias, reivindicações, esclarecimentos (...) um jornal livre, como sempre quiseram os padeiros e confeitiros”.

No seu retorno no final dos anos 70, *A Massa* contava com um cartunista talentoso ilustrando sua página de humor: Laerte, que viria a criar um dos melhores momentos dos quadrinhos brasileiros com *Os Piratas dos Tietê*. Para *A Massa*, Laerte concebeu o personagem *Calunga*, um padeiro esperto e consciente de seus direitos.

No momento da redação deste livro, em dezembro de 2010, o jornal impresso a cores atingia uma tiragem de cinquenta mil exemplares, numa edição que celebrava a conquista de um significativo aumento salarial para a categoria.



## **Novo Tempo, Nova Sede**

A década de 60 viu o Sindicato dos Padeiros de São Paulo se transferindo para uma nova sede. Estabelecido na Rua José Bonifácio ao longo dos anos 50, em 1963 o Sindicato se transferiu para o Edifício Martinelli, hoje um ponto turístico da cidade de São Paulo, localizado no triângulo formado pelas ruas São Bento, Libero Badaró e pela Avenida São João.

O prédio de trinta andares, construído entre 1922 e 1929, foi o primeiro arranha-céu da América Latina. Na época em que o Sindicato dos Padeiros de São Paulo se mudou para o edifício, o Martinelli, que recebeu seu nome do seu proprietário e projetista, Giuseppe Martinelli, tinha longa tradição de sediar entidades políticas – e também agremiações esportivas. Vários partidos políticos, como o Partido Republicano Paulista (PRP), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a União Democrática Nacional (UDN) tiveram suas sedes no Martinelli. A Portuguesa de Desportos e o Palestra Itália, hoje Palmeiras, também foram sediadas no edifício.

Primeiro, pagava-se aluguel de duas salas no Martinelli – nos andares 11º e 17º. Às vezes não havia dinheiro para se pagar aluguel, e os sindicalistas se cotizavam para saldar a despesa. Mas, em 1964, uma sala, no 13º andar, do Martinelli foi finalmente comprada. Era uma grande vitória: a primeira sede própria. Os fundos para a compra da sede no Martinelli foram levantados por meio de arrecadação, com a Campanha do Tijolinho, através da qual os associados adquiriam os tijolos simbólicos da nova sede em troca de doações. Em 1968, na gestão de Antônio Xavier dos Santos foi feita a primeira campanha para terminar de pagar a sede no Martinelli.

Com a compra da sala, a sede do Sindicato passou a funcionar no mesmo lugar que o Centro de Colocação. Isso afetou sobremaneira o



ambiente da sede. Os padeiros que iam à sede em busca de colocação tinham um comportamento menos que civilizado. As brigas eram comuns. Tão comuns que a seção humorística do jornal *A Massa*, *Veneno do Mês* fez piada dessa rotina em sua edição de abril de 1960. “No Centro de Colocações não vai mais haver brigas”, garante o editor. E explica o motivo: “temos 15 delegados na Classe”. O Centro de Colocação, antes útil para os padeiros desempregados e o núcleo ao redor do qual se formou Sindicato, começava a se deteriorar.

O assédio grosseiro às mulheres também era constante. Por esse motivo, a presença feminina praticamente desapareceu da sede do Sindicato. “Quase arrumei confusão por causa disso e, então, parei de levar minhas filhas ao Sindicato”, recordou Alberto Santos.

Muitos dos padeiros que frequentavam o Centro de Colocação bebiam para passar o tempo, enquanto “ficavam na pedra”, isto é, enquanto seus nomes ficavam no quadro negro, ou “pedra”, aguardando chegar à vez de serem chamados. As bebedeiras invariavelmente acabavam em brigas.

Para piorar ainda mais o ambiente, havia aqueles que andavam armados. Por conta disso, chegou até mesmo haver morte, quando, em setembro de 1968, o ex-presidente e diretor do Sindicato Berlim de Paula Cavalcanti atirou em legítima defesa em um companheiro que o ameaçava. Berlim normalmente não andava armado, mas na ocasião em que foi ameaçado por um padeiro notório por andar armado, o diretor estava com o revólver do filho, o qual era policial e havia perdido, coincidentemente naquele dia, para o pai guardar sua arma. Quando se viu naquela situação, “ouvindo o outro dizer para puxar seu ‘cano curto’ porque ele iria puxar o dele, ‘seu’ Berlim teve de atirar”, recorda Manuelito Santos. O tiro de Berlim matou o padeiro que o ameaçava.

O mau comportamento dos padeiros que buscavam vagas temporárias através do Centro de Colocação também afetou o funcionamento de outras seções do Sindicato. O departamento jurídico funcionava com três advogados, dando três plantões por semana. Mas por causa da ameaça potencial dos padeiros do Centro de Colocação, os advogados plantonistas tinham de ter proteção policial: dois policiais fornecidos pela então força pública. Os funcionários eram igualmente prejudicados, principalmente as mulheres. Para evitar o assédio, tinham de sair até as 15h00, mesmo apesar de o Centro de Colocação começar a funcionar apenas às 18 horas, uma vez que muitos chegavam mais cedo.

Os problemas com o Centro de Colocação já datavam de algum tempo. Na primeira edição do jornal *A Massa*, distribuída em agosto de 1959, o diretor do Sindicato dos Padeiros de São Paulo Roldão Pinheiro expõe o problema:

*O nosso Centro e Colocação há muito precisa de uma reforma, reforma esta dividida em três etapas: social, moral e profissional.*

*O Centro que atende nossos associados de longa data está servindo mais aos interesses dos empregadores que aos dos empregados, pois só quando a massa do pão se encontra em perigo de estragar é que telefonam para o nosso Sindicato solicitando nossos préstimos como “provisório”. Dizem nossos companheiros saudosistas que antigamente nossos associados eram solicitados com mais frequência e, na maioria, em caráter efetivo; mas, digo eu, que antigamente em São Paulo havia falta de braços e hoje acontece o inverso.*

*É preciso que os associados que se servem do Centro sejam mais compreensíveis e tenham mais respeito pelos companheiros: lá, fala-se mais palavrões do que bom dia ou boa tarde. Há também os menos esclarecidos que abusam um pouco do álcool, além de perturbar o ambiente triste e desolador com provo-*

*cações de toda a espécie, dirigem ofensas à dignidade humana dos companheiros. É preciso de uma vez por todas tomarmos medidas concretas para sanar estas irregularidades, agir com severidade, mas também com justiça e amor, para o Centro voltar a ser o que era antigamente e sentirmos orgulho de nossos companheiros e que ele volte a ser solicitado como o era antes. Sei que tenho erros também, mas ninguém melhor do que os errados com vontade de se corrigir [para] procurar em conjunto realizar a reforma tão necessária para sanar todas as falhas e deixarmos de ser os “tapa buracos” nas padarias, elevando nosso nível social*

No entanto, não obstante os problemas causados, o Centro de Colocação permitia uma liberdade ao padeiro. “Os donos de padaria achavam que ainda estávamos no tempo da escravidão – trabalhar através do Centro de Colocação nos dava certa liberdade e mais dinheiro”, disse Ananias Pereira, que durante muito tempo foi “provisório”. De fato, a remuneração para o provisório que ia trabalhar na padaria via Centro de Colocação era maior. Apesar do problema causado pelos padeiros que bebiam e arrumavam confusão, o Centro de Colocação também era um meio de politização da categoria. “Era uma forma de o Sindicato ir até o trabalhador”, diz Pereira. Entre as vantagens e desvantagens do Centro de Colocação, a diretoria se dividia em torno da questão.

Em 1968 o Centro de Colocação foi novamente transferido para o 17º andar e o ambiente de trabalho melhorou. Em 1976, o Centro de Colocação foi fechado porque, segundo a edição de dezembro de 1980 do jornal *A Massa*, “estava dando muita despesa”, mas foi reaberto no início dos anos 80.

## **Jânio e Jango**

Apesar da conquista da sede no Edifício Martinelli, a década de 60 iria assistir o Sindicato dos Padeiros de São Paulo enfrentar seu mais duro revés desde a fundação da instituição: o Golpe de 1964.

Os antecedentes datam ainda da Era JK. Apesar do avanço que proporcionou ao país, Juscelino Kubitschek não conseguiu eleger seu sucessor nas eleições de 1960. Conforme observa o historiador Jorge Caldeira, “pela primeira vez desde o suicídio de Getúlio, a UDN (União Democrática Nacional, partido fundado em 1945 para fazer oposição às políticas e à figura de Getúlio Vargas) ganhava uma eleição presidencial, apoiando Jânio Quadros”.

Quadros, eleito em 48% dos votos, era um candidato que unia as diversas tendências políticas brasileiras. Mas o novo presidente herdou as dívidas contraídas por JK. As obras e investimentos do governo anterior, financiados com dinheiro emprestado no exterior, fizeram com que os recursos do governo fossem destinados a saldar dívidas, e não houve dinheiro para os investimentos necessários para manter a economia crescendo a 7% ao ano, conforme tinha acontecido durante a administração JK. Entre as consequências estavam o aumento do preço do pão, dos transportes e dos produtos importados. Diante das medidas impopulares de Quadros, a oposição, com maioria no Parlamento, pressionou Jânio. Para levar adiante seu projeto, o presidente teria de vencer a resistência dos membros do Congresso, os quais haviam deixado de apoiá-lo. Vendo-se isolado, Jânio renunciou.

Com renúncia de Jânio Quadros e a posse de seu vice, João “Jango” Goulart, o país pendeu à esquerda. Conforme colocou o historiador Jorge Caldeira, “o vice-presidente [de Jânio Quadros] representava o extremo oposto do espectro político. Era uma diferença de expectativas imensa e difícil de superar”. Com João Goulart, as ideias comunis-

tas se fortaleceram, bem como o movimento trabalhista e os sindicatos que as promoviam. “A época de Jango foi o tempo em que o sindicalismo, o movimento sindical, mais avançou no Brasil”, opina o padeiro sindicalista Ananias Pereira.

Havia, de fato, o temor de que as esquerdas avançassem demais no Brasil. A exemplo do que estava acontecendo em outros países ibero-americanos, como Guatemala – cujo governo eleito democraticamente avançou a reforma agrária, provocando a intervenção americana que acabou depondo o regime – e Cuba. No caso do Brasil, por causa da sua dimensão, riqueza natural e posicionamento estratégico, o bloco americano tinha temor ainda maior com relação à possibilidade de o país pender para a esquerda. O lobby americano encontrou aliados poderosos entre empresários e os militares e mesmo em meio à sociedade civil.

Jango, de tendência populista e seguidor da escola de Vargas, apoiou o movimento social. No período de Jango a projeção política do Sindicato dos Padeiros atingiu uma dimensão maior, chegando a ter contato direto com o presidente da república. “Havia um relacionamento estreito. Um bom exemplo foi o evento na Refinaria Presidente Bernardes, quando o Itamarati disponibilizou um ônibus para que membros do Sindicato dos Padeiros de São Paulo pudessem ir ao encontro, onde João Goulart os recepcionou”, recorda Izilda Álvares. No entanto, o estreito relacionamento com o movimento trabalhista aliado à crise econômica e política deflagrou uma reação dos setores conservadores da sociedade.

Tais setores afirmavam que o Brasil havia se tornado uma “república sindicalista”. E como o comunismo estava bem disseminado nos sindicatos, Jango deu, assim, um motivo para os golpistas. Segundo o escritor Eduardo Bueno, “o motivo ‘oficial’ para o desfecho do golpe de 1964 foi o ‘espectro do consumismo’”. Os militares, influenciados pela

forte orientação americana, a qual tinha presença marcante nas Forças Armadas Brasileiras (nessa época, o futuro presidente Emílio Garrastazu Médici, por exemplo, foi treinado pela CIA para assumir sua posição à frente do Serviço Nacional de Informações – SNI) temiam realmente a ameaça comunista. Jango, de orientação populista, trouxe uma nova proposta social, a qual fortalecia as classes trabalhadoras. Isso entrou em conflito com a posição das elites dominantes. Conforme explica Eduardo Bueno:

*“O que se travou no Brasil, da posse (em setembro de 1961) à queda (em abril de 64) de Goulart, foi o choque entre duas visões conflitantes da política e, especialmente, da economia. Em vez das ‘reformas de base’ propostas por Jango, o binômio ‘segurança e desenvolvimento’, sugerida pelos teóricos da Escola Superior de Guerra (ESG). Em lugar da ‘república sindicalista’, a concentração de renda, o arrocho salarial e o alinhamento subserviente ao grande capital internacional. No confronto entre dois modelos desenvolvimentistas distintos, venceu a ‘modernização conservadora’ proposta pela ESG, com o apoio dos Estados Unidos. Para concretizá-la, foi preciso romper o jogo democrático e promover o fechamento político – e assim se fez. Chamado de ‘revolução’ durante anos – e festejado como tal nos quartéis, até 1967 –, o movimento político-militar deflagrado em 31 de março de 1964 foi, na verdade, um golpe de Estado. Mas não apenas um golpe militar, como em geral se supõe: a sociedade civil e ao Congresso tiveram participação decisiva nele”.*

As classes média e empresarial e os militares ficaram receosos frente à “avalanche de reivindicações sindicais”. Da mesma forma, os grandes proprietários de terra temiam a reforma agrária. Movida pelo temor, a sociedade civil acabou dando o poder ao lobo: os empresários e a

burguesia acabaram se aliando com os militares descontentes em torno do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais, IPES, uma organização fundada em novembro de 1961 para promover o pensamento anti-Jango.

Alem disso, as Forças Armadas também estavam sendo afetadas pelas manifestações da baixa oficialidade, o que representava um desafio aberto à rígida hierarquia militar.

A crise política foi agravada por quatro eventos que acabaram por minar as bases de sustentação do Governo Jango: o primeiro foi a revolta dos sargentos, em 1963; o segundo, o comício do dia 13 de março para se exigir o direito ao voto e a elegibilidade dos sargentos; o terceiro, a rebelião dos marinheiros, em 26 de março, e o quarto, o discurso presidencial no Automóvel Clube, durante reunião do sargento e em apoio a estes, no dia 30 do mesmo mês. Esses fatos fizeram com que as facções legalistas e de centro finalmente aderisse à conspiração contra um governo o qual acreditavam estar conduzindo o país ao caos, ao comunismo e destruindo os fundamentos das Forças Armadas, isto é, a disciplina e o respeito à hierarquia. O caminho para o golpe militar, chamado convenientemente por seus protagonistas de “Revolução de 1964”, estava aberto. Com efeito, a deposição de João Goulart – e a conseqüente ascensão de uma junta composta por militares ao poder – aconteceu em 31 de março de 1964, o dia seguinte ao discurso de Jango em apoio aos sargentos.

Nessa época, devido à alta inflação, o Sindicato dos Padeiros de São Paulo promovia duas campanhas salariais, uma em maio e a outra em novembro. Por conta da mobilização para a campanha de maio, no dia do golpe os trabalhadores estavam reunidos em assembleia, na Rua Martins Fontes, quando chegou a notícia da queda de João Goulart – o que colocava os sindicatos automaticamente na ilegalidade. Ao tomar conhecimento do golpe, a diretoria do Sindicato dos Padeiros se

dispersou sem perda de tempo, e os principais articuladores da organização tiveram de permanecer na clandestinidade durante um longo período.

No processo de fuga e evasão para a clandestinidade, o presidente do Sindicato, Reginaldo Nascimento, precisou ficar uma semana escondido no forro da casa do sindicalista José Batista dos Santos, diretor suplente do Sindicato dos Padeiros de São Paulo. “Papai o encontrou e o levou para casa”, recorda Izilda Álvares, filha de Santos. “Depois de passar uma semana no forro, ele foi para um local que providenciaram para ele. Não sei onde, não me contaram, pois não podiam contar”, relatou Izilda.

Com o golpe, Reginaldo – juntamente com o restante da diretoria – foi cassado e precisou, como outros membros do Sindicato, ficar foragido. “No dia do golpe”, conta Manuelito dos Santos, “O presidente do Sindicato, Reginaldo Dias do Nascimento, saiu da sede, no edifício Martinelli, antes que viesse a polícia fechar, indo para um lado da cidade, enquanto um dos diretores, o Antônio Mota, foi para o outro. Os dois ficaram, mesmo morando na mesma cidade, vinte anos sem se ver – praticamente o tempo que durou o regime militar”.

Em uma entrevista ao professor Luiz Flávio de Carvalho, publicada no *Estudos Sociedade e Agricultura n° 2*, 1994, publicação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, o comunista histórico Lyndolpho Silva, ao contar sobre a montagem de um sistema sindical para o campo, no Brasil, cita o ex-presidente do Sindicato dos Padeiros de São Paulo Gentil Neves Corrêa, que colaborava, em nome da instituição que presidia, com essa iniciativa. No trecho abaixo, o entrevistado, relata como o movimento sindical procurou continuar suas articulações, apesar da repressão da ditadura militar:



*(...) Meus companheiros saímos beirando a colônia. No fim da colônia tínhamos que atravessar um brejo, e a cachorrada atrás... Nos enfiamos naquele brejo e saímos do outro lado. A sorte é que tínhamos um ponto de apoio nas imediações, uma pequena vila que estava se formando e fomos dormir na casa de um cidadão. Esse tipo de situação aconteceu frequentemente.*

*Outras vezes fazíamos contatos nos bailes, festinhas de aniversário. Era fato notável um trabalhador sair de uma colônia e ir para outra, porque eles não se visitavam com frequência. Com o desenvolvimento desse trabalho, naturalmente a preocupação do patrão aumentou. Uma visita já era um caso suspeito. Era, portanto, um trabalho muito difícil. Uma das maneiras mais comuns de se contatar o cidadão era no dia da feira, na hora das compras, quando ia beber a sua pinga, no futebol. ..*

### ***As mulheres participavam?***

*Geralmente as mulheres participavam quando tinha assembleia. Nas assembleias sempre havia mulheres, mas não tinham uma participação mais ativa. Na área dos posseiros, na região de Adamantina, havia uma mulher de origem italiana, com sotaque arrastado, que era uma fera, dona Olinda.*

### ***Vocês diziam que eram comunistas?***

*Não. Era nome feio em alguns casos. Às vezes podiam aceitar, mas comumente, se alguém dizia que aquele cara era comunista, se apavoravam. Trabalhávamos como sindicalistas.*

### ***Fale sobre a repressão.***

*Da última ou da penúltima?*

***A de 1964.***

*Vou te contar um caso acontecido às vésperas de 1964. Nós saímos daqui e fomos fundar um sindicato rural em Monte Azul. Era uma cidade pequena, o café entrando, e tinha lá o Turquinho, brasileiro de origem árabe. (Isso está no relatório da polícia). O Turquinho era comunista também, dono de uma loja, comerciante, quer dizer, classe dominante da cidade. Ele deu uma casa de sua propriedade que estava desalugada para fazermos a assembleia de formação do sindicato dos assalariados agrícolas. Daqui de São Paulo fomos eu, uma delegação de dirigentes sindicais e um advogado. Um dos dirigentes sindicais era o Gentil Neves Correia. Eu era presidente da ULTAB, uma entidade civil, eu não tinha mandato sindical. Lá chegando, a polícia cercou as pontas da rua. Esperamos muito até aparecerem dez ou doze trabalhadores que conseguiram furar o cerco. Logo apareceu um jovem conversando com uma moça na janela do outro lado da rua e o Turquinho avisou que ele era o novo delegado de polícia. Nós não podíamos recuar, mandar os trabalhadores embora.*

*O Gentil (Neves Corrêa), que tinha cobertura oficial porque era diretor de Sindicato dos Padeiros e Confeiteiros de São Paulo, ficou de presidir a assembleia. Quando demos abertura à assembleia e começou a falação, o delegado entrou e ficou atrás de uma parede. Aí convidamos o doutor delegado para tomar assentamento. Então ele saiu de trás da parede dizendo, "não, não!" Desenvolvemos toda a falação por mais de meia hora com esses dez trabalhadores presentes, calcando a coisa em cima da lei: "o sindicato está autorizado a funcionar de acordo com o Decreto-Lei 7.038, assinado pelo Presidente Getúlio Vargas em 1944, etc.; portanto, o sindicato é legal, está autorizado por lei".*

*Terminada a falação, o Gentil deu a palavra para o delegado de polícia. Ele ficou desconcertado novamente e disse que estava ali só para defender a lei. Aí o Gentil arrematou: "Estão vendo, vocês não precisam ter medo do patrão, pois o delegado está aqui para defender vocês". Quando ter-*

*minou a reunião o delegado de polícia aproximou-se do advogado e perguntou se era verdade se tinha todas aquelas leis.*

*Casos como esse têm muitos, e se fôssemos contar para efeito da parte humorística do movimento teríamos que usar a tarde inteira. Por exemplo, o Sebastião Dinart era uma das lideranças nossas aqui em São Paulo. Certa vez ele encontrou em uma livraria um livro que se chamava Carteira do Advogado. Esse livro orientava o advogado na aplicação da lei. O Sebastião Dinart convocou uma assembleia de fundação da Associação dos Camponeses de Icem, lá pelas bandas de São José do Rio Preto. Tinha gente assim na assembleia. O delegado de polícia chegou e perguntou:*

*- O senhor tem credenciais para fundar sindicato?*

*- Tenho, sim senhor.*

*- De quem são as credenciais?*

*- Do Ministério do Trabalho.*

*- Apresente!*

Apesar de ter toda a sua diretoria cassada e perseguida, o Sindicato dos Padeiros permaneceu. Para presidir o Sindicato, a Secretaria do Trabalho nomeou, então, um interventor, Antônio Xavier dos Santos.

O período entre 1964 e 1968 foi de estagnação política. Acabaram-se as reuniões, acabaram-se as greves, acabaram-se as deliberações. Apenas em 1966, trabalhadores de duas padarias paulistanas pararam por melhores salários. Foram severamente reprimidos.

Embora as assembleias continuassem acontecendo, toda a articulação política havia sido subtraída desses encontros. Assim, as assembleias

terminaram por assumir um caráter estritamente informativo. Além disso, essas reuniões eram monitoradas pela Secretaria do Trabalho. Para tanto, “arapongas”, isto é, espiões, buscavam se infiltrar entre os trabalhadores na panificação. Mas não passavam despercebidos. “Nós sabíamos quem eram os espiões, porque o padeiro, ao menos antigamente, se conhecia pelas mãos – as unhas sujas de massa – e pelo cheiro de pão e farinha”, diz Manuelito Santos.

Com o Sindicato amordaçado, o governo determinava os aumentos salariais, respeitando a data do dissídio. No entanto, a tabela elaborada pela organização sindical – uma das primeiras conquistas da organização – foi abolida: um sinal do engessamento do movimento trabalhista, uma vez que apenas a classe patronal tinha voz, protegida pelo regime. Assim, os aumentos salariais eram invariavelmente insatisfatórios.

### **A Ditadura Militar Brasileira: Anos de Chumbo**

Em sua análise sobre a ditadura militar brasileira, o professor de Estudos Brasileiros da prestigiosa Temple University, de Filadélfia, EUA, Universidade ISC, Philip N. Evanson é cirurgicamente preciso. Evanson afirma que os ditadores empossados pelas Forças Armadas promoveram “um aumento significativo de crimes contra os direitos humanos, [foram] socialmente irresponsáveis, contraíram empréstimos excessivos no exterior, promoveram concentração de renda e o aumento da pobreza, implicando no dramático aumento da criminalidade nos grandes centros urbanos”. Além disso, a ditadura militar repercutiu de forma tremendamente negativa para seus próprios protagonistas. A “Revolução” de 1964 “enfraqueceu seriamente as instituições militares, as quais perderam prestígio e tiveram o orçamento reduzido”, sentencia o professor.

No primeiro momento, os militares tinham o apoio da sociedade civil. No entanto, o regime militar imposto em 1964 acabou tomando a terrível feição de ditadura, a qual foi responsável pelo pior período da história brasileira recente. Milhares foram torturados; outros tantos, mortos. A pobreza e a disparidade social aumentaram. No final da ditadura, o país tinha contraído uma dívida externa meteórica, e a inflação galopante era retratada como um dragão enfurecido a destruir a economia. Como resultado, na década de 1980, o Brasil enfrentou uma das piores crises econômicas de sua existência.

A ditadura militar brasileira tem três fases distintas. A primeira dessas fases abrangeu o período entre 1964-75. Entre 1964 e 1968, para conter as greves dos operários e a oposição feita pelas uniões estudantis, os militares promulgaram uma série de atos institucionais (AIs), destituindo os direitos dos principais políticos do país. Os partidos foram dissolvidos e o sistema multipartidário foi extinto. No vácuo que restou, a ditadura criou um sistema de dois partidos – um da situação e outro de oposição. O golpe final nas liberdades sociais foi dado pelo Ato Institucional número 5. O AI5, decretado pelo presidenteaditor Costa e Silva em 13 de dezembro de 1968, permitia ao governo decretar o recesso legislativo e intervir nos estados sem as limitações da constituição, a cassar mandatos eletivos, confiscar os bens "de todos quantos tenham enriquecido ilicitamente" e suspender por 10 anos os direitos políticos de qualquer cidadão. Como consequência, ainda em 1968, o Congresso foi fechado, impedindo o povo de ser representado por líderes por ele escolhidos.

Nesse duro período, as organizações estudantis foram dissolvidas, as lideranças sindicais, debeladas. A mídia e as manifestações artísticas passaram a ser censuradas de perto. Nas redações dos jornais, censores plantados pelo regime diziam o que podia e o que não podia ser publicado. Driblar a censura passou a ser um jogo em que a criatividade dos artistas, jornalistas e escritores era o maior trunfo.

## **Avanços**

Apesar do engessamento político e da perda de liberdade de expressão – o que implicava em coibição das reivindicações –, o Sindicato dos Padeiros conquistou uma série de avanços ao longo da década de 60, especialmente com relação aos benefícios sociais oferecidos aos associados.

Desde a década de 50, o Sindicato oferecia serviços jurídicos aos trabalhadores na panificação paulistanos sindicalizados. O advogado José Carlos da Silva Arouca, por exemplo, começou sua carreira ainda cursando Direito no Largo São Francisco, onde se formou, conforme nota na coluna social do jornal *A Massa* de outubro 1959. Arouca permaneceu à frente do Departamento Jurídico do sindicato durante décadas, até assumir o posto de juiz do Trabalho.

Antes de Arouca, o Departamento Jurídico estava sob a responsabilidade de Hugo Stanislau Smilari. No entanto, no início de 1960, na gestão de Adolpho Schavirim, o Departamento Jurídico foi reestruturado, uma vez que os operários descobriram que Smilari advogava causas de trabalhadores e de patrões simultaneamente.

Em 1965, o Sindicato passou a disponibilizar um barbeiro para os associados. Mas as maiores conquistas em termos de benefícios sociais oferecidos pela organização ainda estavam por vir.

Já na primeira gestão de Berlim de Paula Cavalcanti – de 1952 a 1959 – tencionava-se oferecer serviço odontológico aos trabalhadores na panificação associados ao Sindicato. Diante da impossibilidade disso, como alternativa, o Sindicato mantinha convênios com clínicas médicas e consultórios dentários. Em 1968, na gestão do interventor Xavier, os associados passaram a dispor de um dentista próprio. José Roberto Marques, o primeiro dentista da organização, inaugurou o serviço odontológico aos associados. No entanto, com o endurecimen-

to do regime, Marques, que era comunista, precisou se afastar do Sindicato. Finalmente, em 1970, foi a vez de a instituição oferecer serviço médico.

Outra evolução fundamental ocorrida no Sindicato dos Padeiros de São Paulo na década de 60 foi a expansão de sua estrutura. Nessa época, o tesoureiro não era um diretor desligado. Ele trabalhava na padaria e também no Sindicato.

As restrições colocadas pelo governo militar ao funcionamento dos sindicatos acarretaram em um decréscimo no número de associados do Sindicato dos Padeiros de São Paulo, o que acabou gerando crise financeira. Houve épocas em que não se havia dinheiro para pagar os funcionários do Sindicato. O presidente, que recebia pelo Sindicato, era o primeiro a ficar sem salário, mas, se o caixa não fechava, os três únicos funcionários – os auxiliares Antônio Sobreda, Izilda Álvares e o faxineiro João Abrantes (João Gordo) – também abriam mão do salário espontaneamente.

### **União Futebol Clube**

Outro destaque da década de 60 foi a fundação do antigo time de futebol do Sindicato dos Padeiros de São Paulo, o União Futebol Clube, cujo primeiro presidente foi José Batista dos Santos, diretor suplente entre 1962 e 1964.

As atas das primeiras reuniões da diretoria do clube revelam que o time perdia com frequência para as equipes de outras categorias. O problema maior era que, com a extensa carga de trabalho que cumpriam, os operários das indústrias de panificação não tinham tempo para se dedicar ao time. A solução para manter o time foi aceitar trabalhadores de outras categorias para jogar no time. Até mesmo membros do conjunto Os Originais do Samba, inclusive o trapalhão Mussum, participavam da equipe. Contudo, alguns diretores do União Futebol

Clube discordavam com o arranjo. Assim, as brigas e discussões eram constantes nas reuniões dos dirigentes do time.

O União Futebol Clube acabou sendo extinto. No entanto, o Sindicato dos Padeiros de São Paulo continua tendo seu time. Em 1983, no momento da redemocratização do país, o time ressurgiu por iniciativa de Antônio Ribeiro de Oliveira, com o nome PCB (Padeiros, Confeiteiros e Balconistas), estimulando assim não só o espírito competitivo de seus associados, mas igualmente conquistando espaço no circuito de futebol de várzea de São Paulo.



Imagem histórica do União Futebol Clube nos anos 60 (1-Manoel “Gaiola”, 2-José Batista, 3-A. Ribeiro, 4-Araújo, 5-Russo, 6-Dilson, 7-Raimundão, 8-Antonio Fernandes, 9- André Böhn, 10-Aroldo)





E o PCB no lançamento do novo uniforme do time, em 2003 (1-Antonio Pereira, 2-Fernando, 3-Adenildo, 4-F.Vieira, 5-Pedro Pereira, 6-Miltinho, 7-Chiquinho Pereira, 8-Geraldo, 9-Valdeci)

## **Guerrilha**

Um sentimento de que a única via de acabar com a ditadura seria através das armas se instalou entre os brasileiros mais radicais. Grupos guerrilheiros foram formados para enfrentar os militares, mas seus líderes acabaram caçados e mortos implacavelmente. Os oponentes do regime eram presos e torturados. Foram os Anos de Chumbo, também chamados de Era dos Desaparecidos, uma mancha na história do país que ainda assombra muitos brasileiros e que até hoje continua a ser um fato a desmoralizar as Forças Armadas. A instituição que violou os direitos humanos do povo que deveria defender acabou perdendo seu prestígio. Os Anos de Chumbo foram, provavelmente, os mais obscuros de toda a história do Brasil.

Ironicamente, durante os anos que abrangem a Era dos Desaparecidos ocorreu o alardeado fenômeno do Milagre Econômico. O programa anti-inflação instaurado entre 1964 e 1967 surtiu efeito e a economia se recuperou. O desenvolvimento econômico entre 1968 e 1975 foi espetacular, com taxas de crescimento superiores a 10% ao ano.

Apesar do resultado incrível, a distribuição de renda continuou a ser injusta. A ditadura militar favorecia apenas alguns grupos sociais, protegendo os consumidores das classes alta e média e mantendo baixos os salários dos operários. Um dos ditadores militares, Emilio Garrastazu Médici, disse a respeito da situação que “a economia vai bem, mas o povo vai mal”. Mas a economia ia bem não por mérito dos militares, mas porque os Estados Unidos, o motor econômico do mundo, estava alavancando o crescimento mundial.

A estratégia econômica foi substituir o nacionalismo econômico, abrindo espaço para empresas estrangeiras numa tentativa de modernizar a economia e a tecnologia local. Essa solução foi chamada de “Entreguismo”, caracterizando a realidade do que aconteceu de fato. Além disso, o governo continuava a atuar como empreendedor e regulador econômico. Numa tentativa imbuída do paternalismo que caracterizou a ditadura militar, o governo tentou desenvolver a economia ao fundar e administrar empresas estatais, gerando um problemático e ineficiente modelo econômico conhecido como Capitalismo de Estado. Nessa época, os slogans criados pelos militares enchiam o imaginário dos brasileiros: “Brasil, ame ou deixe-o”, ou “Pra frente Brasil!”.

A oposição ao regime militar viria apenas no final da década seguinte, liderada pelos trabalhadores.

## Capítulo 4

# A Aurora de um Novo Sindicalismo

O golpe dado pelos militares em 31 de Março de 1964 representou um grande retrocesso no movimento sindical brasileiro. No entanto, “a longa noite do sindicalismo brasileiro”, como o período é por vezes chamado, acabou conduzindo os trabalhadores a um esforço que culminou com a classe trabalhista assumindo a liderança da sociedade civil no retorno à ordem democrática. Apesar das dificuldades e da repressão, no final desse período, os trabalhadores puderam constatar e provar à sociedade aquilo do que sempre foram conscientes: seu poder político. A retomada dessa percepção devolveu à classe trabalhadora sua confiança e dignidade. Como disse, na época, Luis Inácio Lula da Silva, “que ninguém duvide da força do trabalhador”. Com efeito, o movimento operário do final dos anos 70 e início dos anos 80 foi muito combativo e atuante. E o Sindicato dos Padeiros de São Paulo, enquanto vanguarda do movimento sindical nacional, teve ativa participação nesses acontecimentos.

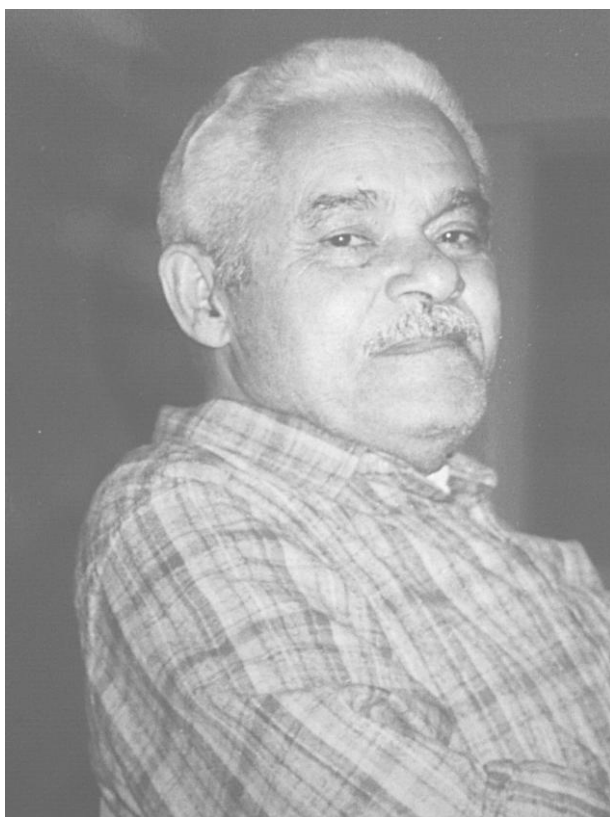
Em 1965 o governo ditatorial liberou a eleição para a presidência do Sindicato dos Padeiros de São Paulo, embora isso fosse feito sob a supervisão do Ministério do Trabalho. Na primeira eleição do Sindicato dos Padeiros de São Paulo depois de instaurada a ditadura militar, Berlim de Paula Cavalcanti, que era ligado ao Partido Comunista

Brasileiro (PCB), foi eleito em 1965, continuando até 1968. A edição de domingo, 11 de junho de 2000 do jornal *Diário Popular*, traz uma nota biográfica de Berlim, por ocasião de seu falecimento:

*Ele não completou nem o primário, mas com muito empenho político chegou ao cargo de presidente do Sindicato dos Padeiros de São Paulo. Isso em 1966 (sic). Esses dados fazem parte da história de Berlim de Paula Cavalcanti, um paraibano de João Pessoa que, em 1953, com esposa e um filho, resolveu vir tentar a vida em São Paulo. Berlim nasceu em 11 de agosto de 1922. Filho de um dono de padaria, desde cedo aprendeu a arte do ofício. Em 1944, aos 22 anos, casou-se com Maria Dolores da Silva e dois anos depois tiveram o primeiro filho, Antônio. Foi com esta família que ele chegou à capital, depois de quase uma semana de viagem. Filiou-se ao Sindicato dos Padeiros no mesmo ano em que chegou aqui, tornando-se presidente da entidade em 1966 (sic). Exerceu o mandato por dois anos. Berlim também foi militante e dirigente do Partido Comunista Brasileiro e, “por causa dos seus ideais comunistas, foi preso e torturado mais de uma vez”. A afirmação é de Rosi, a segunda filha de Berlim. Apesar de toda a luta, ele não acumulou nenhum bem. Ainda pagava aluguel e nunca teve sequer um carro. Atualmente ele presidia a Associação dos Aposentados do Ramo de Panificação e Confeitaria de São Paulo, cargo que ocupava desde 1990, estando no terceiro mandato. Berlim faleceu em 5 de junho (de 2000) vítima de complicações pulmonares. Seu corpo foi enterrado no Cemitério do Horto Florestal, na Zona Norte.*

Berlim Cavalcanti substituiu o interventor Xavier. Segundo o então advogado do Sindicato dos Padeiros de São Paulo e da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação (FETIASP) José Carlos da Silva Arouca, embora Xavier fosse representante da oposição no

Sindicato dos Padeiros, sua administração não foi “pelega”. Arouca ilustra sua afirmação lembrando um episódio na gestão Xavier. Na sede do Sindicato dos Padeiros havia coleções de revistas russas, húngaras e de outros países da Cortina de Ferro que seriam usadas como provas para denunciar certos sindicalistas como comunistas. Sob a pressão do Ministério do Trabalho, que exigia o processo de subversão, o interventor Xavier manobrou de forma que o processo não fosse adiante – como de fato não foi.



Berlim de Paula Cavalcanti (presidente do Sindicato de 1966 a 1969)

Ainda de acordo com José Carlos Arouca, durante a administração de Berlim de Paula Cavalcanti surgiu uma nova liderança, Raimundo Rosa de Lima, o Raimundão, que na época estava na Comissão de Salários. “Raimundão se tornou uma figura de projeção nacional, o que testemunha a força do Sindicato dos Padeiros de São Paulo”, afirma Arouca. Raimundão veio a ser presidente do Sindicato e teve, com efeito, uma atuação proeminente no movimento sindical, colocando a categoria entre as mais atuantes em termos políticos.

O Sindicato fez publicar uma nota, na qual resume a biografia de Raimundão, por ocasião de seu falecimento, em 11 de agosto de 1999, durante uma viagem de volta de Brasília, para onde tinha ido fazer reivindicações em nome dos trabalhadores aposentados nas indústrias de panificação:

*Raimundo Rosa de Lima dedicou quarenta anos de sua vida ao Sindicato dos Padeiros de São Paulo, de onde foi presidente e era atualmente diretor. Nascido em Mariana, Minas Gerais e morador da Vila Brasilândia, Zona Oeste da capital, Raimundão, como era conhecido, foi funcionário da extinta Panificadora e Confeitaria ABC, que funcionava no espaço onde hoje é o Metrô Saúde, e da Doceria Riviera, do bairro da Mooca.*

*Seus colegas de Sindicato lembram que ele sempre foi referência dos trabalhadores na luta por melhores condições de vida e trabalho. O padeiro também foi diretor da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Estado de São Paulo, do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio Econômicos (DIEESE), membro da Comissão de Organização da I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras e histórico militante do Partido Comunista.*

*Casado por mais de trinta anos com Maria Rosa de Lima, de 67 anos, Raimundo teve quatro filhos, sendo um adotivo, e duas netas.*

*Raimundo, aos 68 anos, havia ido a Brasília com outros militantes, última quinta-feira, num ato em defesa dos trabalhadores aposentados no ramo da panificação. Na viagem de volta, quando estavam em Uberaba, Minas Gerais, uma cardiopatia hipertensiva o matou enquanto dormia dentro do ônibus. Não houve tempo para socorro médico. Seu velório foi realizado na sede do Sindicato e o enterro no Cemitério Dom Bosco, no bairro de Perus.*



Raimundo Rosa de Lima (presidente do Sindicato de 1972-77 e 1978-1984)

Também na gestão de Berlim de Paula Cavalcanti houve outro destaque “notável”, nas palavras de Arouca: o tesoureiro Olímpio Antônio da Silva (de 1968 a 1971).

Embora as eleições nos sindicatos voltassem a ser permitidas, Cavalcanti e os trabalhadores na panificação – e todo o movimento sindical brasileiro – continuaram a enfrentar dificuldades. Continuavam as perseguições e prisões de líderes sindicais de todas as categorias – inclusive trabalhadores nas indústrias de panificação e confeitaria.

Em 1966, tanto os trabalhadores na panificação como as demais categorias retomaram o movimento operário. Em março daquele ano, os sindicalistas aliaram-se aos estudantes, a setores do clero e da sociedade civil e ajudam a fundar a Frente Ampla. Com o franco objetivo de lutar pelo restabelecimento da democracia no Brasil, a frente começou a influenciar o Congresso em suas votações. No ano seguinte, em 1967, os sindicalistas criam o Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA).

A mobilização dos trabalhadores levou à organização da Greve de Osasco, iniciada em 16 de julho de 1968 com a ocupação da Cobrasma, sob o comando de José Ibrahim, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos. A greve teve importância histórica uma vez que, com ela, os trabalhadores articulavam um movimento independente, promovendo assembleias, nas greves, passeatas e ocupações de fábrica, pela primeira vez desde que o regime militar havia colocado os sindicatos sob intervenção.

No dia seguinte, 17 de julho de 1968, o Ministério do Trabalho declarou a ilegalidade da greve e determinou a intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos. Quatro dias depois, os operários retornam ao trabalho. Em outubro daquele ano houve outra greve, em Contagem, Minas Gerais. Como a de Osasco, a de Contagem também foi mobili-



zada contra o arrocho salarial e foi igualmente reprimida. O movimento operário só iria promover novas greves dez anos depois.

A desarticulação, repressão e controle do movimento foram acompanhados de uma nova política de arrocho de salários e da lei antigreve nº 4.330. A partir de então, a ditadura passou a lançar mão da tortura, assassinatos e censura. A mobilização do movimento sindical e da sociedade civil em prol da volta da ordem democrática levou a uma reação dentro dos quartéis. A disputa pelo poder dentro das Forças Armadas acabou pendendo para o lado dos mais radicais, a chamada “linha dura”. Se, ao longo dos governos Castelo Branco e Costa e Silva, a linha-dura não chegou a dominar a orientação do governo militar – agindo nos subterrâneos e aflorando vez ou outra –, com o terceiro general-presidente, Emílio Garrastazu Médici, ela chegou à superfície do regime, assombrando ainda mais os brasileiros.

Médici assumiu a presidência em 30 de outubro de 1969, dando início “àquele que talvez tenha sido o período mais repressivo da história do Brasil”, nas palavras do escritor Eduardo Bueno. Nunca houve tanta censura, tantas limitações às liberdades neste país. Eduardo Bueno sustenta que a administração Médici foi um “dos períodos mais esquizofrênicos na vida da nação: oficialmente tudo ia às mil maravilhas – o Brasil era ‘o país grande’ que ninguém segurava, ‘o país que vai para frente’; enquanto isso, nos porões da ditadura, havia tortura repressão e morte”. De fato, no governo Médici, por conta das prerrogativas garantidas pelo Ato Institucional número 5, o AI-5, o Legislativo foi reduzido a simples homologador das determinações do Executivo.

Médici apertou ainda mais a censura, determinando a censura prévia, que se alastrou a praticamente toda a informação jornalística e se estendeu até mesmo a anúncios de publicidade. Jornalistas tinham suas credenciais suspensas simplesmente por confrontar as informações

oficiais com outras fontes. As prisões arbitrárias, torturas e assassinatos atingiram igualmente seu auge na administração Médici.

A arbitrariedade era justificada para garantir a democracia. Como colocou o próprio Médici, “a plenitude do regime democrático é uma aspiração nacional. (...) Creio [ser] necessário consolidar (...) o sistema representativo baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos (...) do homem”. Mas era um plano futuro. Naquele momento, entendiam os ditadores, os militares deveriam consolidar o progresso da nação – e a qualquer custo.

### **A Luta Continua**

Em 1972, Raimundo Rosa de Lima, o Raimundão, substituiu Berlim de Paula Cavalcanti na presidência do Sindicato dos Padeiros de São Paulo . Raimundão foi presidente do Sindicato durante 11 anos (de 1972 a 1977 e de 1978 a 1984).

Diversos sindicalistas reconhecem a importância dessa gestão. O juiz trabalhista aposentado José Carlos Arouca afirma que Raimundão ajudou a fortalecer o Sindicato dos Padeiros de São Paulo na Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de São Paulo (FETIASP), o que estimulou o desenvolvimento do sindicato que ele representava. Como, politicamente, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação e Confeitaria de São Paulo e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Laticínios eram os sindicatos mais fortes da federação (na época havia cerca de 40 sindicatos filiados à FETIASP), houve uma projeção significativa do Sindicato dos Padeiros, a qual permaneceu até janeiro de 2010, quando se desligaram da FETIASP e fundaram sua própria federação nacional.



Raimundão e outros membros do Sindicato vão às ruas receber a seleção campeã de 1970  
(à sua esquerda: Clotilde, Izilda e Regina; à sua direita: Antonio Ribeiro de Oliveira)

Nelson Chagas, que trabalhou com Raimundo Rosa de Lima, tendo sido diretor do Sindicato dos Padeiros nas gestões 1972-75, 1975-78, 1978-81, testemunhou os esforços desse dirigente durante os anos em que o sindicalismo brasileiro foi amordaçado pela ditadura. De acordo com Chagas, “Raimundão levantou o sindicato, nesse período difícil (da História) do Brasil”.

Um dos programas estabelecidos por Rosa de Lima, que era ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partidão, era ir às fábricas e padarias falar diretamente aos trabalhadores, esclarecer sobre a importância do Sindicato para conseguir diminuir a exploração dos patrões. Nessas ocasiões, Raimundão ia às padarias acompanhado de membros da diretoria e de delegados sindicais.

Nessas palestras, que às vezes se tornavam debates, o Sindicato dos Padeiros de São Paulo elucidava os trabalhadores quando aos seus direitos trabalhistas. Algumas vezes, Rosa de Lima e outros membros da diretoria do sindicato encontravam resistência dos próprios trabalhadores na panificação e chegaram mesmo a ser rivalizado.

Havia, lembra Chagas, uma imagem negativa do Sindicato entre os próprios trabalhadores, um mito de agitação e de contestação da ordem com o qual muitos não queriam se envolver. Outras vezes, o presidente e os diretores enfrentavam ameaças dos donos dos estabelecimentos. Havia igualmente preconceito com relação ao comunismo: sindicalistas, desde o final da administração JK, eram sinônimos, aos olhos das classes patronal e burguesa, de comunismo.

Chagas recorda uma vez onde foram recebidos por um empresário da panificação que estava armado. Além disso, ele chamou a polícia. Dessa forma arbitrária, ele impediu os trabalhadores na panificação de exercerem um direito mínimo: o de divulgar informações sobre suas próprias garantias profissionais.

Apesar da ditadura militar, da proibição das campanhas salariais e da repressão policial, os padeiros, confeiteiros e outros trabalhadores na panificação não deixaram de fazer piquetes. Nessa época, como em outras, o objetivo maior dos trabalhadores na panificação paulistas era o de conseguir o direito da folga dominical – uma luta histórica da categoria.

Em sua edição de setembro de 1979, a primeira desde seu fechamento, o jornal do Sindicato, *A Massa*, renovava o apelo a essa luta, afirmando que “o fechamento das padarias é a forma de quebrar nosso total isolamento”:

*Fizemos muito, mas ainda precisamos fazer muito mais para conseguirmos o fechamento das padarias aos domingos e conseqüentemente conseguir o nosso tão necessário descanso. Tem cidade no interior em que padaria já não funciona mais aos dominós, algumas capitais brasileiras também não contam com as padarias nesse dia. É hora de São Paulo procurar outras alternativas para que o padeiro não precise trabalhar aos domingos.*



Posse da diretoria, em 1974 (a partir da eqs.: José B. Santos, Idinaldo E. Arizi, Nelson Chagas, Afonso S. Souza, Berlim P. Cavalcanti, Lemos, Raimundo Rosa de Lima, Manoel M. Santos, Antonio Pereira dos Santos, Olímpio A. Silva, não identificado, não identificado, Benedito Carlos Pereira)

Em maio de 1978, o Sindicato já havia entrado com processo pedindo o fechamento das padarias aos domingos. O ofício, depois de um ano

na prefeitura, foi engavetado porque o prefeito, então Olavo Setúbal, entendeu que o assunto era complexo e exigia maiores estudos.

Os trabalhadores nas padarias e confeitarias não desistiram. Afirmavam, por meio de seu jornal, ser “uma categoria injustiçada”, pois “a obrigação de trabalhar aos domingos nos afasta da participação mais efetiva na sociedade”. Além do trabalho dominical, os operários das padarias sempre trabalharam em horas que os isolam. Enquanto a população dorme, os padeiros, confeitadores e demais trabalhadores estão ocupados fazendo os pães e bolos que serão consumidos logo que o dia amanhecer. Quando os trabalhadores das panificadoras estão dormindo (ou fazendo outro bico para sobreviver), as pessoas estão exercendo suas atividades. Por isso, a categoria entendia que “o fechamento das padarias aos domingos seria uma solução”, afirmou Chagas.

Em sua luta, os trabalhadores tomaram as ruas. Contudo, durante essa campanha, sofreram a intervenção das forças do governo. Em uma dessas vezes, recordou Nelson Chagas, os trabalhadores foram duramente reprimidos pela Polícia Militar, que dispersou o piquete que formavam, agredindo fisicamente os sindicalistas.

Com a repressão, o Sindicato dos Padeiros de São Paulo procurou levar a campanha pela folga semanal pela via legal, buscando para tanto o apoio da Câmara de Vereadores de São Paulo, São Bernardo do Campo, Santo André e outros municípios da base territorial. O vereador Eurípedes Salles propôs um projeto de lei que garantia a folga do padeiro aos domingos. De fato, os trabalhadores na panificação tinham conquistado a prerrogativa da folga semanal. Mas não aos domingos, o que os impedia de estar com a família justamente do dia de reunião familiar. Os trabalhadores lutavam, portanto, por equiparação social.

Contudo, a mesma instância onde reside a força política dos padeiros, isto é, a demanda pelo pão, se tornou um obstáculo significativo para conseguirem a equiparação social da folga dominical. Tradicionalmente, não pode faltar pão à mesa do brasileiro – especialmente no domingo. “Há um costume no Brasil de se substituir o jantar do domingo por um lanche à base de pão e frios”, comenta o advogado e juiz trabalhista aposentado José Carlos Arouca.

As padarias eram consideradas utilidade pública e não podiam fechar aos domingos. O ex-diretor Chagas se lembra, por exemplo, de que, durante um debate na Câmara dos Vereadores de São Bernardo do Campo, uma assistente social criticou a busca pelo descanso dominical por parte dos trabalhadores na panificação lembrando que os favelados não tinham geladeira para conservar o leite. Por essa razão, os trabalhadores na panificação não deveriam descansar aos domingos. O argumento torpe negava conceder equiparação social a uma classe de trabalhadores porque a sociedade brasileira é historicamente incapaz de promover inclusão social.

Por conta disso, uma vez mais, os padeiros não conseguiram garantir esse direito: o projeto proposto pelo vereador Eurípedes Salles acabou não passando.

### **O Fim da Linha-Dura**

O general que substituiu Emílio Garrastazu Médici na presidência do Brasil foi escolhido em um consenso do qual participaram apenas os oficiais superiores das três armas. Membro da Escola Superior de Guerra, a ala moderada dos oficiais por trás da ditadura, Ernesto Geisel tomou posse em 15 de março de 1974, em meio a uma celebração milionária, da qual participaram diversas figuras proeminentes da cena política internacional. Com o quarto general-presidente, o chamado “grupo Castalista” voltava ao poder. A eleição de Geisel repre-

sentava uma derrota de Médici e da linha-dura. A escolha trazia também a esperança de reconduzir o país de volta à democracia. Além do próprio presidente, que havia sido chefe do gabinete militar de Castello Branco, seus principais auxiliares haviam igualmente participado do primeiro governo golpista.

Geisel trazia, de fato, um projeto de abertura política – a única saída para um governo que, em face da crise econômica mundial aberta pela alta dos preços do petróleo, não seria mais capaz de produzir “milagres” econômicos, como os realizados durante a administração Médici. No entanto, a abertura, ou “democracia relativa”, conforme propôs Geisel, foi lenta e gradual. Era a chamada “distensão”. Como um pêndulo que se move de um extremo ao outro, ao mesmo tempo em que abria a política, Geisel não hesitou em lançar mão do AI-5, chegando até mesmo a fechar o Congresso e impingindo ao país retrocessos ao processo democrático como a Lei Falcão. Proposta em 1976 pelo então ministro da Justiça, Armando Falcão, a lei limitava os discursos dos candidatos a cargos públicos para evitar que estes criticassem o regime militar.

Os generais-ditadores continuaram se ocupando de combater o comunismo e de reprimir o movimento trabalhista – até mesmo porque, no entender dos militares, as duas vertentes eram comuns. De fato, havia desde a época de Juscelino Kubitschek uma forte influência comunista no meio operário. Por conta disso, o regime não buscou promover melhorias nas condições de trabalho.

Nessa época, entre os poucos benefícios trabalhistas conquistados pelos trabalhadores na panificação, estava o tratamento “a seco”. Além do salário, as padarias davam alimentação e, muitas vezes, habitação – “em péssimas condições higiênicas”, ressalta Nelson Chagas.



Como acontecia no final do século XIX e início do século XX, ter empregados alojados no estabelecimento era uma forma de aumentar o controle sobre os trabalhadores das padarias. Os migrantes, que chegavam a São Paulo, sem parentes e sem referências na cidade – sem apoio, enfim – se sujeitavam a essas condições para poder sobreviver.

Os trabalhadores eram submetidos a revistas humilhantes, ao trabalho excessivo com poucos benefícios sociais. (Houve casos em que o dono da padaria fez prender um padeiro porque este estava levando pão para casa – um benefício entendido como direito, mas que não era garantido pela convenção coletiva –, acusando-o de roubo. A partir de então, o Sindicato dos Padeiros de São Paulo conseguiu um acordo com o sindicato patronal para que os pães fossem colocados nos acordos coletivos)

Chagas chama de “escravidão” o regime de trabalho de então. Em uma padaria na qual trabalhou, o ex-diretor do Sindicato conta que se usava até mesmo a farinha que caía no chão para fazer pão. Nessa padaria, os azulejos, antes brancos, eram escuros por conta da fuligem.

Outro reflexo das más condições de trabalho pode ser vista por meio da demanda do exercício da legislação trabalhista. De acordo com José Carlos Arouca, nos anos 60, poucos advogados dedicavam-se ao Direito Trabalhista, um claro indicativo da discriminação com os trabalhadores.

Quando Arouca começou 80% dos trabalhadores na panificação não eram registrados. O recibo de pagamento era feito em papel de embrulho de pão. “O setor patronal da padaria era o pior de todos”, afirma Arouca, respaldado pela sua experiência como juiz do Trabalho.

Além de todas essas dificuldades vividas pela categoria, o Sindicato enfrentava problemas de ordem financeira. “O Sindicato dos Padeiros de São Paulo não tinha dinheiro”, recorda José Carlos Arouca. “Eu

recebia uma vez por semestre”, afirma o advogado. “Os diretores e o tesoureiro não eram remunerados, iam para o Sindicato depois do expediente”. A mobilização da categoria era movida pela obstinação de seus líderes, o que, conforme depoimentos de vários sindicalistas, sempre foi característica dessa instituição.

Diversos participantes do movimento sindical que concederam depoimento para este livro repetem que o Sindicato dos Padeiros e Confeiteiros de São Paulo esteve, desde o início do movimento operário brasileiro, na vanguarda sindical. Muitos atribuem essa particularidade a dois fatores. O primeiro é a força política que os trabalhadores nas indústrias de panificação angariam por meio do produto que fabricam: o pão. Trata-se de um alimento historicamente tradicional, o qual é também poderoso símbolo cristão. É também gênero de primeira necessidade que não pode faltar à mesa do brasileiro. Ameaçar, portanto, interromper o fornecimento de pão à população confere trunfo político à categoria.

Outro fator que todos os entrevistados apontaram como motivo de o Sindicato dos Padeiros de São Paulo estar tradicionalmente à frente da vanguarda sindical é sua organização e poder de mobilização.

Por conta dessa força política, o Sindicato foi capaz de obter avanços para a categoria até mesmo em um período amargo do sindicalismo brasileiro, isto é, sob a ditadura dos quartéis. O ex-diretor do Sindicato dos Padeiros de São Paulo Nelson Chagas coloca a retirada do trabalhador da habitação no local de trabalho entre as conquistas obtidas pelo Sindicato no final da década de 70 e início da de 80. Esse procedimento gerava, como vimos, abuso por parte dos empregadores, pois isso possibilitava que fossem obrigados a trabalhar durante sua folga. Essa conquista também foi conseguida por meio de acordo com o sindicato patronal. No entanto, vale ressaltar que houve trabalhadores na panificação que não gostaram da intervenção.

Chagas também enumera a conscientização dos direitos do trabalhador como uma conquista do Sindicato dos Padeiros de São Paulo na década de 70 e início da de 80. Chagas, que participou desse processo, acompanhando Raimundo Rosa de Lima nas campanhas em padarias e fábricas, lembra que é o próprio trabalhador que deve zelar pelo cumprimento das leis trabalhistas. O padeiro sindicalista Ananias Pereira complementa esse ponto de vista: “o Sindicato não deve se limitar a fazer reivindicação salarial. O papel do sindicato é bem maior: tem que ter como proposta a transformação da sociedade”.

Nos últimos anos da década de 70, o movimento trabalhista brasileiro fez valer sua consciência e força política para transformar a sociedade. Foi um momento de glória para todos os trabalhadores. Era a aurora de um novo sindicalismo, o qual os trabalhadores na panificação ajudaram a conceber.

### **O Novo Sindicalismo**

No final da administração Geisel, a inflação chegou a 40% ao ano (contra 18,7% quando ele assumiu) e a dívida externa saltou de 17,1 bilhões de dólares em 1974 para 49,9 bilhões em 1979 – último ano do governo Geisel. A crise econômica havia elevado ainda mais a tensão social. Por conta da abertura gradual, os trabalhadores começam a negociar diretamente com os patrões. As greves começaram a voltar – e colocaram o regime em cheque.

Espontaneamente, o sindicalismo brasileiro – inclusive o organizado pelos trabalhadores na panificação paulistas – desempenhou um papel heróico que ajudou a precipitar o fim do regime militar. O processo teve ingredientes como a reconquista da cidadania dos trabalhadores e havia uma simpatia de todas as classes. Depois das manifestações trabalhistas desse período, muita coisa começou a mudar no país.

O movimento operário se ergueu novamente na sexta-feira 12 de maio de 1978, na fábrica da Scania, em São Bernardo do Campo, quando os metalúrgicos entraram em greve – a primeira no país em dez anos. Revoltados com mais um holerite sem reajuste, os operários colocaram em prática a palavra de ordem “braços cruzados, máquinas paradas”. Os trabalhadores reagiam assim à política trabalhista do governo militar, que estipulava os aumentos mantendo baixos os salários dos trabalhadores e garantindo lucro considerável para as empresas. Os militares agiam dessa maneira para garantir o lucro dos empresários – especialmente os grupos multinacionais, de quem esperavam receber transferência tecnológica. Cientes dos lucros da Scania e sem aumento de salário, os líderes sindicais propuseram a greve. Às 7h00 da manhã, quando começou o turno do dia 12, o pessoal da ferramentaria, o coração da fábrica, manteve as máquinas desligadas.

A repercussão política foi enorme. A greve da Scania representava a retomada do sindicalismo no Brasil, em plena vigência do Ato Institucional nº 5, o infame mecanismo legal que cassou direitos e liberdades, inclusive o de manifestação dos trabalhadores. Os operários da Scania permaneceram parados durante dois dias, mas foi o bastante para abalar as estruturas estabelecidas entre o Estado e os industriais.

Durante as paralisações, à frente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, surgiu um novo líder, um homem carismático que soube capitalizar a atenção da sociedade para a causa dos trabalhadores, o ferramenteiro Luis Inácio da Silva, apelidado Lula, então com 34 anos. Na época, Lula bradava que o movimento era dos trabalhadores. (Aqui vale notar que, mais de duas décadas depois, quando chegou à presidência do país, Lula se afastou dessa visão)

Foi nas Indústrias Villares, uma das principais metalúrgicas do país, em São Bernardo do Campo, no pólo industrial do ABC paulista, que

Lula começou a ter contato com o movimento sindical, levado pela mão de seu irmão mais velho, José Ferreira da Silva, o Frei Chico. Isso aconteceu em 1969, quando Lula recebeu um convite inesperado de Frei Chico – que de religioso não tinha nada além do apelido. Frei Chico não pôde participar da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema e indicou o irmão mais novo para o cargo. De início Lula não quis aceitar, mas acabou cedendo a contragosto. Dessa forma relutante e por acaso, Lula entrou no mundo sindical. Mal sabia ele que a estrada o levaria à presidência do Brasil.

Em entrevista a revista *Playboy* de julho de 1979, Lula fez um balanço das lições aprendidas nas greves: “com essas duas greves que fizemos em 11 meses, a classe [trabalhadora] se uniu mais, surgiram novos líderes e os trabalhadores passaram a se interessar mais pelo sindicato. Nós aprendemos que melhor que uma luta só duas lutas. Vencemos: os trabalhadores redescobriram sua força. E pela primeira vez em 15 anos, dirigentes cassados foram chamados para negociar”.

Tendo atraído a atenção da mídia, Lula acabou se tornou o mais importante líder sindical no país desde 1964. Foi reconhecido pela imprensa, associações empresariais e até pelo governo. Em pouco tempo, tornou-se unanimidade nacional. “É um líder sindical sério, não tem nada de político, não vai querer faturar”, declarou o empresário Luis Eulálio Bueno Vidigal na época. “É uma das coisas mais importantes que têm acontecido neste país”, disse o então embaixador brasileiro em Paris, Delfim Neto. Em uma matéria publicada em 1979, a revista americana *Newsweek* chamou Luiz Inácio Lula da Silva de *Working Class Hero* (Herói da Classe Trabalhadora). Como se pode notar, tratam-se de personagens e instituições alinhadas à ditadura militar. De fato, conforme demonstrou em sua administração como presidente do país, o grande dom de Lula é conciliar interesses e classes sociais diferentes.



O presidente Luís Inácio Lula da Silva e Chiquinho Pereira

Com seu carisma natural, Lula buscava unir as diversas categorias de trabalhadores. Nessa época, Lula se aproximou do Sindicato dos Padeiros de São Paulo. Conforme muitos trabalhadores na panificação que deram seu testemunho para este livro, o Sindicato era – e continua sendo – tão mobilizado e organizado como o dos metalúrgicos. De fato, a categoria era a principal liderança dentro da Federação dos Alimentos. Por conta disso, era natural que Lula, enquanto expoente do movimento operário como um todo, se aproximasse dos trabalhadores na panificação. Vários veteranos do Sindicato dos Padeiros de São Paulo lembram-se das visitas de Lula à sua sede. “Nós íamos com ele tomar umas pingas no bar próximo à sede do sindicato”, recorda Ananias Pereira.

Ainda em 1981, a presidência do Sindicato dos Padeiros de São Paulo foi para Afonso dos Santos de Sousa. No entender de José Carlos A-

rouca, Afonso Souza “também surgiu como uma grande liderança, não só entre os trabalhadores na panificação, mas também dentro do movimento sindical”. Arouca reputa Afonso como uma das maiores inteligências do sindicalismo brasileiro de então.

Contudo, a liderança de Santos Souza não veio a ser desenvolvida: seu potencial foi obliterado pela fatalidade. Afonso faleceu antes mesmo de assumir a presidência do sindicato. Morreu em 1 de maio daquele ano, na piscina de um clube, durante um churrasco com amigos e familiares.

No jornal *Notícias Populares* de domingo, 3 de maio de 1981, lê-se seu obituário:

*Afonso dos Santos de Souza, eleito nos últimos dias 13, 14 e 15 de abril para a presidência o Sindicato dos Padeiros e Confeiteiros de São Paulo, faleceu sábado, nesta capital. Afonso, que tomaria posse no próximo dia 30 substituindo Raimundo Rosa de Lima, tinha 38 anos de idade e vinha exercendo o cargo de primeiro secretário de seu sindicato. Foi também tesoureiro da entidade na gestão anterior.*

*Afonso de Sousa destacou-se no sindicalismo paulista brasileiro como um dos mais ardorosos defensores das liberdades democráticas e da unidade sindical. Na palavra de Raimundo Rosa de Lima, seu companheiro de diretoria, “diante da crise econômica e política que se abate pelo país, o companheiro sempre lutou por melhores dias para sua categoria e para os trabalhadores brasileiros”.*

*O corpo de Afonso foi velado no Sindicato dos Borracheiros de São Paulo, Rua da Abolição 405, de onde o féretro saiu às 15h30 para o cemitério de Campo Grande, Santo Amaro.*

Em meio à confusão da morte súbita, membros da liderança sindical de diversas categorias ajudaram a providenciar os preparativos para o

enterro e as homenagens a Afonso Santos Souza. Entre esses sindicalistas estavam Luis Inácio Lula da Silva. Como não podia deixar de ser, tanto o funeral como as celebrações em memória de Santos Souza foram permeados de cunho político. Na missa de sétimo dia, a posse da presidência do Sindicato dos Padeiros de São Paulo foi dada, simbolicamente, a Afonso Santos Souza. Quem, porém, assumiu de fato foi Raimundão, que permaneceu na presidência do Sindicato até 1984.



Posse simbólica de Afonso Santos: a cadeira vaga é a do presidente falecido

Em pé, a partir da direita: não identificado, José R. Dantas, não identificado, não identificado, Wilson I. Silva, Chiquinho Pereira, Antonio Pereira Santos, não identificado; sentados, a partir da direita: José Dias, Nelson Chagas, Berlim P. Cavalcanti, Olímpio Silva, Raimundo R. Lima, Manoel M. Santos, Divino Miguel, Benedito P. Gomes, não identificado



Com o sucesso da greve da Scania, o movimento dos trabalhadores encorajou uma série de greves, paralisando 280 mil trabalhadores de diversas categorias durante os dois meses seguintes. Laís Abramo, socióloga e diretora da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, e autora do livro *O Resgate da Dignidade: Greve Metalúrgica e Subjetividade Operária*, observou que os grevistas “foram homens e mulheres que tiveram a coragem de inventar caminhos naquele momento tão difícil”.

O Sindicato dos Padeiros teve participação de destaque nesse momento histórico. Por conta da sua organização e mobilização, os trabalhadores na panificação contribuíram com sua liderança na Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Alimentícias. José Carlos Arouca testemunha a prática democrática dentro do Sindicato. “As campanhas salariais dos padeiros sempre foram muito autênticas”, afirma Arouca. “Para negociação a assembleia tirava uma comissão para participar das discussões. As assembleias eram pesadas, havia invariavelmente muita gente, mas havia espaço para as negociações. O Sindicato dos Padeiros de São Paulo sempre teve essa característica de autenticidade, de democracia interna e também de transparência”, afirmou Arouca. Essas características levaram o ex-juiz trabalhista e ex-militante do PCB a declarar: “tenho muito orgulho de ter trabalhado e de ter aprendido com os padeiros”.

Alberto Alves dos Santos, presidente da Associação dos Aposentados do Sindicato dos Padeiros de São Paulo, recordou, antes de seu passamento em abril de 2010, das greves e passeatas promovidas pelos trabalhadores na panificação no final dos anos 70, ainda duramente reprimidas pela polícia comandada pelo Secretário de Segurança Pública Erasmo Dias. De acordo com o sindicalista, em uma ocasião o sindicato chegou a reunir 1.200 padeiros, confeitheiros e outros operários da panificação em passeata.

O esforço foi premiado. Quatro meses depois daquele 12 de maio, 1 milhão de pessoas já tinham recebido reajustes acima dos estipulados pelo governo. Mas o significado principal foi, segundo Lula, o resgate da dignidade. “Os trabalhadores queriam o direito de andar de cabeça erguida”, dizia o então líder sindical.

Em suas manifestações, Lula e os líderes sindicais propuseram o que veio a ser chamado de “novo sindicalismo”. “Este sindicalismo seria uma ruptura com as práticas estabelecidas no passado. Não um passado genérico, mas principalmente aquele demarcado pelo período 1945/1964”, observa Marco Aurélio Santana, pesquisador da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). “O novo sindicalismo agregava sob sua rubrica uma série de forças distintas entre si, mas que tinham em comum, entre outras coisas, o posicionamento contrário àqueles outros setores os quais classificavam como reformistas e/ou pelegos e que entravavam o desenvolvimento da luta dos trabalhadores em busca de suas reivindicações”, explica Santana.

Outra característica do movimento é que ele era sustentado por uma classe trabalhadora jovem, livre das influências dos antigos operários. Conforme o próprio Lula declarou em 1979, “o que está existindo lá no ABC, principalmente em São Bernardo, é uma massa jovem de trabalhadores, pessoas que não aceitam esse tipo de exploração, que querem participar da vida política do país, que não viveram o populismo de Getúlio Vargas. São pessoas que começam a acreditar nelas mesmas”. E conclui, pontuando a independência do movimento: “são quadros de dirigentes sindicais que não tiveram nenhum compromisso com o sindicalismo de antes de 1964, pois surgiram mesmo a partir de 1969”.

Muitos dos elementos do “novo sindicalismo” partiram do que alguns estudiosos chamaram de “interpretação política”. O movimento operário e sindical tinha consciência do seu papel de peso na oposição ao

regime. O impacto da ação dos trabalhadores atingiu a arena política geral de forma a abalar o regime. Com reivindicações precisas e concretas, o “novo sindicalismo” apresentou certas posições políticas não toleradas pela ditadura. Conforme colocou o historiador Santana, “o alcance destas ações, intentando a conquista de direitos sociais e políticos dos trabalhadores, projeta o ‘novo sindicalismo’ na luta geral pela democracia no Brasil”.

O discurso do “novo sindicalismo” com relação a patrões, Estado e legislação se caracterizava pela radicalização que buscavam combater a intransigência dos empresários e as agruras e os sofrimentos no “chão da fábrica”. Com relação à ditadura, o movimento mostrava a rejeição ao Estado autoritário que pouco, ou nada, fez pelos trabalhadores.

Os proponentes do “novo sindicalismo” também lutavam por liberdade e autonomia sindical, desatrelando o sindicato do Estado. Lula pregava: “o movimento sindical tem esse cordão umbilical preso ao Ministério do Trabalho” e que era “preciso acabar com a contribuição sindical que atrela o sindicato ao Estado. O sindicato ideal é aquele que surge espontaneamente, que existe porque o trabalhador exige que ele exista”.

Em entrevista à revista *Cara a Cara*, em 1978, Lula comentou as mudanças no sindicalismo brasileiro de então época era o fato da busca, por parte de alguns dirigentes sindicais, de tornar o sindicalismo independente “de uma vez por todas”. Ele afirmava que “isso não acontecia, por exemplo, antes de 1964, quando sabíamos que muitos movimentos eram feitos por interesses políticos, muitas vezes em benefício de quem estava no poder e mesmo de quem não estava, mas queria chegar lá”.

Lula observava então, que neste novo momento haveria “a consciência de que o trabalhador é trabalhador, desacreditando de um monte de coisas que o enganou durante muito tempo. Ele acreditava, por exemplo, que o governo podia fazer muitas coisas para a classe trabalhadora, porque estavam muito marcadas na mente do trabalhador as pseudobenevolências de Getúlio Vargas”. No entanto, continuava Lula, “hoje ele não acredita mais nisso. Hoje ele está acreditando em muito nas suas forças”.

De acordo com Marco Aurélio Santana, passados vinte anos, “o “novo sindicalismo” se tornou, através da CUT, o projeto mais duradouro da história do sindicalismo nacional, incorporando sua parcela mais significativa”. Recentemente, já presidente da nação, Lula lembrou a importância histórica do movimento sindical, em especial da greve de 12 de maio de 1978, para mudar as relações de trabalho. “Sinto-me vitorioso porque vejo que as coisas estão acontecendo em nosso país”, declarou Lula na ocasião.

Dessa forma, a partir do final dos anos 70 e no início dos 80, as categorias mais mobilizadas, como os trabalhadores na panificação que, no entender do juiz trabalhista aposentado José Carlos Arouca, “sempre estiveram na vanguarda do movimento sindical”, passaram a dar o tom das lutas dos operários. Foi assim com as sucessivas políticas de indexação salarial, que uma vez conquistadas por categorias como metalúrgicos, bancários e petroleiros, logo terminaram se tornando regra geral para todos os assalariados. E foi assim também com todos os direitos inscritos na Carta Constitucional de 1988 a partir da pressão das categorias mais organizadas.

"As próprias centrais sindicais foram produto de um enorme investimento por parte deste núcleo mais dinâmico do sindicalismo e tiveram papel importantíssimo na organização de segmentos de trabalha-

dores sem tradição sindical", afirma o professor Álvaro Comin, do Departamento de Sociologia da USP e pesquisador do CEBRAP.

## **A CONCLAT**

Nesse momento de importante reestruturação sindical, teve lugar, em julho de 1978 – nos últimos meses do governo Geisel, portanto – a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI). Essa iniciativa teve repercussão no movimento trabalhista, pois fomentou a reunião de diversas categorias operárias de todo o país com o objetivo de aumentar a força e o impacto político da classe trabalhadora. A CNTI permitiu que surgissem blocos comprometidos com a ação sindical, entre eles, o dos trabalhadores nas indústrias na panificação. De acordo com o pesquisador da CNPQ Antonio Thomaz Júnior, “por ocasião da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), em julho de 1978, formou-se o primeiro bloco dos autênticos, ou dos sindicalistas oposicionistas”.

Como reflexo do destaque do Sindicato dos Padeiros e Confeiteiros de São Paulo, sua categoria estava na liderança dos CNTI. Conforme observou o pesquisador L.M. Rodrigues, em um estudo sobre os trabalhadores ligados à agroindústria sucroalcooleira, abrigados nos sindicatos da alimentação, “a cúpula dirigente da respectiva Federação”, a qual, como vimos, os trabalhadores na panificação integravam, teve atuação de relevo no congresso. O presidente do Sindicato dos Padeiros de São Paulo, Raimundo Rosa de Lima, projetou os trabalhadores na panificação na CNTI ao propor, com redação de José Carlos Arouca, a Carta de Princípios. “Os padeiros tiveram esse papel importantíssimo na CNTI e isso se repetiu depois na CONCLAT”, afirma Arouca.

Dentro da CNTI, entre o grupo dos autênticos surgiu a ideia de realizar a Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT),

o primeiro grande evento unificado do sindicalismo brasileiro depois de 1964. Antecedendo a CONCLAT houve os Encontros Estaduais dos Trabalhadores (ENCLATs). Quem fez a preparação dos ENCLATs em São Paulo foi Raimundo Rosa de Lima, assessorado por diversos trabalhadores na panificação.

A meta dos ENCLATs era a realização de debates iniciais sobre as teses de importância aos trabalhadores e a organização da CONCLAT, visando formar uma nova Central Sindical unitária e combativa. Essa Central Sindical única amealharia a força política representada pelos trabalhadores. Para a fundação de tal central, é preciso, porém, união e organização de todo o operariado. Com a CONCLAT, esse sonho chegou perto de se realizar no início da década de 80 do século XX, mas ainda não ocorreu, apesar dos esforços de diversos líderes sindicais.

A primeira CONCLAT, aconteceu de 21 a 23 de agosto de 1981, em Praia Grande, São Paulo, reunindo cerca de 1.200 entidades e aproximadamente 5.000 delegados sindicais para discutir as bases para a organização nacional dos trabalhadores. Além de ter sido uma demonstração de força do movimento sindical pelos direitos dos trabalhadores, representando um passo significativo pela redemocratização do país, a conferência foi o embrião das atuais centrais sindicais. De acordo com o sindicalista Jamil Murad, o objetivo da CONCLAT era “unir o movimento sindical e os trabalhadores em torno de uma plataforma que traduzia a luta pelos nossos direitos, o fim da ditadura e a luta pela democracia, pela participação efetiva dos trabalhadores na vida política nacional e pelo fim dos desmandos do FMI dentro país que provocava a recessão econômica e o desemprego”.

*História do Sindicato dos Padeiros de São Paulo*



Assembleia do Sindicato dos Padeiros decreta greve em 1978



Assembleia do Sindicato no início dos anos 80 (Chiquinho Pereira e Berlim Cavalcanti são, respectivamente, o 3º e o 4º na 1ª fila, da esquerda à direita)

Para Murad, “a maior virtude [da CONCLAT] foi unir os trabalhadores do campo e da cidade em torno dessa plataforma política onde o destaque maior era reconquista da democracia para permitir uma participação ampliada por parte dos trabalhadores nas decisões políticas importantes do país”.

A fundação de uma Central Única dos Trabalhadores (CUT) prevista nas CONCLATs acabou não acontecendo por conta de um racha no movimento sindical promovido pelas lideranças encabeçadas por Luis Inácio Lula da Silva. Assim, o maior sonho dos trabalhadores não vingou. A ação de Lula e seu grupo teria sido fomentada por “forças ocultas” (como diria o ex-presidente Jânio Quadros)? A fundação do PT (cerca de um ano depois do racha que fragmentou o movimento operário), que de certa forma neutralizava o PCB, não teria a ver com o episódio? Quem seriam as “forças ocultas” por trás da fundação do PT? Aqui fica apenas o convite àqueles que queiram investigar, uma vez que este não é o objetivo do presente livro.

A partir da frustração da não fundação de uma central única, surgiram centrais de trabalhadores: a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que se apropriou do nome proposto nos ENCLATs sem ser, de fato, uma central única; a Central Geral dos Trabalhadores (CGT); e, posteriormente da Força Sindical, na qual, como veremos, a liderança dos trabalhadores nas indústrias de panificação teve proeminência.

## **O Fim da Ditadura**

Apesar da crise econômica e das dificuldades políticas, Geisel foi capaz de manter o processo de abertura. O presidente fez valer sua autoridade para garantir que o sucessor que *ele* indicasse seria eleito. Afinal, se a linha-dura voltasse ao poder, todo o esforço de seu governo no sentido de levar o país de volta à democracia teria ruído.



Para garantir que o poder não voltasse para a extrema direita, Geisel agiu de forma radical. O candidato de maior força do grupo nacionalista era o general Sylvio Frota, ministro do Exército de Geisel. Frota tinha chances factuais para derrotar o indicado do presidente nas eleições internas das Forças Armadas. Para evitar a candidatura do oponente, Geisel simplesmente demitiu o ministro, transferindo-o para a reserva. A manobra impossibilitava Frota de disputar o cargo.

Embora tenha caminhado aos trancos e barrancos, o processo da abertura realmente vingou. Geisel escolheu alguém a quem atribuiu a tarefa de devolver o Brasil à normalidade democrática e legou a seu sucessor um país sem o AI-5 e com o Congresso funcionando.

João Batista Figueiredo, o quinto e último general-presidente do regime ditatorial imposto em 1964, tomou posse em 15 de março de 1979 com a missão de consolidar a abertura política iniciada por seu antecessor. Seu programa de governo previa a contenção dos gastos públicos, a privatização de empresas e serviços estatais não essenciais, a descentralização administrativa, a redução da inflação e a prioridade à agricultura. Truculento, confessadamente inábil para lidar com civis – “gosto mesmo é de quartel e de toque de clarim”, como admitiu –, autor de frases caricatas – como a pérola “prefiro cheiro de cavalo a cheiro de povo” –, Figueiredo não parecia ser capaz de restabelecer a democracia no país, mesmo apesar de prometer, no discurso de posse que “faria deste país uma democracia”.

Com efeito, cinco meses depois de assumir, em agosto de 1979, decretou a anistia política. Era um ato significativo. No entanto, a anistia não era ampla, uma vez que não beneficiava os presos políticos que haviam se rebelado contra a ditadura, nem geral, porque fazia distinção entre os crimes perdoados, nem irrestrita, pois não devolvia os cargos e patentes aos punidos. Apesar da oposição dentro das próprias

Forças Armadas, Figueiredo cumpriu aquilo a que havia se proposto, isto é, restituir a ordem democrática.

Mas a ditadura dos quartéis trouxe um grande atraso para o Brasil. O resultado da administração militar foi uma grande ameaça à ordem política sobre o qual o Brasil se constituiu historicamente e a maior crise econômica que o país já enfrentou. “A insistência em uma política econômica inadequada custou muito caro ao Brasil”, escreve o historiador Jorge Caldeira. No final do regime, “chegara a hora de pagar o dinheiro tomado emprestado por anos a fio dos trabalhadores e bancos internacionais, e não havia retorno suficiente de tantos investimentos e empréstimos de favor”.

Em 1982, início da grande crise econômica do governo João Figueiredo, o mundo enfrentava nova crise econômica. E não havia recursos para saldar os empréstimos contraídos. “Rolava-se” a dívida internacional pagando-se e negociando-se juros elevados. Enquanto os banqueiros internacionais esfregavam as mãos contando o dinheiro vindo do Brasil, o país empobrecia. No final de 1983, o PIB recuara 2,5% em comparação a 1981 – ano que já apresentava queda desse índice.

O resultado político imediato foi o “Movimento das Diretas Já” – um processo político que, apesar da maciça participação operária e popular, esteve sob a hegemonia de uma burguesia insatisfeita com os rumos da crise econômica no país. São acontecimentos que caracterizaram um Brasil de esperança, que, entretanto, inseria-se num cenário mundial nada promissor – a mundialização do capital avançava nos países capitalistas centrais, impulsionada pela política neoliberal. De fato, como veremos, o neoliberalismo teve um efeito cáustico no movimento sindical a partir dos anos 90.

**Parte 2**

# **Uma Nova Era**



**Sindicato dos Padeiros  
de São Paulo**



## Capítulo 5

# O Sindicalismo no Brasil Democrático

**A**té o final dos anos 80 e mesmo no início dos 90, já com algumas dificuldades, o movimento sindical brasileiro cumpriu o papel de irradiador de conquistas sociais por todo o país. É um momento de conscientização da força do trabalhador.

Com efeito, o movimento sindical brasileiro foi considerado o mais ativo no mundo na década de 80, conforme demonstra um estudo do pesquisador Eduardo Noronha. O crescimento do sindicalismo brasileiro, num momento em que nos principais centros industriais do mundo as relações entre capital e trabalho iniciavam mudanças significativas, também é apontado por Glauco Arbix. "O Brasil foi exceção nos anos 80. No mundo inteiro, o movimento sindical estava batendo em retirada, enquanto no Brasil avançava monumentalmente. Mas nos anos 90, o Brasil entra em sintonia com o resto do mundo no que se refere ao declínio do movimento sindical", aponta Arbix.

Esse processo de consolidação do movimento tinha ingredientes como a reconquista da cidadania dos trabalhadores. O movimento começava no operariado e se ampliava com o apoio de toda a sociedade, que via as greves como um desafio ao governo autoritário. Chega-se ao ponto

de categorias que não haviam se mobilizado no governo militar passaram a fazer greve no governo Sarney.

A CONCLAT que, como vimos, buscava fundar uma central sindical única rachou, pois o grupo liderado por Lula não apoiou resolução e, a partir da força política angariada pelo líder metalúrgico, concentrou-se em fundar um partido político.

Com a oportunidade histórica, essa liderança do movimento operário se aliou a intelectuais, membros do setor progressista da Igreja, políticos da oposição e artistas e fundaram o seu partido. Com as brisas da Abertura soprando, em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion, em São Paulo, foi criado o Partido dos Trabalhadores, o PT.

De acordo com Jorge Pinheiro, professor da Universidade Metodista de São Paulo, “a ideia do PT surge então de quatro fatores: a nova realidade social; as mobilizações e lutas que geraram uma nova experiência, *não somente sindical*, mas democrática e política; a falta de alternativas para esta nova vanguarda, que necessitava expressar-se politicamente; e a possibilidade de expressar através das direções sindicais classistas e correntes da esquerda socialista” – itálicos do autor deste.

Mas a criação do PT passou por grandes dificuldades. Conforme explica Pinheiro, autor da tese de doutorado *O espectro do vermelho: uma leitura teológica do socialismo no Partido dos Trabalhadores, a partir de Paul Tillich e Enrique Dussel*, “os dirigentes sindicais chegaram à questão do PT através do classismo, como mediação entre a questão sindical e política, o Partido dos Trabalhadores necessitou dos quadros políticos”. Estes quadros vieram da esquerda socialista e das comunidades eclesiais de base e viabilizar o projeto de construção do Partido dos Trabalhadores. “Os dirigentes sindicais desejavam um partido, mas no primeiro momento não sabiam como construí-lo, e as esquer-

das socialistas e religiosas, na sua maioria intelectuais e estudantes, sonhavam em encher suas pequenas organizações com trabalhadores fabris. O Partido dos Trabalhadores possibilitou, então, num primeiro momento o encontro da necessidade com a utopia”, sustenta. Não era, portanto, um partido legitimamente de trabalhadores, mas sim uma composição de diversos setores da sociedade que se aglutinavam em um ideal mais ou menos comum.

Além da evolução política, o início dos anos 80 assistem igualmente uma revolução na Composição Orgânica do Capital – isto é, na relação entre aqueles que operam os meios de produção (capital variável) e o capital fixo (máquinas equipamentos, etc.). Nesse período, o capital produtivo começa a tomar um novo rumo, o qual continua ao longo da década seguinte. Dessa forma, a introdução de novas tecnologias altera a relação orgânica do capital diminuindo a participação do capital variável, isto é, dos trabalhadores, o que termina por ofuscar a proeminência que o sindicalismo tinha conquistado até então.

Os ventos da mudança começam a ser sentidos já em 1982, quando novas tecnologias são introduzidas em algumas fábricas, automatizando as linhas de produção e aumentando o número de desempregados. É o início da chamada Terceira Revolução Industrial, que utiliza robôs nas linhas de produção e outras inovações. Nesse momento, a situação econômica do país é caótica. Como vimos, os desmandos do governo militar arruinaram a economia do país fazendo com que os anos 80 apresentassem crescimento retrógrado – e não só no Brasil, mas em toda a América Latina.

Como resultado, o Brasil buscou apoio do Fundo Monetário Internacional, o FMI, que impôs medidas recessivas ao país. Assim, embora a ordem democrática estivesse voltando, o Brasil se vê preso ao jogo dos banqueiros internacionais. Por conta de suas exigências, o FMI acaba se imiscuindo em assuntos nacionais. As medidas recessivas

acabaram neutralizando a capacidade de crescimento do país, engessando sua competitividade – o que representou vantagem para a concorrência internacional.

Com a fundação do PT, Lula passou a atacar em outra frente e promoveu, em 28 de agosto de 1983, a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Apesar de o nome ser o mesmo da central que seria fundada pela CONCLAT, a CUT representava a direção política e sindical do grupo de Lula. Com já informamos, por conta do racha dos trabalhadores promovido por Lula, outras centrais sindicais foram fundadas na esteira da CUT, buscando concentrar o poder político dos trabalhadores com o objetivo de avançar os interesses dessa classe social.

A CUT se vê como classista porque não reduz o trabalhador a um vendedor da força de trabalho. Entretanto, para desenvolver sua ação sindical, a CUT parte desta condição (a do trabalhador enquanto vendedor da sua força de trabalho), a qual é imposta pelas relações capitalistas.

De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal – SINTSEF – “o sindicalismo classista considera o trabalhador dentro de um horizonte mais amplo, como classe produtora de riqueza social. Duas características básicas definem o sindicalismo classista e de massas da CUT: 1. Sua luta por atrair a maior participação possível de trabalhadores; 2. sua capacidade de organizá-los em oposição à classe burguesa”.

O ano de 1984 viu surgir outro grande movimento popular em prol do restabelecimento total da democracia. Se em 1982 os brasileiros elegeram seus governadores e prefeitos pela primeira vez desde a imposição da ditadura 18 anos antes, o último governo militar não abria mão de escolher o presidente seguinte. A campanha pelas Diretas foi a



maior mobilização popular na história do país. A campanha logo recebeu o apoio do PMDB – o partido moderado de oposição, o qual, após um racha, deu origem ao atual PSDB.

A campanha foi liderada por Ulysses Guimarães, líder do PMDB, que por conta da sua atuação foi apelidado de “Sr. Diretas”. Lula e outros líderes sindicais, embora articuladores da campanha e figuras importantes nos comícios que tomaram as ruas de várias capitais brasileiras, acabaram sendo ofuscado por Ulysses Guimarães e pelo PMDB.



Chiquinho Pereira com Luis T. de Lima e Ulysses Guimarães (3º Congresso do Sind. dos Padeiros)

Apesar do apoio de toda a população brasileira à campanha Diretas Já, para se eleger um novo presidente por voto popular era necessário modificar a Constituição. E para tanto era preciso obter o voto de dois terços do Congresso, o qual, por sua vez, era liderado pelo PDS, o partido ligado ao governo. A questão foi resolvida com a proposta do

deputado Dante de Oliveira, do PMDB de Mato Grosso, de uma emenda constitucional que introduzia as eleições diretas. Em 25 de abril de 1984, com o Congresso cercado por tropas da polícia militar, a emenda foi votada. Para decepção dos brasileiros, a emenda foi derrotada por apenas 22 votos.

No entanto, o movimento pelas eleições diretas proporcionou avanços. Estava claro que a base de sustentação do governo militar estava fragmentada. O golpe de misericórdia veio com a candidatura do opositor Tancredo Neves, então governador de Minas Gerais. Percebendo a mudança nas tendências políticas, muitos políticos governistas mudaram de lado. “Queriam estar ao lado do candidato cujo logotipo de campanha era o mesmo dos comícios das diretas”, conforme notou o historiador Jorge Caldeira.

Tancredo de Almeida Neves era, nas palavras de Eduardo Bueno, “o típico político mineiro: calado sempre que possível, reticente quando necessário, corajoso em momento-chave, capaz de guinadas oportunas”. Apoiado pela população, a campanha de Tancredo Neves deslançou. Apesar de a escolha ser feita pelo Colégio Eleitoral, Tancredo fez sua campanha como se as eleições fossem diretas. Organizou comícios atraindo o público, o que, por sua vez, atraiu ainda mais políticos governistas que mudavam de lado. Em 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral elegeu Tancredo, que venceu com tranquilidade o candidato governista, Paulo Maluf. Depois de vinte anos com os militares no poder, o Brasil teria, finalmente, um presidente civil. Mas Tancredo Neves nunca assumiu. Frustrado, o país assiste a agonia e morte do presidente eleito sem vê-lo tomar posse. No dia 15 de março assume José Sarney, o vice, figura ligada à ditadura.

O maior desafio do novo presidente é vencer a colossal inflação. Os trabalhadores pressionam. Muitas greves acontecem nesse ano e a principal reivindicação é a redução da jornada sem redução de salário.

Os trabalhadores lutam não somente pela melhor qualidade de vida. Querem também garantir e aumentar o número de vagas de emprego e a redução da jornada é vista como solução.

Em 27 de fevereiro de 1986, o governo lança o Plano Cruzado. O pacote econômico reajustou os salários pela média dos últimos seis meses e congelou os preços a partir da data de sua divulgação. A unidade do sistema monetário também mudou. Dilson Funaro, então ministro da Fazenda, apostava na regulamentação do mercado, o que aconteceria por ação da lei da oferta e procura. Os produtores, porém, sabotam o plano reduzindo a oferta para forçar um aumento dos preços. Em maio, menos de três meses depois do lançamento do Plano Cruzado, produtos básicos como o leite desaparecem dos mercados.

Apesar das falhas do plano, o governo mantém os preços congelados até as eleições. O plano se mostra um poderoso cabo eleitoral e o governo vence as eleições na maioria dos estados. Com as eleições ganhas, o governo fez reajustes no plano lançando o Cruzado II. O pacote previa aumento de tarifas e medidas para conter o consumo. Novamente os produtores se opõem. Pecuaristas não fornecem carne, trazendo grande problema de abastecimento. A carne passa a ser oferecida mediante cobrança de ágio. É o fracasso do Plano Cruzado. O governo anuncia oficialmente que não tem mais controle sobre os preços.

Em 1986, foi fundada outra central sindical, a Central Geral dos Trabalhadores, a CGT. A posição da CGT antagoniza com a da CUT, buscando promover para o trabalhador a conquista do espaço político no plenário de decisões nacionais, a CGT enfatiza apenas a luta pelo interesse do trabalhador.

A década de 80 segue enfrentando vagalhões do revoltoso mar econômico. Em 1987, a dívida externa é de 108 bilhões de dólares. As

medidas do Plano Cruzado II provocam manifestações de protesto em todo o país. Em agosto, a população chega a saquear supermercados. O Plano Bresser, que empresta o nome do seu criador, o ministro da Fazenda Bresser Pereira, vem com novos arrochos.

Em 1988 foi promulgada a nova Constituição. Os trabalhadores fazem pressão para a participação popular na Assembleia Nacional Constituinte. Diversas categorias, inclusive os trabalhadores na panificação, pressionam nos bastidores para garantir seus direitos. Os avanços da nova Carta são reconhecidos pelos trabalhadores.

Enquanto os trabalhos da Constituinte avançam, o presidente José Sarney aproveita a oportunidade para ficar mais um ano no poder e para tanto negocia votos com os parlamentares do chamado Centrão, os quais praticam o fisiologismo da política do “é dando que se recebe”. Em 5 de junho, o Centrão consegue aprovar cinco anos para Sarney. Com o fracasso dos planos econômicos, o país enfrenta na hiperinflação e as perspectivas são de uma taxa de 830% para o final de ano.

Nesse mesmo ano, três trabalhadores são mortos pelo Exército na ocupação da Companhia Siderúrgica Nacional, de Volta Redonda (RJ). O sindicalista Chico Mendes é assassinado em Xapuri, no Acre, em 22 de Dezembro, projetando novamente uma imagem negativa do Brasil no exterior. O ano termina com 150 trabalhadores rurais mortos em conflitos de terra no país.

O ano de 1989 começa com outro pacote econômico, o Plano Verão, de autoria do novo ministro da Fazenda Maison da Nóbrega. Lançado em 16 de janeiro, entre outras medidas, o plano institui o empréstimo compulsório. Como resultado do Plano Verão, as cadernetas de poupança sofreram desajustes, perdendo cerca de 20%.



No final da década de 80 o Sindicato dos Padeiros realiza seu primeiro Congresso (da dir. à esq. Fila de cima: Raimundão, Gomes, Ivo Barbosa, A. Feliciano, P. Pereira – em baixo: A. Ribeiro, Chiquinho, Berlim, João Caetano, não identificado, V. Inocência, A. Pereira, B. Soares)



o segundo Congresso (esq. P. Pereira, V. Ferreira, V. Inocência, Chiquinho, n.ident. e Neusa Barbosa)

De acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos, em todo o país, greves atingem 2.5 milhões de trabalhadores. Paralisações em São Bernardo chegam a 18 dias. Durante a mobilização, os trabalhadores realizam uma passeata em direção a Diadema. No caminho são recebidos pela

polícia. No confronto com os policiais, quatro trabalhadores são baleados. Socorridos a tempo, os quatro sobrevivem.

No mesmo ano realizam-se eleições presidenciais, as primeiras desde aquelas que elegeram Jânio Quadros, em 3 de outubro de 1960. Fernando Collor de Melo e Luis Inácio Lula da Silva vão ao segundo turno. Com o apoio do maior e mais poderoso veículo de comunicação do país, Collor é vendido como o Caçador de Marajás, capaz de restabelecer a ordem econômica e de acabar de vez com a corrupção. Lula não conta com o apoio da mídia nem de grande parte da elite. Collor vence no segundo turno, com a promessa de acabar com a inflação e a corrupção. Contudo, sua administração se revela uma farsa em todos os sentidos.

Em 16 de março de 1990, um dia depois de sua posse, Collor e Zélia Cardoso, ministra da Fazenda, anunciam as novas medidas econômicas lançando o Plano Brasil Novo, mais conhecido como Plano Collor. Por meio de um pacote com 17 medidas provisórias, Collor apodera-se de quase todo o dinheiro depositado nos bancos e nas instituições financeiras do País, inclusive nas cadernetas de poupança. Pequenos comerciantes em dificuldades financeiras fecham as portas. Pior: a medida extrema não funciona. A década termina com a frustração dos brasileiros que parecem amaldiçoados há trinta anos por crises econômicas e políticas.

No final da década, o sindicalismo também começa a enfrentar uma nova realidade. Se, por conta da crise econômica, da volta à democracia, a década de 80 foi o período de maior proeminência para o sindicalismo brasileiro, foi igualmente o momento em iniciou um processo de mudança. Depois da Constituição de 1988, e sob a pressão do sindicalismo na década anterior, a estrutura sindical corporativa passou por uma série de modificações. Desapareceu a tutela do Estado sobre os sindicatos, ficando preservada a unicidade sindical. Uma corrente

de pesquisadores, como Leôncio Martins Rodrigues, observa que, nos anos 80, presenciamos, na verdade, “o início da crise, aparentemente irreversível, do modelo corporativo de organização sindical e de relação das classes entre si e delas com o poder estatal”. Isso vai ser exacerbado na década seguinte, com o domínio do neoliberalismo na economia mundial e, em especial, na brasileira. Aqui, porém, vale um adendo: hoje se vê o contrário, isto é, a relação com o poder estatal é tida como positiva.



Greve organizada pelo do Sindicato dos Padeiros no final dos anos 80

## **Os Anos 90**

Um ano depois de ter sido lançado, o Plano Collor – considerado inicialmente perfeito pela equipe econômica – exige ajustes. Um novo

pacote vem para arrochar ainda mais os salários dos trabalhadores. O sacrifício dos brasileiros de nada adiantou: a inflação acumulada de março de 90 a março de 91 era de 931,45%, segundo cálculos do DIEESE.

Os trabalhadores se movimentam. Em outubro de 1991, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC propõe o contrato coletivo de trabalho em nível nacional, que prevê liberdade e autonomia sindical em substituição à CLT (Consolidação das Leis de Trabalho) da época de Getúlio Vargas. Em dezembro daquele ano, milhares de trabalhadores realizam uma vigília contra a recessão e convidam diversos setores da sociedade para discutir soluções para a crise econômica. Além dos trabalhadores, participam o governador do Estado, a prefeita de São Paulo, o presidente da FIESP, líderes religiosos e artistas.

Ainda em 1991, surge uma nova central Sindical. A Força Sindical, fundada no Dia Internacional da Mulher, 8 de março, daquele ano, nasceu das preocupações de líderes sindicais de diversas categorias que se reuniram em torno da Força, preocupados com relação ao rumo que o sindicalismo estava tomando. Esses líderes, entre eles Chiquinho Pereira, presidente do Sindicato dos Padeiros de São Paulo, percebiam que o movimento sindical perdia sua força por conta das evoluções econômicas que continuavam a assolar o trabalhador. A Força Sindical buscou lançar o movimento dos trabalhadores brasileiros à modernidade, para construir uma central forte, com um projeto bem definido capaz de moldar um Brasil melhor, mais justo, solidário e equitativo.

Apesar das medidas radicais de Collor, a crise econômica não cede. No vocabulário econômico surge a palavra estagflação, mistura de inflação com recessão. Para piorar ainda mais a já difícil situação, explode uma crise política sem precedentes na história do país. Pedro Collor, irmão do presidente, vai à imprensa e denuncia um esquema de propi-



na no governo comandado por Paulo César Farias, O PC, ex-tesoureiro da campanha de Collor. Em maio, um grupo de partidos pediu a abertura de uma comissão parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o caso.

Na medida em que o episódio se desenrola, os trabalhadores acabam por assumir um papel importante ao mobilizar a população para os acontecimentos que têm lugar naquele histórico 1992. Liderados pelo movimento sindical e contando também com a participação de políticos e da sociedade civil, onde se destacaram os “caras pintadas” – estudantes com o rosto pintado com as cores nacionais em sinal de protesto –, o Movimento pela Ética na Política realiza na praça da Sé, em São Paulo, em 8 de agosto a primeira grande manifestação exigindo o impeachment de Collor. No dia 29, os trabalhadores realizam uma greve cívica para acompanhar a votação do afastamento de Collor. Por 441 votos a favor, 32 contra e 23 ausências e abstenções, Collor é afastado da presidência. Itamar Franco, o vice de Collor, assume. Os dois primeiros governos civis depois da ditadura são, assim, assumidos por vice-presidentes.

Em 1993, o governo dirige todos os esforços no sentido de eliminar a inflação. O então ministro da fazenda de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso (FHC), lança um novo plano econômico, o Plano Real. O programa foi o mais amplo plano econômico já realizado no Brasil, e tinha como objetivo principal o controle da hiperinflação. A idealização do projeto, a elaboração das medidas do governo e a execução das reformas econômica e monetária contaram com a contribuição de vários economistas, reunidos por FHC.

O plano teve três fases. A primeira visava controlar os gastos públicos e, no primeiro momento, não teve incidência sobre os salários. Em 1 de agosto de 1993, o ministro Fernando Henrique promove a sétima mudança de moeda do Brasil, de Cruzeiro para Cruzeiro Real. Para

efeito de ajuste de valores, o governo corta três zeros do cruzeiro. No dia 7 de dezembro, Fernando Henrique, anuncia a segunda fase de seu plano econômico. Entre as medidas, a criação da URV (Unidade Real de Valor), índice de correção de preços para a transição da nova moeda, o real, que passaria a vigorar na fase final do plano.

Em 28 de fevereiro de 1994, é lançada pelo Banco Central a Unidade Real de Valor (URV). A URV serviria como moeda escritural para todas as transações econômicas, com conversão obrigatória de valores, promovendo uma desindexação geral da economia. Os salários são convertidos pela média dos últimos 12 meses, o que implica, de fato, perdas salariais para os trabalhadores que já acumulam prejuízos com a inflação. Fernando Henrique assume a candidatura à presidência e passa o cargo de ministro da Fazenda para Rubens Ricupero. No primeiro dia de julho, é implantada a nova moeda brasileira, o Real. A população tem prazo de 15 dias para fazer a troca de Cruzeiro real por Real nos bancos.

Respaldado pela estabilização econômica promovida pelo Plano Real, Fernando Henrique se elege no primeiro turno. Logo após as eleições, o governo faz reajustes e lança um pacote anticonsumo, aumentando os juros. Contudo, pela primeira vez desde o final do regime militar, a inflação cai. No final do ano, a inflação é de 3,17%.

### **Os Trabalhadores na Era FHC**

Apesar do controle da inflação, o Plano Real não estimula, em um primeiro momento, a retomada do crescimento econômico nem repõe as depreciações salariais acumuladas desde a perda de controle sobre os índices de preços. Em 1995, os petroleiros entram em greve por 32 dias. Durante a administração FHC, refinarias foram ocupadas pelo Exército e três trabalhadores são mortos a tiros.

No primeiro ano do Real as fábricas anunciam férias coletivas - um nítido sinal de recessão e indício de desemprego. O número de inadimplentes bate recordes no SPC. Enquanto a inflação cai, o desemprego sobe. De fato, o desemprego é o maior efeito colateral do Plano Real.

Lentamente, o país retoma o crescimento econômico. A inclusão social ainda é, porém, o maior problema da sociedade brasileira. Em 1997, um estudo da ONU e do Banco Mundial aponta o Brasil como o país com a maior desigualdade social. Nesse ano, o custo da cesta básica é maior do que o salário mínimo. Os funcionários públicos acumulam perdas salariais.

Depois das vitórias trabalhistas, cujos interesses foram incluídos em grande parte na nova Constituição, um novo modelo econômico permeou o modo de fazer negócios no Brasil, afetando os trabalhadores. O neoliberalismo já vinha dominando as relações capitalistas no mundo todo na década anterior e, depois da queda do muro de Berlim, a partir do início dos anos 90, passou a ser a orientação econômica assumida tanto no setor público como no privado, como se o “mercado” fosse a solução dos problemas da sociedade.

O neoliberalismo pressupõe uma diminuição da participação do governo em importantes setores da economia de um país, como o de energia, convidando a administração pública abdicar de responsabilidades como a educação, a saúde e, muitas vezes, até mesmo a segurança – obrigações históricas de qualquer governo. Dessa forma, o governo cede espaço, garante “mercado” para a iniciativa privada explorar. O Poder Central deixa de investir nesses setores, passando a responsabilidade para empresas particulares. Estas, em contrapartida, vendem esses produtos e serviços essenciais, visando, antes de tudo, o lucro em detrimento do bem estar social – que deveria ser uma garantia oferecida pelo governo aos seus cidadãos.

Ansiosa por cortar os gastos públicos – o que exigia uma paralisação nos investimentos sociais e de infraestrutura – a administração FHC permitiu uma difusão do neoliberalismo nas práticas econômicas do país. Foram privatizadas diversas empresas estatais.



Chiquinho Pereira com o presidente FHC

Ao mesmo tempo, avanços tecnológicos (em especial a explosão da computação pessoal e das telecomunicações) transformavam a relação orgânica do capital, fazendo com que o capital fixo – as máquinas – exigisse menor participação do capital variável – os trabalhadores. Um novo modelo era buscado pelas empresas: o *downsizing*, isto é, o emprego de novas tecnologias com maior potencial produtivo e que exigem menos trabalhadores para operá-las. O resultado óbvio da

implantação de novas tecnologias que diminuía a demanda por mão de obra foi a diminuição da empregabilidade. Diversas categorias – senão todas – foram afetadas, inclusive a dos trabalhadores na panificação e confeitarias.

O ex-diretor do Sindicato dos Padeiros de São Paulo Nelson Chagas afirma que, como consequência da entrada de novas tecnologias e do downsizing nas padarias, “hoje não há mais forneiros, não tem mais ajudante de forneiro”, posições antes comuns na indústria de panificação. Assim, no final dos anos 80 e início dos 90, o desemprego passou a ameaçar o trabalhador, apresentando um desafio renovado para o sindicalismo.

Dois dos sindicatos mais fortes sofreram o revés do neoliberalismo. "Os metalúrgicos foram desempregados pela política de desindustrialização dos governos federais ao longo dos anos 90, e os bancários foram desempregados pelas compras, fusões e informatização", escreve o pesquisador Armando Boito Jr. Ao longo dos anos 90, foram fechados centenas de milhares de postos de trabalho nos bancos e na indústria. Em seu livro *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*, Boito ressalta que a descentralização industrial é outro fator que influenciou o sindicalismo: "veja-se o caso do Brasil, onde as montadoras estão abrindo ou ampliando instalações em regiões de pouca ou nenhuma tradição sindical". Com feito, isso é um fator positivo, uma vez que expande e distribui renda, além de promover consciência sindical e política.



O presidente do Sindicato recebe José Serra e Eduardo Suplicy na posse da diretoria, em 1994

Assim, o movimento sindical se vê frente a novo obstáculo. Na busca pela afirmação dos seus direitos, os trabalhadores enfrentavam pela primeira vez, não a repressão, mas a diminuição da demanda pela mão de obra. “Com o desemprego avassalador e a precarização do trabalho na ordem do dia, os sindicatos colocaram-se numa posição defensiva para garantir um mínimo necessário à reprodução da força de trabalho. Se durante a Ditadura Militar (1964/1985) prevaleceu a repressão político-policia, nos anos neoliberais prevalece a repressão econômica traduzida em ‘facção’ [*demissões*], principalmente àqueles que fazem o embate às forças do capital”, explica Roberto Murillo de Souza Filho em seu artigo *A Flexibilização da Legislação do Trabalho no Brasil*.

O sindicalismo brasileiro dos anos 90 tende a não demonstrar a mesma vitalidade política (ou de adesão de massas) da década anterior, apesar de o índice de greves ainda ser significativo: “Nos primeiros anos desta década de 90, houve queda do número de greves, mas, ainda assim, elas se mantiveram em patamares relativamente próximos aos da média do período mais recente, isto é, a partir de 1985”, escreve o pesquisador Eduardo Noronha. Entretanto, as próprias entidades sindicais reconhecem que entre 1990-1992 decresceu tanto o número de greves como o de grevistas.

Pelo balanço das greves no Brasil, de 1990 a 1997, elaborado pelo DIEESE (que trabalhou com médias de janeiro a novembro de todos os anos, desde 1990) percebe-se um recuo acentuado sob o novo complexo de reestruturação produtiva, a partir da administração FHC. A constituição de um novo mundo do trabalho, onde o desemprego e a precarização de emprego e salários, além do advento de um toyotismo sistêmico, principalmente nas grandes empresas, contribuíram para o refluxo significativo do movimento grevista.

Embora o número de greves ainda se mantenha elevado – em 1996, por exemplo, foram cerca de 112 –, por outro lado, há queda no número de grevistas. Como resultado, as mobilizações gerais envolvendo categorias de trabalhadores ou todos os trabalhadores de uma grande empresa tendem a não ocorrer com maior frequência. Isso leva a um quadro onde tendem a predominar as greves por empresa e, de certo modo, a diminuir a greve em grandes empresas, nas quais a reestruturação produtiva é mais visível. Com isso, cria-se uma nova estratégia sindical, aquela adotada de forma geral pelo sindicalismo brasileiro, o “sindicalismo de resultados”. Contrapondo-se ao “sindicalismo de confronto” – que privilegiava as greves gerais por categoria, como as greves metalúrgicas do ABC, entre 1978 e 1980.

A adaptação à realidade histórica imposta pelo neoliberalismo contribuiu para aumentar o racha no movimento sindical. Portanto, sob a ofensiva do neoliberalismo, o movimento sindical brasileiro é levado não só a repensar sua linha de ação, mas, principalmente, a reconhecer, cada vez mais, os próprios limites da prática sindical convencional. Conforme expusemos, as corporações transnacionais tornam-se cada vez mais ágeis e capazes de se opor aos obstáculos de resistência do sindicalismo organizado, seja através das inovações organizacionais e tecnológicas, seja através da descentralização produtiva.

Alguns autores afirmam que há uma crise do sindicalismo no Brasil, cujo principal sintoma político-ideológico é, por um lado, o desenvolvimento do sindicalismo neocorporativista de participação e, por outro lado, a ineficácia das estratégias sindicais de confronto, intrínsecas ao sindicalismo de classe. “Na verdade, a crise do sindicalismo no Brasil é, na atual situação, o resultado político-ideológico da crise do mundo do trabalho (de caráter estrutural e não apenas conjuntural), caracterizado pelo surgimento de um novo (e precário) mundo do trabalho”, conclui Giovanni Alves em seu artigo *Do “Novo Sindicalismo” à “Concertação Social” Ascensão (E Crise) Do Sindicalismo No Brasil (1978-1998)*.

A década de 90 fecha dessa forma com uma nova realidade para o movimento sindical, a qual implica na necessidade de outro movimento, outra estratégia para promover a mudança social a partir da organização dos trabalhadores. Como resultado da nova relação na composição organiza do capital, a capacidade de universalização de ganhos e direitos a partir das ações dos sindicatos mais organizados fica comprometida na última década do século XX.





Greve organizada pelo Sindicato dos Padeiros no início dos anos 90

## **A Era Lula**

Nas eleições de 2002, o PT conquista a maior vitória da história do partido, elegendo a mais numerosa bancada de deputados federais (91) e dobrando o número de Senadores (10). Além disso, o partido ainda elege dois governadores no primeiro turno.

No segundo turno das eleições presidenciais, nas quais disputavam o candidato de FHC, José Serra, e Lula, a vitória foi de Lula. A reação no país e no mundo foi explosiva. O historiador inglês Eric Hobsbawm definiu a vitória do ex-sindicalista como "um dos poucos eventos do começo do século 21 que nos dá esperança para o resto deste século". Em Londres, o sociólogo Anthony Giddens manifestou o otimismo que o presidente transformasse não apenas o Brasil, mas "o mundo". O presidente do povo trazia esperança.

Lula, desde que assumiu o governo do país em 2003, tem tido sorte – e talvez tenha trazido sorte ao Brasil. O presidente tem governado um país com céu de brigadeiro – sem qualquer nuvem ou turbulência mais séria – a não ser a recente crise financeira internacional e, claro, os escândalos relacionados à corrupção.

O primeiro desses escândalos estourou em fevereiro de 2004, envolvendo ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz, flagrado em vídeo negociando propina com um empresário do ramo de jogos. Apesar do escândalo, manobras políticas por parte do governo no Congresso impediram a criação imediata de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as possíveis implicações do caso. Assim, a CPI dos Bingos só foi instalada no final de junho de 2005.

As investigações da "CPI do Fim do Mundo", como foi apelidada, foram aprofundadas e se estenderam a outras denúncias contra o governo, como a suposta ligação entre o assassinato do prefeito Celso Daniel (PT) e o esquema de financiamento de campanhas; as irregularidades na Prefeitura de Ribeirão Preto durante a gestão de Antonio Palocci; e a suspeita de doação para a campanha de Lula pela máfia do bingo.

De acordo com o caseiro Francenildo Costa, ouvido pela CPI em março de 2006, Palocci frequentava uma mansão em Brasília usada por lobistas para fechar negócios suspeitos e promover festas com prostitutas. A "República de Ribeirão Preto", como o lugar era conhecido, teria sido alugada por ex-assessores de Palocci.

O ministro também foi acusado de, durante sua gestão como prefeito de Ribeirão Preto, cobrar "mesadas" de até 50 mil reais mensais de empresas que prestavam serviços à prefeitura. Com esse dinheiro, Palocci recheava os cofres do seu partido, o PT.

O depoimento de Francenildo acabou detonando outra crise. Logo após ter sido ouvido pela CPI, o sigilo bancário do caseiro foi quebrado ilegalmente. A Polícia Federal suspeitou que Palocci fosse o mandante da quebra do sigilo.

O caso Waldomiro Diniz foi o fio pelo qual se puxou a meada que revelou a corrupção envolvendo o PT, ministros e assessores de Lula. No centro do problema estava o Mensalão.



O Sindicato dos Padeiros liderando protesto contra o Mensalão

A crise estourou em maio de 2005, com a revelação de uma fita de vídeo mostrando o ex-funcionário dos Correios Maurício Marinho negociando propina com empresários interessados em participar de uma licitação. No vídeo, o funcionário da estatal dizia ter o respaldo do deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ).

E se a melhor defesa é o ataque, Jefferson decidiu atacar o governo. Para se garantir, ameaçou indireta e veladamente outros envolvidos, até então insuspeitos. O deputado começou por denunciar um suposto esquema de pagamento de mesada a parlamentares da base aliada em troca de apoio político.

As acusações de Jefferson derrubaram, entre outros o Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu, tido pela imprensa como o verdadeiro homem forte da administração federal, a quem caberiam efetivamente as principais decisões – uma espécie de superministro. Dirceu acabou sendo demitido por Lula.

Mais uma vez, o governo manobrou rapidamente, criando a CPI do Mensalão. Buscando “fazer fumaça” e embaraçar possíveis opositores, a CPI buscava, sim, investigar as denúncias sobre o esquema de pagamento de propina a parlamentares, mas também as acusações sobre a gestão anterior, de Fernando Henrique Cardoso, sobre compra de votos para a aprovação da emenda da reeleição. Convenientemente, em novembro de 2005, a comissão encerrou seus trabalhos sem aprovar um relatório final e sem aprofundar devidamente todas as investigações.

Segundo o presidente da CPI, senador Amir Lando (PMDB-RO), o principal motivo para o encerramento dos trabalhos da comissão foi “a falta de vontade política”. Ainda se tentou estender a comissão. Foram protocoladas na Mesa do Congresso as assinaturas de 148 deputados em apoio à prorrogação dos trabalhos da CPI do Mensalão, mas o mínimo exigido era de 171 deputados.

Paralelamente à CPI do Mensalão, também funcionava a CPI dos Correios, criada logo após o flagra em Maurício Marinho e cujo objetivo era investigar as denúncias de corrupção nas estatais, mais especificamente, nos Correios. A CPI dos Correios revelou o esquema de distribuição de recursos a parlamentares para bancar despesas de campanhas eleitorais. O esquema de distribuição de propina foi apelidado de “valerioduto”, por conta do nome de seu operador, o empresário Marcos Valério Fernandes de Souza.

Com relação ao aspecto positivo da administração Lula, há que se considerar que a miséria no país caiu 27,7% no primeiro mandato do seu governo (2006 em relação a 2002), segundo pesquisa da Fundação Getúlio Vargas. Com base no PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), a Fundação Getúlio Vargas divulgou estudo mostrando que a taxa de miséria de 2004 teria caído em 8% com relação à de 2003. Ainda segundo a PNAD, oito milhões de pessoas teriam saído da pobreza (classes D e E) ao longo do governo Lula.

O primeiro mandato de Lula teve bons índices: baixa inflação, taxa de crescimento do PIB entre 2003 – 2006, em média, de 2,6 %, redução do desemprego – que registrou sua maior queda em 13 anos, em 2007 – e constantes recordes da balança comercial.

Sob Lula, a indústria automobilística bateu seu recorde de produção, em 2005, e o salário mínimo teve seu maior crescimento real, o que resultou na recuperação do poder de compra do brasileiro.

Apesar de em seu tempo de líder sindical ter defendido a moratória, sustentando que o FMI era “pernicioso”, durante a primeira gestão Lula, a liquidação do pagamento das dívidas com o FMI foram antecipadas, o que garantiu ao Brasil maior atenção do mercado financeiro para investir no país.

Mas nem só de avanços se constituiu o governo Lula. A reforma agrária “pacífica, organizada e planejada” foi um fracasso total. Condenada pelos próprios aliados, enfrentou o vexame trazido pela proposta do líder do Movimento dos Sem-Terra (MST), João Pedro Stédile, que exigiu o fim do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A promessa de criação de 10 milhões de empregos também não foi cumprida. A frase de efeito usada por Lula na campanha de 2002, “criar empregos será a minha obsessão”, não vingou. Dos 10 milhões de empregos prometidos, Lula não conseguiu cumprir nem a metade. O

programa Primeiro Emprego também não saiu do papel, só atendendo a 0,5% dos jovens que pretendia ajudar.

Durante o primeiro mandato, Lula se comprometeu a fazer “as reformas que a sociedade brasileira reclama” – as da Previdência, tributária, política e da legislação trabalhista. As duas primeiras chegaram a ser iniciadas, mas acabaram paralisadas pouco depois.

Em 2003, Lula prometeu segurança pública mais eficiente. A sociedade brasileira espera por isso até agora, assistindo impávida a cada vez mais atrocidades. A violência urbana já se tornou um cancro nacional. Lula garantiu que seria “capaz de prevenir a violência, reprimir a criminalidade e restabelecer a segurança dos cidadãos e cidadãs”, para que as pessoas pudessem “voltar a andar em paz pelas ruas e praças”. Quem se lembra dos ataques do crime organizado em maio, em São Paulo, em 2006, e no Rio de Janeiro, sabe que esta promessa também não foi cumprida.

O primeiro mandato assistiu igualmente à luta do presidente – o mesmo Lula que afirmara “ser honesto é mais do que apenas não roubar e não deixar roubar” – para se manter distante dos escândalos surgidos com a revelação do esquema de corrupção do PT, comprando favores políticos com mesadas e sexo, e superfaturando ambulâncias para as prefeituras do país.

No entanto, mesmo apesar dos indicativos de que o eleitorado brasileiro estava consciente do possível envolvimento de Lula nos esquemas de corrupção bancados pelo seu partido, o PT, Lula se reelegeu no segundo turno, em 29 de outubro, com 58.295.042 votos, ou 60,83%. No primeiro turno, o resultado foi igualmente muito bom. Lula conquistou 46.662.365 votos ou 48,61% dos votos válidos. Assim, o povo brasileiro fechou os olhos e demonstrou aprovação pela performance socioeconômica que o País experimentou sob a adminis-

tração Lula. A "contabilidade democrática vertical", isto é, a capacidade que o eleitor tem de punir os representantes que não correspondem às suas expectativas, não foi exercida.

Lula começou o segundo mandato lançando, em 22 de janeiro de 2007 – poucos dias depois da posse, portanto – do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), um pacote de medidas para acelerar o crescimento econômico. O programa previa investimentos de mais de 500 bilhões de reais para os quatro anos do segundo mandato do presidente e incluía também uma série de mudanças administrativas e legislativas. O programa prometia um crescimento do PIB de 4,5% em 2007 e de 5% ao ano até 2010 – metas que ficaram na promessa.

A crise econômica internacional foi outra prova de fogo na qual Lula se saiu bem. Desde 2008, os Estados Unidos enfrentam o mais grave crise financeira em trinta anos, mergulhando aquele país e outros – principalmente da Europa Ocidental – em recessão. Diante da ameaça, Lula demonstrou confiança. Bradava que o a economia brasileira “estava blindada”, que o sistema bancário nacional e as finanças eram sólidos. De fato, apesar da diminuição do ritmo de crescimento, o Brasil superou a crise e, mais ainda, saiu fortalecido dela, angariando trunfos políticos em escala mundial.

## **A Reforma Sindical**

Em um quadro de desemprego massivo, reestruturação capitalista, descenso do movimento sindical e psicologia do medo, que o governo do Partido dos Trabalhadores, num grande leque de alianças (que inclui a oligarquia rural, os industriais e os banqueiros), lançou sua Reforma Sindical e Trabalhista no final do primeiro mandato de Lula.

Considerada pelo governo federal fundamental para a consolidação democrática no país, a reforma sindical e trabalhista tomou conta do cenário das discussões sobre o mundo do trabalho na sociedade brasi-

leira no final do primeiro mandato do governo Lula. O governo Lula pretende assim, consolidar a democracia no país alterando a forma de organização dos trabalhadores e modificando a consolidação das leis do trabalho para torná-la mais condizente ao processo de transformações do capitalismo em escala mundial. Dessa forma, o governo se esforça por adaptar as relações trabalhistas ao neoliberalismo. Muitos representantes de entidades sindicais criticam as propostas da reforma sindical taxando-a de contrária aos interesses da categoria dos trabalhadores.

Com efeito, ideia de democracia participativa não se revelou na reforma sindical. A ausência de participação dos interessados na construção do projeto de reforma sindical é patente. De fato, a reforma sindical foi discutida entre o governo e a cúpula sindical. O resultado se revelou uma acentuada intervenção estatal e centralização do poder sindical.

Conforme análise do advogado trabalhista e sindical Eduardo Caringi Raupp, “a proposta de reforma sindical prevê amarras que vinculam a organização sindical ao Estado. Várias das prerrogativas atribuídas ao Ministro do Trabalho, como a definição dos ramos e setores nos quais repousarão a organização sindical, revelam este viés intervencionista. Outrossim, preocupa a participação estatal no Conselho Nacional de Relações do Trabalho. Neste sentido, a ampla autonomia dos sindicatos conquistada com a promulgação da Constituição em 1988 pode estar comprometida”.

Dessa forma, sob a reforma proposta por Lula, a atividade sindical nacional tende a ficar centralizada nas mãos das Centrais Sindicais, sob os auspícios do Estado. Essa tendência representa um novo capítulo para o movimento sindical brasileiro, conforme veremos no epílogo desta história.



## Capítulo 6

# Trabalhadores na Panificação: Uma Liderança na Vanguarda

**A**s mudanças nas relações do trabalho e as políticas assumidas pelos legisladores desde os anos 80 colocaram novos e árduos desafios para o sindicalismo, não só no Brasil, mas em todo o mundo. As respostas dos dirigentes sindicais ao novo cenário que se configurava ditaram outros rumos do movimento, fragmentando-o, frustrando o sonho de uma central sindical única. Apesar disso, os dirigentes do Sindicato dos Padeiros de São Paulo responderam pontualmente à necessidade do momento com propostas que não só mantiveram a tradição de luta desse sindicato, mas que sedimentaram a perspectiva de uma nova orientação sindical.

Os trabalhadores na panificação, através de sua liderança, colocaram-se na vanguarda das decisões que pavimentaram o caminho que o sindicalismo traçou desde então. Tradicionalmente, os dirigentes do Sindicato dos Padeiros de São Paulo têm levado a categoria à frente do palco dos principais acontecimentos da vida nacional. Nas últimas décadas, os trabalhadores na panificação participaram da criação das centrais sindicais de maior relevo do movimento, promovendo avanços para a categoria e erguendo a bandeira da justiça social. Mais recentemente, o Sindicato dos Padeiros de São Paulo expande sua bem

sucedida experiência de organização e luta fundando a Federação Nacional dos Padeiros.

Ao longo da década de 80, o Sindicato teve três presidentes. Depois do falecimento de Afonso dos Santos Sousa, eleito, como visto, mas que não chegou a assumir, a presidência do sindicato foi para Raimundo Rosa de Lima, líder sempre lembrado por sua competência e por ter lançado os trabalhadores na panificação à frente de um dos momentos mais significativos da história do sindicalismo nacional, a organização da CONCLAT. Raimundão, como era chamado no movimento, permanece na presidência da instituição até 1984, quando assume Antonio Pereira dos Santos. O ex-advogado do Sindicato dos Padeiros de São Paulo e da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação (FETIASP) e juiz trabalhista aposentado José Carlos Arouca afirma que Antonio Pereira dos Santos “deu uma importância muito grande ao Sindicato por ter sido diretor da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação”. Foi na gestão de Pereira dos Santos que o sonho da construção da sede do Sindicato começou a ser realizado. O terreno na Rua Major Diogo foi adquirido e os primeiros planos para a construção, traçados.

A partir de 1987, a presidência do Sindicato dos Padeiros de São Paulo é assumida por Francisco Pereira, um jovem dirigente do sindicato que desde o início de sua carreira sindical havia participado das lutas que estão entre as mais significativas do Sindicato. Chiquinho Pereira, como já era conhecido no meio sindical, era herdeiro da tradição de liderança esclarecida que imbuíu líderes como Reginaldo Dias do Nascimento, Berlim de Paula Cavalcanti, Raimundo Rosa de Lima e Afonso dos Santos Sousa. A história da sua atuação no sindicalismo estende-se não só através de um dos períodos mais significativos do movimento, mas também reflete a tradição da liderança dos trabalhadores na panificação à qual já nos referimos. Com efeito, sob sua liderança os padeiros, confeiteiros, balconistas e outros alcançaram bene-

fícios sociais e trabalhistas, conquistando seu respeito próprio, percebendo-se como uma categoria forte e organizada.



Três gerações de líderes: Gentil Neves, Reginaldo Nascimento e Chiquinho Pereira (1988)

### **Um aprendiz de confeiteiro**

Chiquinho Pereira começou a participar do movimento sindical em 1970 (associando-se em 1971), quando ainda era aprendiz de confeitiro, na confeitaria Perrela, em São Caetano do Sul. De fato, a família de Chiquinho Pereira é tradicionalmente de confeitores. Sua irmã, Neci de Sousa Paiva, foi quem se iniciou na profissão, levando, a seguir, seus irmãos – Geraldo, Antônio (Doca), Chiquinho, José (Deca), Pedro e Ivan –, a trabalhar nessa área.

Naquela época, como vimos nos capítulos anteriores, havia muito desrespeito às leis trabalhistas por parte dos empregadores, os quais abusavam do trabalho de menores. Era, no dizer de Chiquinho, um regime de escravidão. “As condições de trabalho eram extremamente precárias. Ambientes fechados, pequenos, apertados, com pouquíssima ventilação, repletos com fumaça dos fornos a lenha; pisos danificados, molhados, escorregadios; iluminação deficiente; não havia vestiário e os banheiros eram imundos”, recorda o atual presidente do Sindicato dos Padeiros de São Paulo e secretário de políticas sindicais da União Geral dos Trabalhadores. Não havia qualquer benefício, nem alimentação, nem registro em carteira.

O menino de 12 anos trabalhava muito além da jornada contratada. Pior: não recebia pelo trabalho extra. Essa situação despertou no aprendiz um questionamento que ele continuaria a trazer consigo décadas depois, quando se tornou dirigente sindical. Inconformado com o abuso que sofria, o rapaz começou a indagar a parentes, que atuavam em outras áreas profissionais, se o mesmo acontecia com as suas categorias. Logo, Chiquinho percebeu o desrespeito às leis trabalhistas por parte dos seus empregadores. Foi quando ele ouviu falar pela primeira vez em sindicato e que essa instituição poderia ajudá-lo a resolver o problema que vivia. Sem saber que havia um sindicato específico dos trabalhadores na panificação em São Paulo e tendo sido informado erroneamente, Chiquinho se filiou ao Sindicato dos Hoteleiros. Apesar de não ser a instituição que verdadeiramente representava a classe à qual pertencia, o jovem confeitiro sentiu o respaldo da lei. E amparado pela força de seus direitos, rebelou-se na confeitaria onde era empregado e afirmou que não iria trabalhar naquelas condições. Contudo, ao se rebelar, foi despedido. Era – e em muitas instâncias e locais continua sendo – prática comum dos donos de panificadoras despedir trabalhadores na panificação conscientes de seus direitos. Não só porque não queriam pagar os direitos legalmente garantidos,

mas principalmente para que esses esclarecidos não informassem seus colegas a respeito dos seus direitos legais. A resposta de Chiquinho foi ir ao Ministério do Trabalho em busca de fazer valer seus direitos. Lá, foi informado que o sindicato a que ele pertencia era o dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação e Confeitaria de São Paulo.

Esse episódio revela muito sobre a relação entre os trabalhadores na panificação e o seu Sindicato há cerca de quatro décadas. Não foram os trabalhadores mais velhos que orientaram o aprendiz sobre o sindicato nem lhe informaram sobre a existência do Sindicato dos Padeiros de São Paulo. Mas a situação levou Chiquinho a descobrir por si mesmo que havia uma instituição com a qual podia contar para fazer valer seus direitos.

Chiquinho se filiou ao Sindicato em 1971 e encontrou, de fato, ressonância para seus problemas junto aos outros membros da categoria. No entanto, aquele era um momento político de extrema dificuldade, uma vez que as perseguições à direção sindical estavam entre as principais ações de repressão do governo militar. Chiquinho foi influenciado pelos dirigentes dos trabalhadores na panificação, vinculados ao Partido Comunista Brasileiro, o Partidão. Nomes como Berlim de Paula Cavalcanti, Raimundo Rosa de Lima, Afonso dos Santos Souza, Reginaldo Dias do Nascimento, Gentil Neves Correia exerciam sua liderança segundo as orientações do Partidão. É deles que Chiquinho Pereira herda a tradição política e continua a exercê-la, dando continuidade a uma corrente que deixa marcas no sindicalismo brasileiro desde a fundação do Sindicato.

Embora a influência comunista sempre tenha sido grande, foi de fato a partir do final dos anos 50 e início dos anos 60, principalmente com Reginaldo Dias do Nascimento, que a orientação do Partido Comunista Brasileiro passou a ditar os rumos políticos do Sindicato dos Padeiros de São Paulo. O PCB era o único partido no Brasil que formava

quadros e dirigentes com visão da sociedade e do país que o partido almejava. O Sindicato dos Padeiros de São Paulo, embora não fosse numericamente significativo, tinha uma liderança altamente politizada, o que garantia sua projeção no movimento sindical brasileiro. Isso explica porque uma categoria menor que outras tinha – e continua tendo – tanta projeção: pela formação política de seus dirigentes, patrocinada pelo PCB. “Nossos dirigentes tinham uma capacidade acima da média em termos de visão de futuro por causa da formação de quadros promovida pelo Partidão. O nível escolar dos trabalhadores na panificação era de forma geral muito baixo, mas não o nível de seus dirigentes, pois haviam sido formados nessa escola que era o Partidão. A minha escolha pelo Partidão, ou melhor dizendo, do Partidão por mim (pois o partido sondava e escolhia aqueles que desejava ter em seu quadro), para atuar em seus quadros, pois não eram todos que eram convidados, foi algo que não tem preço. Não sei no que o Chiquinho poderia resultar não fosse essa experiência”, diz Chiquinho Pereira.

A ascendência do Partidão era, de fato, forte no Sindicato dos Padeiros de São Paulo. Na esteira da redemocratização do país, em 1985, o Sindicato dos Padeiros, entre outros, solicitou por meio de carta a legalização do Partido Comunista Brasileiro. O fac-símile do documento, reproduzido abaixo, traz as assinaturas dos requerentes. Chiquinho Pereira assinou pelo Sindicato dos Padeiros.


O jovem aprendiz buscava na sua militância exercer liberdade. “Era uma militância muito dura, muito difícil, pois eu tinha outro nível de consciência e eu passei a exigir dos empregadores respeito aos meus direitos, o que trazia entraves junto aos patrões”, relembra. Chiquinho passou a frequentar o Sindicato todos os dias depois do trabalho ajudando a produzir boletos informativos e a ajudar a distribuí-los durante a madrugada. “Confesso que, quando saíamos à noite, eu tinha receio. Não sabia se iria voltar”, conta quase quarenta anos depois.

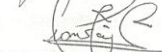
*História do Sindicato dos Padeiros de São Paulo*


Por conta da repressão, os boletins – considerados subversivos – eram passados pela janela de fora da padaria durante a madrugada. Não foram poucas vezes em que os membros do Sindicato acabaram surpreendidos pela polícia da ditadura. Certa vez, Chiquinho, que acompanhava Berlim Cavalcanti e Afonso Santos, estava sobre uma pilha de lenha quando foram surpreendidos. Nessa ocasião, Chiquinho foi arrastado do alto da pilha, sendo derrubado no chão.

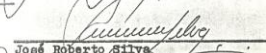
Os Senhores, Sérgio Sebastião Pereira Zola, natural de Lins, S.P., técnico de treinamento, residente à Av. D. Pedro II, nº 2 258, Santo André - SP, portador do Título Eleitoral nº 153.133, da 156ª Zona; Francisco Pereira de Sousa Filho, natural de Aguiar - PB, confeitiro, residente à rua Sud Menucci, conj. Camilópolis, Bloco B-20 apto. 13, Santo André - SP, portador do Título Eleitoral ( protocolo de transferência do Juízo Eleitoral da 264ª Zona; Alberto Zamignani, natural de Jundiá - SP industrial, residente à rua Souza Campos, nº 43, Santo André - SP, portador do Título Eleitoral nº 86.200 da 262ª Zona; Luis Gonzaga, natural de Bom Sucesso - Minas Gerais, ferramenteiro, residente à rua Amberg, nº 809 - Santo André - SP, portador do Título Eleitoral nº 50.993 da 263ª Zona; José Penequi, natural de Santo André - SP, torneiro mecânico, residente à rua Nova Guiné, nº 122 - Santo André - SP, portador do Título Eleitoral nº 053.308 da 308ª Zona; José Roberto da Silva, natural de São Paulo - SP, técnico industrial, residente à rua Sud Menucci, conj. Camilópolis, Bloco B-20, apto 13 - Santo André - SP, portador do Título Eleitoral, ( protocolo de transferência do Juízo Eleitoral da 264ª Zona) Claudia Galvão, natural de Santo André - SP, estudante, residente à trav Otavio Marques, nº 66, Santo André - SP, portadora do Título Eleitoral nº 97.324 da 262ª Zona, DECLARAM NESTE ATO, PARA EFEITOS LEGAIS, TOTAL APOIO AO PROGRAMA E AOS ESTATUTOS DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO ( PCB) publicados no DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO Nº 85, de 08 de maio de 1 965, páginas 7 032 à 7 042, tudo nos termos do Artigo 11º Parágrafo 2º, da RESOLUÇÃO Nº 10.785, do TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL:

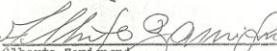
Santo André, 08 de maio de 1 965.


  
Sérgio Sebastião Pereira Zola


  
Francisco Pereira de Sousa Filho

  
José Penequi

  
José Roberto da Silva

  
Alberto Zamignani

  
Luis Gonzaga

  
Claudia Galvão

A histórica "Declaração", requerendo a legalização do Partidão

Os agentes da repressão eram extremamente rudes e os patrões se valiam do apoio da polícia para denunciar e reprimir ainda mais seus empregados. E, como era um período de perseguição, muitos trabalhadores tinham medo de se filiar ao Sindicato. Mas a liderança da categoria não esmorecia.

A palavra de ordem do Partido Comunista Brasileiro era reorganizar a sociedade, organizar os trabalhadores e também os outros setores da sociedade. Além dos objetivos sindicais, havia o objetivo político, que era devolver o país à democracia, as instâncias de poder aos civis. “Procurávamos envolver toda a sociedade”, diz Chiquinho. “Não éramos partidários da luta armada. Nossa orientação era de organizar a sociedade através dos sindicatos, de associações de moradores para fazer pressão política e disseminar o debate democrático”. A democracia deveria vir com o menor impacto social possível e, principalmente, sem derramamento de sangue.

Nesse período, por volta de 1978, a liderança do Sindicato decidiu organizar uma subseção no ABC. Com a ajuda de outros companheiros, Chiquinho foi encarregado do esforço de sindicalização. A meta de sindicalizar trabalhadores na panificação para se criar a subseção era de 100 trabalhadores, mas a equipe conseguiu sindicalizar 300. Para um período de muita repressão foi um resultado extremamente significativo.

Chiquinho esteve à frente desse movimento, promovendo as reuniões na sua própria casa. “Nós tínhamos medo de nos reunir em outros locais”, conta Chiquinho. “Eu ia às casas dos padeiros, não era nem nas padarias, e os convidava para virem na minha casa”. A partir de então, Chiquinho começou a multiplicar o número de delegados sindicais. Em seguida, o Sindicato passou a montar organizações sindicais em outras regiões. “Foi uma prática nossa que mantivemos por muito tempo”. É, com efeito, um trabalho de base que continua a ser realiza-



do: a conquista dos trabalhadores na panificação para a causa da categoria.

Com o resultado positivo no ABC, a busca por expandir a ação do Sindicato continuou nas outras cidades da região com o mesmo processo inaugurado por Chiquinho Pereira: os delegados sindicais cedi- am suas casas para disseminar a necessidade de se filiar ao Sindicato com o intuito de avançar os interesses da categoria. “Esse foi o tipo de trabalho de base, importante, porque a conquista de mais um [sócio] era algo extraordinário”, explica o líder sindical.

Nessa época, o Sindicato dos Padeiros de São Paulo passou a assumir responsabilidades maiores. Os trabalhadores na panificação tinham desenvolvido uma pauta sindical própria que devia permitir que avan- çassem nas negociações com a classe patronal. Os operários panifica- dores acreditavam que não só sua categoria, mas todo o movimento trabalhista devia se organizar em escala nacional, pois unidos os tra- balhadores teriam mais força política.

“No início dos anos 80, ainda dentro do contexto da luta contra a ditadura, começávamos a trabalhar pela fundação de uma central sindi- cal única”, conta Chiquinho. O Sindicato passou a fazer greves de so- lidariedade. “Tínhamos um objetivo claro”, afirma Chiquinho Pereira. “Fazíamos greves de apoio ao Sindicato dos Metalúrgicos que eram, na época, os expoentes da luta dos trabalhadores. Nossas greves fo- ram significativas do ponto de vista numérico, uma vez que contáva- mos com a adesão quase total da categoria, e também muito significa- tivas em termos políticos. Por isso, marchamos com eles, enfrentando as forças repressivas. Eu mesmo participei de diversas manifestações no ABC quando a repressão ainda era forte. Eram cenas selvagens: a cavalaria atacando a multidão com espadas e nós, em contrapartida, jogávamos bolinha de gude para desequilibrar os cavalos. Os traba- lhadores na panificação apoiaram demais dessa forma”.

O assessor do Sindicato dos Padeiros de São Paulo, Aparecido Tenório, o Cidão, lembra esse valioso apoio em um momento crítico dos metalúrgicos de Santos. Em 1986, Cidão, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, liderou uma greve que acabou sendo julgada ilegal. Como a categoria insistisse em continuar em greve, a COSIPA demitiu 275 trabalhadores. Durante dois anos, o Sindicato dos Metalúrgicos de Santos lutou pela readmissão desses trabalhadores, baseando-se na nova Constituição, a qual anistiou os trabalhadores demitidos por motivos políticos das empresas estatais. A COSIPA, porém, recusava-se a cumprir a lei. Buscando pressionar a empresa, a liderança daquele sindicato promoveu um acampamento em frente ao prédio da empresa em São Paulo. Durante os noventa dias que os metalúrgicos permaneceram acampados, o Sindicato dos Padeiros apoiou a iniciativa, fornecendo alimentação, emprestando carros de som e garantindo apoio político aos trabalhadores.

Essa interação com outras categorias resultou, como vimos, nos ENCLATs e nas CONCLATs, com Raimundo Rosa de Lima à frente da organização dos encontros: a histórica proeminência que o Sindicato dos Padeiros de São Paulo assumiu na organização dos trabalhadores brasileiros nesse importante momento do sindicalismo brasileiro.

Contudo, apesar do sucesso da CONCLAT, o processo de uma central única não se realizou, uma vez que a liderança rachou e seguiu por caminhos diferentes. O movimento se fragmentou porque, conforme dito, Lula já tinha um projeto político, o qual se iniciou com a fundação do Partido dos Trabalhadores e prossegue até exercer a presidência da república por dois mandatos e continua ao eleger Dilma Rouseff.

A divisão originou a Central Única dos Trabalhadores (CUT), sob o comando do grupo dos metalúrgicos, sob a liderança de Lula, e o grupo do qual os trabalhadores na panificação faziam parte, com a CON-

CLAT que buscava ainda uma união. Em 86 a CONCLAT acabou dando origem a uma nova central, a Central Geral dos Trabalhadores (CGT).

Em 1988, com Chiquinho Pereira já como presidente do Sindicato dos Padeiros de São Paulo, os padeiros, confeitheiros e outros operários da categoria chegaram à Assembleia Nacional Constituinte, outro momento de relevo da história nacional recente, verdadeira bandeira daqueles que lutavam contra a ditadura. Uma das propostas de maior proeminência desse esforço contra o regime militar era a criação de uma nova Constituição. A importância da assembleia estava no fato de ela marcar a devolução do país à sociedade civil. A nova Constituição deveria coroar o fim da ditadura com um saldo positivo de realização de alguns dos pleitos feitos pelos trabalhadores.

De fato, os trabalhadores chegaram como muita força na discussão da Constituição, mesmo apesar da divisão do movimento. A prova dessa atuação é que diversos artigos importantes dessa carta tratam de direitos dos trabalhadores que foram alcançados e que precisariam, posteriormente, ser regulamentados através de leis. Uma das grandes vitórias da Constituição de 1988 foi a redução da jornada de trabalho de 48 para 44 horas de trabalho semanais. A Constituição sinalizava uma nova etapa democrática na vida do Brasil. E os trabalhadores tiveram papel importante.

O movimento trabalhista não tinha uma representação numérica muito considerável no Congresso nacional, mas contava com o engajamento da sociedade e tinha um compromisso no sentido de construir um Brasil melhor, uma necessidade de reparar perdas que ocorreram durante a ditadura, especialmente para os trabalhadores. O movimento trabalhista atuou de forma horizontal para influenciar os parlamentares na elaboração da carta. “Era forte a vontade de se construir um Brasil melhor por parte de diversos segmentos da sociedade, como os

trabalhadores, os estudantes e os artistas, muitos deles pagando um preço alto por essa vontade”, diz Chiquinho Pereira. A pressão sobre os políticos era feita por meio de manifestações públicas, nas quais a organização e presença dos trabalhadores foram fundamentais e das quais os trabalhadores na panificação tiveram participação preponderante.



Presidentes do Sindicato dos Padeiros, antecessores de Chiquinho Pereira  
(a partir da esq. Raimundo Lima, Gentil Neves, Antonio P. Santos, Reginaldo Dias e Berlim Cavalcanti)

A Constituição de 1988 não poderia produzir algo menor que a demanda da sociedade brasileira. Foi uma vitória importante, embora o

Partido dos Trabalhadores tenha se recusado a assinar a Carta. Buscava-se avançar o interesse de todos. “Eu ressalto o papel do movimento sindical que conseguiu que sua luta passasse pelas outras lutas da sociedade como um todo. Tínhamos, portanto, em 1988, força que nos garantiu conquistar direitos importantes”, sustenta Chiquinho.

Muitos desses direitos, porém, ainda precisam ser regulamentos. Uma das propostas feitas pela Plenária Estadual da UGT/BA nas preparações do Segundo Congresso Nacional da UGT, a ser realizado no segundo semestre de 2011, propõe exatamente isso. No artigo 2.2.8 do documento, lê-se:

*Há passagens na Constituição de 1988 referentes às normas de institutos participativos na administração pública: no art. 10, por exemplo, é assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que os interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação. Essa regra é completada pelo art. 194, inciso VII, que assegura o caráter democrático e descentralizado de sua gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados. A participação, no caso das atividades de seguridade social, é elemento da própria definição dessa função administrativa, conforme se percebe pela redação caput do art. 14, que define como conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade. Já o art. 187 estabelece que a atividade administrativa de planejamento da política agrícola será executada, na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes. O art. 198, inciso III, determina que as políticas, ações e serviços públicos de saúde devem ser organizados tendo como diretriz a ‘participação da comunidade’. Por sua vez, o art. 204, inciso II, estabelece que os serviços públicos de assistência social devem ser organizados e executados mediante participa-*

*ção da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. O art. 205 estatui que a educação é atividade que será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, enquanto, complementarmente, o art. 206, inciso VI, estabelece que o serviço público de ensino contará com 'gestão democrática', na forma da lei. Enquanto o art. 225 impõe a conjugação de esforços do poder público e da coletividade, na defesa do meio ambiente, o art. 37, inciso III, fruto da Emenda Constitucional nº 19 (conhecida como emenda da reforma administrativa), introduziu uma norma geral sobre a participação popular na administração pública, notabilizando os institutos de participação: conselhos, comissões e comitês participativos, audiência pública; a consulta pública, o orçamento participativo, o referendo e o plebiscito são importantes referências entre nós de instrumentos concretos para a implementação do diálogo entre a administração e a sociedade.*

### **Os Trabalhadores da Panificação na Força Sindical**

No entanto, após a Constituinte, o movimento sindical começa a perder a força. Com efeito, a não regulamentação dos direitos trabalhistas conquistados com a promulgação da Carta é consequência de um relaxamento do movimento trabalhista. Um dos motivos para esse relaxamento é que a nova geração de líderes sindicais, que não passou pelas lutas históricas que levaram os trabalhadores à testa da liderança da sociedade civil, não tem a mesma visão dos antigos líderes.

A questão de novas tecnologias foi, como vimos em detalhes no capítulo anterior, outro fator difícil de ser absorvido e foi outra força que impactou de forma negativa no movimento sindical. "O sindicalismo começa a perder um pouco de sua força pela falta de compreensão desse momento", diz Chiquinho Pereira. Contudo, o movimento não tardou em reagir. Isso começa a se expressar no movimento sindical com a fundação no início dos anos 90, durante o governo Collor, de

outra central sindical, a Força Sindical, na qual os trabalhadores na panificação tiveram ativa participação.

Chiquinho Pereira e outros dirigentes do Sindicato dos Padeiros de São Paulo participaram dessa origem. Essa corrente propunha um sindicalismo mais negociador, que sabia que estava vivendo um novo momento que exigia dirigentes sindicais mais flexíveis do ponto de vista da negociação. Tais líderes buscavam se afastar um pouco do sindicalismo de resistência praticado ao longo do regime militar.



Constituição 1988 – O Sindicato manifesta-se a favor do Parlamentarismo



Chiquinho Pereira, Mario Covas e Raimundão na revisão da Constituinte (1988)

Os dirigentes do Sindicato dos Padeiros de São Paulo ocuparam cargos proeminentes, como a Secretária de Organização, a vice-presidência e a presidência estadual, posição ocupada pela liderança da categoria durante 14 anos. Ações importantes foram realizadas na Força Sindical pelos dirigentes dos trabalhadores na panificação e confeitarias. Sob sua orientação, o projeto da nova central sindical tomou a forma de um livro, "Um projeto para o Brasil – A Proposta da Força Sindical", que expunha o que a central pretendia para o país e o modo como esse ideal poderia ser atingido.

Na Força Sindical, os padeiros, confeiteiros, balconistas e outros também participaram da materialização de grandes projetos. Para elencar



os mais importantes citamos o Centro de Solidariedade ao Trabalhador, a Qualificação Profissional ampla e intensiva, as comemorações do 1º de Maio, que marcam a história do sindicalismo no Brasil, a luta pela aposentadoria, pelas grandes reformas – previdenciária, agrária, do judiciário, política, fiscal e sindical –, dando-se status à negociação livre entre empregadores e empregados.



Padeiros com a Força Sindical: Pedro Pereira e Chiquinho Pereira (respectivamente vice-presidente e presidente do Sindicato) celebrando o 1º de Maio com a Força, em 2006

A Força Sindical deu igualmente um passo importante na proposta de uma atuação mais abrangente do sindicalismo, ao eleger o primeiro presidente dessa central Sindical, Luiz Antonio de Medeiros, eleito deputado federal. Isso projetava os trabalhadores à possibilidade de ter voz ativa no palco das decisões políticas do país, o Congresso Nacional.



Paulinho da Força, diretores e funcionários do Sindicato em frente ao edifício 1º de Maio

O relevo da Força Sindical no sindicalismo era – e até certo ponto continua sendo – significativo, fato que projeta ainda mais a proeminência dos dirigentes do Sindicato dos Padeiros de São Paulo e com eles toda a categoria. Em 95, apenas quatro anos após a fundação, a

central contava com 445 entidades associadas e 4.215.927 trabalhadores na base. Os mais diversos setores já compunham a entidade, como prestação de serviços, vestuário, indústria, comércio, rurais e tantos outros. Em agosto de 99, eram 968 entidades associadas e 8.258.329 trabalhadores na base.

### **Uma Nova Proposta**

Naquele momento, início dos anos 90, havia – e continua havendo – a necessidade de se criar esse novo sindicalismo, capaz de responder acertadamente aos novos desafios que se colocavam. E os trabalhadores na panificação, através de sua liderança, continuaram a defender a proposta de expandir a esfera de abrangência do movimento sindical, extrapolando o limite das negociações entre patrões e os representantes dos empregados e levando sua atuação a outro nível, amealhando força política para influenciar as ações em todas as instâncias da vida pública.

O problema de não se entender que os serviços e bens a serem conquistados – e conquistados permanentemente – que levarão os trabalhadores a ter mais qualidade de vida, os quais são questões de políticas públicas – a começar pela educação, entre outros – ainda afeta a maioria dos líderes sindicais. A conquista desses bens e serviços implica, portanto, em envolvimento político: exige a atuação em nível parlamentar nas três esferas de poder.

Essa discussão envolveu os operários panificadores em particular e o sindicalismo em geral de uma forma que ainda não haviam sido envolvidos. Havia – e ainda no momento em que este livro está sendo escrito esse conceito resiste – a percepção de que o sindicato não deveria se envolver com partidos políticos, evitando assim tornarem-se correia de transmissão desses partidos políticos. De fato, os sindicatos não podem ser base de apoio de partidos políticos, não devem servir

de alavanca a tais partidos. Mas por outro lado o sindicalismo moderno sabe que para conseguir ganhos que permitam melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores é preciso ter uma inserção maior dentro do Parlamento. Essa visão é abrangente, uma vez que as questões que determinam qualidade de vida não cabem na relação capital/trabalho. Educação, cultura, saúde, saneamento básico, moradia, segurança, transporte, lazer são questões desenvolvidas pelas três esferas de poder. Trata-se, como dissemos, de questões de políticas públicas.

A direção do Sindicato dos Padeiros de São Paulo entende que o desejo de não envolver o sindicato nas políticas públicas é um erro que tem custado caro aos trabalhadores. Por conta a ideia de que os trabalhadores não devem se envolver na orla dos poderes legislativos, ou nas questões políticas, o movimento sindical perde força. “Não temos força para pressionar o Parlamento em suas decisões em todas as suas esferas – municipal, estadual e federal – para que as reivindicações dos sindicatos sejam atendidas, beneficiando dessa forma a maioria da população”, observa Chiquinho Pereira. Na opinião do presidente do Sindicato dos Padeiros, esse é o maior desafio que o mundo sindical enfrenta hoje: o de preparar as direções sindicais com um novo projeto, o qual abandona algumas concepções que já não cabem ou não se justificam. A principal é a de não investir pesado para se ter uma representação no Parlamento.

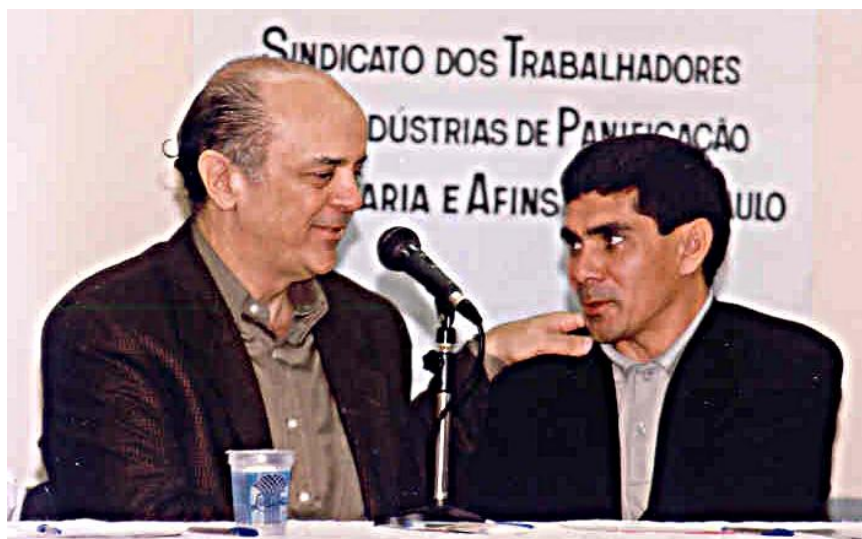
Embora em tese os representantes do povo devam legislar em prol de todos, na prática democrática o Parlamento é, de fato, o fórum onde as diversas esferas a sociedade buscam colocar seus representantes para que estes promovam seus interesses. Assim, a nova proposta sindical frente à atual realidade enfatiza a necessidade de se ter líderes na esfera parlamentar. A liderança do Sindicato dos Padeiros continua a considerar, porém, a tradicional ressalva de que o sindicato não pode, ao atuar no Parlamento, defender interesses de partidos políticos

em detrimento dos trabalhadores. É essencial que o sindicalismo permaneça independente dos partidos e do Estado.



O Sindicato dos Padeiros tem trabalhado junto às autoridades para avançar os interesses da categoria (a partir do alto, sentido horário: com Gilberto Kassab, Walter Barelli, Mário Covas, José Serra, Geraldo Alckmin)

Com efeito, certas reivindicações podem ser apenas conquistadas – ou conquistadas com maior facilidade – por meio da atuação dos trabalhadores no legislativo. O esforço para se conseguir redução na jornada de trabalho é um bom exemplo para ilustrar essa tese. De fato, conquistas de algumas categorias têm sido obtidas nas negociações com o sindicato patronal. Essa questão está sendo discutida no Parlamento. Mais ainda: os trabalhadores devem continuar a atuar nos âmbitos parlamentares para conseguir avançar seus interesses.



Chiquinho Pereira com o então ministro da saúde José Serra debatendo os genéricos

Essa estratégia consiste em uma resposta ao avanço neoliberal nas relações trabalhistas e políticas, uma vez que o lobby neoliberal busca diminuir o papel do governo com o objetivo de gerar lucro por meio

da exploração de serviços e produtos estratégicos que deveriam ser de responsabilidade do governo. Assim, setores como energia, educação, saúde e até mesmo segurança pública (nos Estados Unidos, por exemplo, há prisões privatizadas) são confiados a grupos que visam apenas seus interesses econômicos – muitas vezes em detrimento do bem estar social. Os resultados podem ser graves. Ao atuar na esfera parlamentar para avançar direitos trabalhistas, os sindicalistas, além da força política que amealham para a classe, enfatizam o papel regulamentador do governo nas questões das relações do trabalho.

“A expressão da democracia é o Parlamento”, diz Chiquinho Pereira. “A luta para se conseguir qualidade de vida para a população passa pelo Parlamento. O setor patronal está todo representado no Parlamento, nós, trabalhadores, precisamos também produzir representantes”.

A liderança do Sindicato propõe eleger representantes parlamentares que defendam os interesses dos trabalhadores. “O sindicalismo brasileiro, se quiser conquistar alguma coisa com uma velocidade maior, precisa entrar no Parlamento. É a única forma. Do contrário cairemos na mesmice das negociações para se melhorar os salários, as condições de trabalho e os benefícios e não conseguiremos realizar nosso objetivo maior que é melhorar a qualidade de vida não só da classe trabalhadora, mas da sociedade de forma geral”, afirma Chiquinho.

A liderança do Sindicato dos Padeiros entende que há certos problemas excruciantes os quais precisam resolvidos para que haja de fato avanços sociais. Um dos principais é a educação, outro setor que o governo negligenciou a ponto de depreciá-la grandemente. “Hoje, numa economia mundial e local muito veloz, a movimentação econômica no mundo todo não tem como esperar a formação dos cidadãos para entrar no processo. Ganha o país que já tem uma população tec-

nicamente formada ou preparada. Lamentavelmente, este não é o nosso caso”, pondera Chiquinho Pereira.

Cada vez mais as posições oferecidas no mercado de trabalho para todas as categorias exigem certo nível educacional. Um governo comprometido com seus cidadãos de baixa renda e com seus excluídos – pessoas sem acesso a saneamento básico, à saúde, ao lazer, à educação – deve dirigir esforços para transformar esse quadro. Afinal, se ao longo de toda a história, conhecimento é poder, na Era do Conhecimento pela qual passamos, a educação se torna uma questão vital para o sucesso não só do indivíduo, mas de toda uma nação. O meio de se conseguir isso é através da atuação da classe legisladora, dos representantes do povo. Por conta dessa necessidade, o sindicato dos Padeiros de São Paulo, em suas campanhas, procura conscientizar seus associados da necessidade da educação, não só a básica, mas também a continuada. Em meio à competição, o grau de instrução se destaca. Trata-se de atuar em diversas áreas, aumentando a abrangência da influência do esforço sindical.

Essa inclusão social passa pela elaboração do orçamento do governo. É nesse processo que se determina os cidadãos de primeira e de segunda categoria, que se escolhe quem irá ter acesso a saneamento básico, saúde de qualidade, educação e segurança, entre outros. É na discussão do orçamento público, no debate que decide o quanto será destinado às diversas áreas de responsabilidade do governo, que o parlamento tem peso. As categorias representadas no Parlamento logicamente tenderão a avançar seus interesses. Por isso, a melhor resposta para a transformação do movimento sindical, para angariar mais poder em todas as esferas para o movimento, é ter representantes no Legislativo.

Os dirigentes dos trabalhadores na panificação e confeitarias têm se esforçado para levar esse debate para dentro do movimento sindical.



Dessa forma, os sindicalistas que se mantiveram por tanto tempo afastados do Parlamento começam a mudar sua visão e a entender que suas conquistas maiores serão conseguidas por meio de força política.

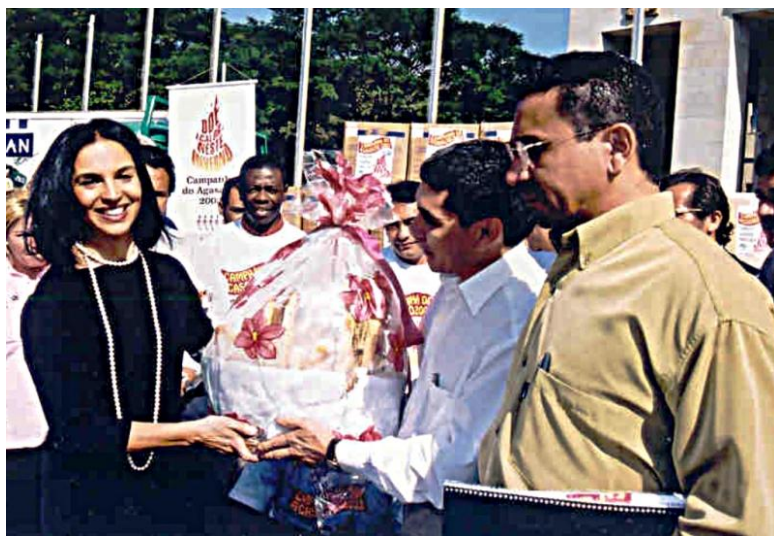


Chiquinho Pereira comandando ato de protesto em frente à FIESP

Dentro de sua resposta aos desafios colocados ao movimento sindical neste início de século, o Sindicato dos Padeiros de São Paulo promove campanhas que visam por em prática o esforço de inclusão dos desfavorecidos. Na Campanha do Agasalho, os boletins informativos ressaltam o desejo da categoria de que aquela seja a última campanha, uma vez que ela só é realizada porque há necessitados, há pessoas em condições de penúria. O Sindicato entende que essas pessoas devem

ter a oportunidade, ou melhor, o direito, de ter suas necessidades – ao menos as básicas – satisfeitas através de recursos oriundos do seu próprio trabalho. Esse é, no entender da liderança do Sindicato dos Padeiros de São Paulo, a bandeira que o movimento sindical deve erguer, uma bandeira mais abrangente, que vai além das reivindicações salariais junto ao patronato e que devem chegar ao Parlamento para promover melhoria na qualidade de vida da população em geral. Mais do que prover condições materiais, almeja-se devolver a dignidade àqueles que a perderam por conta de motivos pessoais ou de injustiças sociais.

“O Sindicato dos Padeiros tem primado muito por promover transformação social, tem feito um esforço de qualificar seus dirigentes, de debater com a intenção de dar a melhor contribuição para esta sociedade. Não é suficiente ter uma qualidade de vida melhor simplesmente pelo fato de ter conseguido um bom acordo. Esta é a etapa do sindicalismo de começar a preparar suas bases e seus dirigentes a atuarem nesse sentido. É preciso ir além da mediação da relação entre o capital e o trabalho”, afirma Chiquinho Pereira. “O que o mundo sindical estava produzindo não era suficiente para promover avanços sociais. A própria luta pela reposição salarial no período anterior ao Plano Real, quando a inflação corroía o salário dos trabalhadores, acabou levando o foco o movimento sindical para a luta por acordos desse tipo, provocando uma miopia que impedia o sindicalismo ver um quadro mais amplo, onde a força política dos trabalhadores é capaz de promover ganhos maiores visando o bem estar social. É inegável que essa atuação era necessária na época, mas poderia ter ido além, no sentido de os trabalhadores pressionarem para sanar a situação”, completa.



Chiquinho e Pedro Pereira doando agasalhos à primeira dama Lu Alekmin



Chiquinho, o governador Covas e a primeira dama Lila no lançamento do Sindicato Criança (atrás do governador, Rubens Romano, então presidente do Sindicato dos Comerciantes)



Lançamento de cursos profissionalizantes no S.O.S Criança

## **A União Geral dos Trabalhadores**

Na busca por promoverem justiça social e maior qualidade de vida, os trabalhadores na panificação, através de seu sindicato, participaram, de uma forma ou outra, de todos os processos de formação das centrais sindicais mais importantes. Os trabalhadores na panificação sempre foram dirigentes, como na CONCLAT, na Central Geral dos Trabalhadores e na Força Sindical.

Mais recentemente, sentindo a necessidade de avançar sua proposta de uma abordagem sindical capaz de responder aos problemas trabalhistas e sociais atuais, os operários panificadores participaram da criação da União Geral dos Trabalhadores (UGT). No entender dos dirigentes do Sindicato, o projeto criado na Força Sindical era pertinente, mas havia sido proposto em outro momento histórico, o impulso da globalização do início dos anos 90, onde a competitividade e a

qualidade de bens e serviços demandando maior especialização por parte da classe trabalhadora.

A Força Sindical também visava aproximar os trabalhadores a outros setores da sociedade, trabalhando em conjunto para promover o bem estar social. Contudo, ao longo da história da Força Sindical, o projeto inicial foi modificado, afastando-se, no entender da liderança dos trabalhadores na panificação, ou mesmo perdendo-se, de seu objetivo inicial. O Sindicato dos Padeiros de São Paulo lutou para trazer a Força de volta ao seu eixo principal, aquele que justificou sua criação. Entretanto, os embates políticos internos não permitiram que isso acontecesse. Assim, para não continuar participando de uma central que, em vez de expandir sua visão de central sindical, se perdia de seu projeto inicial, os trabalhadores na panificação escolheram deixar a Força Sindical. Esse pensamento representou o alinhamento para a formação de uma nova central sindical.

Ao contrário da tradição do sindicalismo brasileiro que sempre tendeu a rachar, a decisão de sair se deu em um momento em que o sindicalismo brasileiro discutia entre três centrais – a CGT, a SDS, a CAT e mais um grupo de sindicatos independentes – o processo de unificação dessas centrais. Afinal, esse foi um dos maiores objetivos do movimento sindical em toda a sua história. Buscava-se novamente unir os trabalhadores em torno de centrais sindicais que não tivessem surgido como resultado de fracionamento.

O Sindicato dos Padeiros, juntamente com os comerciários, atuou nessa discussão como um grupo independente. Ao longo desse processo, tomou corpo a ideia de se fundar uma nova central que não fosse produto de divisionismo, mas sim de aglutinação de forças, interesses e objetivos. Assim, em 21 de julho de 2007 foi fundada a União Geral dos Trabalhadores (UGT), a qual reunia sindicatos da CGT, da SDS, da CAT e outros, entre eles o dos trabalhadores na panificação.

A UGT rompia, assim, com a ideia de que o movimento sindical se organizava de forma fracionária.

A liderança do Sindicato dos Padeiros de São Paulo entende que a UGT é um marco na busca pela união do movimento sindical, um marco o qual os operários panificadores ajudaram a estabelecer, uma vez que a UGT é a primeira central sindical formada pela aglutinação de outras centrais sindicais e não por meio de um processo de divisão.



Pedro e Chiquinho Pereira (vice-presidente e presidente do Sindicato) por ocasião da fundação da UGT

A fundação de mais uma central sindical, entre tantas outras, vinha da necessidade de trazer o movimento sindical de volta ao seu objetivo de unir todas as categorias debaixo do mesmo guarda-chuva. O projeto principal da UGT, a ação que a distingue das outras centrais, enfoca a atuação do movimento sindical que procura ir além da regulamentação das relações entre o capital e o trabalho. De fato, essa atividade é considerada fundamental pelos dirigentes da UGT, mas não basta. É preciso fazer com que o movimento sindical atue em uma instância maior da vida brasileira.

A UGT também visa romper com o paradigma que até então tem determinado a forma de organização do movimento sindical. A central leva em conta alguns fatores que o mundo sindical não considerava anteriormente.

Historicamente, o movimento sindical brasileiro tem se organizado em torno de uma categoria grande e organizada, como a dos metalúrgicos. Contudo, a introdução de tecnologia nos processos de produção fez com que as categorias mais numerosas fossem reduzidas do ponto de vista numérico, embora ainda com grande capacidade de produção e de organização. Essa nova relação entre capital e trabalho é considerada e pensada na elaboração das estratégias de atuação da UGT.

A partir dessa nova relação na composição orgânica do capital, a qual permite produzir mais com menos mão de obra, uma categoria de trabalhadores, cuja preponderância era, até então, de menor relevo, assume a liderança numérica do movimento sindical. Essa categoria é a dos trabalhadores do terceiro setor, aquele ligado ao comércio e serviços. Além disso, a mudança na composição orgânica do capital colocou um número extraordinário de trabalhadores fora do mercado formal de trabalho.

Diferentemente da tendência proposta nas décadas anteriores pelo movimento sindical, a UGT considera os trabalhadores que atuam fora do mercado formal de trabalho. Esses profissionais não eram o foco principal do sindicalismo de então. Contudo, a UGT decidiu trazer esse nicho para dentro da sua organização visando, em primeiro lugar, assegurar proteção social para eles, encontrando meios de legalizar sua atuação.

A composição da UGT também difere da composição tradicional das centrais sindicais porque tem a proposta de quebrar paradigmas, uma vez que dá espaço não só aos trabalhadores formais, mas também outros setores da sociedade usam o espaço criado pelas categorias trabalhistas para buscar sua inclusão social. É o caso da participação nessa central sindical das associações de moradores de rua. Ao abrir espaço para os setores marginalizados da população, a UGT procura cumprir sua meta organizar a sociedade como um todo para promover melhoria de qualidade de vida para todos os brasileiros.

A UGT entende que a aglutinação de diferentes categorias profissionais e segmentos dos movimentos sociais representados por suas entidades cabem numa mesma central. “O sindicato tem de representar o trabalhador por inteiro e não só da porta da fábrica para dentro”, defende Chiquinho Pereira. “Por isso, os movimentos sociais permitem a central sindical ter essa visão, essa compreensão”, pois diferentes pontos de vista e perspectivas têm potencial de gerar estratégias melhores, mais eficientes e abrangentes.

Essa central sindical observa e considera em suas ações e estratégias que as exigências do trabalhador ao seu sindicato mudaram. O trabalhador hoje não quer um sindicato que apenas se preocupe com ele da porta da fábrica ou da padaria para dentro. Ele quer, sim, uma instituição que avance mais seus interesses, promovendo-os em todas as esferas públicas. Esse sindicato precisa lutar para melhorar a vida do



trabalhador também da porta da fábrica ou da padaria para fora, quando ele usa o transporte público, quando precisa de segurança, quando tem necessidade de ter em seu bairro um posto de saúde bem equipado, quando precisa ter acesso ao lazer.

Para tanto, o projeto da UGT propõe uma atuação numa esfera de poder da qual até pouco tempo atrás o movimento sindical não participava e da qual tinha a recomendação de não se aproximar ou se envolver. Esse eco ainda está presente e constitui forte proeminência. Entretanto, o setor do sindicalismo onde o Sindicato atua tem proposto – e com veemência cada vez maior – rever essa questão e ampliar sua atuação nas esferas municipal, estadual e federal.

Nas eleições de 2010 alguns líderes sindicais seguiram esse movimento e se candidataram a pleitos estaduais e municipais. Contudo, ainda é algo descoordenado, voluntarista. Ainda é uma ação espontânea, e não resultado de uma articulação, de um consenso. É preciso que haja coesão e que essa coesão seja promovida pelo sindicalismo.

A UGT tem atuado no sentido de conscientizar o mundo sindical de que esse esforço deve ser respaldado pelas centrais sindicais, coordenada, organizada para se ter efetivamente representantes dos trabalhadores no Parlamento. Há questões importantes sendo discutidas no Congresso, questões que afetam diretamente os trabalhadores, que não estão sendo defendidas pela categoria por não ter representação na Casa.

Parte dessa estratégia consiste em melhorar a imagem do movimento sindical frente à opinião pública. Em sua atuação na UGT, os dirigentes do Sindicato dos Padeiros de São Paulo entendem que a imagem dos líderes sindicais deve ser recuperada. Os mesmos devem ser vistos como representantes legítimos da classe trabalhadora. Nesse esforço, procuram imprimir a ideia de melhorar o conhecimento e capa-

cidade dos seus representados, no sentido de politizá-los para poder escolher melhor seus representantes. A categoria almeja chegar a um momento em que possa lançar seus próprios candidatos, os quais contarão com o sólido respaldado dos trabalhadores.

Outra luta do Sindicato dentro da UGT é pela moralização política no país, pelo fim da impunidade, pela recuperação da confiança em nossos líderes, pela promoção de dirigentes íntegros que atuem efetivamente no sentido de representar o povo que os elegeu. Dessa forma, em sua ação maior, aquela que vai além do âmbito das lutas básicas entre trabalhadores e empregadores, o Sindicato dos Padeiros de São Paulo busca promover uma transformação na relação entre as instituições públicas e o povo que se serve – ou que deveria se servir – dessas instituições. Para tanto, assume o enfoque de despertar a consciência cívica na sua categoria. Daí a ênfase na instrumentalização e formação de seus dirigentes para que estes possam conscientizar as bases.

Dando continuidade a esse esforço de o movimento sindical assumir uma posição proeminente nas esferas das decisões e ações públicas de todas as instâncias – comunitária, municipal, estadual e federal –, a liderança do Sindicato dos Padeiros de São Paulo e também a UGT buscam se aproximar do mundo acadêmico. “O distanciamento do movimento sindical do mundo acadêmico nos empobreceu demais”, observa o presidente do Sindicato e secretário de organização e política sindical da UGT Chiquinho Pereira.

A primeira ação nesse sentido foi a iniciativa da secretária da organização da UGT de promover com a Universidade da Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP – um seminário para avaliar os cem anos do movimento sindical brasileiro, bem como para discutir seu futuro. Foi um passo importante, uma busca da UGT de entender, com o auxílio da academia, o momento em que o movimento sindical está passando. O seminário resultou em um livro e em um DVD lan-

çados em escala nacional. O material visa também subsidiar os dirigentes sindicais e servir como um respaldo teórico à linha de ação que a UGT está traçando. Dessa forma, com base na sua própria experiência e esforço dentro do Sindicato dos Padeiros, Chiquinho Pereira enfatiza incansavelmente a necessidade urgente da formação dos dirigentes sindicais.

É, com efeito, a proposta de um novo sindicalismo. Historicamente, a resposta da UGT, na qual a liderança do Sindicato dos Padeiros de São Paulo é nevrálgica, é muito pontual e deveras adequada ao momento que os trabalhadores atravessam.

### **A Federação dos Padeiros**

O Sindicato dos Padeiros de São Paulo fez parte durante anos da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de São Paulo. No entanto, preocupado com os problemas específicos da categoria, o Sindicato decidiu por bem sair da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e partiu para a realização de uma ação que já se fazia necessária: fundar sua própria federação. “Hoje, pode-se dizer que os padeiros são uma categoria sólida, consolidada na luta, na conquista, movida a desafios”, diz Chiquinho Pereira. No entanto, essas conquistas estão ainda restritas basicamente a São Paulo, à área de Influência do Sindicato. Era premente levar as conquistas que o Sindicato dos Padeiros de São Paulo têm tido a toda a categoria, em todo o Brasil.

Um exemplo são os novos cilindros de massa mais seguros, que diminuem grandemente a probabilidade de acidentes, que o Sindicato conseguiu tornar obrigatório nas panificadoras. Em um primeiro momento, este benefício não foi estendido para os trabalhadores na panificação que trabalham fora da área de atuação do Sindicato simplesmente porque não havia uma federação da categoria atuando em instância

nacional que fiscalizasse e fizesse valer a lei. Foi somente após o benefício ter se tornado um anexo da NR12 que ele passou a fazer parte da convenção coletiva.



A realização de um sonho: a fundação da Federação dos Padeiros, em janeiro de 2010

Dessa forma, a Federação Nacional dos Padeiros nasceu em 29 de janeiro de 2010 por uma necessidade de ter uma entidade que lute pelos interesses dos trabalhadores na panificação de todo o Brasil em todo o território nacional.

A instituição está imbuída desde sua fundação da tradição de comprometimento e de lutas do Sindicato dos Padeiros de São Paulo. O objetivo da federação é, no mínimo, fazer valer os benefícios conquistados em São Paulo para os trabalhadores do setor da panificação do

resto do país. Com efeito, os outros estados têm tantos problemas quanto São Paulo. É preciso haver uma instituição que permita esses trabalhadores se organizarem para exigir o que já está legalmente garantido ao trabalhador. E a federação vem de encontro a essa necessidade.

Com essas ações e essas posições o Sindicato dos Padeiros de São Paulo levou a categoria à vanguarda do movimento sindical. Através de uma liderança gestada nos ideais e na estratégia de organização social do Partido Comunista Brasileiro, os trabalhadores na panificação estiveram no cerne da vida sindical brasileira em um dos momentos mais importantes do movimento. Exemplo e encarnação dessa tradição, Chiquinho Pereira, presidente do Sindicato desde 1987 e atuando, como vimos, no movimento sindical desde 1972, continua insistindo na estratégia que tem garantido tantas conquistas à categoria: a valorização do padeiro em todos os aspectos.

## Capítulo 7

# Batalhas Memoráveis

O dramaturgo brasileiro Plínio Marcos (1935 – 1999) declarou certa vez que “sem conflito não existe história”. De fato, o conflito permeia as relações humanas não apenas entre os membros dessa espécie, como também com o ambiente ao seu redor. Entretanto, ao mesmo tempo em que traz o caos, desordenando a harmonia ideal que todos os seres almejam viver, o conflito é também o atrito que provoca o movimento o qual irá levar ao aperfeiçoamento.

O conflito é um fato dominante na vida que se desenvolveu sobre este planeta. A vida se sustenta da vida, em uma relação autofágica. Como a serpente mítica Ouroborus, que devora a própria cauda, as espécies se relacionam entre si, alimentando-se uma das outras. Contudo esse aparente conflito, a eterna luta para sobreviver, o hercúleo esforço para se adaptar ao meio que cerca as criaturas, é justamente o que faz as espécies evoluírem, conformando-se através de adaptações eficientes ao ecossistema em que se desenvolvem. É o conflito provocado pelas dificuldades impostas pelo meio – inclusive pelas espécies predadoras – que leva à adaptação a qual resulta em evolução. Em última instância, são os inimigos naturais que levam os seres vivos a se aperfeiçoarem.

O mesmo acontece entre os homens. Não obstante, nossa espécie atingiu um grau de evolução que reduziu seus inimigos naturais à quase inexistência. A não ser por certos vírus, bactérias e insetos transmissores de doenças fatais, poucas criaturas representam ameaça real ao Homem. Contudo, o ciclo da natureza continua a existir em nós, apenas em grau diferente. Como os animais selvagens, também a espécie humana tem inimigos naturais. Mas esse inimigo natural obedece à peculiaridade da situação resultante das relações que se desenvolveram no meio social que criamos. Na sociedade, reproduzimos com nossas relações aquelas encontradas na natureza, inclusive a mesma autofagia que os biólogos encontram em todos os ambientes. Somos nossos próprios inimigos naturais, predadores de nós mesmos. Com efeito, o homem é caçador e uma das suas primeiras presas foi o próprio homem, ou, conforme colocou o dramaturgo romano Plauto (230 – 183 a.C.) na frase imortalizada pelo filósofo inglês Thomas Hobbes (1588 – 1679), “o homem é o lobo do homem”.

A História da humanidade tem sido um quadro pintando com as cores do conflito entre os homens e mulheres. Diferentes culturas, etnias diversas, religiões várias são solapadas por invasores, absorvidas e transformadas numa transmutação étnico-cultural que vem ocorrendo desde o início da civilização. E o mesmo acontece no seio de uma sociedade livre. Além do conflito externo, entre sociedades, há também o conflito interno, aquele entre as classes sociais.

A partir da Primeira Revolução Industrial, na última década do século XVIII, quando as relações entre as classes sociais começaram a definir os contornos que têm hoje, o conflito interno, ao menos no âmbito econômico, concentrou-se principalmente nas relações entre os donos dos meios de produção e a classe operária, que vende sua mão de obra. São duas partes de um todo que constitui a produção, as duas faces da mesma moeda da riqueza da sociedade capitalista. No entanto, vivem em eterno conflito, em tensão de interesses que se chocam. E nova-

mente aqui a autofagia natural se repete, pois a base do lucro que remunera o capital advém daquilo que Karl Marx (1818 – 1883) chamou de *mais valia*, isto é, a diferença entre o valor produzido pelo trabalho do operário e o salário que esse trabalhador recebe. Em outras palavras, o lucro no sistema capitalista se origina daquilo que o patrão deixa de pagar ao trabalhador pelo seu trabalho.

A sociedade reflete a selva: o homem é o lobo do homem.

No passado, porém, se as classes que sustentam e constroem a sociedade com seu trabalho eram oprimidas de forma a não poderem lutar por melhores condições – os escravos na Antiguidade e os sevos na idade Média –, hoje, em uma sociedade democrática, é possível se estabelecer uma discussão entre os interesses de diferentes esferas sociais. E nas relações entre o capital e o trabalho, os sindicatos são instituições reguladoras fundamentais. Combativos, uma vez que intervêm em uma relação de conflito, são igualmente imprescindíveis na formação e mobilização política da classe operária.

Por conta da natureza da sua atividade, a aura de combatividade permeia o movimento sindical e aqueles que o promovem, os sindicalistas. Guerreiros da causa operária, certamente se identificam com uma velha canção dos índios Sioux, das pradarias americanas: “A luta é o que dá sentido à vida / Ganhar ou perder cabe aos deuses / O que importa é lutar / Celebremos a luta”.

Essa luta é o que torna um sindicato coeso e forte. A combatividade e os resultados ganham a confiança do trabalhador e o estimulam a se sindicalizar e, assim, a colaborar com a organização política da sua classe social. De fato, essa disposição de enfrentar as dificuldades pontualmente, de se colocar de forma aguerrida diante dos enfrentamentos, de não se acovardar tem sido marca dos maiores sindicatos brasileiros. É igualmente a marca do Sindicato dos Trabalhadores nas In-



dústrias de Panificação e Confeitaria de São Paulo, o Sindicato dos Padeiros. “As lutas, as greves, as mobilizações foram os fatores que levaram a categoria a crescer politicamente”, diz Aparecido Tenório, o Cidão, assessor do Sindicato dos Padeiros. “Sem essas conquistas não haveria o prédio, nas haveria associados, não haveria uma inserção na sociedade”, aponta.



Passada dos trabalhadores durante campanha salarial de 2003

A combatividade característica do Sindicato nasceu das dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores nas padarias e indústrias de panificação e foi temperada pela truculência com que os sindicalistas e operá-

rios eram tratados pelos patrões. Forjada por greves, manifestações e enfrentamentos, pelo posicionamento político em momentos de crise nacional, a combatividade da instituição é a característica da qual os membros do Sindicato dos Padeiros de São Paulo mais se orgulham. E as memórias das verdadeiras batalhas travadas em diversas frentes durante as paralisações são as mais vivas na mente desses sindicalistas.

### **Truculência**

A truculência com que os sindicalistas eram recebidos nas padarias e indústrias panificadoras gerava respostas igualmente violentas por parte dos trabalhadores. Muitas das lutas travadas pela categoria em busca de melhores condições de trabalho foram permeadas de tensão que poderia ter detonado consequências mais graves. “Às vezes tínhamos atitudes extremas, como quebrar vitrines e partir para a briga mesmo”, conta Chiquinho Pereira. Isso aconteceu inúmeras vezes. Na padaria Canoa, em São Caetano, por exemplo. “Fomos recebidos com gás de pimenta, e o Pedro (o vice-presidente do Sindicato dos Padeiros de São Paulo, Pedro Pereira), reagiu quebrando as vitrines de pão”, lembra Cidão. “Valia tudo, só não valia perder a greve”, afirma Chiquinho Pereira.

Contudo, o Sindicato reconhece que esta posição não corresponde àquela recomendada pela instituição. “Embora não seja a forma correta ou ideal, algo que está muito longe do nosso propósito, essa resposta garantiu que nós ganhássemos respeito”, reconhece Chiquinho. Tais conquistas garantiram o crescimento do Sindicato, pois atraiu trabalhadores que se associaram por confiarem na instituição. “O crescimento do Sindicato, que resultou em conquistas materiais significativas como o edifício Primeiro de Maio, as sedes e a colônia de férias, só foi possível por conta das conquistas políticas, a partir do momento em que os trabalhadores começaram a dar importância para

levar para dentro de sua casa um benefício maior”, observa Cidão. “Nesse sentido, um simples pacote de arroz a mais por mês que o Sindicato possa conseguir dos patrões já ajuda o operário”, sustenta o sindicalista.

Embora extremadas, essas ações conquistaram o respeito dos patrões. O veterano Manuelito dos Santos observa que foi só a partir dos anos 80, com as medidas mais combativas adotadas pelos dirigentes sindicais, que as padarias e indústrias de panificação começaram a respeitar as leis trabalhistas.

“As greves eram uma forma de abrirmos a possibilidade de negociação. Deixávamos sempre uma possibilidade de abrirmos para um relacionamento positivo. Não era um ponto final, mas um começo de uma relação”, pondera Chiquinho Pereira.

As greves são como uma queimada, um incêndio controlado para se limpar um campo que deve ser usada apenas como último recurso. Até há pouco tempo, os dirigentes sindicais tinham de enfrentar a ameaça de alguns policiais com baixa consciência de classe – e não foram poucas as vezes que se viram ameaçados por armas de fogo – e a intransigência dos donos da padaria e de indústrias de panificação. Tinham, também, de enfrentar a desconfiança dos próprios trabalhadores, muitos dos quais furavam a greve por ignorar as intenções do Sindicato.

As estratégias usadas pelos empresários da panificação para impedir a ação sindical em suas padarias e fábricas são muitas. Uma delas consiste em desacreditar o Sindicato perante seus empregados, buscando convencer seus funcionários de que a instituição que os representa é prejudicial a eles, usando para isso toda e qualquer ladainha que possa colocar os padeiros, confeitheiros e outros trabalhadores da panificação contra o Sindicato.

Alguns trabalhadores chegam a se esconder para não aderir às greves, refugiando-se nos primeiros esconderijos que pudessem encontrar – até dentro da caixa d’água, na estufa do forno ou mesmo na carroceria de carros, escondidos entre mercadorias. Outros se voltam contra os sindicalistas. De fato, em alguns momentos, os dirigentes sindicais sofreram violência dos próprios operários.

Isso aconteceu de forma especialmente dramática durante uma greve em uma grande empresa, quando um trabalhador tomado pelo calor do momento atacou alguns diretores do Sindicato dos Padeiros de São Paulo, ameaçando-os com uma faca. O funcionário, revoltado porque acreditava erroneamente que o Sindicato o estava impedindo de trabalhar – e conseqüentemente ameaçando-o de perder seu emprego – acabou sendo contido pelos colegas e afastado do local.

Curiosamente, esse ocorrido acabou se revelando uma evidência da eficiência do esforço de conscientização da categoria que o Sindicato tem empreendido desde sua fundação. Promovendo pontualmente campanhas de informação, ao mesmo tempo em que obtém resultados efetivos nas negociações com a classe patronal, o Sindicato tem conseguido tornar a categoria politicamente mais forte e seus profissionais mais conscientes. E o trabalhador que atacou os diretores do Sindicato com uma faca demonstra isso.

Anos depois do ocorrido, quando os dirigentes sindicais organizavam uma assembleia em outra fábrica, dessa vez na Brico Bread, o mesmo funcionário que antes tentou agredi-los os procurou novamente. Só que daquela vez para agradecer. Depois de anos observando as ações do Sindicato ele reconheceu que a razão de ser da instituição era defesa dos direitos dos trabalhadores da sua categoria profissional e que não estava contra eles de modo algum – conforme havia sido informado pelos patrões.

As greves são desgastantes, tanto para empresários como para empregados. Normalmente, depois dos confrontos e paralisações, os empresários tendem a optar pela negociação. Contudo, mesmo abrindo-se ao diálogo, os patrões buscam outros artifícios para atingirem o êxito almejado – técnicas que bem poderiam ter sido inspiradas no clássico chinês *A Arte da Guerra*. Para garantir a vantagem, é comum, por exemplo, receber os negociadores do Sindicato na sede da empresa. O efeito psicológico é o mesmo de uma partida de futebol jogada em casa. Nessas ocasiões, quando as conversas se estendem por horas a fio, muitas vezes entrando na madrugada, é estratégico não servir água, café ou qualquer outra coisa. A ideia é vencer os sindicalistas pelo cansaço. Contudo, apesar do desgaste, nunca os negociadores do Sindicato abandonaram uma rodada de negociações sem conseguir pelo menos a meta mínima da pauta de reivindicações. Veteranos, hoje levam sua própria água a essas reuniões.



Greve na Pullman: a atitude equivocada

Outra estratégia do patronato é buscar de alguma forma constranger os dirigentes sindicais. Certa vez, Chiquinho e Cidão foram negociar não na sede da empresa onde reivindicavam melhorias para os operários, mas no escritório dos advogados do empresário. Ao chegarem ao luxuoso prédio, foram conduzidos através de corredores atapetados a uma sala de reuniões onde foram recebidos por quase uma dezena de advogados.

Os sindicalistas foram devidamente acomodados, apresentações feitas, cartões distribuídos, água e café oferecidos. No entanto, após as formalidades, o dono da indústria de panificação se levantou, despediu-se e informou que Chiquinho e Cidão deveriam tratar com os advogados. Ato contínuo, os dois sindicalistas ergueram-se e comunicaram, para espanto de todos, que estavam ali apenas para negociar com o dono da empresa e como eles não participariam da reunião, também eles iriam embora. E para constrangimento de todos aqueles que buscavam constrange-los, Chiquinho e Cidão se retiraram de fato. “Às vezes é preciso adotar uma postura rígida, pois do contrário perdemos o respeito dos patrões”, reflete Chiquinho.

Outros negociadores procuram intimidar os dirigentes sindicais desfiando um rol de títulos e apresentando-se como sendo o suprassumo da negociação, com experiência em gerir acordos com grandes sindicatos. Entretanto, os títulos e a experiência nem sempre garantem bons resultados para as empresas. “Quase sempre, esses negociadores não voltam para uma segunda conversa”, garante Cidão. Tal postura é resultado das mudanças nas relações entre o Sindicato, a categoria e a classe patronal. Isso se reflete, em muitos casos, quando os negociadores das empresas são mudados por conta da falta de resultados por parte desses profissionais e os próprios proprietários das padarias ou das empresas assumem a tarefa de negociar com o Sindicato.

Entre as estratégias usadas pelos empresários para evitar o prejuízo gerado por uma greve e ao mesmo tempo se eximir de cumprir as reivindicações dos trabalhadores, até mesmo suborno já foi oferecido aos dirigentes sindicais, o qual foi, obviamente, recusado.

Algumas empresas têm uma abordagem diferente para impedir o acesso do Sindicato aos trabalhadores. “É uma truculência ao contrário”, classifica Cidão. Essas firmas costumam dar ao trabalhador um pouco mais daquilo reivindicado pelo Sindicato para neutralizar a atuação da instituição. É uma forma de mostrar aos empregados que eles não precisam do Sindicato. “Ao oferecer benefícios não reivindicados, praticam crime contra organização do trabalho”, explica Cidão. No entanto, se chegar ao conhecimento da empresa que algum trabalhador se aproximou do Sindicato, esse empregado é punido ou até mesmo demitido.

Apesar do conflito – ou mais exatamente, por causa dele –, o esforço do Sindicato dos Padeiros de São Paulo vem sendo recompensado. Com as ações do Sindicato e suas posições firmes, a relação entre patrões, sindicalistas e empregados tem mudado. A truculência de outros tempos por parte do setor patronal tem dado lugar a uma relação mais atenta. O Sindicato conseguiu espaço nesse sentido. “Sempre damos a entender que há formas mais maduras para se resolver as questões”, sustenta Chiquinho Pereira.

Na verdade, o Sindicato dos Padeiros de São Paulo e o Sindicato Patronal já deram as mãos para defender os interesses do setor da panificação. Além da luta pela redução do ICMS liderada pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Panificação, a qual veremos no capítulo seguinte, o mesmo ocorreu com a crise de energia elétrica dos anos 90.

A diminuição da oferta de eletricidade afetou demasiadamente o setor de panificação. Com a diminuição da produtividade por conta da falta de energia elétrica, se os empresários não conseguissem gerar lucro, acabariam despedindo seus funcionários. Tratava-se de uma situação que afetava tanto patrões como operários. E os trabalhadores, os donos da mão de obra, aqueles que dão vida às máquinas, que transformam com seu trabalho a matéria prima e geram valor social, se uniram aos donos do capital.

Para gerir a crise, a administração pública havia criado uma tabela que classificava os usuários conforme sua necessidade de consumo. Dessa forma, a energia elétrica seria distribuída em cotas conforme a natureza da operação: as indústrias teriam uma alíquota maior de consumo do que o setor do comércio e este, uma alíquota superior às residências. Em um primeiro momento, as padarias foram classificadas em um padrão de consumo aquém de sua necessidade. Estranhamente, foram incluídas na categoria residencial.

Contudo, o Sindicato dos Padeiros de São Paulo não concordou com a classificação, a qual implicava que o setor de panificação era comparável a uma cozinha residencial, e o padeiro, confeitiro, balconista e outros profissionais dessa indústria, a empregados domésticos. Essa posição começou a causar problemas para o setor. Não só ameaçava a empregabilidade dos trabalhadores da panificação, mas também acarretava em diminuição da qualidade dos produtos vendidos e em perda de matérias primas perecíveis.

Imediatamente, a diretoria do Sindicato engendrou uma ação para demonstrar às autoridades que a cota de consumo de energia elétrica destinado às padarias estava errada porque se baseava em uma visão que não correspondia à realidade. Reunindo-se com os representantes da classe patronal, os dirigentes do Sindicato dos Padeiros de São Paulo levaram o problema ao secretário do Trabalho do Governo de



São Paulo, Walter Barelli, o qual intermediou as negociações entre os representantes do setor (dirigentes sindicais e representantes do patronato) com o ministro de Minas e Energia, Pedro Parente. Dessa forma, a situação foi revertida.

A vitória, porém, teve um viés igualmente significativo no sentido de promover a categoria. De fato, os trabalhadores das indústrias de panificação lideraram uma iniciativa que defendeu os interesses do setor de panificação como um todo – sem levar em consideração as posições normalmente antagônicas entre os donos do capital e os fornecedores de trabalho.

Na verdade, o respeito conquistado pelo Sindicato reflete diretamente na qualidade de trabalho da categoria. Com negociações justas, pois é melhor para o empresário acatar as exigências trabalhistas do que arcar com os prejuízos de uma paralisação, os trabalhadores da indústria de panificação têm conseguido melhor condições de trabalho e o Sindicato vem estabelecendo melhores relações com os empresários.

Prova disso é que algumas empresas já chamam o Sindicato para intermediar ou esclarecer certos temas com seus trabalhadores. “Na verdade, é isso o que queremos: uma cooperação entre a empresa e o Sindicato para garantir melhores condições profissionais”, diz Cidão. “O que nós procuramos fazer esses anos todos, com a bandeira intransigente da ampliação e defesa dos direitos dos trabalhadores, é estabelecer uma linha de convivência também com os patrões, de forma a equilibrar as relações entre o capital e o trabalho – e nós temos construído essa confiança ao longo dos anos”, completa Chiquinho.

## **Grandes Campanhas**

As batalhas para conquistar o respeito pelos direitos trabalhistas da categoria estão entre as memórias mais caras dos dirigentes sindicais. Como em toda a relação dramática, essas ações estão impregnadas

com o espectro completo das emoções humanas. Das mais baixas às mais elevadas. As memórias desses dirigentes sindicais conservam o sabor da luta movida por uma causa justa e da vitória conseguida sobre grandes adversários. Em reunião realizada no início de setembro de 2010, a diretoria do Sindicato dos Padeiros de São Paulo se reuniu para lembrar as batalhas mais significativas que o Sindicato empreendeu nas últimas três décadas.

### **O Purgatório**

Até mesmo grandes empresas panificadoras tendem a desrespeitar os direitos dos trabalhadores. Isso ocorria de forma grave na Pullman. Para combater a situação, os trabalhadores e o Sindicato promoveram diversas ações.

As relações humanas são permeadas de diversas emoções, antipatias e simpatias. Em um ambiente de trabalho, a competição e o favoritismo, regidos pelo interesse pessoal, acabam se impondo com todos os sentimentos colaterais que provocam. Para adicionar ainda mais combustível a uma relação bastante volátil, os conflitos ainda são abastecidos com o desejo de alguns de se mostrarem útil aos patrões. Assim, chefes de seções e departamentos acabam instituindo práticas que ferem os direitos trabalhistas – e até humanos –, enquanto os diretores da empresa fazem vista grossa. Isso ocorreu na Pullman.

Naquela empresa, alguns trabalhadores que eram desafetos dos chefes eram condenados ao “purgatório”, isto é, realizavam tarefas como retirar formas de fornos sem equipamentos de proteção adequados, o que provocava graves queimaduras.

Da mesma forma, a terceirização da área de segurança da empresa levou à perseguição dos antigos funcionários desse departamento, submetendo-os a práticas ofensivas aos seus direitos humanos. Uma dessas práticas era a chamada “ponte do Tarzã”, onde até mesmo por-

teiros mais velhos tinham de atravessar um barreiro deslizando-se sobre uma corda como se estivessem em um treinamento do exército. Quem caísse perdia o emprego, o que acontecia com frequência com trabalhadores perto de se aposentar, portanto de idade madura.

Entretanto, a empresa se recusava a negociar com o Sindicato. A solução veio na forma de greves. Algumas, bem violentas, como lembra o secretário geral do Sindicato dos Padeiros de São Paulo Valter da Silva Rocha, o Alemão. Em uma das paralisações, a comoção entre os grevistas era tanta que, “os manifestantes chegaram até a arrancar portas de peruas”, conta Alemão. Com efeito, a dificuldade de se obter resultados fez com que a Pullman fosse a “empresa onde fizemos mais greves”, diz Cidão.



Greve organizada pelo Sindicato dos Padeiros na Pullman, em 1994

Mas a pontualidade e persistência das respostas do Sindicato surtiram efeito, e as conquistas que a categoria obteve na empresa foram significativas. Hoje, as relações entre a Pullman, o Sindicato e os trabalhadores tendem a ser harmoniosas.

### **De Polícia e Policiais**

A confeitaria Brunella, tradicional em São Paulo, passou por um período de dificuldade por conta de mudança administrativa. Como sempre acontece nesses casos, a crise, que acabou levando a empresa a vender sua marca e a fechar as portas, teve impacto negativo nos trabalhadores. Sem dinheiro para pagar os salários, os empregados continuavam a trabalhar, confiando que teriam seus direitos acertados. Como isso não acontecia, o Sindicato interveio, buscando garantir que os direitos dos trabalhadores fossem pagos. Não, porém, sem dificuldade.

Logo de início, a empresa evitou negociar. A forma como transmitiu isso foi truculenta. Durante as paralisações, a Brunella buscou manter os trabalhadores afastados com ajuda da polícia. De fato, é costume das padarias e confeitarias tentar aliciar os policiais – tanto os que fazem a ronda do bairro onde fica o estabelecimento, como os encarregados de vigiar as greves e mobilizações – com produtos de seu estoque. Até mesmo nas grandes empresas os policiais são convidados a almoçar nos refeitórios com o claro objetivo de angariar o favor desses agentes do Estado. Algumas empresas chegam a manter vagas nos seus estacionamentos para as viaturas policiais e também salas de descanso, com café, chá, água e ar condicionado para esses servidores públicos que deveriam, de fato, servir ao povo. A ideia é que a polícia mantenha os sindicalistas – e outros indesejáveis – afastados.

No caso da Brunella não foi diferente. No começo da greve, alguns policiais entraram na confeitaria e, pouco depois, saíram carregando

bandejas de doces e salgados. Mas o gesto consternou os dirigentes sindicais, grevistas e manifestantes que se concentrava na frente da confeitaria. Uma onda de indignação moveu os ânimos dos trabalhadores, cristalizando-se, pouco depois, em revolta. Eles estavam em um movimento sério para garantir seus direitos, mas os patrões preocupavam-se em agradar os policiais, tanto para ostentar truculência como para garantir que, caso desajassem, se recusariam a negociar.

A visão dos policiais repletos de bandejas de doces agiu como faísca sobre uma poça de gasolina. Inflamados, alguns manifestantes cercaram os policiais e, a tapas e sopapos, derrubaram as bandejas de doces no chão. Foi como a sensação de um gol marcado contra um adversário difícil. Os grevistas sentiram-se justificados.

Mas a situação da empresa – e consequentemente dos trabalhadores – não melhorou. Ao longo dos meses, a situação dos funcionários que não estavam recebendo salário ficou cada vez mais severa, a ponto de famílias dos empregados solicitarem ajuda diretamente ao Sindicato. Para minorar o grave momento, a instituição distribuiu grande número de cestas básicas. Até mesmo os gerentes, que antes se colocavam contra o Sindicato, passaram a pedir ajuda à instituição para receber seus direitos.

O Sindicato adotou uma posição abrangente e igualmente condizente com seu espírito de colaborar com o desenvolvimento do setor como um todo. Afinal, o capital emprega o trabalho oferecido pelos operários. Assim, o Sindicato esforçou-se em apoiar a Brunella dentro do que foi possível, uma vez que o fechamento da empresa implicaria em desemprego para os confeitores. O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação e Confeitaria buscou intermediar desde empréstimo à Brunella até a possibilidade da entrada de novos sócios na empresa que garantissem, com uma injeção de dinheiro, a continuação da confeitaria.

Com efeito, a relação entre o Sindicato e a empresa se desenvolveu positivamente, transformando-se desde então. A Brunella chegou a solicitar ajuda ao Sindicato para negociar com os trabalhadores. A instituição trabalhista acabou se tornando fiel depositário da empresa com os funcionários, recebendo a fêria do dia e pagando os trabalhadores. Foi uma inversão dos papéis tradicionais.



Greve na Brunella, em 1992

De fato, não foi a única vez em que, visando garantir os direitos dos trabalhadores, o Sindicato dos Padeiros de São Paulo ofereceu ajuda a uma indústria de panificação em dificuldade. Entre outras, o Sindicato

se tornou fiel depositário dos valores da tradicional fábrica de pães Regência, garantindo o pagamento dos funcionários.

### **Uma Verdadeira Guerra**

Desde a fundação da primeira fábrica da Panco, no começo dos anos 50 quando a empresa ainda era a Seven Boys, líder do mercado de bisnaguinhas, o Sindicato dos Padeiros de São Paulo travou uma verdadeira guerra com essa indústria de panificação para que seus funcionários tivessem um tratamento digno e justo. Os abusos aos trabalhadores eram muitos. Falava-se em escravidão sustentada por assédio moral. E o Sindicato era coibido em suas ações. Com efeito, a presença da instituição nas instalações da Panco era energicamente combatida. Foi preciso uma ação aguerrida por parte do Sindicato para reverter a situação – uma ação que não esmoreceu ao longo de quase duas décadas de luta.

Até meados dos anos 2000 o relacionamento entre o Sindicato e a Panco era de luta e de confronto. As conquistas adquiridas tinham de ser mantidas a custo de frequentes mobilizações e embates constantes. A ação dos trabalhadores, organizados e coordenados pelo Sindicato dos Padeiros de São Paulo, mostrou que os melhores lubrificantes para a engrenagem que equilibra a relação entre o capital fixo – as máquinas e instalações – e o variável – a mão de obra que opera os meios de produção – são a negociação e o cumprimento das leis trabalhistas.

Há passagens inesquecíveis nessa longa campanha. Memórias de raiva e indignação; momentos de tenacidade e perseverança; cenas de drama e comédia. De fato, hoje, muito depois de o calor daqueles embates ter esfriado e os impulsos extremos terem se dissipado, alguns fatos revelam-se cômicos. Como uma vez em que, num dia de frio em que o Sindicato fazia campanha na fábrica, Chiquinho Pereira buscou se abrigar

da chuva em um depósito, cuja porta estava aberta. No entanto, ao tentar entrar, o empregado encarregado do local o impediu de entrar. “Não, você vai ficar na chuva”, disse fechando a porta na cara de um Chiquinho molhado e com frio. E essa foi apenas uma agressão sofrida entre muitas. “Chiquinho chegou a apanhar na Panco”, lembra Cidão. “A pressão era tanta”, conta o presidente do Sindicato dos Padeiros de São Paulo, “que se fazia qualquer coisa que se pudesse atingir o outro”.

E com esse espírito de “atingir o outro” a empresa não poupou esforços para retaliar o Sindicato. Entre as manobras para conseguir esse intento, a diretoria da Panco tentou convencer os proprietários do único bar nas proximidades da fábrica de servir café e lanches aos sindicalistas. De fato, o bar servia como base para a diretoria do Sindicato, que havia até apelidado o local de “subsede”. Contudo, os donos do bar recusaram, visto que a Panco já havia se indisposto com eles, pois tencionavam comprar o estabelecimento – o único imóvel que ainda não pertencia ao complexo da fábrica na região. Como os donos do bar recusavam-se a vender, sofriam retaliações por parte dos diretores da empresa, como ter seu acesso bloqueado por caminhões ou sofrer com buzinas e fumaça de motores de caminhões descarregada propositalmente na sua pequena dependência.

E como a empresa continuasse servindo os sindicalistas e os manifestantes, a Panco proibiu seus funcionários de frequentarem o bar sob pena de demissão. A edição de 28 de maio de 1997 de jornal Notícias Populares dá conta de que a Panco proibia a saída dos funcionários na hora do almoço. Como a empresa não servia refeições, os trabalhadores tinham de recorrer a marmitas frias – até mesmo aqueles que moravam perto da Panco e poderiam almoçar em casa. De acordo com os funcionários, a Panco assim agia por dois motivos: primeiro, para impedir o contato entre os empregados e dirigentes sindicais; em segundo, para impedir que os trabalhadores tomassem suas refeições no bar



porque, como vimos, a Panco planejava comprar o imóvel onde funcionava o bar e para tanto buscava inviabilizar o negócio. Um motorista da Panco foi demitido por ter tomado um café no bar.

Apesar dos muitos e contínuo esforços, o Sindicato não conseguia levar o dono da empresa à mesa de negociação. Por isso, a instituição buscou desenvolver estratégias colaterais. Para desmascarar a empresa, o Sindicato denunciou o procedimento de aquisição de matéria-prima de forma irregular e que a Panco também sonegava ICMS. De acordo com a edição de 16 de fevereiro de 1995 do jornal *Diário Popular*, a empresa só declarava em nota fiscal 60% da mercadoria transportada em seus caminhões. O crime foi praticado durante dez anos, gerando, de acordo com os fiscais do ICMS, um prejuízo incalculável aos cofres públicos. Dois gerentes da Panco foram presos por conta das irregularidades.

Dessa forma, a situação entre a Panco, o Sindicato dos Padeiros de São Paulo e os empregados da indústria foi se tornando insustentável. Como nuvens de tempestade que se acumulam no horizonte, o conflito foi escalando até chegar à maior batalha dessa verdadeira guerra, a Waterloo da luta entre o Sindicato, os empregados da Panco e a empresa: a greve iniciada em 24 de abril de 2003 e que durou seis dias, “um marco na história do Sindicato”, segundo Chiquinho Pereira.

O Sindicato e os funcionários da empresa lutavam contra o que classificavam de condições subumanas de trabalho. Os trabalhadores tinham jornadas de trabalho que ultrapassavam 16 horas diárias. A empresa não fornecia plano de saúde, vale transporte ou alimentação. De acordo com informações fornecidas pelos trabalhadores, a indústria cobrava taxas dos empregados que iam de carro e os estacionavam na rua. Também descontava uma taxa dos motoristas, sem informar a que se destinava. Entre os abusos, a Panco não pagava o salário família.

O pior, porém, era que a empresa pressionava os trabalhadores a se demitirem e se associarem a uma cooperativa, a Cooperdata Indústria e Comércio, apelidada de “coopergata” pelos operários. Tratava-se de uma cooperativa de fachada que visava, na verdade, diminuir os custos trabalhistas da empresa em detrimento dos direitos dos trabalhadores. Uma posição que fere não só a dignidade do trabalhador, mas o próprio Direito do Trabalho. Segundo o juiz da Terceira Vara de Trabalho de Jundiaí, o objetivo das falsas cooperativas de trabalho é evitar a aplicação da legislação trabalhista. Igualmente, não se pode considerar como cooperativa uma associação na qual as pessoas entram obrigatoriamente para ter acesso ao emprego.



Cenas da greve: Chiquinho Pereira em assembleia durante greve na Panco



Trabalhadores em assembleia na Panco

Entre os muitos direitos que os empregados teriam de abrir mão, caso se associassem à Cooperdata, estavam a perda da multa de 40% do FGTS, das férias e do seguro-desemprego. “Com a cooperativa, a empresa estava acabando com as relações trabalhistas”, diz Cidão.

Apesar das tentativas de negociação, a empresa insistia na cooperativa de fachada. Com efeito, a Panco era a única empresa com a qual o Sindicato não conseguia travar “negociações maduras”. Às reivindicações do Sindicato, a empresa respondia que não podia atender por conta de problemas financeiros. No entanto, em meio ao processo de mobilização dos trabalhadores foi divulgada a informação de que a Panco assinara um documento com o governo do Paraná comprometendo-se a investir 11,5 milhões de reais naquele estado.

A batalha da “coopergata” foi uma importante vitória do Sindicato. A instituição combinou duas frentes de luta: a mobilização dos trabalhadores e conseqüente greve e ações institucionais. Assim, o Sindicato logrou contornar a reticência da empresa. Fez denúncias (entre elas

por crime contra a organização do trabalho) ao Ministério Público, à Justiça do Trabalho e à Delegacia Regional do Trabalho (DRT). As ações surtiram efeito. A DRT autuou a empresa pela violação do artigo 41 da CLT ao buscar constranger os trabalhadores a se associarem à cooperativa de fachada e o Ministério Público abriu investigações.

Mas a luta foi dura. Para impedir que os trabalhadores recebessem o boletim do Sindicato – veículo prioritário de mobilização –, no dia 15 de abril de 2003, pouco antes do início da greve, na unidade da Vila Ré, a empresa retardou a saída do turno da manhã. Durante as assembleias, trabalhadores criticaram o mau relacionamento com os chefes. Estes chegavam ao cúmulo de impedir que os empregados lessem o boletim do Sindicato. Os mais extremados seguiam seus subordinados ao vestiário ou ao banheiro para vigiá-los. Bem humorados, os trabalhadores apelidaram esses chefes de Mário Brother – o personagem de vídeo games.

Várias entidades sindicais apoiaram a campanha – entre elas a Força Sindical (à qual o Sindicato era filiado na época), a Federação da Alimentação do Estado de São Paulo e os Sindicatos dos Metalúrgicos de São Paulo e do ABC. Em carta assinada pelo seu presidente, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, a Força Sindical nacional conclamou as entidades filiadas a estarem na porta da empresa no dia da greve. De fato, no dia da paralisação havia grande número de carros de som, de ativistas e dirigentes sindicais de diversas categorias apoiando os trabalhadores na panificação em sua luta.

## **A Batalha**

Para decidir a greve, duas assembleias foram convocadas. A adesão foi tal que a subsede de São Miguel, que sediou as reuniões, não teve capacidade para acomodar os trabalhadores. Havia grande preocupação por parte dos dirigentes do Sindicato dos Padeiros, uma vez que, caso

não conseguissem resultado na Panco, também teriam dificuldade de ter suas reivindicações atendidas em outras empresas. “Durante a montagem da greve, dizíamos uns aos outros que não podíamos fazer nada errado, porque outras indústrias de panificação estavam de olho para ver se nós iríamos ou não conseguir parar a Panco”, recorda Chiquinho Pereira.

A diretoria do Sindicato passou a madrugada do dia 24 de abril planejando minuciosamente a paralisação. “A greve se consolidava naquele momento” observa Cidão. E os trabalhadores partiam para a luta.

Na madrugada de 24 de abril, dirigentes sindicais e ativistas se posicionaram em locais estratégicos nas proximidades da empresa. A adesão à paralisação foi total. Naquele 24 de abril nenhum trabalhador entrou na fábrica. A mobilização foi tão ferrenha que conquistou a adesão de todos.

A paralisação teve um saldo positivo para os trabalhadores. Sua força, expressa no empenho sincero de defender direitos adquiridos, produziu uma profunda modificação na relação entre os empregados e os empresários, entre o trabalho e o capital. Foram seis dias de luta onde aconteceram situações que oscilaram entre o trágico e o cômico, o humano e o bestial.

A reação da empresa à greve beirou o desespero: mandou estacionar carretas na porta da fábrica para tentar impedir a realização de assembleias e até mesmo música de trio elétrico para abafar o caminhão de som do Sindicato.

Depois de dois dias de paralisação, a Panco ainda não se dispunha a negociar. O dono da empresa acabou recorrendo ao então ministro Luis Gushiken, buscando pressionar para acabar com a greve. Procurada pelo ministro sobre a possibilidade de interromper a paralisação, a direção do Sindicato manteve-se firme. “Nossa coesão, nossa organi-

zação política, permitiu que mantivéssemos o movimento”, diz Chiquinho.

Diante da postura dos operários, a empresa entrou com um pedido de dissídio coletivo no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo. Uma audiência de conciliação foi marcada para o dia 29 de abril, sexto dia da paralisação. Os resultados surpreenderam até mesmo os mais pessimistas. Além de conquistar a maioria de suas reivindicações, o Sindicato foi hábil em manter abertos os canais de negociação com a empresa.

### **Crônica de um Conflito Trabalhista**

“Durante a greve, houve situações hilárias”, diz Cidão. “Os proprietários moram em cima da fábrica, de onde podiam observar o movimento da greve”, conta. Em um dado momento, Chiquinho conseguiu subir no carro de som, a despeito do esforço dos seguranças da empresa para impedi-lo, e, enquanto falava aos trabalhadores, “uma senhora surgiu na varanda vestindo trajes típicos japoneses e se pôs a jogar sal grosso na direção do Chiquinho e a recitar alguma oração”, conta Cidão.

E não faltou nem mesmo batalhas sonoras. Para abafar as mensagens vidas do carro de som do Sindicato, a Panco instalou alto-falantes nos muros ao redor da fábrica que cuspiam música em um volume ensurdecador. Como na época havia morrido o cantor Luis Gonzaga, a munição usada para obliterar os diversos carros de som que o Sindicato colocara para circular ao redor da fábrica foram canções desse compositor. “Nunca na minha vida ouvi tanto Luis Gonzaga”, admite Chiquinho.

Nos locais aonde não havia alto-falantes, a empresa colocou um funcionário da chefia para combater os carros de som. Munido de um pesado estéreo, o qual carregava no ombro, o empregado acompanha-

va o veículo por trás da trincheira formada pelo baixo muro da fábrica. Para atingir todos os trabalhadores, o carro de som onde estava Chiquinho dava voltas ao redor da empresa – e o tempo todo, o fiel subalterno o seguia com sua pesada metralhadora sonora.

O nível de tensão escalou a tal ponto que os diretores do Sindicato temeram que a violência explodisse e resultasse em tragédia. O empenho para reprimir a manifestação foi tanto que os donos da empresa lançaram mão – pode-se dizer – de artilharia aérea.

Na semana anterior à greve da categoria, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação foi apoiar a Federação dos Alimentos em uma greve em uma das fábricas de macarrão da empresa. Quando Chiquinho Pereira falava em um dos caminhões de som, o helicóptero de propriedade da empresa começou a circular o local. Descendo aos poucos, foi se aproximando cada vez mais da multidão até dar um rasante sobre Chiquinho. “O vento das hélices quase me derrubou do caminhão”, conta o sindicalista. Inflamado pelo calor do momento, Chiquinho gritou ao microfone desafiando o piloto: “Venha dar um rasante também na semana que vem, na greve da outra fábrica”. Assim, ele indicava que os trabalhadores não esmoreceriam.

Indignados, os manifestantes planejaram derrubar o helicóptero, caso viesse a ser usado para reprimir os trabalhadores durante a greve da categoria. Provocados, os diretores do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de panificação resolveram, na preparação da greve, improvisar armas como estilingues, rojões e o que tivessem à mão. Davi contra Goliás. No entanto, felizmente não foi preciso lançar mão do arsenal.

Como os trabalhadores estavam concentrados à entrada da fábrica, na segunda vez que a empresa tentou utilizar o mesmo expediente para desmobilizar os operários, o piloto precisou abrir caminho na multi-

dão para chegar até o helicóptero. Nisso, foi reconhecido. Os grevistas o cercaram e o questionaram sobre os rasantes. Foi preciso que os proprietários da Panco viessem intervir, retirando o piloto do local, acalmando a multidão. “Em vários momentos da greve ficamos no fio da navalha, ou seja, a coisa poderia pender tanto para um lado como para outro”, admite Chiquinho.

Entre as manobras repressivas que a Panco promovia desde sempre estava o favoritismo que havia angariado da polícia, em troca de favores prestados aos policiais. E na greve de 2003, isso não foi diferente. Não obstante, o Sindicato logrou neutralizar a ação policial por meio de expediente político.

“O que possibilitou o sucesso no movimento da Panco, desde o primeiro dia da greve, foi justamente o fato de termos neutralizado a ação da polícia”, diz Chiquinho. A polícia, comprometida com a empresa por conta de favores recebidos, efetivamente reprimia manifestações. A direção do Sindicato, respaldada pelo seu acesso político, recorreu diretamente ao então governador do estado, Geraldo Alckmin. A ação logrou neutralizar as arbitrariedades da polícia.

Houve, porém, policiais que não foram informados da ordem expressa e ainda buscaram reprimir os manifestantes. Foram, porém, avisados por seus colegas e mudaram seu comportamento imediatamente. A nova posição da polícia desagradou tanto a direção da empresa que um dos diretores, no auge da irritação, deixou escapar que era praxe pagar propina à polícia.

Além de todas as dificuldades de enfrentar a polícia, e os mecanismos elaborados para neutralizar as ações dos manifestantes, os dirigentes sindicais tinham ainda de realizar a monumental tarefa de controlar os grevistas, cujos ânimos exaltados eram difíceis de conter. Era preciso impedi-los de provocar a polícia ou de destruir equipamentos ou



veículos da fábrica. “É necessário ter bom senso e liderança para controlar os manifestantes. É essencial manter a racionalidade”, afirma Chiquinho.

Por conta dos abusos dos proprietários da Panco que se apoderavam do espaço público constituído pelas ruas da vizinhança da fábrica, a empresa também atraiu para si a antipatia generalizada dos moradores do bairro. Assim, quando a mobilização que o Sindicato promoveu junto aos trabalhadores resultou em greve – fato que quase ninguém acreditava ser possível acontecer – a vibração dos moradores foi perceptível. Vizinhos incrédulos iam até o local onde os trabalhadores estavam concentrados para verificar por si mesmos que a paralisação acontecia de fato.

Outra cena que os sindicalistas lembram exultantes é a dos chefes de seção e gerentes assumindo as tarefas de seus subordinados. Assim, durante os seis dias de greve, esses profissionais tiveram de carregar e descarregar caminhões de mercadorias sob forte sol ou chuva. Nessas ocasiões em que eram obrigados a se colocar na pele de seus empregados havia a possibilidade de surgir alguma simpatia pela causa dos trabalhadores, quando compreendiam, ao executar aquelas tarefas, as dificuldades que os operários enfrentavam. E estes se regozijavam e pensavam: “nós conseguimos fazer isso; conseguimos dobrar os padrões”. A confiança na força da categoria crescia. O poder político se consolidava. “Houve chefes que passaram mal, por causa do calor – o trabalhador se sentiu de alma lavada”, diz Cidão.

Como em todo conflito humano, a greve de 2003 na Panco também produziu momentos comoventes. O diretor do Sindicato Antônio Pereira de Sousa, o Doca, relata uma cena que o tocou durante a greve. Ao sair da fábrica, viu um homem abraçando a uma colega, consolando-a e garantindo: “eu vou sair com essa diretora do Sindicato para lutar pelos meus direitos e trazer o resultado das nossas reivindica-

ções para todos daqui”. Um gesto que denota a humanidade em meio à crise.

Hoje o relacionamento entre a empresa e o Sindicato melhorou sobremaneira. A vitória mais significativa resultante da greve de 2003 foi o fato de o movimento ter mudado diametralmente o relacionamento entre a empresa e o sindicato. Se antes imperava a truculência por parte dos primeiros, depois da greve, a empresa não só passou a reconhecer o sindicato como também passou a respeitá-lo e, principalmente, a ouvi-lo. Aprendeu que a negociação – a via de duas mãos, onde as necessidades e possibilidades das duas partes são expostas e discutidas – é o melhor caminho.



Vitória: trabalhadores da Panco comemoram o resultado do julgamento

Foi um movimento vitorioso sob todos os aspectos. O Sindicato conquistou para os funcionários da Panco não só o fim da Cooperdata, mas também conseguiu uma antecipação salarial de 10%, estabilidade de 60 dias para todos os trabalhadores, vale cesta básica no valor de trinta reais e as garantias de que nenhum trabalhador seria punido e nem teria descontado os dias não trabalhados durante a greve. Outras conquistas colaterais foram a sindicalização de vários empregados da Panco ao Sindicato dos Padeiros de São Paulo e, sobretudo, o respeito pelo trabalhador, o que, daquele momento em diante, determinou um melhor relacionamento com a empresa.

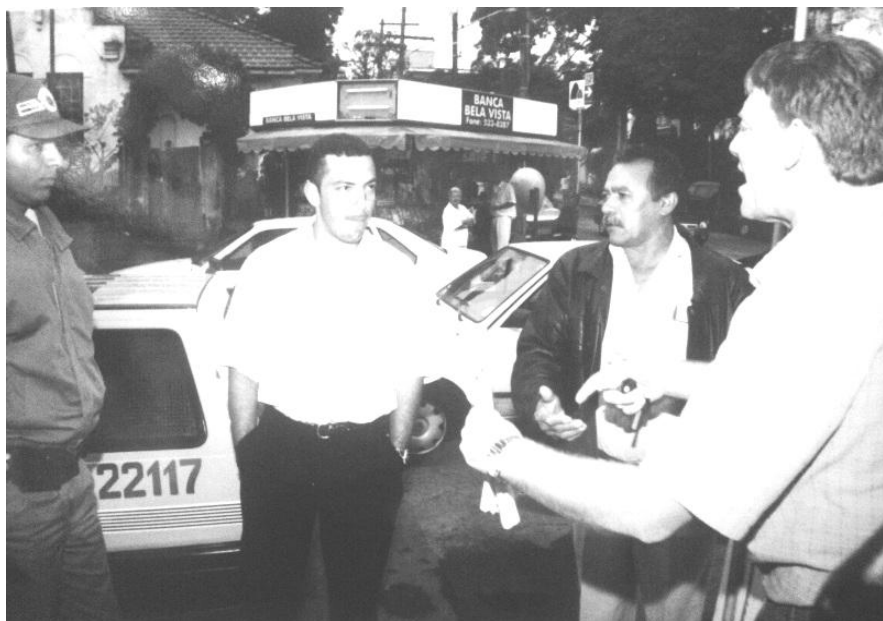
### **Outras Memórias**

Além das grandes batalhas travadas pelo Sindicato dos Padeiros de São Paulo, seus dirigentes conservam memórias divertidas e algumas vezes desventuradas das campanhas que promoveram. Como em certa noite logo após o final da ditadura, membros do Sindicato foram à padaria Fiorela distribuir boletins informativos.

Chiquinho subiu em uma janela para entregar material aos trabalhadores na panificação e, como não teve resposta, insistiu, aumentando o tom de vez cada vez mais. Ao colocar o rosto na janela para se identificar, foi alvejado por um punhado de farinha. Chiquinho quase caiu do parapeito onde se apoiava e chegou mesmo a engolir farinha. Os companheiros presentes, entre eles Berlim de Paula Cavalcanti, ex-presidente do Sindicato, não conseguiram conter o riso. Apesar dos desafetos – e houve outros – esse empresário que “encheu” a cara de Chiquinho de farinha e que veio a ser diretor do sindicato patronal, tornou-se, frente às posições aguerridas do Sindicato dos Padeiros de São Paulo, um hábil interlocutor entre patrões e empregados.

Alemão conta também um fato lembrado com humor, ocorrido na empresa Água Viva, quando o sindicalista José Alves estava distribu-

indo convocatórias para assembleia para os empregados do local. Logo que terminou, o dono da padaria veio em sua direção pisando duro, rasgando os boletins que havia tomado dos padeiros e passou a discutir com José Alves, sacando uma arma de fogo para intimidar o sindicalista. Se aquele empresário ganhou o primeiro round, não contava com a insistência dos dirigentes do Sindicato.



À direita, Valter da Silva Rocha, o Alemão, e Francisco Delmondes durante greve

Na época, a instituição ainda não tinha carro de som, mas os sindicalistas emprestaram o de outro sindicato e foram para frente da padaria

convocar greve. Nisso surgiram cerca de duas dezenas de viaturas da polícia. À frente dos policiais estava o dono da padaria que havia ameaçado José Alves. E novamente armado. “Tínhamos um companheiro na diretoria que era muito divertido, o José Osvaldo da Silva, conhecido por Caçula”, conta Alemão. A reação de Caçula não foi apenas divertida, mas eficiente. O sindicalista subiu no carro de som e começou a falar para os passantes dizendo que o empresário ia atirar. “Foi um pandemônio: mulheres, crianças e outros transeuntes corriam em busca de abrigo na maior confusão”, relembra Alemão. O melhor foi a desmoralização sofrida por aquele dono de padaria.

O diretor Ângelo também se lembra da violência da qual foi vítima em uma padaria na qual o Sindicato buscava intervir para conseguir melhores condições de trabalho para os funcionários, onde a farinha era armazenada sobre uma fossa. Sabendo disso, os dirigentes sindicais chamaram a fiscalização sanitária para autuar o estabelecimento. Mais que isso, eles planejaram um modo de fazer com que a padaria não deixasse de ser penalizada por conta da má higiene – depois seria mais fácil escancarar os problemas trabalhistas. Assim, no momento em que o fiscal visitava a panificadora, um dos funcionários abriu a tampa da fossa. Ato contínuo, o local foi invadido por um enxame de baratas. Como resultado, a padaria foi fechada por três dias. Contudo, a vingança dos empresários não foi um prato tão frio de se comer conforme reza o ditado: veio rápida e quente.

Depois das negociações de novembro, Ângelo voltou àquela padaria para distribuir informativos a respeito do aumento conseguido para a categoria e ameaçar o dono da panificadora com greve caso a determinação não fosse atendida. Foi a oportunidade que o empresário esperava. Quando Ângelo entrou no estabelecimento, o dono ordenou que dois seguranças imobilizassem o sindicalista. Assim foi feito, e o empresário desferiu um potente pontapé na região mais sensível do corpo do diretor. Seu companheiro, Paulo Amorim, que esperava Ân-

gelo no carro, caiu na calçada de tanto rir. Mas a persistência valeu a pena. Hoje o Sindicato é respeitado na empresa.



Cenas da greve na panificadora Santa Marcelina (em 2000)

Para levar o patrão à mesa de negociação e dele obter compromisso no cumprimento das leis trabalhistas, os sindicalistas e manifestantes

lançavam mão de ações que feriam os interesses dos empresários. Diversas provocações eram usadas. Como a maioria dos donos de padaria não permitia que seus funcionários recebessem o boletim informativo do Sindicato, os dirigentes sindicais colavam cartazes que destacavam as informações mais imprescindíveis aos trabalhadores da panificação. Invariavelmente, os patrões mandavam arrancar os cartazes. A resposta dos manifestantes era colar novos cartazes, dessa vez com uma cola tão poderosa que chegava a causar dano à parede onde era aplicada.

Se os donos das padarias recebiam os sindicalistas com spray de pimenta, estes respondiam lançando creolina em toda a padaria – o que comprometia o estabelecimento por meses, uma vez que contaminava o local com um cheiro insuportável. Se os empresários trancavam os portões, os manifestantes colavam os cadeados com cola superbonder, impedindo que fossem abertos novamente. Até mesmo enfrentar policiais e donos de padaria portando toda a sorte de armas e receber ameaças de morte era praxe dos sindicalistas.

São cenas hilárias depois de passadas, mas duras e revoltantes quando têm de ser realizadas. E se muito já foi conseguido, resta ainda muito a ser conquistado. E por isso mesmo essas cenas ainda se repetem e tornarão a se repetir muitas vezes no palco dos conflitos humanos que o Sindicato dos Padeiros de São Paulo intervém

*História do Sindicato dos Padeiros de São Paulo*



Conclusão vitoriosa da Campanha Salarial de 2008



Manifestação contra o desemprego e recessão, 2001



## Capítulo 8

# A Conquista do Espaço Social

**A**lém dos aspectos políticos, da proposição de respostas de atuação adequadas ao desafio histórico que o movimento sindical enfrenta no final da primeira década do século XXI, das bem sucedidas e aguerridas greves para conquistar melhores condições para a categoria, o Sindicato dos Padeiros de São Paulo tem angariado importantes conquistas sociais que projetaram a classe dos trabalhadores na panificação.

Por conta da sua formação e militância, quando Chiquinho Pereira assumiu a presidência do Sindicato dos Padeiros de São Paulo, em 1987, já tinha uma visão mais moderna de atuação sindical do que seus antecessores. Embora tenha dado continuidade à tradição de luta do Sindicato, Chiquinho tinha uma ambição maior para a categoria que seus predecessores. Ambicionava projetar a classe à qual pertence a uma dimensão maior. E havia (como ainda há) muito a fazer.

Como vimos, desde a instituição no Brasil da arte da panificação como profissão no final do século XIX, os trabalhadores na panificação foram submetidos às piores condições de trabalho, sem ter sua atuação profissional valorizada pela classe patronal e mesmo pelo público. Dessa forma, os próprios trabalhadores da categoria passaram a culti-

var certa menos-valia por si mesmos, e não foram poucos os que desenvolveram revolta pela sua condição desvalorizada – inclusive, e talvez principalmente, em termos salariais e trabalhistas. Assim, a nova direção do Sindicato dos Padeiros de São Paulo entendia que a contínua missão de conquistar espaço social para a categoria passava também pela recuperação da autoestima do padeiro. A lógica é clara: se os trabalhadores na panificação não se veem a si mesmos como merecedores de espaço social – entenda-se acesso ao lazer, viagens, cultura, educação, além dos itens básicos, como direito à boa infraestrutura social (hospitais, escolas, segurança pública, etc.) –, as conquistas necessárias para projetar a categoria não serão reivindicadas.

Outro ponto importante que a ambiciosa orientação do novo presidente impunha ao sindicato era a aquisição de infraestrutura para promover os interesses da categoria. Essa infraestrutura deveria incluir carros de som, uma gráfica própria, uma sede própria (“o grande sonho da categoria”, lembra Chiquinho), a qual, embora já tivesse sido começada não estava concluída. Essa estrutura permitiria uma atuação mais agressiva, mais eficiente, por parte do Sindicato.

Contudo, a visão mais moderna, mais ambiciosa que se instaurava encontrava certa resistência (ou, no mínimo, causava espanto) nos antigos diretores, justamente por conta da dificuldade de se conseguir meios para aumentar a infraestrutura do sindicato. Isso ficou patente logo de início, conforme ilustra um episódio ocorrido em uma das primeiras reuniões da nova diretoria. Ao comunicar seu programa aos outros diretores do Sindicato, o veterano Raimundo Rosa de Lima, que levou, como vimos, os trabalhadores na panificação à vanguarda do movimento sindical em um de seus momentos mais brilhantes, se opôs: “você não acha que está indo depressa demais?”, perguntou ele a Chiquinho. “Daqui a pouco vai querer computadores”. Longe de ter feito uma colocação retrógrada, Raimundão preocupava-se apenas com a dificuldade de conseguir carros de som e gráfica. Contudo, a

resposta que ouviu surpreendeu não só a ele (Raimundo), mas aos demais membros do corpo diretor: “pois esta é o segundo item da ordem do dia: aquisição de equipamentos de informática”, respondeu o novo presidente.

A história demonstra a orientação que Chiquinho Pereira tem assumido e imprimido em sua liderança: o foco no crescimento e no desenvolvimento social do padeiro. E a ferramenta para se realizar esse objetivo é a formação profissional, política e sindical da categoria.

### **A Formação do Padeiro**

Apesar da forte industrialização na fabricação do pão que ocorre hoje, o fenômeno é recente, e a panificação ainda é praticada como uma atividade artesanal. A mesma coisa acontece com o padeiro. Ele ainda é um artesão. Por conta desse aspecto artesanal, há uma tendência de o nível escolar da categoria ser baixo. (E aqui vale observar que isso ocorre não só com o trabalhador, mas também dos seus empregadores, os empresários da panificação.)

A direção do Sindicato dos Padeiros de São Paulo tem combatido esse entendimento negativo da percepção do padeiro como um artesão e procurado valorizá-lo, enfatizando a arte envolvida na fabricação do pão, algo há muito reconhecido em países como a França, onde o *boulangier*, o artista-padeiro, é bastante valorizado.

No entanto, como essa visão era – e de certa forma ainda é – a percepção tradicional que a categoria tem de si mesma, o Sindicato teve muita dificuldade, principalmente no início, para mudar essa cultura. “Os padeiros são uma categoria profissional como qualquer outra”, diz Chiquinho. “Como os operários que produzem aço ou que fabricam peças, o padeiro produz pão. Embora as características dos negócios sejam diferentes, suas necessidades são as mesmas que as dessas categorias”. Em outras palavras: os trabalhadores na panificação, mais do

que ter o direito, devem ser respeitados como uma categoria digna, de profissionais qualificados e especializados.

O enfoque de Chiquinho e da direção do Sindicato dos Padeiros de São Paulo para se realizar esse intento se concentra na formação do indivíduo. Um profissional bem instrumentalizado é capaz de vender sua mão de obra por um valor maior. A boa formação é a principal ferramenta para se atingir o sucesso não só profissional, mas também pessoal. Com efeito, o elevado nível profissional – o qual deve englobar conhecimento multidisciplinar garantido inclusive pela inclusão digital – acaba por alavancar a própria indústria panificadora.

A meta é mudar o modo do padeiro, não só no sentido de valorizar e de aperfeiçoar o aspecto artesanal, mas com o objetivo de propiciar a ele conhecimento que valorize seu trabalho e permita com que ele exerça sua criatividade de forma a conquistar valor para si e para a própria indústria. Esse profissional, esclarecido e valorizado, também adquire a capacidade de se indignar frente ao descumprimento das leis trabalhistas e ao desrespeito dos seus direitos. “O trabalhador ganha profissionalismo e também desenvolve consciência política”, diz Chiquinho.

Assim nasceram os cursos profissionalizantes, os quais visam aumentar o valor social do padeiro. Os cursos profissionalizantes começaram a ser promovidos pelo Sindicato dos Padeiros de São Paulo em 1953, pelo então presidente Gentil Neves Correia. Desde então, o conceito de curso profissionalizante foi levado além. Durante a gestão Chiquinho Pereira, tentou-se fazer uma escola de panificação que tivesse repercussão nas universidades. Em 2005, foi iniciada uma negociação com o então ministro da educação Paulo Renato. O Sindicato dos Padeiros de São Paulo apresentou um projeto de escola profissionalizante a ser reconhecida pelo MEC. O objetivo específico da escola era

melhorar a formação básica dos trabalhadores na panificação e desenvolver também a capacitação profissional.



Curso de Panificação na Fleischman, 1953

Contudo, o sindicato patronal entrou com um projeto semelhante. O ministro intermediou as negociações entre os dois sindicatos, mas o patronal não concordou com a proposta dos operários da categoria e acabou montando uma escola própria. A escola profissionalizante continua, porém, a ser meta do Sindicato dos Padeiros de São Paulo. Seus dirigentes entendem e enfatizam que o processo de formação da valorização do padeiro passa pela criação de uma escola.

No momento, a administração Chiquinho Pereira está procurando lançar a ideia de desenvolver parcerias com o governo para promover a educação continuada da categoria. O objetivo é usar o sindicato para aproximar as estruturas educacionais do governo dos trabalhadores, maximizando a eficiência desse serviço governamental em prol do operariado e conseqüentemente do país.

O programa planejado pelo sindicato prevê reforço da educação fundamental, bem como cursos profissionalizantes e de aperfeiçoamento. Esse reforço da instrução de nível básico vai de encontro aos esforços do Sindicato dos Padeiros de São Paulo no sentido de elevar o nível educacional dos trabalhadores na panificação como forma de garantir acesso social. “Sem educação, não tem como falar em modernidade, em desenvolvimento, em crescimento, em qualidade de vida”, diz Chiquinho Pereira. “O grande sonho é investir mesmo na pessoa e o ponto de partida é a educação. O resto nós conseguimos pelo caminho”, completa.

Cientes do descaso de sucessivos governos com relação à educação pública, os dirigentes do Sindicato dos Padeiros de São Paulo acreditam que os trabalhadores devem eles mesmos promover iniciativas que supram essa necessidade. Essas ações buscam fazer “uma diferença” que influencie as autoridades e a população, especialmente a classe trabalhadora, no sentido de desencadear uma mudança cultural a partir da qual se reconheça a educação e o conhecimento como os propulsores de fato do progresso não só pessoal, mas também nacional.

Com efeito, a educação é a principal ferramenta de inclusão social. “A educação é o oxigênio de um povo, de uma nação inteira. É ela que leva à melhoria da qualidade de vida, à inclusão social. A boa educação valoriza a pessoa, valoriza o profissional”, reconhece Chiquinho.



O escritor Fernando Morais debatendo sobre cultura e trabalhadores na sede do Sindicato dos Padeiros (à sua direita E. Simões (Alemão), Erivan do Sindicato dos Vigilante; à sua esquerda, Chiquinho Pereira)

Aliada à melhor formação educacional e profissional do padeiro, o desenvolvimento de consciência política é outro ponto no qual o Sindicato dos Padeiros de São Paulo concentra esforços. Desde o momento em que assumiu a presidência do sindicato, Chiquinho Pereira tem dirigido ações que visam a conscientização dos trabalhadores da sua categoria. “A força de mobilização do sindicato vem do processo de formação da conscientização dos trabalhadores”, entende o sindicalista.

O alto grau de consciência política da liderança da categoria, formada nos quadros do Partido Comunista Brasileiro, não garante por si só que essa reflexão se estenda a todos os trabalhadores na panificação. Tanto no passado como hoje, tal grau de politização da liderança do

Sindicato dos Padeiros de São Paulo – como também acontece com outras lideranças sindicais – não é bastante para liderar a totalidade dos trabalhadores, pois estes não têm a motivação trazida pela educação. Consciente desse entrave, o Sindicato procura reverter tal realidade, enfatizando a formação não só de seus dirigentes, mas também de todos seus membros, através dos cursos de formação que promove.

Esse esforço de formação profissional e política transformou, de fato, o perfil do Sindicato dos Padeiros de São Paulo. De acordo com ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano, João Lins Pereira, o Sindicato começou a ser um sindicato de massas a partir dos esforços de Chiquinho Pereira no sentido de priorizar o processo de formação política e sindical de seus dirigentes. Chiquinho atribui a capacidade de agregar massas à ênfase dada a esse processo. “O processo que efetivamente dá consciência aos trabalhadores é o de formação”, insiste Chiquinho.

O esforço tem trazido resultados. Até o início da década de 80, apesar do poder de organização, do alto grau de politização de seus dirigentes e do destaque na liderança do movimento sindical com um todo, o Sindicato agregava massas em função de momentos políticos mais ou menos agressivos e oportunos. Hoje, embora ainda haja trabalho a ser feito, muito se avançou nesse sentido.

O melhor nível do padeiro também promove o desenvolvimento do dono da padaria, terminando por transformar toda a indústria da panificação. Bom exemplo dessa evolução aconteceu quando foi aprovada a lei que obriga o balconista a manusear o pão por meio de um pegador de pães, ao empacotá-lo para o comprador. O Sindicato dos Padeiros de São Paulo aprovou imediatamente a medida. O mesmo, porém, não aconteceu com o sindicato patronal, o qual criticou duramente a posição da direção do Sindicato. Apesar da postura retrógada dos patrões, a medida se mostrou eficiente uma vez que gerou confi-



ança no consumidor. Ganharam os empregados e ganharam os patrões.

Essa evolução nos processos e nas rotinas da fabricação do pão reflete a necessidade do crescimento do setor através do investimento na categoria. O Sindicato entende que é preciso sair do artesanal – no sentido amadorístico que o termo implica – e criar-se um perfil mais profissional para a indústria panificadora como um todo. Para tanto, são necessários itens como uniformes (os quais devem ser fornecidos pelos empregadores), bem como campanhas de higiene e saúde.

Outro “grande desafio é fazer com que as padarias sejam atraentes a ponto de os jovens sentirem que podem fazer uma carreira profissional nessa área, o que não ocorre hoje”, diz Chiquinho Pereira. “Isso acontece principalmente por causa do trabalho nos finais de semana, à noite e da falta de perspectiva futura”, explica.

Em busca de fazer valer essa evolução profissional, o movimento dos trabalhadores na panificação e confeitarias, suas exigências e reivindicações em busca da melhoria de vida para a categoria, mudou não só o layout das padarias e também a mentalidade do dono da padaria. Se hoje, o cliente é servido por um funcionário uniformizado, vestindo touca para cabelo e servindo com luva e manuseando os pães com pegadores apropriados, isso acontece não por iniciativa da classe patronal, mas por ações do Sindicato dos Padeiros de São Paulo.

Esses episódios marcam o paradoxo entre a velha orientação e a nova visão sindical. A ousadia levou ao crescimento da categoria. “Hoje, quando se consegue colocar na convenção coletiva uma cláusula de inclusão digital, essa posição implica busca pelo avanço social. São posições decisivas na busca pelo avanço”, observa Chiquinho Pereira.

## **Autossuficiência**

Em 1987, o Sindicato montou sua própria gráfica, conquistando independência na produção de informações e orientações para a categoria. O avanço permitiu que os boletins informativos distribuídos aos membros da categoria fossem produzidos com maior frequência. Esses informativos promoveram maior consciência de classe entre os trabalhadores na panificação. A divulgação de ações, de pautas deliberativas e outras atividades do sindicato gerou mais confiança na instituição e, como consequência, atraiu mais membros para suas fileiras.

Depois da gráfica, o sindicato adquiriu um carro de som (e depois, muitos outros), poderoso equipamento para promover a conscientização. O carro de som – “o terror do dono da padaria” – permite mobilidade e seu equipamento de áudio garante que a mensagem atinja o público-alvo independentemente de paredes ou da má vontade dos patrões. Apenas os maiores sindicatos dispunham de tais equipamentos, e ao adquiri-los o Sindicato dos Padeiros de São Paulo estava se preparando para alçar voos mais elevados na conquista de espaço social para a categoria.

Essas escolhas denotam um momento decisivo na liderança dos trabalhadores na panificação. Se naquele instante fosse adotada outra orientação, hoje, provavelmente, os avanços conquistados pelo Sindicato dos Padeiros de São Paulo não teriam acontecido, ou teriam acontecido em um ritmo mais lento. Assim, graças às orientações adotadas por dirigentes dotados de uma visão abrangente e capaz de promover ações pontuais, os padeiros, confeiteiros, balconistas e demais trabalhadores da categoria têm hoje um sindicato bem estruturado que se equipara aos sindicatos das grandes categorias, uma instituição democrática (as convenções coletivas, por exemplo, são documentos públicos), com capacidade de negociação, de intervenção política e, sobretudo, capaz de conquistar ganhos para o trabalhador da panificação.

As ações pela construção do sentimento de dignidade e da autoestima do padeiro, preocupação constante da gestão Chiquinho Pereira, têm afetado não só a categoria, mas outros setores da sociedade. É a concretização da percepção de que o movimento sindical pode transformar para melhor a sociedade como um todo.

Bom exemplo dessas ações sindicais que se irradiaram para outros segmentos sociais é a luta pela isenção do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre a farinha, que permitiu baixar o preço de produtos como pães, biscoitos e massas, os quais são componentes da cesta básica. O setor passava por uma crise e para evitar o desemprego, o Sindicato buscou promover meios para aumentar o consumo de pães e outros produtos derivados de farinha, baixando seu custo. “Esse estímulo levou a um movimento de luta política e sindical que produziu um beneficiamento direto para a categoria”, afirma Chiquinho Pereira. Envolvendo o governador do estado, então Geraldo Alckmin, os dirigentes do Sindicato foram capazes de conseguir a isenção do imposto, barateando não só o custo de produção, mas beneficiando igualmente o consumidor final.

Esse movimento mostrou à categoria que os avanços na conquista dos interesses sociais e trabalhistas da classe não passavam necessariamente pela negociação direta com os patrões, mas incluía também ação política e a relação com as instituições do Estado. Como vimos no capítulo anterior, a busca pela representação dos trabalhadores no Parlamento é uma das respostas pontuais da liderança do Sindicato ao presente momento do movimento sindical brasileiro, quando este se vê desafiado pelas relações econômicas e por novas tecnologias que ameaçam a empregabilidade ao tornar redundante o trabalho humano.

## **Grandes Vitórias**

Na última década do século passado e nos anos 2000, as lutas mais significativas travadas pelo Sindicato dos Padeiros de São Paulo – e que serviram de argamassa na consolidação da categoria – foram a da regulamentação dos direitos dos trabalhadores na panificação pelos empregadores e a da obrigatoriedade de instalação de equipamentos de segurança nos cilindros de massa.



Chiquinho Pereira discursa no ato da assinatura da lei de isenção do ICMS da farinha de trigo (da dir.: Rubens Caselhas, Paulo Renato, Paulo Skaf e Geraldo Alckmin)

O primeiro esforço lançou mão de uma estratégia que buscava reverter as ações dos empregadores com as quais sabotavam as campanhas de informação que o Sindicato buscava promover nas padarias. Como forma de boicotar as campanhas do sindicato, os donos de padaria denegriam a imagem dos trabalhadores da categoria para os clientes ou davam queixa à polícia, sustentando que o Sindicato incitava a rebelião. Sem conhecer o outro lado da questão, a opinião pública tendia a simpatizar com os donos das padarias em detrimento dos trabalhadores. A manobra de difamação produzia efeitos tão nocivos que até os próprios empregados daquelas padarias desconfiavam do seu Sindicato, preferindo apoiar o patrão a se indispor com ele (até mesmo porque muitos operários eram ameaçados de perder o emprego, se viessem a se sindicalizar).

Em resposta a essa ação de sabotagem, o Sindicato dos Padeiros de São Paulo elaborou uma estratégia alternativa, iniciando uma campanha direcionada não ao segmento, mas aos clientes das padarias. A arma que o sindicato usou foi a divulgação de informações sobre as condições em que eram produzidos os pães e confeitos por eles (clientes) consumidos. Por meio de panfletos distribuídos nas imediações das padarias, eram denunciadas não só as condições de higiene – muitas vezes lamentáveis, com episódios em que a ordem do empresário era a de reutilizar a farinha que caíra no chão para fazer o pão –, mas também a dos empregados – sem registro em carteira, submetidos a 12 horas de trabalho diário sem remuneração pelas horas extras.

A campanha do Sindicato dos Padeiros de São Paulo resultou em verdadeira guerra aberta com a classe patronal. A imprensa embarcou na campanha do Sindicato, potencializando-a com a produção de diversas matérias veiculadas na TV e nos jornais. A ação acabou revertendo a situação em favor dos trabalhadores na panificação, colocando a opinião pública ao lado da categoria.

Como em um efeito dominó, o alerta dado pelo Sindicato acabou repercutindo em outras áreas. Um dos desdobramentos da mobilização do Sindicato dos Padeiros de São Paulo para conscientizar o público das precárias condições de higiene nas padarias foi a promulgação da lei que obriga as padarias, bares e restaurantes a garantir acesso do público às suas instalações.

Na esteira do sucesso dessa campanha de denúncia, no início dos anos 90 o Sindicato dos Padeiros de São Paulo lançou outras, revelando à má situação de trabalho a que eram submetidos. Por meio, principalmente, do carro de som e dos panfletos informativos que produziam em sua própria gráfica, o Sindicato informou a população sobre as faltas de registro em carteira, as horas extras e feriados não pagos, a inexistência de folga. Com isso, o Sindicato, por meio de ações junto às Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs), devolveu à categoria um elemento na relação entre os trabalhadores na panificação e seus empregadores considerado fundamental pelos dirigentes do Sindicato: o respeito por parte dos patrões.

“Por serem os donos das padarias, os patrões achavam que podiam fazer e tratar os padeiros da forma como bem entendessem”, explica Chiquinho Pereira. Como vimos nos capítulos prévios, era uma relação humilhante. A ameaça por parte dos patrões era – e continua sendo em grande parte do país – clara: reclamou por seus direitos, está despedido. Ou o trabalhador se conforma a uma situação trabalhista insustentável, medieval, ou fica sem emprego. “Os patrões se aproveitavam da falta de formação política desses trabalhadores”, diz Chiquinho, voltando a enfatizar a necessidade de formação político-sindical do profissional.

A segunda grande conquista do Sindicato dos Padeiros de São Paulo enumerada por seus dirigentes foi provar às autoridades trabalhistas a existência de grande número de acidentes de trabalho da categoria

sofridos pela negligência na observação das mínimas condições de segurança. Além do desrespeito por parte dos patrões, os padeiros tinham de se equilibrar – e, vale repetir, continuam tendo, em certos estabelecimentos – sobre pisos escorregadios, correr o risco de serem eletrocutados nas instalações elétricas irregulares, de permanecer próximos de fornalhas desprotegidas, as quais tornavam os incêndios nas padarias um acontecimento comum, ou acabavam adoecendo por terem de trabalhar de frente para o forno quente, mas com as costas voltadas ao sereno frio. A exposição mais nociva era representada pelo cilindro de massa, o qual, no manuseio das partes móveis, acabava prendendo – e muitas vezes decepando – dedos e mãos dos trabalhadores.

#### **MÁQUINAS PARA PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA**

*Prazos fixados por estabelecimento em função do tipo de máquina e número de trabalhadores.  
Para máquinas novas, o prazo de adequação será de 6 (seis) meses, em qualquer situação (conforme publicada no D.O.U)*

<b>Tipo de Máquina</b>	<b>Até 10 empregados</b>	<b>De 11 a 25 empregados</b>	<b>De 26 a 50 empregados</b>	<b>Acima de 50 empregados</b>
<b>Cilindro</b>	36 meses	30 meses	24 meses	18 meses
<b>Amassadeira</b>	66 meses	36 meses	30 meses	20 meses
<b>Batedeira</b>	66 meses	66 meses	36 meses	24 meses
<b>Modeladoras</b>	66 meses	66 meses	66 meses	36 meses
<b>Demais máquinas</b>	66 meses	66 meses	66 meses	48 meses

Graças ao reconhecimento da denúncia feita por parte das autoridades envolvidas – Ministério do Trabalho, da Saúde, Vigilância Sanitária e

outros –, o Sindicato dos Padeiros de São Paulo foi capaz de tornar obrigatório o uso do kit de segurança nos cilindros de massa, um equipamento que impede o padeiro de prender a mão ou os dedos no equipamento.

Foi, porém, uma luta difícil. Já bastante atingidos pela reviravolta promovida pelas denúncias feitas à população pelo Sindicato dos Padeiros, os empregadores não queriam ter de investir ainda mais dinheiro para melhorar as condições de trabalho de seus empregados. Em uma reunião no Ministério do Trabalho com representantes dos órgãos públicos envolvidos, os patrões afirmaram que o Sindicato estava “fazendo terrorismo”, alegando que a instituição exagerava a situação.

Antevendo a dificuldade, a direção do sindicato apresentou como prova da denúncia padeiros que haviam se acidentado, ou até mesmo perdido as mãos, nos cilindros de massa. Estes acidentados, quando foram informados da desqualificação da denúncia por parte dos patrões, indignaram-se e concordaram em mostrar que eles mesmos eram vítimas desse descaso. E alguns deles eram menores de idade. À frente do fato, as autoridades decidiram a favor dos padeiros e a instalação do kit de segurança desenvolvido pelos técnicos do Sindicato em parceria com a FUNDACENTRO no cilindro de massa passou a ser obrigatória. “Esse episódio marcou muito, pois trouxe um desdobramento importantíssimo”, aponta Chiquinho Pereira. “A partir dessa conquista, a NR12 – a norma regulamentadora que trata das questões de segurança sobre máquinas e equipamentos – ganhou um anexo específico, o Anexo II, para panificação e confeitaria”, celebra o sindicalista.

A discussão, porém, continua ainda hoje. No momento, esse anexo está sendo revisado para se tornar mais abrangente, englobando todas as máquinas e equipamentos usados em padaria, os quais serão com-



pletamente modificados para dar segurança total ao trabalhador. Além disso, a campanha também trouxe uma vitória adicional na luta pela plena regulamentação do trabalho nas padarias: a denúncia do emprego de menores nas padarias.

Essas conquistas garantiram que os trabalhadores na panificação recuperassem um elemento muito importante da psique humana, o qual determina a felicidade e realização pessoais: a autoimportância, parte fundamental da autoestima. Com efeito, esta sempre foi uma das maiores metas da administração Chiquinho Pereira: a aquisição da consciência de dignidade própria e do respeito para a categoria que representa. Resultado direto desse respeito próprio – promovido por meio de campanhas de conscientização e de mobilizações –, o número de registros em carteira dos profissionais da categoria cresceu significativamente nas duas últimas décadas.



Acordo sobre a obrigatoriedade do dispositivo de segurança no cilindro de massa (1996)



Chiquinho Pereira durante Seminário Nacional de Saúde e Segurança (à esq. Marcos Perito)



Manifestação para exigir registro em carteira

## **O Fim do Centro de Colocação**

Outro grande ganho da gestão Chiquinho Pereira foi o fechamento do Centro de Colocação. Ganho pode parecer um termo exagerado, mas, de fato, os provisórios, isto é, aqueles que trabalhavam provisoriamente nas padarias através do Centro de Colocação, se opuseram ao fechamento daquele apêndice do Sindicato com uma veemência tal que extrapolou a arena de debates e chegou a incluir ameaças de morte.

Conforme visto nos capítulos anteriores, o Centro de Colocação já nos anos 50 e 60, não correspondia à orientação do Sindicato dos Padeiros de São Paulo. Além dos tumultos e problemas que provocava, como violência e prejuízo ao bom ambiente de trabalho – a ponto, como vimos, de se fazer necessária uma escolta policial para os funcionários do Sindicato –, o Centro de Colocação não promovia os avanços sociais defendidos pelo Sindicato para a categoria. Virou modo de sobrevivência de alguns trabalhadores na panificação que cuidavam de ser os primeiros a chegar ao Centro de Colocação, colocavam seus nomes “na pedra”, conforme a gíria de então, e, em seguida vendiam seus lugares na fila para os trabalhadores na panificação que chegavam depois.

“Além dos problemas ocasionados pelos padeiros que buscavam colocação através do centro, o estímulo a essa atividade gerava uma contradição nos princípios do Sindicato, pois estimulava que os padeiros trabalhassem sem vínculos empregatícios. Por conta de trabalharem dessa forma, muitos não puderam se aposentar em consequência da falta de registro”, esclarece Chiquinho Pereira.

Nelson Chagas, diretor do Sindicato dos Padeiros de São Paulo nas gestões 1972-75, 1975-78, 1978-81, enumera o fechamento do Centro de Colocação como um dos grandes avanços recentes do sindicato. O ex-advogado da organização e juiz trabalhista aposentado José Carlos

Arouca concorda com Chagas: “a melhor coisa que aconteceu ao Sindicato foi o fechamento do Centro de Colocação”. Arouca nota que “o Centro de Colocação tinha uma influência política muito grande, o que dificultava mexer nele”. Isso representava, segundo o advogado, risco de vida para aqueles que tentassem fechar o Centro de Colocação.

Em um texto intitulado *Nosso Centro de Colocações, publicado na edição número 5 do anuário do Sindicato, Tribuna de Padeiros e Confeiteiros*, de dezembro de 1974, o então presidente Raimundo Rosa de Lima chamava atenção para a falta de garantias a que o trabalhador temporário se submete e também a maneira como esses profissionais desgastam a imagem do Sindicato, inclusive “danificando as instalações do estabelecimento, criminosamente”:

*Nosso Centro de Colocações, que existe há dezenas de anos, é um verdadeiro quebra galho das empresas. É através dele que as firmas conseguem resolver seus problemas imediatos de fabricação, o que é feito com os profissionais contratados provisoriamente. Há proprietários de padarias que usam essa mão de obra e depois dizem que foram atendidos por maus profissionais. Muitas vezes, esses profissionais são tratados como se as empresas estivessem lhes fazendo um favor especial em contratá-los. Mas tem um porém: isto geralmente acontece na hora do pagamento. Aí o patrão não quer pagar horas extras e outras obrigações. Então, (dizem) que os padeiros são maus profissionais.*

*Mas saibam que estes trabalhadores são muito mais úteis aos senhores patrões do que a eles próprios ou ao Sindicato. (...) Há padarias que não dão o mínimo de condições para o empregado trabalhar e isso acontece com os efetivos e os que vão trabalhar apenas por um dia.*

(...)

*Esperamos que os maus profissionais nos entendam bem: esta diretoria não os está apoiando, mas, sim, condenando aqueles que praticam intencionalmente atos criminosos. Como o caso de um trabalhador provisório enviado pelo Sindicato que abriu um registro de forno de uma padaria, danificando as instalações do estabelecimento criminosamente.*

Para se livrar do problema, os dirigentes do Sindicato dos Padeiros de São Paulo mantiveram-se fiéis aos princípios de luta em prol da categoria e elaboraram uma estratégia inclusiva. A batalha pelo fechamento do Centro de Colocação exigiu não só firmeza, mas também tato para não prejudicar esses dissidentes que, afinal, iriam sofrer graves consequências sociais por ter optado por trabalhar daquela forma.

Cercando-se de sindicalistas que partilhavam das políticas da sua administração, Chiquinho Pereira foi capaz de filtrar a má influência dos membros do Centro de Colocação, reunindo condições e conseguindo apoio suficiente para extinguir o Centro de Colocação. Finalmente, em 1988, o incômodo apêndice ligado ao Sindicato dos Padeiros de São Paulo foi extinto em assembleia. Apesar dos conflitos e ameaças, tratou-se de um esforço consciente no sentido de mudar uma cultura há muito arraigada na instituição.

Contudo, não perdendo de vista o esforço pela inclusão social, com o fim do Centro de Colocação, o Sindicato continuou a amparar os provisórios. Através de um trabalho social, o Sindicato buscou reintegrar muitos desses trabalhadores na panificação, diversos dos quais haviam caído na sarjeta social. Para garantir amparo aos padeiros desempregados, após a extinção do Centro de Colocação foi instituída uma bolsa emprego, bancada pela instituição sindical.

## **Respeito Próprio**

A imagem que o Sindicato dos Padeiros de São Paulo projetou na sociedade já é diferente do estereótipo que se construía do Sindicato – e do sindicalismo – até então. A atuação pontual, organizada, politizada do Sindicato acabou por influenciar o próprio sindicato patronal. A inauguração do Edifício Primeiro de Maio, prédio da atual sede, em 1989, representou a encarnação desse esforço. (E aconteceu antes mesmo de o sindicato patronal ter sua própria sede.)

A capacidade de gerar políticas que conquistaram benefícios para a indústria da panificação como um todo – patrões e empregados – também contribuíram para angariar respeito aos trabalhadores na panificação por parte dos empresários do setor. “Nosso interesse é crescermos juntos, sem rivalidades, sem desgastes. Afinal, o crescimento do setor é interesse tanto dos patrões como dos empregados”, propõe Chiquinho Pereira. Com tal mentalidade, esses dirigentes sindicais buscam estabelecer uma relação equitativa entre patrões e empregados.

Para tanto, é condição fundamental desenvolver respeito próprio, a capacidade de se indignar ante a uma situação insustentável a que se está sendo submetido. Também é imperativo qualificar o profissional não só com relação ao seu ofício, mas também no sentido de conscientizá-lo dos seus direitos. Isso é feito pela formação política e sindical da categoria, ação que aumenta o poder de combatividade. O simples fato de se ter a perspectiva de que o empregador já deve ao empregado os direitos legalmente garantidos altera a disposição do padeiro ou de outro profissional qualquer quanto à sua participação política. O esclarecimento promove não só o desenvolvimento profissional do indivíduo, mas também o pessoal.

Uma série de garantias primárias para outras categorias ainda não eram praticadas no setor. No entanto, a introdução dessa mentalidade de valorização do padeiro angariou vitórias em termos de benefícios sociais, como o plano de saúde e o seguro de vida coletivos, negociados na convenção coletiva. Tais benefícios eram impensáveis há uma década e meia, até mesmo porque a desvalorização à qual os trabalhadores na panificação eram submetidos não os fazia sentir merecedores desses itens.



Raimundão (no centro) à frente de uma comemoração do Dia do Padeiro  
(à esq. Manoel Ambrósio; à direita, de barba, Pedro Gomes)

No esforço da valorização do trabalhador – o que inclui mostrar a ele sua importância no processo de produção –, o Sindicato dos Padeiros de São Paulo ensejou ações como a criação do Dia do Padeiro (13 de junho) e as celebrações do Dia Mundial do Pão (16 de outubro). No Dia do Padeiro, os profissionais da categoria recebem um abono em dinheiro, garantido na convenção coletiva. Foi também conquistada em acordo coletivo com diversas empresas do setor um kit de aniversário do trabalhador: outra medida que valoriza o profissional. A imagem do padeiro foi trabalhada, devolvendo a ele respeito aos olhos não só dos patrões, mas também da sociedade. O Sindicato enfatiza, através de seu jornal *A Massa*, entre outras iniciativas, a importância para o padeiro de adquirir cultura, de conhecer a História e de se dedicar a leituras, “pois esse profissional não pode parar de estudar, buscando se aperfeiçoar para agregar valor à sua ocupação”, reflete Chiquinho Pereira. Todas essas ações objetivam influenciar positivamente o processo de formação dos profissionais. Tais esforços incluem o recente empenho dos dirigentes do Sindicato dos Padeiros de São Paulo para levar a inclusão digital à categoria.

Hoje, a estrada da valorização do profissional leva a um novo debate, a uma nova luta, a da inclusão digital. Com efeito, a humanidade passa por um momento histórico que caracteriza a maior revolução na produção e divulgação de conhecimento desde que Johannes Gutenberg (1398 – 1468) inventou a prensa móvel em aproximadamente 1439. A invenção de Gutenberg permitiu a difusão em massa de livros, o que produziu uma revolução cultural que culminou, nos séculos XVII e XVIII com o advento do Iluminismo, cujos conceitos e ideias produziram a Idade Moderna com sua consequente democracia e visão de igualdade para todos os membros da sociedade, derrubando a chamada antiga ordem, ou antigo regime. A revolução nos meios de difusão de conhecimento através da internet e do computador pessoal está promovendo uma revolução cultural nos moldes daquela produzida



pela invenção de Gutenberg. Essa revolução garante ou exclui o acesso ao processo de globalização pelo qual passamos. Dessa forma, o mundo se divide atualmente entre aqueles que sabem operar um computador e os que não sabem – os excluídos digitais. Afinal, conhecimento sempre garantiu projeção social, especialmente na Era do Conhecimento.

“Sempre pautamos nossa orientação na busca pela valorização dos trabalhadores na panificação, o que tem feito de nós uma categoria preparada para viver um segundo momento, a modernização máxima do setor”, afirma Chiquinho. O Sindicato está se preparando para esse momento através dos já citados cursos de capacitação e do estímulo ao desenvolvimento especial de seus membros. A inclusão digital é parte importante desse esforço. Novamente é a ideia do sindicalismo mudando a sociedade, promovendo melhoria de vida e crescimento humano.

## **O Patrimônio**

Em seus esforços para fortalecer a categoria, para que a classe adquira cada vez mais respeito e notoriedade pelo trabalho executado, os dirigentes do Sindicato dos Padeiros de São Paulo também têm dirigido sua atenção para a construção do patrimônio do Sindicato. Desde seu início, a instituição tinha como meta e grande sonho a construção de sedes próprias, capazes de oferecer facilidade logística às necessidades dos sindicalistas nos locais próximos de onde trabalham e residem. Mas a construção desse prédio principal sempre foi um grande desafio.

Embora o Sindicato tenha sido desde o começo um sindicato de projeção – por conta, principalmente de sua liderança, a qual constitui uma linhagem de dirigentes que têm se encadeado na continuação de um trabalho de destaque tanto para a categoria como para o movimento

sindical como um todo –, faltava aos trabalhadores na panificação uma sede adequada. O Sindicato funcionou em salas de edifícios, as quais não comportavam grandes reuniões. As grandes assembleias – de organização, de mobilização – tinham de ser feitas em locais inapropriados ou em sedes emprestadas de categorias maiores. Por conta disso, não poucas vezes as assembleias foram interrompidas sem que os debates tivessem sido concluídos.

Finalmente, em meados dos anos 80, chegou o momento de os trabalhadores terem sua tão desejada sede, nos moldes almejados. A construção do edifício Primeiro de Maio, o prédio sede do Sindicato dos Padeiros de São Paulo, foi iniciada na gestão de Antônio Pereira dos Santos e concluída, “com uma vontade que você não queira imaginar”, como diz Chiquinho Pereira, pela administração de seu sucessor. Foi a conquista do “grande sonho”, conforme definiu o finado Alberto Santos, que ocupou a cadeira de presidente na Associação dos Aposentados até seu falecimento em abril de 2010.

A dedicação à construção do edifício correspondeu ao tamanho do desejo. A exemplo de Che Guevara, que após a vitória do Movimento 26 de Julho – como se chamou o esforço fundado por Fidel Castro para depor o presidente cubano Fulgêncio Batista – e sua nomeação para ocupar Ministério do Trabalho, trabalhava em sua folga como estivador, ajudando pessoalmente a carregar navios com sacas de produtos agrícolas para exportação, os dirigentes do Sindicato dos Padeiros de São Paulo puseram mãos à obra na construção do Primeiro de Maio. Ajudar a descarregar caminhões de tijolos, sob sol ou chuva, executar tarefas de alvenaria, ou qualquer coisa que pudessem fazer para avançar a construção, eram ações praticadas voluntariamente. Dedicavam-se dessa forma como se estivessem erguendo sua própria casa. O empenho seguia, na verdade, uma palavra de ordem da época: a de que os trabalhadores na panificação deviam – e devem –

considerar o Sindicato dos Padeiros de São Paulo como sua segunda casa.

“A questão da sede vai além do seu valor patrimonial”, diz Chiquinho Pereira. “É o sentimento de uma categoria traduzido no espaço onde esses trabalhadores podem discutir livremente o seu cotidiano, as questões que os afligem, seus sonhos, enfim. É uma espécie de Templo, uma homenagem aos trabalhadores, àqueles que protagonizaram sua história de luta – luta árdua que até mesmo produziu mortos – e não poderíamos deixar de exprimir isso tudo logo na fachada do prédio, o que fizemos batizando o edifício de Primeiro de Maio”, conclui o sindicalista.



O edifício 1º de Maio em construção (1986)...



... e depois de inaugurado (1989)

O prédio representa o auge do amadurecimento da categoria, um símbolo das conquistas da projeção que o Sindicato dos Padeiros de São Paulo alcançou desde então. É o local onde se planeja as ações contra o arrocho do setor patronal; o lugar onde se batalha pela conquista de espaço social, pela transformação de toda a sociedade. É seu quartel-general, a base física que permite os trabalhadores planejar sua luta.

Embora o Primeiro de Maio seja, com efeito, o principal patrimônio físico e moral dos operários paulistas da categoria, há ainda diversas subsedes que ampliam a área de atuação do Sindicato dos Padeiros de São Paulo. Iniciadas, como vimos, no final dos anos 70, a abertura de novas subsedes continuam a ser preocupação constante dos dirigentes do Sindicato. Hoje, a instituição conta com quatro subsedes: Santo André, São Miguel, Osasco e Santo Amaro.

De posse de uma sede compatível ao seu destaque no movimento sindical, o Sindicato dos Padeiros de São Paulo continuou a aumentar seu patrimônio visando oferecer mais acesso ao lazer, cultura, educação para seus membros. Afinal, um dos maiores desejos da administração Chiquinho Pereira era ter um sindicato próximo àqueles das maiores organizações de trabalhadores – e com infraestrutura igual. A Colônia de Férias do Sindicato dos Padeiros surgiu, como outros avanços conquistados, dessa orientação. A inspiração foi oferecer um local para as famílias – principalmente os filhos – dos trabalhadores na panificação onde pudessem passar momentos de qualidade uns com os outros.

Logo ao assumir a presidência do sindicato, Chiquinho requisitou uma área na cidade de Caraguatatuba, no litoral norte de São Paulo, que o governo estadual havia colocado à disposição das organizações trabalhistas que se interessassem em explorá-la. Na verdade, o terreno já havia sido do Sindicato dos Padeiros de São Paulo, mas a organização veio a perdê-lo, por não construir no prazo exigido. Cumprindo os ritos burocráticos necessários – e não sem alguma negociação – o Sindicato dos Padeiros de São Paulo conseguiu reaver o terreno.

A área onde viria a ser construída a colônia de férias do Sindicato ficava em um manguezal. Era quase intransponível devido à densa vegetação, longe da cidade e com pouquíssimas construções na vizinhança. Tratava-se de uma região onde previsivelmente a urbaniza-

ção tardaria a chegar. Apesar das dificuldades que o terreno pantanoso apresentava para a construção, os trabalhadores na panificação tinham agora uma área para sua própria colônia de férias. E com a mesma vontade que se lançaram à construção da sua sede, o Edifício Primeiro de Maio, iniciaram as obras do seu espaço para lazer.



As subseções de Osasco, São Miguel Paulista, Santo André e Santo Amaro, respectivamente

“A ansiedade, a vontade de ter nossa própria colônia de férias era tão grande que uma vez juntamos uma turma de cerca de vinte trabalhadores e fomos para lá, limpar nosso terreno. Íamos para cercar, para pôr nele a nossa marca”, recorda Chiquinho Pereira. Mas depois de localizaram o terreno, perceberam o vulto do trabalho que os esperava: era uma mata quase virgem, parcialmente alagada, cheia de cobras e outros animais. Mesmo assim, aqueles voluntários cumpriram seu intento.



A construção da colônia de férias...



...e hoje, pronta para uso

A construção da colônia foi feita em etapas. De 1988 a 1995 o terreno foi posto em condição de uso e colocado à disposição dos trabalhadores na panificação associados ao Sindicato. Hoje, a colônia conta com apartamentos para estadia, quadras poliesportivas, churrasqueira, piscinas em uma área ampla e agradável.

O projeto inicial previa setenta apartamentos, mas decidiu-se parar quando o 15º ficou pronto. A baixa frequência impediu que o plano original para a colônia fosse cumprido. Foram feitas pesquisas e descobriu-se que o maior impedimento para a frequência do clube era – e continua sendo – a falta de disponibilidade do padeiro, com apenas uma folga semanal e ainda sem o direito de descanso aos domingos, dia em que poderia usufruir do convívio em família.

Outro senão é o poder aquisitivo desses trabalhadores, insuficiente para garantir as despesas de uma viagem ocasional. Finalmente, a distância da colônia de férias, situada no Litoral Norte – distante, por-



tanto, da Grande São Paulo, o que demanda muito tempo de viagem do padeiro – também desestimula a frequência da colônia de férias. Em função dessas dificuldades, a direção do Sindicato dos Padeiros de São Paulo decidiu investir em uma colônia de férias em Praia Grande, mais próxima da capital e da região do ABCD. O Sindicato já adquiriu o terreno e planeja iniciar a construção em um futuro próximo.

Outro passo importante dado na direção da conquista do espaço social foi a fundação, em 28 de setembro de 1989, da Associação dos Aposentados do Ramo de Panificação, Confeitaria de São Paulo. Berlim de Paula Cavalcanti foi o primeiro presidente da Associação, secretariado por Gentil Neves Correia e tendo Nelson Chagas como segundo tesoureiro. Os três eram membros da comissão organizadora. Os outros membros da primeira diretoria da Associação, eleita pelos votos de todos os 36 eleitores, eram Antonio Motta (tesoureiro) e João Batista do Amaral (segundo secretário). A Associação era uma antiga reivindicação dos aposentados da categoria e, desde sua fundação, tem se esforçado para melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores nas indústrias de panificação aposentados. As ações da Associação têm buscado dar apoio às necessidades dos aposentados, abrangendo desde a promoção de atividades sociais e culturais até mesmo a ajuda direta aos mais necessitados. Em julho de 1992, por exemplo, a diretoria da Associação deliberou que “em virtude dos baixos proventos dos associados desta associação” pediram ajuda financeira ao Sindicato para compra de remédios aos aposentados que não tinham condições de adquiri-los.

Nomes importantes da liderança sindical participaram da administração da Associação, muitos dos quais haviam sido presidentes do Sindicato, como Raimundo Rosa de Lima. Conferindo seu caráter combativo e reivindicador, Raimundão foi incansável como presidente da Associação. Tanto que faleceu em ação, quando voltava de uma viagem a Brasília onde tinha ido reivindicar melhores condições sociais para os

aposentados. Recentemente, Alberto Alves dos Santos, um dos entusiastas deste livro e que muito contribuiu com material de pesquisa e entrevistas, ocupou a presidência da Associação até seu passamento, em abril de 2010.

\*\*\*

As vitórias do Sindicato dos Padeiros de São Paulo nas últimas três décadas foram, como se pôde ver, diversas e significativas. Mas apesar dessas conquistas e da visível melhoria nas condições trabalhistas e sociais dos trabalhadores na panificação, ainda há muito a fazer. O desafio de organizar uma categoria fisicamente dispersa é enorme. Não se pode atingir um grande número de trabalhadores de uma única vez, como se consegue nas fábricas. A mobilização é difícil, requer grande esforço, exige ir até poucos trabalhadores em muitos locais diferentes e distantes para atingir a massa. Assim, a luta deve continuar. Sem descanso, sem se deixar dormir sobre os louros da vitória. “Cada trabalhador é um mundo e cada um desses mundos não pode perder oportunidades, não pode deixar de construir seu futuro, por não estar preparado para aproveitá-las”, diz Chiquinho Pereira. “Os trabalhadores têm direito de conseguir comprar sua casa própria, de ter um carro, levar a família para passear, coisas assim. É por isso que o Sindicato dos Padeiros de São Paulo tem lutado”. E é por isso que continuará lutando no futuro.



O governador Geraldo Alckmin concede a escritura do terreno da colônia de Praia Grande



Aniversário de 14 anos da Associação dos Aposentados  
(ao centro, o então presidente Alberto Santos; ao seu lado, à dir., Darci Callegari (Jacaré); 1º à esq. N. Chagas; de pé, Chiquinho Pereira)

## Capítulo 9

# O Futuro

**D**as quatro dimensões que incidem sobre a consciência humana e que contribuem para determinar suas características, o tempo é a que mais nos intriga. O espaço, constituído por três dimensões, a altura, a largura, o comprimento – elementos que formam paisagens e monumentos arquitetônicos, impressionam nossa mente, determinam nossas ações e até mesmo nossos traços evolutivos –, é mais prontamente absorvido por nosso cérebro e o compreendemos com maior facilidade. Nossa espécie dominou o espaço, adaptando-se e ocupando todos os lugares do planeta, até mesmo os de condições mais extremas de sobrevivência. Contudo, a quarta dimensão, o tempo, ainda desafia nosso entendimento, confunde nossas percepções.

Sabe-se que o tempo é mais que mera contagem cronológica, a duração de um fenômeno, conforme propôs o filósofo grego Aristóteles, um dos pilares do pensamento ocidental. O tempo parece ser elemento fundamental na maturação de um processo. O tempo é fator determinante na evolução, tanto dos seres vivos como da história humana. O tempo intriga. Tanto que o físico nipoamericano Michio Kaku definiu tempo como “a coisa mais misteriosa do universo”.

A ciência admite, embora hoje não haja capacidade técnica para tanto, que é possível avançar e retroceder fisicamente no tempo. Além disso, em nossas mentes saltamos para as lembranças passadas com a velocidade do pensamento e projetamos o futuro com a mesma facilidade. Os neurologistas reconhecem essa capacidade como um fenômeno unicamente humano e o chamam de “Viagem Mental no Tempo”. Ela é derivada da nossa memória, e a memória, por sua vez, depende da capacidade de o sujeito se reconhecer como indivíduo único. Com efeito, nossas memórias determinam nossa individualidade. Pode-se dizer que somos nossas memórias.

Essas lembranças passadas também são responsáveis pela habilidade de projetarmos nosso futuro. Outro elemento considerável na reflexão sobre o tempo é o fato de percebermos a faixa do tempo – passado, presente e futuro – sempre a partir da perspectiva do presente. O presente turva e modifica nossas memórias conforme a vivência e a experiência individual. Assim, o mesmo fato produz diferentes memórias em diferentes indivíduos. Da mesma forma, a posição presente indica a tendência do futuro. Passado e futuro convergem para o presente, como dois rios que deságuam num mesmo delta. Dessa maneira, o presente é construído e sustentado pela história, pela tradição, pelas vivências de um indivíduo, de uma instituição, de uma comunidade ou nação. E sustentado nessa base passada de experiências vividas, escolhas feitas e ações empreendidas, o presente projeta o futuro. Pode-se, com efeito, ler a tendência futura de uma pessoa, instituição ou país ao se conhecer seu passado e se observar seu presente. Tal é a lição da História.

Esses traços marcantes são facilmente observados em nossa sociedade. A desigualdade social define o Brasil desde o início de sua colonização, continuando ao longo do império e de todas as fases da República, até o presente. Isso ocorreu devido em grande parte à insistência da metrópole em manter o país inculto, negligenciando a fundação

de universidades e a instalação de indústrias, e pela forma de exploração predatória que aqui se praticou. Os ecos dessa construção social, passados quase 190 anos da independência do Brasil de Portugal, ainda são ouvidos em alto e bom som. É possível ouvi-los nas reservas indígenas invadidas por mineradores, caçadores e madeireiros ilegais; nas favelas – equivalente local das *townships* da África do Sul da era do apartheid –, guetos para onde os descendentes dos escravos foram confinados depois da abolição da escravatura; os ecos do passado são igualmente ouvidos nos conflitos rurais, inflamados pelo fato de que poucos detêm a maior parte das terras deste país. Esses ecos são claramente audíveis no sistema educacional falido, na exclusão consciente de populações inteiras às quais é negada pelo governo o direito à saúde, ao saneamento básico, à educação, ao emprego decente, à cidadania e, conseqüentemente, ao desenvolvimento humano.

Também é possível ouvir os ecos do clamor do povo na luta pela conquista de seus direitos. Desde a passagem do século XIX para o século XX, quando o movimento sindical nasceu, luta-se por justiça social. Os anarco-sindicalistas do começo do século passado trouxeram consciência social e organizaram a classe trabalhadora. Sufocados pelas forças da situação no final da década de 10, suas reivindicações foram assumidas pelo baixo oficialato do exército através do Movimento Tenentista, o qual, ao longo dos anos 20, deflagrou uma série de levantes militares em todo o país em prol da construção de uma sociedade igualitária. Apesar de parte dos líderes tenentista ter vencido a Revolução de 1930, a qual levou Getúlio Vargas ao poder e deu ao país uma nova e moderna Constituição, pouco se fez para eliminar a desigualdade que tanto marca a sociedade brasileira. Depois da Segunda Guerra Mundial, os trabalhadores se ergueram novamente buscando condições de vida dignas para todos. De novo foram calados, dessa vez pelo golpe militar de 1964. Não obstante a mordada da repressão, os trabalhadores se motivam e ajudaram a liderar a socie-

dade civil no processo de dismantelo do regime militar. Finalmente, vinte anos depois, um presidente oriundo da classe operária é eleito. Parecia ser o coroamento de um esforço de mais de um século por parte da classe trabalhadora...

No entanto, também a atuação da administração do 35º presidente do Brasil, Luis Inácio Lula da Silva, pouco fez para diminuir o abismo que continua a separar brasileiros de brasileiros, que continua a impedir o acesso de muitos aos itens minimamente necessários ao desenvolvimento humano. Essa administração não representou os anseios da classe trabalhadora. Se, com efeito, o governo Lula foi capaz de fazer cair os índices da pobreza crônica no país, nosso país está entre os com pior distribuição de renda em todo o mundo. E renda significa acesso à qualidade de vida e tudo o que isso pressupõe: bom serviço de saúde, boa educação, ótimo serviços públicos em benefício da população. Contudo, a renda continua concentrada nas mãos de poucos, tanto quanto na época dos senhores de engenho: eternos ecos do passado.

A conclusão do primeiro relatório sobre desenvolvimento humano para América Latina e Caribe quanto à distribuição de renda, intitulado *Atuar sobre o futuro: romper a transmissão intergeracional da desigualdade*, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e publicado em julho de 2010 sustenta essa realidade brasileira histórica. Segundo o documento, o Brasil tem o terceiro pior nível de desigualdade de renda do mundo, empatado com o Equador.

O índice utilizado para medir a desigualdade de renda (e a consequente desigualdade social) é o coeficiente de Gini, desenvolvido pelo estatístico italiano Corrado Gini em 1912. O índice mede o intervalo entre a média dos 10% mais pobres da população e a média dos 10% mais ricos. Consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda (onde todos têm a mesma renda) e 1 cor-

responde à completa desigualdade (onde uma pessoa tem toda a renda, e as demais nada têm). Assim, quanto mais perto de 1, mais socialmente desigual é o país.

O quadro revelado no relatório da ONU é um alerta ao Brasil – e uma oportunidade para os líderes conscientes. De acordo com o estudo, dos 15 países do mundo com pior distribuição de renda, dez são da América Latina. Os países com situação mais grave são Bolívia, Camarões e Madagascar, os três com índice Gini de 0,60. No segundo grupo, com 0,59, estão África do Sul, Haiti e Tailândia. Em terceiro lugar nesse triste campeonato de injustiça social estão Brasil e Equador, com índice de Gini igual a 0,56. Na América Latina, os países onde há menos desigualdade de distribuição de renda são Costa Rica, Argentina, Venezuela e Uruguai, com Gini inferior a 0,49. Na média, segundo o Pnud, o Índice de Gini da América Latina e do Caribe é 36% maior que o dos países do leste asiático e 18% maior que os da África Subsaariana – um dos lugares mais pobres do planeta.

O relatório também mostra que a concentração de renda na região é influenciada pela falta de acesso aos serviços básicos e de infraestrutura, baixa renda, além da estrutura fiscal injusta e da falta de mobilidade educacional entre as gerações. Este último dado é especialmente grave. Segundo os técnicos do Pnud, um dos fatores que mais dificultam a justiça social na região é o baixo nível educacional. É, portanto, a baixa educação que produz a baixa mobilidade social característica da região. No caso do Brasil, a escolaridade dos pais determina em 55% o nível educacional que os filhos atingirão. Assim, se, por exemplo, os pais não têm o curso fundamental completo, os filhos tenderão a ter a mesma escolaridade.

Outro problema latino-americano revelado pelo estudo da ONU diz respeito à mulher indígena ou negra, as quais sofrem maior privação. Essas mulheres são a face dos excluídos. E se o homem é o lobo do



homem, são elas as maiores presas. Elas recebem menor salário que os homens pelo mesmo tipo de trabalho, têm maior presença na economia informal e trabalham mais horas que os homens.

É inegável, porém, que houve melhorias na distribuição de renda da região – embora a passo de tartaruga. De fato, o aumento do gasto social por habitante na América Latina aumentou, em média, cerca de 50% entre 1990 e 2001. A primeira década deste século foi especialmente positiva entre 2001 e 2007, o aumento com o gasto social foi de 30%.

O Brasil segue essa tendência de lenta melhoria. A concentração de renda permaneceu praticamente inalterada durante as últimas quatro décadas, com seus índices oscilando dentre as 10 últimas posições do mundo, dando os primeiros sinais de melhora a partir de 2001, como efeito das medidas econômicas da administração FHC. Em 2004, a taxa de crescimento da renda per capita para os mais pobres atingiu 14,1%, enquanto a renda per capita média cresceu apenas 3,6% no mesmo período.

Apesar dos avanços, ainda há muito que se fazer para promover a igualdade social no Brasil, país onde a soma da renda de metade a população (12,5% da renda nacional) é inferior à soma da renda de 1% da população correspondente à classe mais rica (que representa 13,3% da renda nacional).

Os gastos sociais no Brasil estão muito aquém da pesada carga tributária que a sociedade desembolsa. Normalmente, os países com cargas tributárias elevadas, como o Reino Unido e Espanha, têm desigualdade de renda consideravelmente menor que o Brasil. Os altos tributos não estão promovendo a efetiva transferência de renda das camadas mais ricas para as mais pobres, como deveria ser.

Exemplo pontual é o quadro da educação, onde grande parte do orçamento se direciona ao ensino superior, havendo poucos recursos para os demais níveis da educação, perpetrando as distorções sociais que historicamente caracteriza nossa sociedade. Calcula-se que cerca de 46% dos recursos do Governo Federal para o ensino superior beneficiam apenas os 10% mais ricos da população.

De forma geral, o modelo de tributação brasileiro resulta em concentração de renda, uma vez que os bens de consumo popular e da classe média são fortemente tributados. É a chamada tributação indireta, que cobra impostos iguais de todas as camadas da população, inclusive das muito pobres, ocasionando aquilo que os economistas denominam de "tributação indireta regressiva". Isso provoca a perpetuação do efeito "concentrador de renda" – inaceitável num país com acentuada desigualdade de renda como o Brasil.

A injustiça social fica ainda mais clara em um estudo, com fins mercadológicos, feito pela consultoria Escopo Geomarketing, cruzando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a cidade de São Paulo, que revela dados estatísticos de distribuição de renda no topo da pirâmide de renda no Brasil como um todo. O estudo constatou que um pequeno grupo de 24.700 paulistanos, que representam 0,24% da população da cidade de São Paulo, residem em domicílios cujo rendimento familiar médio mensal está acima de 50.000 reais. Desses, 7.880 têm renda disponível de 1 milhão de reais por ano, e, no topo deste grupo, noventa domicílios paulistanos têm renda de 1 milhão de reais por mês.

É o passado de injustiça social ecoando no presente. E se nada for feito para reverter esse quadro de desigualdade, esse presente se projetará no futuro. A divisão entre a casa grande e a senzala, a cidade e a taba, as eternas mazelas da sociedade brasileira, pelo fim das quais os sindicalistas anarquistas e comunistas do século passado e seus her-

deiros no século XXI lutaram e continuam lutando, vêm punindo com a exclusão social parte significativa da população do país. Exclusão ao acesso à boa educação, a um sistema de saúde eficiente e que trate seus usuários de maneira digna, acesso a um sistema de transporte que garanta conforto ao passageiro, ao saneamento básico – grande responsável pela mortalidade infantil e do qual 36% dos domicílios brasileiros não usufruem –, acesso à cultura e a tantos outros itens imprescindíveis ao desenvolvimento humano.

Há, portanto, muito a ser feito para transformar o Brasil em um país onde a justiça social seja, de fato, realidade e não utopia. As características históricas da sociedade brasileira – nosso passado – precisam ser transformadas no presente para garantir um futuro de igualdade, onde todos tenham acesso verdadeiro a bens e serviços de qualidade que promovam crescimento pessoal – e conseqüentemente profissional, comunitário e familiar. Um futuro onde todos ganhem, onde todos sejam, de fato, cidadãos.

O Sindicato dos Padeiros de São Paulo está comprometido com essa luta desde sua fundação. Lideranças conscientes, formadas politicamente e sindicalmente na tradição do esforço civil da classe trabalhadora, deixaram – e continuam a imprimir – sua marca no movimento por melhor qualidade de trabalho e, ao longo da administração Chiquinho Pereira, pelo aumento da qualidade de vida não só dos trabalhadores, mas dos brasileiros em geral.

As questões apontadas no relatório da Pnud têm sido respondidas pontualmente através das ações executadas e propostas pela liderança desse Sindicato. Problemas como concentração de renda, direitos da mulher, tributação injusta, todos citados no documento da ONU, têm sido debatidos e combatidos pelos dirigentes do Sindicato dos Padeiros de São Paulo. Esses líderes têm consciência de que é imperativo definir prioridades e estabelecer estratégias que semeiem no presente

iniciativas que resultarão em justiça social plena no futuro. Em seu artigo “Reflexões sobre o futuro do movimento sindical no Brasil”, publicado no livro “100 anos de movimento sindical no Brasil: balanço histórico e desafios futuros”, compilado a partir da realização do Seminário Nacional da UGT, e em entrevistas ao autor deste livro, Chiquinho Pereira discute essas prioridades e as estratégias que já estão sendo adotadas pelo Sindicato dos Padeiros de São Paulo em resposta aos graves problemas nacionais apontados no relatório do Pnud, propondo assim uma atuação mais abrangente do movimento sindical.

O presidente do Sindicato dos Padeiros de São Paulo e secretário de organização e políticas sindicais da UGT reconhece que, apesar das conquistas significativas, espelhadas no fato de a realidade dos trabalhadores na panificação já ter se transformado com relação ao que era há trinta anos, ainda há muito a ser feito – especialmente por se tratar de questões complexas e profundamente enraizadas na cultura brasileira. Como objetivo primeiro, a liderança do Sindicato dos Padeiros planeja para o futuro ações que continuem a visar o aumento da qualidade de vida e do índice de desenvolvimento humano dos trabalhadores em geral e dos trabalhadores da indústria panificadora em particular. Tais ações constituem, porém, dois blocos distintos.

O primeiro desses blocos diz respeito ao cotidiano dos trabalhadores da categoria. Trata-se de luta que já vem sendo travada desde a fundação do Sindicato, há oitenta anos. Aqui estão envolvidos esforços relativos à manutenção do emprego, à melhoria nas condições de trabalho, à garantia de bom salário, ao cumprimento das leis trabalhistas, ao aumento da dignidade dos padeiros, confeitheiros, balconistas e outros empregados dessa indústria. São lutas que representam o dia a dia do sindicalismo: a intermediação das relações entre capital e trabalho, entre patrões e empregados, esforços que vêm sendo feitos desde o início do movimento sindical brasileiro e que devem ser mantidos e incrementados.

“Esses interesses podem ser conquistados ou perdidos dependendo da motivação da liderança do sindicato, da coesão de seus membros em participar de ações organizadas e de uma série de outros fatores que podem influenciar de forma positiva ou negativa”, observa Chiquinho Pereira. “Estas ações que têm sido tomadas desde a fundação do nosso Sindicato até o presente continuarão no futuro”, garante o presidente da instituição.

O outro bloco de ações que estão sendo tomadas no presente e que terão impacto na formação do futuro diz respeito à intervenção do Sindicato na busca pelos bens e serviços sociais que garantem qualidade de vida. Não só aqueles pelos quais já vem lutando, aqueles mencionados no primeiro bloco, descrito acima, mas o aperfeiçoamento destes e a conquista de novos.

Tais bens e serviços dizem respeito às questões de política pública: educação (o ponto de partida para tudo, conforme entende a liderança do Sindicato dos Padeiros, “pois com o modelo de educação atual o Brasil não tem condições de enfrentar nem o presente, quanto mais o futuro”, como coloca Chiquinho Pereira), saúde, moradia, transporte, esporte, segurança, lazer, cultura, bens indispensáveis para estabelecer o equilíbrio que o mundo moderno exige. Não há como se atingir essa meta sem mudar o foco de atuação. Para tanto, deve-se concentrar esforços no primeiro bloco de ações e simultaneamente buscar avançar na conquista dos bens e serviços sociais enumerados neste segundo bloco. Esses são os objetivos pelos quais o Sindicato já trabalha e pelos quais irá continuar a batalhar no futuro.

Esses bens e serviços sociais, mesmo que presentes na luta cotidiana do Sindicato, não eram tradicionalmente o enfoque principal do sindicalismo, uma vez que sempre se atribuiu ao governo a responsabilidade de estendê-los aos cidadãos. Contudo, não é isso o que acontece. “No momento em que o orçamento público é discutido, decidindo-se

aonde investir recursos, sejam obras de infraestrutura ou outras, a direção que se dá a esses recursos segue os interesses dos grupos que conseguem eleger representantes para o Parlamento”, explica Chiquinho Pereira. Com efeito, os grupos sociais que não têm recursos para bancar os altos custos de eleições e da prática do lobby acabam sendo excluídos dessa discussão fundamental.

Por conta dessa exclusão, de não se estender a todos a riqueza produzida no país, está se aprofundando a divisão entre as camadas da população brasileira, claramente representada nas estatísticas apresentadas no início deste capítulo. Os dirigentes do Sindicato dos Padeiros reconhecem que há pelo menos dois brasis distintos, um dos quais é uma república constituída e outro formado por comunidades dominadas por líderes paramilitares que impõe sua própria lei. Exemplo dessa realidade são as favelas, as quais, historicamente, foram negligenciadas pela administração pública, colocando preconceituosamente suas populações em uma situação de apartheid, não ocupando esse espaço público por meio da instalação de escolas, hospitais, delegacias, creches, etc. Hoje, as favelas são “terra de ninguém”, dominadas por líderes de quadrilhas que impõe seu regime e sua ética aos moradores das comunidades sem que os governos municipais, estaduais e federais se empenhem de fato em ocupar institucionalmente esse espaço.

A sociedade brasileira está vivendo um momento em que o Estado perde controle de bairros importantes. É um estado social anterior àquele descrito pelo filósofo inglês Thomas Hobbes, o qual definiu como obrigação do Estado garantir segurança, saúde e bem estar para que os cidadãos possam trabalhar e se desenvolver. Este outro Brasil – o excluído – tem perfil altamente subdesenvolvido e carece dos serviços básicos mais elementares. O quadro deste segundo Brasil – o esquecido pelas autoridades – é nefasto. Dele fazem parte 48% dos municípios do país, os quais sequer têm coleta de esgoto. Essas populações são condenadas a viver literalmente sobre seu próprio lixo.

Assim, os líderes do Sindicato dos Padeiros de São Paulo entendem que cada vez mais se faz necessário que o movimento sindical dê sua contribuição para que essa realidade seja transformada de modo favorável àqueles a quem representa. É preciso que o sindicalismo tenha uma atuação política maior.

Por conta disso, o Sindicato dos Padeiros de São Paulo, sem abandonar suas reivindicações com a classe patronal, buscará enfocar ainda mais o objetivo de conquistar qualidade de vida através do resultado de políticas públicas nas instâncias municipal, estadual e federal. Como observamos em outros capítulos, é nessas casas de lei onde se decide, através da definição do orçamento público e seu direcionamento para determinadas cidades e regiões, quem será cidadão e quem será excluído. É o orçamento público que diz quais mulheres terão direito a maternidades equipadas e seguras, quais crianças terão educação de qualidade, quem terá direito à segurança e tantas outras necessidades. A liderança do Sindicato dos Padeiros acredita que cada vez mais o sindicalismo deve abraçar essa nova forma de luta, essa nova militância que também envolve – e em alto grau – a vida de todos os trabalhadores.

O presidente do Sindicato dos Padeiros de São Paulo destaca duas frentes de ação por meio das quais atuar efetivamente na elaboração do orçamento público. A primeira delas é um movimento sindical organizado abrindo espaço nas casas de lei para acompanhar as discussões e ter força para dar contribuições dos orçamentos públicos. Mais do que isso, deve acompanhar a destinação do dinheiro público, verificando-se se o recurso foi de fato aplicado da forma para a qual havia sido destinado. Isso pode ser feito por meio de audiências públicas.



O Sindicato dos Padeiros apoia causas que vão além da esfera do trabalho: aqui, manifestando-se em defesa da paz, em 2003

A segunda maneira é por meio da eleição direta dos representantes do movimento sindical. “O sindicalismo deveria eleger uma quantidade maior de parlamentares confiáveis”, defende Chiquinho Pereira. Dessa forma, o controle que as categorias exerceriam sobre seus representantes seria mais eficiente, o que estimularia um desempenho melhor por parte destes. Trata-se de uma maneira mais pontual de garantir a defesa dos interesses da classe trabalhadora, uma vez que os trabalhadores teriam seus próprios representantes criando legislações que garantissem conquista de espaço social, isto é, dos bens discutidos acima, tão necessários para promover o desenvolvimento humano em qualquer sociedade.



“O mundo do trabalho precisa entender que é imperativo fazer essa passagem para atuar mais efetivamente no Legislativo”, sustenta Chiquinho Pereira. “Uma ala do sindicalismo ainda tem uma mentalidade atrasada uma orientação de que o sindicalista não deve ter atuação na política. Essa discussão deve ser avançada, concluída e daí surgir uma nova militância sindical. É preciso se conscientizar que há outro mundo sobre o qual o sindicalismo não atua e que influencia sobremaneira a vida dos trabalhadores”, lembra.

Para tanto, é fundamental que os líderes sindicais busquem despertar no trabalhador o interesse pela política e, mais ainda, procurem mostrar a ele o quanto sua vida é afetada, para o bem ou para o mal, pelos legisladores. Cabe, portanto, ao mundo sindical orientar sua base sobre qual é o melhor caminho político, fomentando debates para orientar politicamente seus membros – “nunca”, observa Chiquinho Pereira, “no sentido de manipular eleitores, mas de oferecer-lhes perspectiva”.

Entre os muitos desafios futuros, a direção do Sindicato dos Padeiros de São Paulo prioriza a luta pelo crescimento econômico sustentável – não só aquele que não causa prejuízo ambiental, mas igualmente que não prive o trabalhador de seu sustento e de seus direitos. Esses dirigentes propõem que o sindicalismo intervenha diretamente no contexto econômico para garantir, no dizer de Chiquinho Pereira, que “a democracia não termine onde começa a economia”. A liderança dos trabalhadores na panificação acredita que isso está intrinsecamente ligado ao processo de formação. Com efeito, a formação determina a vontade do indivíduo. A instrução permite compreender mais profundamente as implicações de acordos econômicos que podem à primeira vista parecer positivos, mas que produzem, na verdade, lucro em detrimento do trabalhador.

Dessa forma, o sindicato deve atuar no sentido de impedir o crescimento econômico que acarrete prejuízo ao trabalhador. Os casos são muitos e assolam o mundo do trabalho. Exemplo pontual de crescimento insustentável foi dado pelo próprio BNDS (Banco Nacional de Desenvolvimento), que se define como “o principal instrumento de financiamento de longo prazo para a realização de investimentos em todos os segmentos da economia, em uma política que inclui as dimensões social, regional e ambiental”, criado, portanto, para fomentar o desenvolvimento social através da instância econômico. Não obstante, a instituição já financiou a modernização instalação de novas tecnologias em fábricas as quais, por sua vez, tornaram diversas funções redundantes, o que implicou na demissão da maior parte dos trabalhadores. Em casos como esse, o Sindicato deve cumprir seu papel representando o interesse dos trabalhadores negociando requalificação profissional, prazos e compensações que garantam a manutenção do emprego e da empregabilidade.

A liderança do Sindicato dos Padeiros de São Paulo insiste que o crescimento econômico deve ser baseado em compromisso com o social. No entanto, através da economia, o poder político é manobrado – uma situação ilegítima, não ética, uma vez que a energia do governo deve ser direcionada para avançar o bem estar do povo. Esse processo leonino está enraizado na cultura capitalista, tendo início nos primeiros anos da formação escolar dos indivíduos. Tal cultura instila a competição, determinando que o outro – seja o outro membro da sociedade, da comunidade ou o próprio meio ambiente – é um adversário que deve ser subjugado e adequado aos interesses pessoais. Sob esse ponto de vista, acredita-se ser ético que o econômico se sobreponha ao social para gerar mais lucro e que o objetivo “gerar valor econômico” justifique todos os meios, inclusive a exclusão de setores da população. Assim, como em um círculo vicioso, a instância econômica continua a determinar a tendência cultural e política. E como muitas vezes a ação

política visa somente o interesse de um grupo ou parcela da população, as instituições públicas acabam não produzindo os bens e serviços sociais tão necessários para o bem estar de todos os cidadãos do país.

É preciso, assim, um ator oriundo do seio da sociedade que reforce o papel interventor do Estado no sentido de equilibrar a relação entre as empresas, as quais produzem bens e empregam trabalhadores, e a sociedade, constituída pelas famílias, que compra esses bens e vende sua mão de obra às empresas. Se o Estado não intervir satisfatoriamente, há a tendência de que as empresas – por deterem os meios de produção e por possuírem conhecimento necessário para produzir os bens que oferecem – explorem a sociedade em detrimento desta, oferecendo produtos caros e sem qualidade, absorvendo a mão de obra de forma prejudicial àqueles que a vendem e manobrando a política social do governo em prol de seus interesses. O ator que o momento exige para pressionar o governo a ter um enfoque mais social e menos econômico pode e deve ser o movimento sindical.

A negociação de crescimento sustentável, de restrição da entrada de tecnologias que tornem o trabalhador redundante sem compensá-lo ou recolocá-lo só pode ser feita se o Estado for mais comprometido com o social. “O capital não tem alma, o raciocínio é acumular”, lembra Chiquinho Pereira, referindo-se ao fato de que ao se priorizar o crescimento a qualquer custo, cresce-se sem sustentabilidade. O crescimento é obtido a um preço extremamente elevado, tanto em termos sociais, como ambientais. É justamente essa mentalidade que deve ser modificada. Os trabalhadores devem ter possibilidade de negociar a entrada de novas tecnologias de forma que, ao mesmo tempo, não haja prejuízo para a competitividade do produto nacional nem implique na redundância de cargos, os quais passam a ser substituídos pelas tecnologias em questão, levando ao desemprego. “Não somos contra a introdução de novas tecnologias, elas são necessárias, mas não em detrimento do trabalhador”, pontua Chiquinho Pereira.

Outra forma de se promover crescimento sustentável, isto é, que não implique perdas para o trabalhador, proposta pela liderança do Sindicato dos Padeiros é a redução da jornada de trabalho para dar espaço aos trabalhadores desempregados. O tempo ganho pelos trabalhadores seria investido, por sua vez, em aperfeiçoamento dessa mão de obra.

Da mesma forma, os dirigentes do Sindicato dos Padeiros de São Paulo defendem a proposta de que sempre que houver recursos públicos investidos na modernização ou ampliação de alguma empresa, o benefício oriundo desse recurso deve obrigatoriamente ser compartilhado com a população.

Contudo, vale ressaltar que tudo passa pelo comprometimento do Estado, pois este tem de ser forte para administrar a introdução de novas tecnologias e o investimento para especializar o trabalhador. “Não há como evitar a tecnologia, ela vem para melhorar a qualidade de trabalho e de vida das pessoas, mas se isso não for feito de forma pensada e responsável, o processo pode resultar em grande desequilíbrio social”, reflete Chiquinho Pereira. “Não há justificava para em qualquer parte do mundo hoje homens e mulheres não ganharem o bastante para terem uma vida digna; a ciência e a tecnologia já permitem que as necessidades mínimas de toda a população do planeta sejam satisfeitas”, afirma. Estabelecer esse equilíbrio entre riqueza absoluta e miséria total é a necessidade mais premente atualmente não só no Brasil, mas em todo o mundo. “Não é concebível que isso aconteça quando o homem já chegou à Lua, já enviou máquinas a Marte, acessa o corpo humano através de câmaras, reconstrói órgãos por meio da engenharia genética seja incapaz de tirar uma criança – que ele mesmo colocou na rua – debaixo de um viaduto e colocá-la na escola”, pondera.

Essas considerações implicam igualmente em novas ações presentes com impacto no futuro adotadas pelo sindicato. Assim, entre as responsabilidades do Sindicato dos Padeiros de São Paulo a serem enfatizadas no futuro próximo está a cobrança de maior responsabilidade social por parte das empresas. São poucos os empresários que têm consciência de sua responsabilidade social. O caos público, representado pela violência e alta criminalidade, se deve a essa falta de responsabilidade social por parte dos principais agentes econômicos aliada à negligência do governo em realizar os processos que promovam justiça social de forma eficiente. A pequena camada da população que detém a maior parte dos recursos está insensível aos problemas da maioria excluída, até mesmo porque não participa desses problemas, está alheia a eles. A consequência desse desequilíbrio tem impacto negativo no desenvolvimento do país e o mundo sindical deve e pode participar dessa transição reivindicando justiça social. “Se o sindicalismo ficar lutando apenas pelos salários, benefícios e condições de trabalho, perderemos a oportunidade de promover mudanças mais profundas”, reflete Chiquinho Pereira.

A negligência da responsabilidade social por parte das empresas se reflete no fato de apenas 34% da população economicamente ativa do Brasil ter carteira de trabalho assinada, ou seja, 66% dos trabalhadores brasileiros atuam de modo informal no mercado de trabalho. Neste alarmante rol incluem-se os trabalhadores rurais, cujos direitos são tradicionalmente desrespeitados desde o início do período colonial. Além de apenas 32% desses trabalhadores terem registro em carteira de trabalho, cerca de 12 milhões deles são expostos diariamente a condições laboriais insalubres, representadas principalmente pela contaminação por agrotóxicos, responsáveis por cerca de 1,2 mil óbitos anuais. As centrais sindicais, entendem os líderes do Sindicato dos Padeiros de São Paulo, devem se mobilizar para defender os interesses de todos os trabalhadores, inclusive os rurais.

Entre as questões prementes as quais o sindicalismo deve abraçar para transformar a tendência futura de permanência da desigualdade e da injustiça social no Brasil está a eliminação do assédio moral. O Brasil tem uma incidência altíssima de assédio moral e é um dos recordistas mundiais da Síndrome de Burnout – um distúrbio psíquico de caráter depressivo, precedido de esgotamento físico e mental intenso, definido pelo psiquiatra americano Herbert J. Freudenberger como "(...) um estado de esgotamento físico e mental cuja causa está intimamente ligada à vida profissional".

Como no passado, quando nos primeiros anos de sua administração Chiquinho Pereira lutou para recuperar a dignidade e o respeito dos trabalhadores da indústria de panificação, o futuro passa igualmente pela luta para se reverter o assédio moral. “A questão do assédio moral revela um grande grau de irracionalidade e não se pode construir nada com quem é irracional”, preocupa-se o presidente do Sindicato. Chiquinho Pereira pondera que trata-se, de fato, de uma questão mais profunda, a qual reflete a crise de valores que vivemos neste início de século. Essa crise está claramente refletida na conturbação social pela qual passamos, no desprezo à vida humana, na ética feroz que vai se estabelecendo em todas as relações humanas. Esses fatos apontam uma involução humana: em vez de conquistarmos o equilíbrio e a justiça nas relações humanas e com o meio ambiente, tornamo-nos mais feras. A busca contínua pela dignidade do trabalhador é, assim, meta importante entre os objetivos eleitos para serem conquistados pelo Sindicato dos Padeiros de São Paulo para o futuro.

Outra questão que, na visão da direção do Sindicato, precisa ser abordada mais eficientemente pelo movimento sindical é o papel da mulher (“a face da exclusão”, segundo o relatório do Pnud) no mercado de trabalho e no próprio movimento sindical. A inserção das mulheres no mercado de trabalho no Brasil vem crescendo de maneira acelerada desde os anos 70. Hoje, elas representam mais de 43% da população

economicamente ativa do país. Contudo, as diferenças entre homens e mulheres no que tange a empregabilidade e a remuneração continuam a representar a tendência histórica da desvalorização da mulher. Essa realidade se reflete na taxa de desemprego. Enquanto essa cifra é de 12,4% para as mulheres, para os homens é significativamente menor, com 9,2%. Com relação à renda, a das mulheres corresponde apenas a 65% da renda da parcela masculina da população. “Talvez a luta pela igualdade salarial entre os homens e mulheres que exercem a mesma função seja uma das grandes bandeiras que devemos levantar desde agora e mobilizar para esse fim não só as mulheres, mas todos os trabalhadores”, defende Chiquinho Pereira.



Encontro das Mulheres (2003), promovido pelo Sindicato dos Padeiros para valorizar a mulher

Os problemas dos trabalhadores estrangeiros no Brasil e brasileiros no exterior também devem ser abordados como tema presente com agravantes no futuro. No entanto, isso não pode deixar de permitir o intercâmbio internacional do trabalho. “No futuro, o ideal é que as fronteiras sejam eliminadas, embora isso deva seguir um caminho natural, a exemplo do que aconteceu na Europa com a União Europeia”, pondera Chiquinho Pereira. “Hoje, há que se proteger principalmente a exploração da mão de obra ilegal que acaba gerando situação de escravização – é o oposto da humanidade quando um conterrâneo recebe o outro para explorá-lo em vez de bem recebê-lo”, defende o sindicalista. “Esse é o desafio de todos nós”.

\*\*\*

Essa é a luta, os caminhos trilhados, as experiências vividas, as memórias acumuladas, o futuro idealizado pelos sindicalistas que deram e continuam a dar alma ao Sindicato dos Padeiros de São Paulo. Herdeiros das tradições iluministas, anarquistas, comunistas e socialdemocratas, correntes que sempre buscaram realizar o lema da Revolução Francesa de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, os dirigentes deste Sindicato têm como meta maior aperfeiçoar o homem e a mulher. “A nossa tarefa é gigantesca e por isso não podemos perder tempo. Quero empregar os anos de vida útil que me restam em uma boa causa, algo que promova o crescimento humano”, sustenta Chiquinho Pereira. A construção desse homem melhor abrange uma série de pressupostos, bem como os bens e serviços sociais citados, e, se isso é responsabilidade maior do Estado, o Sindicato deve também atuar nessa instância. Há, da mesma forma, que se humanizar as relações, que se promover a civilidade, que se ouvir a necessidade do outro. E, com efeito, o Sindicato dos Padeiros de São Paulo busca colocar esses valores na prática. “A nossa luta aqui no Sindicato sempre foi essa, a



vida inteira”, reflete Chiquinho Pereira. “Penso que temos de tratar as coisas como deveríamos tratar as crianças, porque é instintivo, faz parte da condição humana, proteger as crianças. É assim que trabalhamos aqui no Sindicato”.





**Sindicato dos Padeiros  
de São Paulo**



Uma realização:



Avalon

[www.editoraavalon.com.br](http://www.editoraavalon.com.br)